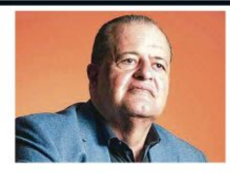
CBN Professional
Belmiro Gomes, CEO do Assaí Atacadista, fala no podcast sobre a gestão de uma das maiores empregadoras do país B2



Executivo do Ano
O CEO da Editora Globo, Frederic Kachar, é premiado pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) A2



Rio Gastronomia
Ao longo de 12 dias, a 14ª edição do evento, a maior de sua história, reuniu mais de 125 mil pessoas B6

Sábado, 31 de agosto, domingo e segunda-feira, 1 e 2 de setembro de 2024
Ano 25 | Número 6078 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

Anúncio de investimentos produtivos no país aumenta 24% de janeiro a julho

Conjuntura Levantamento da Apex, este exclusivamente sobre aportes de empresas estrangeiras, mostra um crescimento de 29% no 1º semestre, para US$ 28,5 bilhões

Anaís Fernandes e Estevão Taiar
De São Paulo e Brasília

Os anúncios de investimentos produtivos no Brasil aumentaram 23,6% de janeiro a julho de 2024, em relação ao mesmo intervalo de 2023. Segundo o Bradesco, os anúncios chegaram a 362, maior número desde os 397 de período equivalente de 2020. O banco acompanha setores como indústria, agroindústria, serviços e comércio, mas não mede o valor dos desembolsos, porque podem ser diluídos no tempo.

Outro levantamento, da Apex, mostra que os investimentos estrangeiros somaram 186 anúncios no 1º semestre, totalizando US$ 28,5 bilhões, uma alta de 29%.

O avanço dos investimentos está disperso pelos setores, mas, em 12 meses, há tendência maior na indústria. Priscila Pacheco, do Bradesco, afirma que até em segmentos que não costumam reunir muitos anúncios se observa expansão, como na indústria de embalagens e no saneamento básico, por causa do novo marco legal, e no setor automobilístico.

Nelson Rocha Augusto, do Banco BRP, destaca iniciativas na construção, no setor de óleo e gás e no sucroenergético, principalmente por causa do etanol de milho. Para ele, a queda dos juros no Brasil, a maior familiaridade com o governo Lula 3 e o ambiente internacional favoreceram para os projetos "saírem da gaveta".

Rocha estima crescimento de mais de 5% na Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2024 — medida dos investimentos no PIB —, após o recuo de 3% em 2023. A taxa de investimento em relação ao PIB, porém, segue baixa, diz Cláudio Frischtak, da Inter.B Consultoria. Em 2023, encerrou ao redor de 16% e pode chegar a 17% do PIB em 2024, mas ainda estaria de 6% a 10% abaixo dos pares brasileiros. Para ele, incertezas macroeconômicas e insegurança jurídica são parte do problema.

No investimento estrangeiro, US$ 24,2 bilhões são para fábricas. O setor automotivo atraiu US$ 14,2 bilhões. Para especialistas, o programa Mover, que prevê crédito para empresa automotiva concedido pelo governo, ajudou. A Anfavea cita, ainda, o novo padrão para emissões de carbono dos automóveis, o que obriga o setor a investir em produtos e motores. Páginas A7 e A8

Crescimento do PIB deve acelerar no 2º trimestre

Anaís Fernandes e Marta Watanabe
De São Paulo

O Produto Interno Bruto (PIB) deve ter crescido 0,9% no 2º trimestre em relação aos três meses anteriores, quando aumentou 0,8%, segundo levantamento do **Valor** com 80 instituições financeiras e consultorias. O intervalo das projeções varia de 0,4% a 1,5%. Na comparação com o 2º trimestre de 2023, a mediana de 74 casas aponta alta de 2,6%, após registrar 2,5% de janeiro a março. Para 2024, a mediana das estimativas mostra um crescimento de 2,5%, pouco acima dos 2,4% indicados na última pesquisa Focus, do Banco Central.

No ano passado, o PIB cresceu 2,9%. "Houve mais demanda do que se imaginava no 2º trimestre e isso deve catapultar o ano inteiro", diz Alexandre de Ázara, economista-chefe do UBS BB, que projeta alta de 2,8% para o PIB em 2024. Os dados oficiais serão divulgados amanhã pelo IBGE. Página A4

Emissão externa ganha fôlego em setembro

Fernanda Guimarães e Rita Azevedo
De São Paulo

Bancos de investimento têm promovido reuniões com investidores estrangeiros para realizar emissões de empresas brasileiras no mercado externo de dívida. Para este mês, são esperadas cerca de seis transações, segundo fontes, incluindo nomes do setor bancário e a Raízen. A Oceânica, novata nesse mercado, que tentou lançar sua oferta em agosto, é mais outra candidata.

Com US$ 16,4 bilhões em bônus neste ano, as ofertas já superam os US$ 16,1 bilhões de todo 2023, segundo o Bond Radar. A expectativa é que o volume encerre o ano em ao menos US$ 20 bilhões. Na janela, iniciada após retorno das férias no Hemisfério Norte, as emissões podem ser antecipadas por causa das eleições nos EUA. Página C1

A força do festival



LEO PINHEIRO/VALOR

Rodolfo Medina e Ana Deccache, respectivamente vice-presidente e diretora de marketing do Rock in Rio, destacam a importância e a longevidade das parcerias com as marcas — neste ano são 85 —, desde o início do evento há quase 40 anos. "Sempre esteve no DNA do projeto", diz Medina. Página B8

1ª Turma do STF vai analisar suspensão do X

Isadora Peron
De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, convocou sessão virtual extraordinária para que os ministros analisem decisão que retirou do ar a rede social X. Ele levou o caso para ser analisado pela Primeira Turma, colegiado que reúne 5 dos 11 integrantes da Corte. O julgamento começaria à zero hora de hoje e terá duração de 24 horas. Ministros do STF vinham defendendo que a decisão ocorresse no plenário, para dar peso institucional. Moraes, no entanto, decidiu adotar um caminho intermediário, ao colocar a liminar para análise de uma turma.

Além de Moraes, fazem parte do colegiado Flávio Dino, Luiz Fux, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia. Com isso, Kassio Nunes Marques e André Mendonça, indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), ficarão fora da discussão. Página B7

Estados gastam 14,2% mais com segurança do que no 1º semestre de 2018

De São Paulo

Correção - No primeiro semestre deste ano, os gastos com segurança pública de 26 Estados e do Distrito Federal aumentaram 14,2% em relação ao mesmo período de 2018, já descontada a inflação, e não na comparação com a primeira metade do ano passado, como publicado na capa da edição de sexta-feira do **Valor**. As despesas desses entes federativos na área tiveram uma expansão de 4% em relação ao mesmo período de 2023, também descontada a inflação.

Destaques

Onda de revolta em Israel
Uma onda de revolta tomou conta de Israel, após o governo de Benjamin Netanyahu ter anunciado a recuperação dos corpos de seis reféns sequestrados pelo Hamas em 7 de outubro. Na visão de parentes das vítimas, sindicatos de trabalhadores e de parte da mídia local, os seis reféns — incluindo um americano — foram mortos pela falha do governo em negociar cessar-fogo seriamente. A15

Formação Executivos de Valor
Terminam no dia 8 as inscrições para o Formação Executivos de Valor, parceria entre Fundação Getulio Vargas (FGV) e **Valor**, que chega à 3ª edição. Para quem já ocupa cargo de gestão ou quer construir carreira de comando, é oportunidade de aprender com líderes de empresas, como Milton Maluhy (Itaú), Gustavo Werneck (Gerdau), Paula Bellizia (AWS) e Cristina Palmaka (SAP). B2

Agronegócios



ROGERIO VIEIRA/VALOR

Além de ser um dos dois maiores mercados da Basf no agronegócio, ao lado dos EUA, o Brasil é também "o farol dos nossos negócios quando se trata de adoção de novas tecnologias e digitalização", diz o presidente global da operação agro da empresa alemã, Livio Tedeschi. Página B10

Valor, O Globo e CBN sabatinam candidatos

Do Rio

A partir de hoje, os jornais **Valor** e O Globo e a rádio CBN darão início às sabatinas com os principais candidatos às prefeituras de Belo Horizonte, Rio e São Paulo. Ao todo, serão três semanas de entrevistas presenciais, que terão início às 10h30. As sabatinas terão transmissão ao vivo pela rádio e nos sites e redes sociais dos três veículos. Os eleitores também poderão se informar pelas reportagens e análises sobre os encontros. Em todas as capitais, as sabatinas serão conduzidas por jornalistas e colunistas dos três veículos. Os cinco primeiros colocados na corrida da capital mineira abrem a série nesta semana. De 9 a 13 de setembro, serão ouvidos os primeiros colocados para a disputa carioca. A partir do dia 16 de setembro, os veículos entrevistam os mais bem posicionados na corrida à prefeitura de São Paulo. Página A10

Indicadores

Ibovespa	30/ago/24	-0,03 %	R$ 46,7 bi
Selic (meta)	30/ago/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	30/ago/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	30/ago/24		5,6556/5,6562
Dólar comercial (mercado)	30/ago/24		5,6319/5,6325
Dólar turismo (mercado)	30/ago/24		5,6806/5,8606
Euro comercial (BC)	30/ago/24		6,2545/6,2563
Euro comercial (mercado)	30/ago/24		6,2257/6,2264
Euro turismo (mercado)	30/ago/24		6,3175/6,4975



Chegada da NFL ao país movimenta marcas

Rafael Rosas e Luana Dandara
Do Rio e de São Paulo

O desembarque da NFL (National Football League) no Brasil mostra que o país se tornou uma das grandes apostas para a principal liga de futebol americano. O evento atraiu grandes patrocinadores, como Budweiser, Perdigão, Fit Combustíveis, Visa e XP, e, segundo a SPTuris, a projeção é de impacto de US$ 60 milhões na economia da cidade. A partida entre Green Bay Packers e Philadelphia Eagles, a primeira de uma temporada regular da NFL a ser realizada na América do Sul, está marcada para o dia 6, na Neo Química Arena.

Para Ivan Martinho, professor da ESPM e especialista em marketing esportivo, o jogo é resultado de ações prévias que se mostraram bem-sucedidas e justificaram a decisão de trazer para o país o principal produto da liga. Entre as ações, cita a criação de perfil da NFL em português e uma "fan zone" para acompanhar jogos. "O Brasil tem a 2ª maior base de fãs internacionais da NFL, somente atrás do México", diz Pedro Rego Monteiro, da Effect Sport. Página B8

Expansão fiscal se combina ao mercado de trabalho aquecido



Sergio Lamucci

A economia brasileira passa por um momento de expansionismo fiscal e aquecimento do mercado de trabalho, com alta expressiva do nível de ocupação e da renda. Esse cenário impulsiona a atividade econômica, levando os analistas a projetar um crescimento do PIB no segundo trimestre perto de 1% em relação ao primeiro e de 2,5% ou até mais neste ano *[ler mais na página A4]*. Essa combinação de impulsos das contas públicas, especialmente por meio de transferências de renda, e robustez do mercado de trabalho deverá perder força mais à frente, o que obviamente terá efeito sobre o ritmo da economia. Reduzir incertezas, para ter uma cotação mais baixa do dólar e retomar a ancoragem das expectativas de inflação, é fundamental para que a política monetária não jogue com força contra a atividade, num momento em que o estímulo fiscal deverá perder o ímpeto e o emprego e a renda terão menor dinamismo.

O economista-chefe da corretora Tullett Prebon, Fernando Montero, tem chamado a atenção para esse quadro de "enorme expansionismo fiscal" combinado a "um mercado de trabalho aquecido e de rápida recomposição das perdas salariais", resultando num "tsunami de rendas das famílias na economia". Com base nos números mais recentes do Tesouro, Montero observa que o gasto primário do governo central, que não inclui despesas com juros, cresceu 14,9% nos 12 meses encerrados em junho na comparação com os 12 meses anteriores, já descontada a inflação. É um ritmo poucas vezes alcançado na série iniciada em 1997, como na pandemia da covid, nota ele.

No caso dos rendimentos, Montero destaca o comportamento da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias, um agregado calculado pelo Banco Central (BC). Em sua versão restrita, o indicador reúne rendimentos do trabalho, benefícios previdenciários e transferências de programas sociais, excluindo recursos de aluguéis e aplicações financeiras, além de descontar gastos com impostos.

Montero faz uma desagregação da renda do trabalho e das transferências e benefícios fiscais (como programas sociais e aposentadorias). A massa de rendimentos do trabalho está em nível recorde, incluindo aí os funcionários públicos da ativa, que entram nas estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE. Já os benefícios previdenciários e transferências de programas sociais retomam o pico atingido na pandemia, diz ele.

Montero observa que, nos 12 meses até julho, o conjunto da renda disponível das famílias, no conceito restrito, sobe 18,3% acima da inflação em comparação com 2019, o ano anterior à pandemia. Desagregando os números, os rendimentos do trabalho avançaram 11% nesse período, enquanto as transferências e benefícios cresceram 31,2%, nos dois casos também descontada a inflação, calcula ele. São números que explicam a força da renda e do consumo, resume Montero.

"A conjuntura se diferencia não tanto pelo fiscal expansionista ou pelo mercado de trabalho forte, quanto pelo fato de ocorrerem em paralelo", afirma ele, em relatório. "O desemprego em mínimos históricos vem juntamente a um dos piores déficits primários fora da pandemia." Na sexta-feira, foram divulgados os números do mercado de trabalho dos três meses até julho e o resultado fiscal do setor público consolidado de julho. A taxa de desemprego no trimestre até julho ficou em 6,8%, a menor para o período desde o começo da série, em 2012. Já o déficit primário nos 12 meses até julho ficou em 2,29% do PIB, ou R$ 257,7 bilhões, no caso do setor público consolidado, que engloba União, Estados, municípios e empresas estatais, com exceção de Petrobras e Eletrobras. No caso do governo federal, o rombo é ainda maior — 2,42% do PIB, ou R$ 271,7 bilhões.

Dado o tamanho do impulso fiscal e da força do mercado de trabalho, há uma força que segura um crescimento ainda mais forte, na visão de Montero. Para ele, é a combinação da política monetária, com juros elevados, e das condições financeiras (o conjunto formado por indicadores como câmbio, juros futuros, bolsa de valores e risco país). "O empurrão de rendas hoje dá enorme impulso que os juros suavizam, mas amanhã precisaremos de espaço para cortar [a taxa de juros]. Até lá, é imperativo que expectativas fiscais e monetárias não dinamitem o cenário para taxas mais baixas", diz Montero.

Nos próximos meses, o expansionismo fiscal deverá diminuir — o consenso de mercado aponta para um déficit primário de 0,65% do PIB no acumulado de 2024, e hoje o rombo roda na casa de 2,3% a 2,4% do PIB em 12 meses. Além disso, o mercado de trabalho em algum momento deverá perder fôlego. Desse modo, é fundamental preservar o terreno para juros menores, segundo ele.

"O pior dos mundos é um ajuste parcial e pouco crível que combine o contracionismo fiscal com a desancoragem monetária", adverte Montero.

Hoje, a discussão é se o Banco Central (BC) vai aumentar os juros, que já estão elevados. O dólar caro e as expectativas de inflação desancoradas, com dúvidas sobre o quadro fiscal, apontam para altas da Selic neste ano. Reduzir as incertezas sobre as contas públicas e sobre a atuação do BC a partir de 2025, com a mudança no comando da instituição, seria importante para evitar um novo aperto monetário, ou no mínimo para impedir que ele seja forte e prolongado. Como o resultado das contas públicas deverá ser menos expansionista nos próximos meses e o mercado de trabalho tende a perder gás, a economia poderá sofrer uma desaceleração mais acentuada num ambiente de juros mais altos.

O governo ainda pode agir para que esse quadro não se materialize. No entanto, a falta de disposição para enfrentar estruturalmente o ajuste fiscal pelo lado das despesas, o que seria essencial para reverter expectativas negativas, indica que isso não deverá ocorrer.

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente
E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Meios de comunicação Criada para defender a liberdade de expressão na América Latina, a entidade sem fins lucrativos presta atenção também aos grupos do setor que apresentam bons resultados

Por projeto de transformação na mídia, SIP dá prêmio de Executivo do Ano a Kachar, da Editora Globo

Marli Olmos
De São Paulo

O economista Frederic Kachar trabalhava no Grupo Globo havia cinco anos quando, em 2002, foi escolhido para o comando da área financeira da Editora Globo, que então publicava as revistas. A surpresa veio quando o chefe lhe disse: "Você não entende de Recursos Humanos, mas vou lhe passar essa área também porque um dia você vai ser CEO". A previsão do chefe se concretizaria seis anos depois, quando o executivo passou a liderar um ousado projeto de transformação digital e modernização da empresa, que hoje inclui os jornais **Valor**, "O Globo" e "Extra" — Kachar também comanda há alguns anos as rádios, incluindo a CBN. Em reconhecimento a esse trabalho, Kachar foi eleito Executivo do Ano pela Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP).

Criada para defender a liberdade de expressão na América Latina, a SIP é uma entidade sem fins lucrativos que começou a prestar atenção também aos grupos de mídia que apresentam bons resultados. E foi assim que o trabalho de Kachar, diretor geral da Editora Globo e do Sistema Globo de Rádio, chamou a atenção do júri, que lhe entregará o prêmio em cerimônia, em outubro, em Córdoba, Argentina. "No meio de um ambiente tão disputado, com tantos líderes talentosos, fico feliz com essa preciosa premiação", diz Kachar. "E o sucesso e os bons resultados como empresa até aqui são fruto da equipe de 2,3 mil pessoas. Ninguém faz nada sozinho."

Este ano, a SIP também concedeu o prêmio Grande Amigo da Imprensa 2024 para o Centro Knight para o Jornalismo nas Américas, fundado em 2002, no Texas, pelo jornalista brasileiro Rosental Calmon Alves. Segundo o presidente da SIP, Roberto Rock, o Knight tem desempenhado "papel fundamental no treinamento e desenvolvimento de jornalistas na América Latina e no Caribe, apoiando fortemente a missão de fortalecer o jornalismo por meio de programas de treinamento inovadores, conferências impactantes e publicações valiosas".

Composta por 1,3 mil publicações e com sede em Miami, a SIP também concedeu a Jaime Bedoya, do Perú 21, o prêmio de Sustentabilidade, por sua iniciativa Suplementos 21. A proposta foi reconhecida por sua estratégia para gerar novas receitas por meio de suplementos e campanhas de informação para empresas clientes.

Rock destacou o papel de Kachar "na expansão dos negócios de comunicação da empresa, que incluiu a criação das Edições Globo Condé Nast em julho de 2010, uma joint venture com a Condé Nast". Segundo a SIP, a Editora Globo "tem navegado habilmente na dinâmica de mudança do consumo de mídia".

Kachar diz que esse aprendizado "levou alguns anos". Exigiu, sobretudo, o rompimento com um modelo que, ao longo de décadas, permitia às empresas de comunicação "segurar" a notícia para publicá-la só no jornal do dia seguinte. O desafio, diz, foi preservar o talento de equipes de jornalismo, com "repertório, autoridade, profundidade e acompanhamento amplo da realidade", sem perder de vista o "timing do leitor".

Ele decidiu tirar proveito da tecnologia que acompanha a mídia digital para perseguir os passos do leitor, detectar suas aspirações. "A maravilha do mundo digital é poder rastrear", afirma.


GABRIEL REIS/ VALOR

Frederic Kachar: "O sucesso e os bons resultados como empresa até aqui são fruto da equipe de 2,3 mil pessoas"

Se antes as empresas de comunicação não sabiam se a pessoa que comprou o jornal sequer o folheava, o sistema digital permite saber quais notícias foram as mais lidas e até o tempo que o leitor dedicou a cada uma. "É a combinação das competências editoriais que nos levaram até aquele momento com a habilidade em incluir os dados no processo decisório que nos permitiu dar um salto e efetivamente mudar a cultura", explica.

"Precisamos nos diferenciar daquele que apenas leva a informação. Ir mais fundo nos temas e não só produzir conhecimento e percepção de realidade mais apurada, mas também inspirar o leitor, qualificá-lo para crescer em suas ambições, profissionais ou pessoais", afirma o executivo. "E se o leitor não vier até nós, vamos a ele. Enviamos newsletter e notificações no celular para dizer: olha isso aqui que legal."

O novo cenário exige, ainda, diz Kachar, sincronia entre todas as áreas da empresa, da financeira e da comercial aos jornalistas. "Costumo dizer para as equipes: não existe melhor fonte de informação para a área comercial do que ler o **Valor**. Isso prepara nosso executivo a ter uma conversa de alto nível com o anunciante e construir uma solução de mídia", destaca.

A partir da audiência, que Kachar considera "o coração do negócio", a publicidade deixa de simplesmente vender um espaço de mídia para oferecer soluções. "Precisamos entender os desafios de negócio dos nossos parceiros. Desenvolver soluções customizadas que conjuguem nossa capacidade de produzir conteúdo branded para os diversos contextos em que temos autoridade, com formatos mais variados, o que inclui seminários, eventos de relacionamento, verticais de conteúdo, avaliações de produtos e muitos outros."

A troca de informações entre as áreas tem diferenciado o grupo com 2,3 mil funcionários que trabalham em três jornais, 1[illegible] revistas, três rádios e 25 sites. O alcance de Editora Globo e Sistema Globo de Rádio nas redes sociais soma mais de 50 milhões de visitantes únicos, excluindo a sobreposição entre produtos.

A nova ambição do grupo é cruzar fronteiras. O primeiro passo foi dado este ano com eventos na China e em Nova York, que uniram empresários e autoridades do Brasil e do país anfitrião para discutir as relações comerciais. "O Brasil vem recuperando protagonismo e poderá chegar ao fim da década entre as cinco maiores economias do mundo. Seja pelo tamanho, recursos naturais, transição energética ou pelos cenários dos outros países", destaca Kachar.

"Precisamos levar nossa marca para fora, mostrar nossa capacidade de gerar conteúdo de interesse não só para brasileiros. Se os investidores quiserem se aprofundar sobre o que acontece no Brasil é o **Valor** que eles vão ter que ler", diz o executivo, ao comentar sobre o projeto de oferecer o conteúdo do jornal em inglês.

Para se atualizar sobre o que acontece em cada setor, Kachar mantém agenda intensa de encontros com executivos de todas as áreas. A "curiosidade jornalística", como ele define, o ajuda nessa maratona. O executivo se interessa por jornais e revistas desde os sete anos de idade, inspirado pelo hábito de leitura dos pais — costumava começar a ler pelas últimas páginas, onde estavam as notícias de futebol e de carros.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

3R Petroleum **B4**
ABC Associados **B2**
Agência Jogo **B8**
AgRural **B9**
Ajinomoto **B6**
Alea **B4**
Allianz **C2**
Alpargatas **B6**
Asics **B6**
Assaí Atacadista **B2**
Atacadão **B2**
Bank of America **C1**
Bayer **B10**
Biancogres **B1**
Bimbo **B1**
Bionexo **B1**
BNDES **B5**
Bond Radar **C1**
Bradesco **C6**
Brava Energia **B4**
BRF **B8**
BTG Pactual **B4**
Caixa **B6**
Caraíba **B10**
Cassol **B4**
CEG-Rio **B1**
Comgás **B1**
CSN **B1**
Deutsche Bank **C1**
DuPont **B10**
Enauta **B4**
Eneva **B1**
Federated Hermes **C1**
Fit Combustíveis **B8**
Galp **B1**
GDM **B10**
Gerdau **B1**
Heatmap **B8**
Hughesnet **B7**
iFood **B6**
IMC **B6**
Itaú **C1, C6**
J.P. Morgan **C2**
Jive Investments **C4**
Kantar **B6**
KSM **B4**
Monsanto **B10**
Morgan Stanley **C1**
MTPar **B5**
Naturgy **B1**
New Fortress Energy **B1**
NTS **B1**
Nvidia **C1**
Oceânica **C1**
OnCorp **B1**
Oriz Partners **C4**
Pátria **C6**
Petrobras **B1**
Plaenge **B4**
PwC **B2**
Raízen **C1**
Rappi **B6**
Roar Hub **B8**
Santander Brasil **C1**
Shell **B1**
Sky Master **B4**
Soccer Hospitality **B8**
Société Générale **C1**
Starlink **B7**
SteelCorp **B4**
StoneX **B9**
Suzano **B1**
Tabreed **A18**
TBG **B1**
Tenda **B4**
Tishman Speyer **C4**
UBS **C1**
Vale **B1**
Via Brasil **B5**
Visa **B8**
Wickbold **B1**
X **B7**
XP **B8, C4**
Zamp **B6**

Conjuntura Analistas esperam resultado da atividade até mais forte que no começo do ano

PIB pode trazer nova surpresa positiva no 2º tri, estimam economistas

Anaïs Fernandes e Marta Watanabe
De São Paulo

O impacto das enchentes no Rio Grande do Sul sobre a atividade assustou, a princípio, economistas e ameaçou o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil no segundo trimestre. Com a recuperação local, ao menos inicial, além do esperado e a sustentação da economia nacional aquecida, no entanto, analistas apostam, agora, que o avanço do PIB no segundo trimestre pode ser até um pouco maior do que no primeiro, que já havia surpreendido.

Pesquisa do **Valor** com 80 instituições financeiras e consultorias mostra que é esperada alta mediana de 0,9% para o PIB no segundo trimestre, ante o primeiro, quando subiu 0,8%. O intervalo das projeções é grande, variando de 0,4% a 1,5%. Em relação ao segundo trimestre de 2023, a mediana de 74 casas aponta alta de 2,6%, vindo de 2,5% de janeiro a março.

Os dados oficiais serão divulgados amanhã às 9h pelo IBGE.

Para 2024, a estimativa mediana é que o PIB cresça 2,5%, pouco mais do que os 2,4% indicados na última pesquisa Focus, do Banco Central (BC) com agentes de mercado.

"Representa a ideia de que estamos com uma economia mostrando um perfil de atividade que não está desacelerando como era esperado", afirma Felipe Sichel, economista-chefe da Porto Asset, ao projetar alta de 1,1% para o PIB no segundo trimestre, ante o primeiro.

"É bem verdade que o BC vinha cortando os juros desde meados do ano passado e isso, de alguma forma, tem de bater na atividade. Mas, quando a gente considera o que o BC e outras pesquisas indicam que seria o juro neutro [aquele que não acelera nem contrai a economia] e combina com as expectativas de inflação, a taxa Selic deveria continuar restritiva. Mas, observando os dados de atividade, essa restrição não se mostra", diz.

Isso é corroborado, segundo Sichel, por outros indicadores, como o índice de atividade do BC, o IBC-Br, que subiu 1,1% no segundo trimestre, em relação ao primeiro. Ao mesmo tempo, as pesquisas do IBGE mostraram alta para a indústria e os serviços de 0,7% cada no segundo trimestre, enquanto o varejo ampliado avançou 0,3%. "Todos os indicadores de mercado de trabalho estão com performance razoavelmente robusta. Você olha para os dados de crédito na ponta e não há muito motivo de preocupação também", acrescenta Sichel.

Para Alexandre de Ázara, economista-chefe do UBS BB, é possível ainda que a redução de oferta no Rio Grande do Sul, por causa das chuvas em maio, tenha gerado crescimento de outras regiões, para atender à demanda da população. "O resto do Brasil pode ter crescido mais do que se imaginava. Mesmo com o desastre das chuvas, houve surpresa no crescimento do PIB agregado no segundo trimestre", afirma Ázara, que projeta um avanço de 1,3%.

Do lado da oferta, a expectativa mediana é que a indústria passe de queda de 0,1% no primeiro trimestre para alta de 0,7% no segundo.

"A indústria não performou tão bem no primeiro trimestre nem muito no ano passado. Esse segundo trimestre é de uma indústria um pouquinho melhor, via, principalmente, a extrativa", diz Laiz Carvalho, economista do BNP Paribas, citando como exemplo o petróleo.

A construção, acrescenta Carvalho, também pode dar uma contribuição positiva para a indústria, "mas nem tanto quanto já foi", diz.

De maneira geral, o PIB do segundo trimestre, pela ótica da oferta, deve ser puxado mesmo pelos serviços. A mediana do levantamento do **Valor** indica crescimento de 0,8%, na comparação com os três meses imediatamente anteriores. Ainda que seja uma desaceleração em relação à alta de 1,4% do primeiro trimestre, economistas consideram o número forte.

"Os serviços continuam a ser um grande propulsor", diz Carvalho, que projeta alta de 0,9% para o PIB do segundo trimestre, ante o primeiro, e de 2,2% para 2024, mas aponta que a estimativa anual tem viés de alta e pode ser revisada para cima em breve.

Mais cautelosa, a 4intelligence espera altas de 0,5% para os serviços no segundo trimestre, de 0,4% para o PIB no mesmo período e de 2,1% para a atividade no ano.

"Acho que boa parte das projeções ainda não está contemplando a questão do Rio Grande do Sul. A gente olha as pesquisas de alta frequência do IBGE e parece que elas não captaram direito o efeito das enchentes. Até por isso o IBC-Br acabou sendo super forte no trimestre, mas a gente sabe que, muitas vezes, o PIB mostra um quadro diferente, até pela abrangência dos dados", diz Bruno Lavieri, economista-chefe da 4i.

Segundo ele, houve problemas, por exemplo, com a ponderação das pesquisas mensais do IBGE para o Estado. "Na pesquisa de serviços, quando abriram as praças de pedágio, consideraram um volume de tráfego passando a preço zero. Isso trouxe uma distorção grande para o indicador, o que dificulta entender o que aconteceu por lá, a magnitude do impacto econômico", afirma.

A premissa de um efeito mais forte das enchentes sobre a atividade foi espalhada pelos setores nas projeções da 4i, mas Lavieri reconhece que os serviços tendem a ser os mais afetados no curto prazo. "Aquilo que se deixou de consumir de serviços em determinado período não se consome duas vezes no momento seguinte. Na indústria, em alguma medida, você consegue abrir um segundo ou terceiro turno e repor a produção que não teve no período anterior."

Entre os fatores da oferta, o único que deve registrar queda no segundo trimestre, de 2% pela expectativa mediana, é a agropecuária, que costuma concentrar a maior parte da sua produção no primeiro trimestre.

Para Diego Martins Silva, gerente de análise macroeconômica da Petros, que projeta alta de 0,9% para o PIB no segundo trimestre, ante o primeiro, o setor agropecuário terá pouca influência no resultado. "Estimamos crescimento de 0,9% do PIB ex-agropecuária no segundo trimestre, após alta de 0,6% do período anterior", afirma.

> "Destaque positivo foi a resiliência de setores cíclicos"
> *Diego Martins*

Ele chama a atenção para a resiliência de "setores cíclicos" no segundo trimestre, simbolizada pelo crescimento relevante, nas suas estimativas, da indústria de transformação, de 1,8%, e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF, medida para os investimentos no PIB), de 1,6%, ambos na comparação ao primeiro trimestre.

A FBCF e o consumo das famílias devem seguir puxando a atividade pelo lado da demanda, ainda que desacelerando, com altas medianas de 2,5% e 0,9% no segundo trimestre, pela ordem, vindo de 4,1% e 1,5% no primeiro trimestre, respectivamente.

"Houve mais demanda do que se imaginava no segundo trimestre e isso deve catapultar o ano inteiro", diz Ázara, que projeta alta de 2,8% para o PIB em 2024.

O grande destaque na demanda, dizem economistas, é o consumo das famílias. "Essa é a história que tivemos no ano passado, no primeiro trimestre deste ano e que continua", afirma Carvalho.

"Estamos com um mercado de trabalho superaquecido, a taxa de desemprego está nos menores níveis históricos. As pessoas estão mais empregadas e com salários maiores. Também temos mais benefícios sendo pagos, seja pelo aumento do Bolsa Família, seja por outros benefícios previdenciários. Então, a renda disponível está maior, e a demanda das famílias, mais alta", diz Carvalho.

Martins, da Petros, é mais cauteloso em relação ao crescimento do consumo das famílias no segundo trimestre. Apesar de reconhecer o "importante crescimento da renda no período", ele espera um resultado próximo à estabilidade — leve alta de 0,2% frente ao primeiro trimestre —, por causa da já elevada base de comparação deixada pelo primeiro trimestre.

No caso da FBCF, Carvalho, do BNP Paribas, destaca a recuperação dos investimentos com uso do crédito. "Vemos recuperação, mas ainda é um nível abaixo do que a gente costuma ter", pondera.

Por fim, o setor externo deve oferecer mais uma contribuição líquida negativa ao PIB, já que a expectativa mediana é que as exportações cresçam 2% no segundo trimestre, ante o primeiro, e as importações subam 7,5%.

Olhando à frente, Ázara, do UBS BB, pondera que seu número forte para o PIB do segundo trimestre não significa que a atividade continuará nesse processo. Ele diz esperar desaceleração do PIB para uma alta de 0,4% no terceiro trimestre e contração no quarto, em meio ao impacto da interrupção no ciclo de queda de juros, ao mesmo tempo em que ficam mais para trás os efeitos do impulso fiscal e das transferências.

"Acreditamos que o bom momento da atividade econômica se deve a efeitos defasados de impulsos fiscais do início do ano, somados à robustez do mercado de trabalho. Com a dissipação dos choques do primeiro trimestre, esperamos uma desaceleração do ritmo de crescimento no segundo semestre, terminando o ano com crescimento do PIB de 2,6%", afirma Martins.

Sichel, da Porto Asset, ainda espera alta de 0,9% para o PIB do terceiro trimestre, ante o segundo, e diz que os riscos são no sentido de que sua projeção de 2,5% para o PIB do ano seja marginalmente maior. "Para o quarto trimestre, deveria começar a normalizar um pouco e ter uma desaceleração um pouco maior. Mas, se eu tivesse de colocar um viés para essa projeção, também seria de um quarto trimestre mais forte", afirma.

> "Boa parte das projeções não está contemplando a questão do RS"
> *Bruno Lavieri*

ANA PAULA PAIVA/VALOR



Felipe Sichel: "Estamos com uma economia mostrando um perfil de atividade que não está desacelerando como era esperado"

Atividade aquecida

Projeções para o PIB - %

Instituição	2T/24 x 1T/24*	2T/24 x 2T/23	2024
4intelligence	0,4	2,6	2,1
Capital Economics	0,5	1,6	1,8
Citi Brasil	0,5	1,3	2
EQI Asset	0,6	2	2,2
Morgan Stanley	0,6	2,4	2,3
Principal Claritas	0,6	2	2,1
Sicredi Asset	0,6	1,4	2
Austin Rating	0,7	2,6	1,9
Banco Daycoval	0,7	2,1	2,4
Coface	0,7	ND	2,2
Santander	0,7	2,3	2,3
Suno Research	0,7	2	2,3
Trafalgar Investimentos	0,7	1,5	2
Wealth High Governance (WHG)	0,7	2,2	2,3
Western Asset	0,7	2,7	2,6
Banco Bmg	0,8	2,5	2,5
Banco do Brasil	0,8	1,5	2,6
BRP	0,8	2,2	2,7
Gap Asset	0,8	2,3	2,5
Guide Investimentos	0,8	2,4	2,2
Inter	0,8	2,6	2,5
Neo Investimentos	0,8	2,3	2,5
Paraná Banco	0,8	2,4	2,4
Sicredi	0,8	1,5	2,4
Tendências Consultoria	0,8	2,3	2,3
ABC Brasil	0,9	2,6	2,6
Armor	0,9	2,6	2,5
ARX Investimentos	0,9	2,6	2,5
Ativa	0,9	2,5	2,3
ASA Investments	0,9	2,6	2,5
Banco BV	0,9	2,5	2,5
Barclays	0,9	2,7	2,7
BNP Paribas	0,9	4	2,2
BOCOM BBM	0,9	2,5	2,5
BTG Pactual	0,9	2,7	2,4
Buysidebrazil	0,9	2,6	2,5
FGV Ibre	0,9	2,6	2,3
Galapagos Capital	0,9	1,7	2,2
Itaú Unibanco	0,9	2,6	2,5
Novus Capital	0,9	2,6	2,6
Occam	0,9	2,7	2,7
Parcitas Investimentos	0,9	2,6	2,4
Petros	0,9	2,6	2,6
PicPay	0,9	2,6	2,5
Rio Bravo Investimentos	0,9	2,6	2,3
Santander Asset Management	0,9	2,6	2,5
Way Investimentos	0,9	1,7	2,3
Banco Master	1	2,7	2,6
BB Asset	1	2,2	2,8
Bradesco	1	2,7	2,3
G5 Partners	1	2,8	2,5
JGP	1	2,8	2,7
Kínitro Capital	1	2,8	2,7
LCA Consultores	1	2,7	2,6
MAG Investimentos	1	3	2,5
MCM Consultores	1	2,8	ND
Pezco	1	3	2,3
Rabobank	1	2,3	2,6
SOMMA Investimentos	1	2,7	2,5
Tenax Capital	1	2,8	2,6
XP	1	2,7	2,7
Banco Pine	1,1	3	2,6
Citrino Gestão de Recursos	1,1	2,6	2,6
JF Trust	1,1	2,8	2,8
Medley Advisors	1,1	1,8	2,3
Porto Asset Management	1,1	2,1	2,5
Terra Investimentos	1,1	2,8	2,6
Análise Econômica	1,2	2,1	2,5
C6 Bank	1,2	3,1	2,5
J.P. Morgan	1,2	3	2,9
MB Associados	1,2	2,6	2,4
Planner	1,2	3,2	2,4
UBS BB	1,3	3,2	2,8
Troster & Associados	1,5	2,2	2,4
Acrefi	ND	ND	2,5
BRCG	ND	2,5	2,3
Deutsche Bank	ND	ND	2,5
RB Investimentos	ND	ND	2,5
ABBC	ND	ND	2,3
Bank of America	ND	ND	2,7
Itaú Asset Management	ND	ND	3,1
MEDIANA	**0,9**	**2,6**	**2,5**

Estimativas medianas por componente do PIB - %

	2T/24 x 1T/24*	2T/24 x 2T/23	2024
Oferta			
Agropecuária	-2,0	-2,4	-1,5
Indústria	0,7	3,3	2,6
Serviços	0,8	2,7	2,6
Demanda			
Consumo das famílias	0,9	4,0	3,1
Consumo do governo	0,3	1,6	1,6
Formação Bruta de Capital Fixo	2,5	6,0	4,0
Exportações	2,0	5,5	4,0
Importações	7,5	14,2	6,9

Fonte: Consultorias e instituições financeiras. Elaboração: Valor, com dados coletados de 19/08/24 a 30/08/24. *Com ajuste sazonal ND: não divulgado

Contas públicas Estratégia do governo em relação à política fiscal esbarra na falta de sinais mais contundentes na contenção de gastos

Proposta de orçamento busca reforçar credibilidade

Análise

Lu Aiko Otta
Brasília

Com as contas públicas sob forte escrutínio do mercado, a equipe econômica preparou um Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 que busca reforçar a credibilidade da política fiscal. A estratégia esbarra, porém, na falta de sinais mais contundentes na contenção de despesas, principalmente gastos obrigatórios. Além disso, o momento delicado na relação com o Congresso Nacional deixa pontos em aberto.

O sinal mais claro e objetivo da intenção do governo de cumprir a meta fiscal de déficit zero é que a peça orçamentária prevê perfeito equilíbrio entre receitas e despesas em R$ 2,39 trilhões para o governo central. A peça mira o centro da meta, e não a banda inferior da margem de tolerância.

Do lado das receitas, tenta-se passar ideia de "normalidade". As medidas novas para elevar arrecadação são semelhantes às já lançadas desde 2023. A maior parte segue diretrizes que vêm desde o início da gestão de Fernando Haddad na Fazenda: buscar a conformidade e corrigir distorções.

Das mudanças consideradas no PLOA pelo lado das receitas, muitas dependem só da ação do Executivo. O governo espera arrecadar R$ 26,4 bilhões com transações tributárias de grandes empresas, por exemplo, e mais R$ 30 bilhões com o programa de transações da Receita. Outros R$ 20 bilhões são esperados com aperto do controle sobre uso de incentivos fiscais.

A parte que depende de aprovação do Legislativo, as chamadas "receitas condicionadas", soma R$ 46,7 bilhões. É integrada, por exemplo, pelos R$ 17,9 bilhões esperados com aumento das alíquotas da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) e da tributação sobre Juros sobre o Capital Próprio (JCP). Além disso, foram adotadas estimativas mais conservadoras para receitas que não apresentaram a performance esperada. Os ingressos com acordos após julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) foram estimados em R$ 28,5 bilhões, ante R$ 54,7 bilhões este ano. As receitas com concessões no Ministério dos Transportes ficaram em R$ 10 bilhões, em contraste com os R$ 34,5 bilhões originalmente previstos em 2024.

Há um ponto de incerteza sobre as medidas de compensação da desoneração sobre a folha de pagamentos. Ainda não foi aprovado na Câmara dos Deputados o projeto de lei que trata do assunto.

Do lado das despesas, maior fonte de preocupação do mercado, os sinais de ajuste são escassos. Efetivamente, o que foi considerado em redução de gastos no PLOA 2025 são os R$ 25,9 bilhões a serem obtidos com a cessação de benefícios pagos indevidamente.

Porém, técnicos ressaltam que as despesas estão estimadas em 19,3% do PIB, o que indica que seguem estabilizadas e abaixo de 20% do PIB. A média no período de 2015 a 2023, exceto 2020, foi de 19,2% do PIB. Além disso, dizem, está em curso forte ajuste fiscal, com as contas do governo central saindo de déficit de R$ 230 bilhões em 2023 para R$ 28,8 bilhões este ano, um ajuste da ordem de 85%.

As despesas obrigatórias somarão R$ 2,71 trilhões em 2025 e R$ 2,9 trilhões em 2026. A conta de benefícios previdenciários alcançará R$ 1,01 trilhão no ano que vem, ante R$ 923 bilhões estimados este ano.

A revisão de gastos, dizem os técnicos, pode ir além dos R$ 25,9 bilhões. Porém, ainda não foram divulgados detalhes sobre como será expandida.

Além disso, não foram abandonadas as discussões sobre os ajustes estruturais cobrados pelo mercado. Por exemplo, "modernizar" a indexação de algumas despesas. Essa é uma discussão que segue viva entre os técnicos da área econômica, apesar das resistências dentro do próprio Executivo.

Há duas semanas, foi incluído no projeto de lei que trata da dívida dos Estados um dispositivo que mudava o conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), retirando dela componentes como concessões e royalties. Com isso, seria possível desacelerar o crescimento de despesas atreladas à RCL, como o piso de gastos com saúde e as emendas parlamentares. O dispositivo foi retirado da proposta a pedido da Casa Civil. Mas a ideia segue em pauta, informa-se nos bastidores.

Do mesmo naipe, está em debate nova regra que limitaria o crescimento de emendas parlamentares ao orçamento ao mesmo ritmo das demais despesas discricionárias do governo. A ideia está expressa na nota conjunta emitida dos três Poderes da República que trata do acordo sobre o novo tratamento das emendas parlamentares ao orçamento. Em 2025, as emendas impositivas (têm de ser executadas) somarão R$ 38,9 bilhões.

O tratamento das emendas é um tema que segue em aberto e que pode influenciar na apreciação do PLOA e das medidas necessárias para atingir o equilíbrio fiscal. As eleições proporcionam uma pausa, mas o final deste ano promete emoções.

Governo deve detalhar projeto, com déficit primário zero em 2025

Gabriel Shinohara e Murillo Camarotto
De Brasília

O governo federal vai explicar os detalhes do Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2025 às 11h de hoje. O PLOA foi enviado ao Congresso na última sexta com estimativa de resultado primário zero do governo central em 2025.

Da parte do Ministério do Planejamento e Orçamento, devem participar da coletiva de imprensa o secretário-executivo Gustavo Guimarães e o secretário de Orçamento Federal, Clayton Montes. Do Ministério Fazenda participam o secretário-executivo Dario Durigan e o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas.

A proposta também prevê aumento do salário mínimo dos atuais R$ 1.412 para R$ 1.509. Apesar do número, o valor deve ser definido por decreto presidencial que normalmente é publicado no início de cada ano.

O PLOA prevê R$ 121,51 bilhões em receitas extraordinárias. Pelo projeto, o montante será alcançado, entre outros, com acordos de processos que terminaram empatados no Carf, tribunal administrativo federal, que representaria R$ 28,58 bilhões, com transações de relevante e disseminada controvérsia jurídica, R$ 26,84 bilhões, com transações individuais e adesões, R$ 31 bilhões. O PLOA ainda prevê R$ 46,747 bilhões em receitas de projetos que dependem do Congresso.

Procurados, economistas avaliaram que o PLOA veio relativamente dentro do esperado, mas ainda há dúvida sobre a evolução das receitas. O governo enviou projeto tratando da elevação das alíquotas dos Juros sobre Capital Próprio (JCP) e da CSLL na própria sexta. Juntas, as duas medidas arrecadariam cerca de R$ 20 bilhões. No sábado, após o envio do texto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) afirmou considerar "quase impossível" aprovar o projeto de elevação de tributos.

Durante evento da XP Expert, no sábado, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que o governo trabalha em uma segunda etapa do planejamento para cortar gastos e, assim, atingir as metas fiscais nos próximos anos. Ela disse que "o momento certo da verdadeira revisão de gastos se dará no segundo semestre de 2025". Segundo ela, a autorização para corte de R$ 25,9 bilhões para 2025, para cumprir meta de déficit fiscal zero, não será suficiente para 2026. Governo e Congresso, disse, precisarão discutir questões estruturais de gastos e ir além do "pente-fino" que já está sendo feito.

"Congresso e governo devem discutir gastos e ir além do pente-fino"
Simone Tebet

AES CAJUÍNA AB1 HOLDINGS S.A.

CNPJ/MF nº 45.024.644/0001-58 - NIRE 35300585089

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA AES CAJUÍNA AB1 HOLDINGS S.A.

Considerando Que: (A) em 15 de maio de 2024, a AES Brasil Energia S.A. ("**AES Brasil**" ou "**Fiadora**") divulgou fato relevante ("**Fato Relevante**") através do qual comunicou que foi celebrado, em 15 de maio de 2024, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("**Auren**") e a ARN Holding Energia S.A. ("**ARN**"), o "*Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças*" ("**Acordo**") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren ("**Combinação de Negócios**" ou "**Operação**"); **(B)** em decorrência da Operação (e condicionado à verificação de condições usuais para operações desta natureza), o Acordo prevê que a Operação será realizada por meio da incorporação, pela ARN, uma sociedade cujo capital é integralmente detido pela Auren, da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES Brasil, com a consequente conversão da AES Brasil em subsidiária integral da ARN e a emissão, pela ARN, de novas ações ordinárias e preferenciais compulsoriamente resgatáveis. Como ato subsequente, a ARN será incorporada pela Auren, de modo que a ARN será extinta e a Auren passará a ser titular da totalidade do capital social da AES Brasil, resultando a Operação na troca do controle direto e indireto (assim definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (conforme abaixo definida) ("**Controle**") da AES Brasil e indireto da **AES Cajuína AB1 Holdings S.A.** ("**Emissora**") e das SPEs (conforme definidas na Escritura de Emissão); **(C)** nos termos da Escritura de Emissão (conforme abaixo definida), são hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures **(i)** *alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), exceto (a) se a The AES Corporation mantiver o controle direto ou indireto dos Projetos; ou (b) se a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas,* conforme quórum previsto na Escritura de Emissão; e **(ii)** *declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora, pelas SPEs e/ou pela Fiadora, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado igual ou superior a (a) R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) para a Emissora ou para as SPEs ou (b) US$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares americanos), ou o seu equivalente em Real, para a Fiadora na data da referida declaração de vencimento antecipado ou valor equivalente em outras moedas, considerado de forma individual ou agregado;* e **(D)** as matérias acima dependem de aprovação dos Debenturistas (conforme abaixo definidos). Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação ("**Debenturistas**") da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da AES Cajuína AB1 Holdings S.A.*", celebrada em 14 de junho de 2022, entre a Emissora, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**Agente Fiduciário**") e a AES Brasil, na qualidade de fiadora, conforme aditada em 27 de junho de 2022 ("**Escritura de Emissão**") para se reunirem em primeira convocação, nos termos da cláusula 10.1.2 da Escritura de Emissão, no dia 16 de setembro de 2024, às 14:00 horas, em assembleia geral de debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma digital *Ten Meetings* ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Escritura de Emissão, do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para deliberar sobre as seguintes **Ordens do Dia: (I)** Aprovar o consentimento prévio (*waiver*) para a realização da Operação, conforme previsto na Cláusula 6.9 e 10.9 da Escritura de Emissão, conforme aplicável, de modo a **(a)** aprovar a alteração do controle direto da AES Brasil e indireto da Emissora, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1, inciso (viii), da Escritura de Emissão, restando certo e assegurado aos Debenturistas, à Emissora, quaisquer das SPEs e/ou à AES Brasil que, como consequência de tal consentimento prévio (*waiver*), o dispositivo deste inciso relacionado ao controle (direto ou indireto) da Emissora, atualmente aplicáveis ou relacionados à AES Corporation, na qualidade de atual controladora indireta da Emissora e/ou das SPEs e/ou direta da AES Brasil continuarão válidos e integralmente aplicáveis em relação **(a.i)** à Votorantim S.A. isoladamente; ou **(a.ii)** à Votorantim S.A. e ao Canada Pension Plan Investment Board conjuntamente, na qualidade de novo(s) controlador(es) indireto(s) da Emissora, e/ou das SPEs e/ou da AES Brasil, respeitados, em qualquer caso, os respectivos termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão; e **(b)** renunciar ao direito de declarar o vencimento antecipado desta dívida caso, em decorrência da Operação, haja a declaração de vencimento antecipado de quaisquer outras dívidas e/ou obrigações financeiras assumidas pela AES Brasil, pela Emissora e/ou pelas SPEs, no mercado local ou internacional, em valor agregado inferior a US$100.000.000,00 (cem milhões de dólares), ou o seu equivalente em outras moedas, na data da referida declaração de vencimento antecipado, de forma que nenhum inadimplemento, pela AES Brasil, pela Emissora e/ou pelas SPEs, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1, inciso (vii), da Escritura de Emissão; **(II)** Aprovar a autorização para que a Emissora, a AES Brasil e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na AGD. Informações Gerais: **A) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Emissora no endereço (https://assembleia.ten.com.br/365623702), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"): i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observados a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **B) Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no *link* (https://assembleia.ten.com.br/365623702), e apresentar os documentos indicados abaixo: i) documento de identificação com foto; ii) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital; e iii) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. Caso prefira, nas páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos) ou da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/), pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido, desde que de acordo com as orientações acima. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **C) Instrução de Voto.** Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância ("**Instrução de Voto**"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: i) Acessando o *link* (https://assembleia.ten.com.br/365623702) e realizando o preenchimento da Instrução de Voto diretamente na Plataforma Digital, na seção de "Instrução de Voto", bem como anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou ii) Acessando as páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos) ou da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/), para obtenção do modelo de Instrução de Voto e preenchimento apartado para, posteriormente, acessar o endereço da Plataforma Digital (https://assembleia.ten.com.br/365623702), preencher o cadastro e anexar todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B), incluindo a Instrução de Voto preenchida e digitalizada, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. A administração da Emissora reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Emissora pelo endereço eletrônico estruturacao.financeira@aes.com e/ou ao Agente Fiduciário, pelo endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Este edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos), da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os demais termos e condições da Operação encontram-se descritos e detalhados no Fato Relevante, o qual encontram-se disponíveis para consulta no website da AES Brasil (https://ri.aesbrasil.com.br), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 31 de agosto de 2024.

POTENGI HOLDINGS S.A.

CNPJ/MF nº 42.165.941/0001-25 - NIRE 35.300.569.903

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DA POTENGI HOLDINGS S.A.

CONSIDERANDO QUE: (A) em 15 de maio de 2024, a AES Brasil Energia S.A. ("**AES Brasil**") divulgou fato relevante ("**Fato Relevante**") através do qual comunicou que foi celebrado, em 15 de maio de 2024, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("**Auren**") e a ARN Holding Energia S.A. ("**ARN**"), o "*Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças*" ("**Acordo**") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren ("**Combinação de Negócios**" ou "**Operação**"); **(B)** em decorrência da Operação (e condicionado à verificação de condições usuais para operações desta natureza), o Acordo prevê que a Operação será realizada por meio da incorporação, pela ARN, uma sociedade cujo capital é integralmente detido pela Auren, da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES Brasil, com a consequente conversão da AES Brasil em subsidiária integral da ARN e a emissão, pela ARN, de novas ações ordinárias e preferenciais compulsoriamente resgatáveis. Como ato subsequente, a ARN será incorporada pela Auren, de modo que a ARN será extinta e a Auren passará a ser titular da totalidade do capital social da AES Brasil, resultando a Operação na troca do controle direto e indireto (assim definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (conforme abaixo definida) ("**Controle**") da AES Brasil e indireto da **Potengi Holdings S.A.** ("**Potengi**" ou "**Emissora**") e/ou da Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A. ("**Santa Tereza 1**"), Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A. ("**Santa Tereza 10**"), Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A. ("**Santa Tereza 4**") e Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A. ("**São Ricardo 11**" e, em conjunto com Santa Tereza 1, Santa Tereza 10 e Santa Tereza 4, as "**SPEs**"); **(C)** nos termos da Escritura de Emissão (conforme abaixo definido), são hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures **(i)** *a alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) e/ou das SPEs, exceto no caso de uma Reorganização Societária Permitida. Para fins da Escritura de Emissão, "Reorganização Societária Permitida" significa uma reorganização societária envolvendo a Emissora (a) na qual a The AES Corporation mantém o controle direto ou indireto da Emissora e dos Projetos; ou (b) a qual tenha sido previamente aprovada pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão;* e **(ii)** *a declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora, pelas SPEs e/ou pelas Fiadoras, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado igual ou superior a (a) R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a Emissora ou para as SPEs, ou (b) US$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ou o seu equivalente em Real, para a AES Brasil; (...) na data da referida declaração de vencimento antecipado ou valor equivalente em outras moedas, considerado de forma individual ou agregado;* e **(D)** as matérias acima dependem de aprovação dos Debenturistas (conforme abaixo definidos); Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação ("**Debenturistas**") da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático da **Potengi Holdings S.A.** ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático da Potengi Holdings S.A.*" celebrada em 19 de janeiro de 2024, entre a Emissora, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** ("**Agente Fiduciário**"), a AES Brasil e a **BRF S.A.** ("**BRF**" e, quando em conjunto com AES Brasil, as "**Fiadoras**"), conforme aditado em 24 de janeiro de 2024 ("**Escritura de Emissão**") para se reunirem em primeira convocação, nos termos da cláusula 9.2.1 da Escritura de Emissão, no dia 24 de setembro de 2024, às 14:00 horas, em assembleia geral de debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma digital *Tem Meetings* ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Escritura de Emissão, do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA: (I)** Aprovar o consentimento prévio (*waiver*) para a realização da Operação, conforme previsto na Cláusula 6.10 e 9.5 da Escritura de Emissão, conforme aplicável, de modo a **(a)** aprovar a alteração do controle direto da AES Brasil e indireto da Emissora e das SPEs, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1, inciso (vii) da Escritura de Emissão, restando certo e assegurado aos Debenturistas, à Emissora, à AES Brasil e quaisquer das SPEs que, como consequência de tal consentimento prévio (*waiver*), o dispositivo deste inciso relacionado ao controle indireto da Emissora e/ou das SPEs, atualmente aplicáveis ou relacionados à AES Corporation, na qualidade de atual controladora indireta da Emissora, das SPEs e/ou direta da AES Brasil continuarão válidos e integralmente aplicáveis em relação **(a.i)** à Votorantim S.A. isoladamente; ou **(a.ii)** à Votorantim S.A. e ao *Canada Pension Plan Investment Board* conjuntamente, na qualidade novo(s) controlador(es) indireto(s) da Emissora, das SPEs e/ou da AES Brasil, respeitados, em qualquer caso, os respectivos termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão; e **(b)** renunciar ao direito de declarar o vencimento antecipado desta dívida caso, em decorrência da Operação, haja a declaração de vencimento antecipado de quaisquer outras dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela AES Brasil, pela Emissora e/ou pelas SPEs, no mercado local ou internacional, em valor agregado inferior a US$100.000.000,00 (cem milhões de dólares), ou o seu equivalente em outras moedas, na data da referida declaração de vencimento antecipado, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1, inciso (vi), da Escritura de Emissão; e **(II)** Aprovar a autorização para que a Emissora, as Fiadoras e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na AGD. Informações Gerais: **A) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Emissora no endereço (https://assembleia.ten.com.br/583570218), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"): i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **B) Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/583570218), e apresentar os documentos indicados abaixo: i) documento de identificação com foto; ii) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital; e iii) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. Caso prefira, nas páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos) ou da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/), pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido, desde que de acordo com as orientações acima. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **C) Instrução de Voto.** Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância ("**Instrução de Voto**"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: i) Acessando o link (https://assembleia.ten.com.br/583570218) e realizando o preenchimento da Instrução de Voto diretamente na Plataforma Digital, na seção de "Instrução de Voto", bem como anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou ii) Acessando as páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos) ou da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/), para obtenção do modelo de Instrução de Voto e preenchimento apartado para, posteriormente, acessar o endereço a Plataforma Digital (https://assembleia.ten.com.br/583570218), preencher o cadastro e anexar todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B), incluindo a Instrução de Voto preenchida e digitalizada, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. A administração da Emissora reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Emissora pelo endereço eletrônico estruturacao.financeira@aes.com e/ou ao Agente Fiduciário, pelo endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Este edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos), da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os demais termos e condições da Operação encontram-se descritos e detalhados no Fato Relevante, o qual encontram-se disponíveis para consulta no website da AES Brasil (https://ri.aesbrasil.com.br), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 31 de agosto de 2024.

Conjuntura Investimentos somam US$ 28,5 bilhões no primeiro semestre, liderados pelo setor automotivo, segundo ApexBrasil

Aposta de estrangeiro no setor produtivo cresce 29%

Estevão Taiar
De Brasília

Os investimentos produtivos anunciados por empresas estrangeiras no Brasil atingiram US$ 28,5 bilhões no primeiro semestre, influenciados principalmente pelo setor automotivo. O montante representa crescimento de 29%, sempre em relação ao mesmo período do ano anterior, e foi levantado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) na plataforma Orbis, que reúne informações financeiras de aproximadamente 45 milhões de empresas de todo o planeta.

A ApexBrasil é ligada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e tem como objetivos "promover os produtos e serviços brasileiros no exterior e atrair investimentos estrangeiros para setores estratégicos da economia brasileira".

De acordo com a agência, houve 186 anúncios de investimentos por empresas estrangeiras nos primeiros seis meses do ano. Dos US$ 28,5 bilhões, a maior parte, US$ 24,2 bilhões, está ligada a investimentos em novas plantas, ou "greenfield". Os US$ 4,3 bilhões restantes estão ligados a fusões e aquisições, ou "brownfield".

Quase metade do montante financeiro total veio do setor automotivo (US$ 14,2 bilhões). Na divisão por países, a Holanda (US$ 11 bilhões) foi a principal origem desses recursos, também por meio do setor automotivo.

O presidente da ApexBrasil, Jorge Viana, destaca a importância das viagens do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e do vice-presidente Geraldo Alckmin como forma de atrair investimentos. Mas Viana ainda enxerga espaço para expandir os aportes da China. O país é o maior parceiro comercial da economia brasileira. Mas apenas o sétimo país que mais aporta recursos em investimentos produtivos no Brasil.

"Hoje o debate é sobre como fazemos para trazer com força a China para ser nosso parceiro na produção de bens industrializados", diz ele, que foi governador do Acre por dois mandatos e senador por um mandato, em todos os casos pelo PT. "O cardápio é muito grande", afirma, citando por exemplo oportunidades na área de transportes.

Além disso, no fim do ano passado, o governo federal lançou o Mobilidade Verde e Inovação (Mover), programa de incentivo e descarbonização do setor automotivo. O programa prevê, entre outras medidas, a concessão de R$ 19,3 bilhões em créditos financeiros para empresas do setor até o fim de 2028. As medidas ajudaram as companhias a anunciar nos meses seguintes uma série de investimentos no Brasil, na casa das dezenas de bilhões de reais.

Até meados de agosto 111 projetos de 99 empresas, entre brasileiras e estrangeiras, já tinham recebido habilitação do governo federal para participar do Mover — o que não significa que elas já tinham começado a investir. Dentro dos 111 projetos, 16 deles estavam ligados fabricantes de veículos leves ou pesados. Dos 111 projetos, quase a totalidade, ou 108, está concentrada nas regiões Sudeste e Sul, com outros dois no Nordeste e um na região Norte, segundo balanço do Mdic.

Em nota, a Associação Brasileira dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) afirma que o Mover "sem dúvida é um grande impulsionador deste ciclo" de investimentos, por "trazer previsibilidade regulatória ao setor e estimular pesquisa e desenvolvimento localmente". Mas cita também outros fatores, como as novas de emissões de carbono, estabelecidas pelo governo federal, "para automóveis e comerciais leves, o que obriga todos os fabricantes a investir em produtos e motores".

"Tudo isso é um indicativo de que novos anúncios de investimentos serão feitos em breve", diz a entidade.

Além dos aportes do setor automotivo, os números também já mostram a expansão dos investimentos ligados ao "powershoring" no Brasil, segundo Jorge Arbache, professor de economia da Universidade de Brasília (UnB) e ex-vice presidente do Banco de Desenvolvimento da América Latina. Ele classifica o powershoring como "uma estratégia corporativa dos tempos da descarbonização para a produção eficiente e segura de bens intensivos em energia para exportação".

"O Brasil a grosso modo já fez e em boa parte já até pagou esses investimentos [em direção a uma matriz energética menos poluente]", diz Arbache, que também já ocupou os cargos de economista sênior do Banco Mundial e secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, entre outros postos. "A competitividade do Brasil [de maneira menos poluente] é muito grande."

Ele também elogia medidas recentes, como um "pacto" pela "transformação ecológica" anunciado no mês passado por Executivo, Legislativo e Judiciário, e a aprovação da reforma tributária sobre consumo. Por isso, a tendência é de crescimento dos investimentos ligados ao "powershoring", segundo Arbache.

Ver também página A7


VALTER CAMPANATO/EBC

"Debate hoje é sobre como fazemos para trazer com força a China" *Jorge Viana*

Investimentos anunciados
Em US$ bi*

Total

2021	2022	2023	2024
13,1	14,2	21,3	28,5

Por origem, em 2024

Holanda	Chile	Estados Unidos	Alemanha
11,1	4,6	3,9	2,7

Por setor, em 2024

Automotivo	Fabricação de papel	Geração de energia por biomassa	Processamento e hospedagem de dados
14,2	4,6	1,4	1,3

Fonte: Plataforma Orbis, reunidos por ApexBrasil *no primeiro semestre

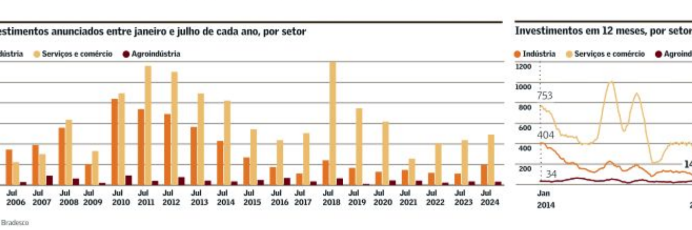
Conjuntura Incertezas jurídica e regulatória ainda são entraves para mais promessas virarem realidade

Investimentos ganham força no país, e anúncios crescem 24%

Apetite menor

Anúncio de investimentos no Brasil avança nos primeiros sete meses do ano





Fonte: Bradesco

Anaïs Fernandes
De São Paulo

Os anúncios de investimentos no país estão no maior patamar desde 2020, mostra levantamento do Bradesco. Monitoramento do banco mostra que foram 362 anúncios de janeiro a julho, 23,6% mais que no mesmo período de 2023. É também é o maior número desde o mesmo período de 2020 (397 anúncios).

"Temos percebido quase mês a mês esse crescimento e a gente entende que é algo mais generalizado", diz Priscila Pacheco, economista do Bradesco.

O banco acompanha anúncios em setores como indústria, agroindústria, serviços e comércio rastreáveis na internet, em jornais e mídias em geral, de empresas e governos. "Investimento, para nós, é o que aumenta a capacidade produtiva do Brasil. Pode ser, por exemplo, abertura de lojas e fábricas; construção de prédios residenciais, industriais, comerciais e de galpões logísticos; aquisição de equipamentos e frotas de veículos. Não entram, por exemplo, aquisições de empresas e compras de participações", explica Pacheco.

O Bradesco não mede o valor dos investimentos porque eles podem ser diluídos ao longo de vários anos. Além disso, empresas de capital aberto anunciam os valores em seus planos de investimentos, mas nem sempre essa informação está disponível para outros negócios.

"Conseguimos captar um momento de melhora de compra de máquinas, de investimentos em infraestrutura e em vários segmentos de indústria, varejo e serviços", diz Pacheco.

O avanço dos anúncios de investimentos está espalhado pelos setores, mas há uma tendência de crescimento maior na indústria. No setor, os anúncios de investimentos nos sete primeiros meses de 2024 subiram 76,8% em relação a igual período de 2023. Em 12 meses, os anúncios também aceleram. Historicamente, porém, são os serviços e o comércio que, juntos, dominam os anúncios.

"Alguns segmentos tiveram 'boom' no passado. Um exemplo clássico são os shoppings. Teve momento em que uma vez por semana tinha informação nova. Um shopping abria e todas as franqueadas divulgavam também anúncios, então, tinha uma combinação muito favorável. Isso não é mais verdade, porque já é um mercado mais estabelecido e maduro, mas, mesmo assim, vemos anúncios em comércio crescendo", afirma Pacheco.

Os serviços representam mais de 60% do PIB e são um segmento pulverizado, por isso, costumam englobar o maior número de anúncios, segundo a economista. "A novidade, de pouco antes do ano passado para cá, é o setor de saneamento. Temos visto um avanço, provavelmente, por causa da nova lei, da necessidade de universalização dos serviços", afirma.

Há uns dois meses, observa, começaram a surgir anúncios mesmo em setores que não apareciam com frequência no levantamento, como a indústria de embalagens. Reportagem do **Valor** mostrou que a produção de embalagens no segundo trimestre de 2024 atingiu o maior patamar desde o primeiro trimestre de 2021. "Reforça esse cenário mais positivo para investimento", afirma Pacheco.

> "Empresas têm de ser eficazes; mão de obra é fator escasso hoje"
> *Priscila Pacheco*

Segundo ela, além de novos investimentos, há um movimento de modernização em curso. "Percebemos troca de maquinário, automação. Um exemplo claro é a indústria automotiva", diz.

O maior "apetite" por anúncios de investimentos tem a ver com a confiança do empresariado de que há demanda, já que a economia está aquecida, diz Pacheco. "A demanda está vindo, e as empresas têm de se preparar para isso, para serem mais eficazes, até porque a mão de obra é um fator escasso hoje", afirma.

Parte desse "apetite", diz, pode ter vindo também da expectativa mais favorável para os juros que existia no mercado — e que deixou de ser precificada. "A possibilidade de discussão sobre subida de juros, talvez, possa retardar um pouco esse apetite, ainda que de forma temporária", reconhece Pacheco. Mas a economista pondera também que parte dos projetos anunciados já começou e não será interrompida.

Segundo Myriã Bast, superintendente de pesquisas econômicas do Bradesco, os modelos indicam que, historicamente, além do juro, a confiança dos empresários também ajuda a explicar movimentos dos investimentos.

"Curiosamente, a gente vê uma melhora dos investimentos nos dados efetivos do PIB muito explicada por confiança, nem tanto por juro. E os indicadores de confiança, tanto da nossa pesquisa empresarial quanto da FGV e CNI, não apresentaram uma mudança significativa, por mais que a gente tenha passado a ter essa discussão de, pelo menos, não ver cortes de juros num horizonte bem longo. Então, talvez, a gente ainda tenha, sim, um período de investimentos um pouco mais resistentes nesses próximos meses", afirma.

Bast nota que o PIB brasileiro tem se recuperado mais via demanda doméstica do que pela produção. "A produção tem de se encontrar um pouco com o nível de consumo, que vimos crescer nesses últimos anos. Houve certo descasamento e, agora, vemos os investimentos aumentando também."

Os anúncios de investimentos não têm uma correlação direta com a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), medida para os investimentos no PIB, diz Pacheco, mas ajudam a captar o "apetite por investimento". "Se você tem mais apetite hoje, se anuncia investimento lá na frente, provavelmente, está fazendo alguma coisa agora. Mas uma coisa é coleta de informação, outra é o efetivo", afirma.

Ainda assim, Pacheco observa que mesmo a FBCF tem apresentado recuperação. Nos dados recentes de PIB, nota Bast, há um aumento de compra de maquinários e das importações. "Tem alguns sinais de tentativa de recompor produção", afirma.

Nelson Rocha Augusto, presidente e economista-chefe do banco BRP, afirma que "todo mundo sabe que investimento não gosta de incerteza". No sentido de redução dessas dúvidas, diz, houve não só a consolidação de um nível de atividade mais robusto, mas as empresas também começaram a entender melhor o funcionamento do governo atual.

"Claro que a condução da política econômica é dinâmica e pode mudar um pouco para lá, um pouco para cá, mas estamos chegando perto do meio da gestão. As grandes decisões de investimentos, e até as pequenas, já sabem qual é o comportamento do governo", diz. "A galera foi tirando os projetos da gaveta e colocando em marcha."

Além disso, ainda que haja uma discussão sobre elevação dos juros no Brasil, o ambiente internacional é de afrouxamento monetário, observa Rocha. Isso é importante tanto porque o Brasil toma dinheiro emprestado lá fora quanto porque o país emergente está na disputa pela entrada de recursos estrangeiros. "Temos diferenciais positivos. Estamos crescendo mais do que o esperado, as instituições seguem funcionando, o equilíbrio macroeconômico conjuntural é bom — ainda que o fiscal seja nosso 'calcanhar de Aquiles' no longo prazo", afirma.

Além de investimentos em saneamento e na indústria automobilística, Rocha destaca iniciativas na construção, no setor de óleo e gás e no sucroenergético, principalmente por causa do etanol de milho. O BRP projeta crescimento de 5,1% para a FBCF do Brasil em 2024, após queda de 3% em 2023, e alta de 6% em 2025. "Acho que o Brasil vai entregar FBCF crescente. É uma maravilha? Não, o Brasil tem deficiência de oferta, sempre investiu pouco e vem de uma base muito baixa", pondera Rocha.

A taxa de investimento do Brasil em relação ao PIB encerrou 2023 ao redor de 16% e até pode chegar a 17% neste ano, mas ainda estaria de 6% a 10% abaixo dos seus pares, segundo Cláudio Frischtak, sócio da Inter.B Consultoria. "Indica que algo não está funcionando bem, porque o Brasil tem um mercado em crescimento, com certo dinamismo, e tem excesso de demanda por investimento", diz.

> "Espaço para investimento público e privado é limitado"
> *Cláudio Frischtak*

Parte dessa baixa taxa de investimento, aponta, tem a ver com a taxa de poupança brasileira, que também é pequena. "O espaço para investimento público e privado é limitado", afirma.

Mas a taxa de investimento é baixa no Brasil também porque, na avaliação de Frischtak, a incerteza ainda é muito elevada. Ele se refere não apenas à volatilidade gerada por incertezas macroeconômicas — como a fiscal, que afeta a política monetária e bate no custo de capital das empresas. "Isso já é conhecido, às vezes melhora, às vezes piora, às vezes tem ruído que vem do governo, às vezes nem vem do governo. Historicamente, afeta nosso investimento. Mas, em certa medida, até mais importante é a incerteza associada à microeconomia, à elevada insegurança jurídica e à imprevisibilidade regulatória", afirma.

Recentemente, por exemplo, o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energias) e o próprio presidente Lula criticaram a atuação, respectivamente, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). "Isso gera imprevisibilidade regulatória", diz Frischtak.

Iniciativas do governo atual para impulsionar os investimentos como a depreciação superacelerada — que permite à indústria deduzir de alguns impostos investimentos em máquinas e equipamentos — até podem surtir efeito no curto prazo, segundo Frischtak. "A literatura mostra que esse tipo de incentivo gera um impulso inicial relevante nos primeiros dois a três anos, mas, depois, ele perde dinamismo e, talvez, no médio prazo, fique 'elas por elas'", afirma.

Em fase de consulta, primeira concessão florestal avança

Murillo Camarotto
De Brasília

O governo espera concluir ainda neste ano a primeira concessão pública para restauração florestal no país. Trata-se também do primeiro projeto de recuperação de terras degradadas lastreado em financiamento via créditos de carbono, o que pode ser um teste importante para o funcionamento deste mecanismo. O objetivo é recuperar 15 mil hectares na Floresta Nacional Bom Futuro, em Porto Velho (RO).

Ainda em consulta pública, o edital atrai interesse da iniciativa privada e é bem visto pela comunidade indígena vizinha ao território, mas ainda suscita algumas dúvidas relativas à fiscalização, regularização fundiária, financiamento e, principalmente, segurança.

Pelo que está planejado, a Floresta Nacional (Flona) Bom Futuro será subdividida em blocos que serão repassados para a administração das empresas. Elas terão que recuperar o terreno trazendo a vegetação o mais próximo possível daquela original da região, explicou ao **Valor** Renato Rosenberg, diretor de Concessões do Serviço Florestal Brasileiro, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

A estimativa é que a restauração de cada hectare degradado naquela floresta demande algo em torno de R$ 20 mil com irrigação, recuperação do solo e plantio de mudas, entre outras ações. Assim, a reconstituição da área custaria cerca de R$ 300 milhões. Em contrapartida, as empresas vão poder capturar os créditos de carbono relativos às novas árvores que serão plantadas. Uma parte desta receita vai para a União, na forma de outorga.

Rosenberg enfatiza, contudo, que arrecadação não é e nem será o foco. "O primeiro objetivo do governo não é arrecadatório, por isso estamos minimizando a outorga." Pelo modelo que está sendo desenhado em parceria com o BNDES, vencerá a proposta que oferecer o maior percentual da receita — com um teto próximo de 15% —, associado a um pagamento fixo, na assinatura do contrato. A equação financeira, porém, poderá variar de acordo com ações não compulsórias que o projeto quer estimular. "Investimentos em pesquisa e compra de mudas e sementes das comunidades indígenas podem ser algumas dessas ações. Não é obrigatório, mas, se fizer, ganha um bônus", exemplificou.

Vizinha à Flona Bom Futuro, a comunidade indígena Karitiana vê com otimismo a chegada do projeto, tanto em termos econômicos quanto para a segurança do território demarcado, que ocupa cerca de 800 hectares. "A gente precisa resgatar o reflorestamento. Estamos sofrendo muito com invasões de garimpeiros e de madeireiros e acho que eles [os concessionários] podem ajudar a fiscalizar a nossa região também", avalia Edilene Karitiana, uma das líderes do grupo.

Ainda não está definido, entretanto, o formato do esquema de segurança para território a ser concedido, que tem um histórico de invasões e de atuação de grileiros e do crime organizado. Sem poder de polícia, as empresas concessionárias precisarão de suporte relevante do Estado para operar com alguma segurança no local.

Rosenberg afirma que, na visão do governo, uma parte do risco "faz parte do próprio risco do negócio e é o mesmo para o caso de um projeto em área privada". "Por outro lado, somente o poder público tem poder de polícia e, por isso, parte deste risco será alocada no poder concedente", informou ele, ao lembrar que os limites da atuação de cada ator serão discutidos nas audiências públicas previstas para este mês.

> "É preciso resgatar o reflorestamento. Estamos sofrendo com invasões"
> *Edilene Karitiana*

Os Karitiana também veem oportunidades para a venda de mudas. A oferta de mudas para os projetos de restauração é um dos possíveis gargalos para o objetivo do governo de recuperar 12 milhões de hectares, conforme revelado ao **Valor** em julho do ano passado pelo presidente do Serviço Florestal Brasileiro, Garo Batmanian. Na ocasião, ele estimou uma demanda de cerca de 5 bilhões de mudas de várias espécies. A produção à época estava em torno de 150 milhões de mudas por ano.

No caso das concessões, segundo Rosenberg, esse risco é privado e com poucas chances de haver problemas. "Eles [concessionários] terão um cronograma máximo bem confortável para fazer a restauração. Neste período, vão ter tempo para organizar os viveiros, sejam eles verticais, sejam horizontais", explicou.

Uma das interessadas em participar da concorrência, a re.green! ressalta que já adota parcerias com comunidades locais em outros projetos, em especial cursos de coleta de sementes, atividade essencial na produção das mudas. Diretora de relações institucionais da empresa, Mariana Barbosa diz que a Flona Bom Futuro pode ser um marco para a restauração florestal no país, mas lembra que ainda há perguntas a serem respondidas.

"É uma modelagem única e inovadora. Vemos como agenda positiva e, ao longo dos últimos meses, temos estudado os editais. O momento do processo é justamente este: entender como vai funcionar, sair de um lugar de olhar as oportunidades e agora ver a coisa ganhando forma", contou Barbosa.

Rosenberg saiu otimista das primeiras sondagens com potenciais interessados. Além da re.green!, outra interessada em participar da concorrência é a Biomas, sociedade criada em 2022 por Itaú Unibanco, Santander, Rabobank, Vale, Suzano e Marfrig para atuar em reflorestamento e conservação.

Natalia Renteria, diretora de Assuntos Regulatórios da Biomas, avalia que a proposta da concessão "faz todo o sentido" para a empresa. Ela reitera que o sucesso de uma concessão desse tipo pode ser marco para dar escala a projetos de restauração. "Para um setor que ainda está engatinhando, é muito importante. Para escalar em linha com os compromissos climáticos do país, é necessário um modelo econômico que pare em pé. E as concessões se encaixam nisso. Estamos avaliando essa oportunidade, vimos com excelentes olhos a abertura desse processo."

O cronograma do edital prevê uma consulta pública com os povos indígenas, confirmada para a próxima segunda-feira (9), na aldeia central da Terra Indígena Karitiana, em Porto Velho. No dia 10 ocorre a reunião do conselho consultivo da Flona Bom Futuro, e, no dia seguinte, a audiência pública.

Após esses eventos, haverá período de duas semanas para esclarecimento de dúvidas para, então, encaminhar a versão final do edital ao TCU. O tribunal tem 75 dias para analisar o material.

> "Concessões se encaixam em modelo econômico que para em pé"
> *Natalia Renteria*

'Valor', 'O Globo' e CBN vão sabatinar candidatos à prefeitura de Rio, São Paulo e Belo Horizonte



Do Rio

A partir desta segunda-feira, os jornais **Valor** e "O Globo" e a rádio CBN darão início às sabatinas com os principais candidatos às prefeituras de Belo Horizonte, Rio e São Paulo. Os cinco primeiros colocados na corrida da capital mineira abrem a série: o deputado estadual Mauro Tramonte (Republicanos) será entrevistado amanhã; Fuad Noman (PSD), atual prefeito, na terça-feira; o deputado estadual Bruno Engler (PL), na quarta-feira; a deputada federal Duda Salabert (PDT), na quinta-feira; e o senador Carlos Viana (Podemos), na sexta-feira.

As entrevistas terão transmissão ao vivo pela rádio e nos sites e redes sociais dos três veículos. Os eleitores também poderão se informar pelas reportagens e análises sobre os encontros.

Ao todo, serão três semanas de sabatinas presenciais, que terão início às 10h30, com duração aproximada de uma hora.

Em todas as capitais, as sabatinas serão conduzidas por jornalistas e colunistas dos três veículos. Na capital mineira, os candidatos serão entrevistados pelas colunistas Bela Megale e Renata Agostini, de "O Globo" e da CBN, pela âncora da rádio Shirley Souza e pela jornalista Cibelle Bouças, repórter do **Valor**.

As entrevistas ajudarão os eleitores a ter mais informações sobre os candidatos, que serão questionados sobre seus programas de governo e as principais propostas. "As sabatinas são um momento único da corrida eleitoral, em que os candidatos podem ser questionados detalhadamente sobre suas propostas e suas trajetórias política e pessoal. O evento, que já virou uma tradição do 'Globo', reforça nosso compromisso em fiscalizar o poder público e em fortalecer a democracia brasileira", explica Alan Gripp, diretor de redação do "Globo".

As duas semanas seguintes serão dedicadas às disputas das prefeituras do Rio e de São Paulo. Dos dias 9 a 13 de setembro, de segunda a sexta-feira, serão ouvidos os cinco primeiros colocados para a disputa carioca, de acordo com a pesquisa Datafolha ou Quaest mais recente.

Os entrevistadores dos candidatos do Rio serão os colunistas Lauro Jardim e Merval Pereira, do "Globo" e da CBN, os âncoras da rádio Bianca Santos e Leandro Resende, e a jornalista Camila Zarur, repórter do **Valor**.

"Depois das sabatinas temáticas que fizemos com os representantes das campanhas para detalhar as propostas sobre saúde, educação, mobilidade e ordem pública, chegou a hora de ouvir os candidatos para deixar os ouvintes e leitores muito bem informados na hora de tomar a decisão sobre o voto", diz Pedro Dias Leite, diretor de jornalismo da rádio CBN.

A partir do dia 16 de setembro, os veículos entrevistam os cinco primeiros colocados na disputa à prefeitura de São Paulo. As sabatinas da capital paulista serão comandadas pelas colunistas Vera Magalhães e Malu Gaspar, do "Globo" e da CBN, Maria Cristina Fernandes, do **Valor** e da rádio, e pelos âncoras da rádio Débora Freitas e Fernando Andrade.

"Com essa série de sabatinas em conjunto, reafirmamos, mais uma vez, nosso propósito de levar o máximo de informação possível às nossas audiências. Com profissionais dos três veículos participando, há uma complementaridade importante das questões levantadas. E também conseguimos ampliar o alcance das entrevistas", afirma a diretora de redação do **Valor**, Maria Fernanda Delmas.

Eleições Momento mais tenso foi quando tucano saiu do púlpito e se dirigiu a candidato do PRTB

Marçal e Nunes foram os maiores alvos em debate marcado por agressões



VITORIA VITORINO/TV GAZETA

Debate na Gazeta: Marçal foi chamado de "tchutchuca do PCC", Nunes de "ladrãozinho", Datena de "fujão", Boulos de "sem vergonha" e Tabata de "garota"

Cristiane Agostine e Cristian Favaro
De São Paulo

Com um clima belicoso, o debate com cinco candidatos à Prefeitura de São Paulo promovido pela TV Gazeta e pelo canal My News na noite do domingo (01) foi marcado pela troca de ofensas e por acusações sobre a infiltração do crime organizado em São Paulo.

O debate contou com a presença do deputado federal Guilherme Boulos (Psol), do influencer Pablo Marçal (PRTB), do prefeito Ricardo Nunes (MDB), do apresentador José Luiz Datena (PSDB) e da deputada federal Tabata Amaral (PSB).

O momento mais tenso foi protagonizado por Marçal e Datena, que se provocaram, trocaram acusações e por pouco não se agrediram fisicamente. Depois de o candidato do PSDB ter falado que o "influencer" tentou fazer um acordo eleitoral antes do primeiro debate da TV Bandeirantes, os ataques entre os dois se intensificaram e Datena deixou o púlpito onde estava para enfrentar, cara a cara, Marçal, no terceiro bloco. A mediadora, Denise Campos de Toledo, chamou o segurança, e o tucano voltou ao seu lugar. Com o clima tenso, o bloco foi encerrado antecipadamente. As provocações continuaram no intervalo e depois do fim do debate, não só entre os dois candidatos mas também entre integrantes das campanhas do PRTB e do PSDB.

Datena afirmou que Marçal degradava o debate e ameaçava a democracia.

"Você nos faz atores passivos de um filminho de horror". Acuado pelos rivais, Marçal disse que seus adversários compunham "um consórcio comunista" que passou a atacá-lo em função de ter se tornado um dos líderes das pesquisas.

A infiltração do crime organizado na cidade permeou todo debate, entre críticas a Pablo Marçal e sua suposta ligação e de integrantes de seu partido com o PCC, e também sobre a participação de facções criminosas em contratos da gestão Ricardo Nunes, como em empresas de ônibus.

Já no início do debate, Nunes atacou Marçal a quem chamou de "Pablito" e lembrou que o candidato do PRTB já foi preso por participar de uma quadrilha de fraude a bancos. Nunes fez menção a áudios obtidos na investigação a que Marçal respondeu, em 2005, divulgados neste domingo pelo portal UOL. Nos áudios, Marçal era chamado pelo diminutivo.

O prefeito disse que integrantes do PRTB "tem ligação estreita com o PCC" e que o piloto de Marçal seria ligado ao narcotráfico. Marçal provocou Nunes, a quem chamou de "bananinha", e disse que ele perdeu o apoio do bolsonarismo. "Como é ter Bolsonaro de amante? Você gosta muito dele e tem que esconder no bolso. Nenhum bolsonarista te apoia", disse o influencer. "Dá um jeito de ganhar para você se manter blindado, senão vai para cadeia. Não fui eu que defendi empresa de ônibus do PCC", afirmou o candidato do PRTB. Nunes retrucou e chamou o "Pablito" de "tchutchuca do PCC".

> Terceiro bloco do debate foi interrompido por mediadora para restabelecer ordem

Datena mirou nos dois adversários da direita. "Dentro do governo do Ricardo Nunes tem o crime organizado andando de ônibus e ele [prefeito] não sabe de nada. O outro candidato [Marçal] é um estelionatário virtual", disse o candidato, afirmando na sequência que eleger Nunes e Marçal é "eleger o crime organizado". "Não resolve qualquer problema de segurança se não atacar o PCC, o crime organizado e outras organizações infiltradas na política", disse. "O crime organizado está chegando com milícias, está financiando e elegendo políticos de São Paulo", afirmou o candidato.

Boulos disse que São Paulo não pode ficar refém do "banditismo nem do bolsonarismo", em críticas a Marçal e Nunes. Mas durante o debate trocou xingamentos com o prefeito, a quem chamou de "ladrãozinho", sendo chamado de "sem vergonha".

Datena afirmou, em diversos momentos, que o "crime organizado está se infiltrando na política" e disse que a "democracia brasileira corre o risco de virar a Colômbia", fazendo referências a Pablo Escobar, líder do cartel de Medellin, morto em 1993 e retratado em minisséries e filmes recentemente. Tabata Amaral aproveitou a deixa para ressaltar a coincidência de prenome entre o bandido colombiano e o candidato do PRTB.

O candidato do PSDB, contudo, voltou a fazer carga sobre o prefeito e lembrou também de uma operação do Ministério Público que identificou a atuação de guardas civis metropolitanos em uma milícia na região da Cracolândia. Nunes afirmou que Datena já teria sido condenado por fazer imputações falsas de crime, repetindo resposta dada no primeiro embate entre os dois, no debate da TV Bandeirantes.

Durante o debate, Boulos, Datena e Tabata se pouparam de ataques diretos e por diversas vezes fizeram dobradinhas para atacar a gestão de Nunes e Pablo Marçal. Tabata afirmou que ingressou com ação na Justiça Eleitoral contra Marçal, por uma nova acusação de financiamento ilegal e suposto uso abusivo de poder econômico.

A candidata indicou ainda que o suposto caixa dois da campanha de Marçal tem ligação com lavagem de dinheiro e o crime organizado. "Quem financia e a quem interessa a candidatura de Pablo?", questionou.

O adversário retrucou chamando-a de garota e, debochando, indagou: "Qual a sensação de bater em alguém e esse alguém cair para cima?". Enquanto Tabata respondia, Marçal ficava fazendo mímicas, fazendo com as mãos o "M", uma das marcas da sua campanha, e seu número de urna. ***(Colaboraram César Felício e Marcelo Coppola)***

Debate mostra que, na TV, fórmula de Marçal se esgotou

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

Sem tempo na propaganda eleitoral gratuita, Pablo Marçal tem, nos debates, a única oportunidade de buscar o eleitor que não está ao alcance de suas redes sociais. Naquele da TV Gazeta/Canal My News, na noite deste domingo, falhou. Foi encurralado por quatro adversários, Ricardo Nunes (MDB), Guilherme Boulos (PSol), Tabata Amaral (PSB) e José Luiz Datena (PSDB), que apresentaram novas denúncias e aumentaram o tom contra sua candidatura.

A fórmula de Marçal, focada nos xingamentos — "bananinha" (Nunes), "boules" (Boulos) ou "Chatabata" (Tabata) — parece ter se esgotado. A imagem que se fixa é a de "provocador". Em mais de um grupo de eleitores reunidos para avaliar o debate, porém, houve queixas generalizadas sobre o nível do debate e a ausência de propostas.

Com ataques fundamentados em documentos publicados em suas redes durante o debate, Tabata e Boulos foram os mais poupados pelas queixas dos grupos. Nunes, segundo mais atacado, teve dificuldade de se defender. Só não teve o desempenho mais apagado que Datena, que desrespeitou as regras ao deixar seu púlpito para se aproximar de Marçal.

Tabata, como havia prometido, anunciou a terceira ação de sua campanha contra Marçal durante o debate. Como antecipado pelo **Valor**, a candidata do PSB, nesta representação, acusa o adversário do PRTB de enviar e-mails para ex-alunos de seus cursos propagando os novos perfis criados depois do bloqueio determinado pela justiça eleitoral nas redes do candidato. De acordo com a representação, Marçal desrespeitou a Lei Geral de Proteção de Dados ao se valer das listas de e-mails de suas empresas para fazer propaganda eleitoral.

Já Boulos, que, no primeiro dos confrontos, na TV Bandeirantes, reagiu com destempero à provocação de Marçal com sua carteira de trabalho, exibiu em suas redes, durante o debate, um vídeo que trouxe uma ação trabalhista contra o candidato do PRTB. Nesta ação, um funcionário contratado para uma fazenda de Marçal (Resort Digital), em Porto Feliz (SP), o acusa de tê-lo obrigado a abrir uma Microempresa Individual (MEI) como subterfúgio à carteira assinada, além de não tê-lo ressarcido de várias despesas que se fizeram necessárias à prestação de serviços na horta e na cozinha do hotel.

> Reação ao candidato do PRTB é a única liga entre Boulos, Tabata, Nunes e Datena

Marçal ainda foi confrontado com a procuração que entregou a um acusado de integrar organização criminosa para que o representasse junto a órgãos públicos. Tácio Lorran, do portal Metrópoles, contou que o empresário e piloto Florindo Ciorlin, representante legal de Marçal, é acusado pelo Ministério Público Federal de atuar na aquisição e ocultação de aeronaves para o transporte de 5,1 toneladas de cocaína da Bolívia para o Brasil. O candidato do PRTB não conseguiu explicar a contratação do piloto, limitando-se a dizer que desconhecia suas ligações com o crime. "PCC são os patriotas contra os comunistas", apelou.

Nunes também abandonou a postura mais neutra em relação a Marçal adotada no debate da Bandeirantes, chamando-o de "Pablito" e rememorando os processos acumulados pelo candidato do PRTB — "Bananinha foi o que você comeu na cadeia, tchutchuca do PCC". Tratado por Boulos como a "outra face" de Marçal, acusou o candidato do Psol de "invasor, sem-vergonha e sem-caráter" mas teve dificuldade de responder às questões mais propositivas.

O candidato do Psol o questionou sobre a privatização da Sabesp, que chamou de "Enel da água", por conta dos apagões sucessivos na capital, e pela conclusão de apenas quatro novos corredores de ônibus. Já a candidata do PSB lembrou a queda de São Paulo no ranking de alfabetização, no que não foi contestada pelo prefeito e candidato à reeleição.

Tábata escorregou nos "ecopontos" e Boulos passou do ponto ao se referir a Nunes como "ladrãozinho de creche", mas foram os candidatos de melhor desempenho num debate marcado pela reação ao único que, como lembrou o jornalista Josias de Souza, já assumiu ter entrado nesta disputa para se valer da "idiotice" do eleitor.

O PT conhece o eleitor de Marçal há anos e o ignorou



Bruno Carazza

A fora a decisão de Alexandre de Moraes de tirar o X-Twitter do ar, as conversas sobre política nas últimas semanas giram sobre um só personagem: Pablo Marçal.

Muito se tem falado de seus métodos (os legítimos e os ilegais) comerciais, de seu marketing digital aplicado à campanha eleitoral e de seu discurso teológico coach (como caracterizou a cientista política Ana Carolina Evangelista), mas pouco ainda se discute sobre o seu potencial eleitorado.

E o mais interessante é que os eleitores que aderem em velocidade estonteante a Marçal hoje (não só em São Paulo, mas no Brasil todo) já vêm sendo mapeados há anos pelo PT – embora ninguém tenha dado a importância devida a esse fenômeno.

Nas eleições municipais de 2016, o então prefeito, Fernando Haddad, mesmo apoiado por Lula e Dilma Rousseff, foi derrotado por João Doria no primeiro turno, com menos de um terço dos votos válidos (53,3% a 16,7%). O tucano venceu em todas as regiões da cidade, com a exceção de Parelheiros e Grajaú, em que a maioria dos eleitores preferiu Marta Suplicy (então no MDB).

Perplexo por ter perdido por larga margem até nos bairros mais pobres da cidade, onde tradicionalmente era muito bem votado, o PT resolveu investigar as causas do desempenho tão ruim. Especialistas contratados pela Fundação Perseu Abramo realizaram então uma série de entrevistas qualitativas entre novembro de 2016 e janeiro de 2017 para entender o que pensava o morador dessas regiões.

A pesquisa "Percepções e Valores Políticos nas Periferias de São Paulo" revelou um eleitor muito diferente do estereótipo utilizado nas análises políticas.

Para o PT e a esquerda em geral, a conclusão mais surpreendente dizia respeito às visões do residente da periferia paulistana a respeito de sua classe social e do próprio Estado.

Cito textualmente algumas das constatações da pesquisa: "No imaginário da população não há luta de classes; o 'inimigo' é, em grande medida, o próprio Estado ineficaz e incompetente", e não o patrão explorador.

Aliás, "trabalhador e patrão são diferentes, mas não existe no discurso [desses eleitores] relação de exploração: um precisa do outro, estão no mesmo barco". E assim "todos são 'vítimas' do Estado que cobra impostos excessivos, impõe entraves burocráticos, gerencia mal o crescimento econômico e acaba por limitar ou 'sufocar' a atividade das empresas".

Longe de terem sido abduzidos pela ideologia neoliberal, a pesquisa do PT aponta para um certo "liberalismo popular" bem recebido na periferia da capital econômica do país: uma população que havia progredido economicamente com o Plano Real e as políticas sociais dos governos Lula e Dilma, que tinha "forte desejo por visibilidade e valorização pessoal" e que acreditava no trabalho e no esforço como instrumento de ascensão social.

Para os pesquisadores da Fundação Perseu Abramo, o PT precisaria compreender melhor esse fenômeno, pois as entrevistas apontavam que esse eleitorado "tem a igualdade de oportunidades como ponto de partida e a defesa do mérito como linha de chegada", "trata o mercado como instituição mais crível que o Estado", e "reconhece a importância de um Estado eficaz em reverter impostos em serviços de qualidade e em reduzir desigualdades".

Boa parte desse descrédito em relação ao Estado vinha de uma forte desconfiança com a política institucional, vista como "suja" e "cheia de gente mau caráter". Para os entrevistados, a solução passaria pela ascensão de "gente do bem e a fim de trabalhar" e de parcerias do poder público com empresas.

Muitos desacreditaram os resultados dessa pesquisa, apontando problemas metodológicos (amostra muito pequena) ou vieses ligados ao timing da pesquisa — em meio a uma crise política (a Lava Jato) e logo após a vitória de Doria, que exacerbava esses valores pró-mercado na sua propaganda política.

No entanto, entre setembro e outubro de 2021 a Fundação Perseu Abramo foi a campo para entrevistar eleitores não identificados com Lula e nem com Bolsonaro nas cinco regiões do país ("Percepções e Valores da População Brasileira não Polarizada"). E os resultados foram muito similares.

O cidadão que se destaca nessa nova pesquisa é "fortemente alinhado ao valor do trabalho e convicto da necessidade de batalhar para vencer na vida". Nesse caso, "trabalhador" é visto como adjetivo (sinônimo de lutador, esforçado, empenhado) e não substantivo (posição numa sociedade de classes).

Para esse público, "o padrão de consumo é o que dita a percepção de classe". Ou seja, o mundo não é dividido entre patrões e empregados, mas entre ricos, classe média e pobres. Nesse contexto, há uma crença de que "a ascensão social e econômica é possível e que pessoas mais pobres podem ser ricas um dia" — desde que sejam "batalhadores, fortes e persistentes".

E nessa batalha para "ser alguém na vida", dois núcleos sociais proveem os valores e são espaço de acolhimento: a família e a igreja.

Pablo Marçal tornou-se milionário vendendo a ilusão da prosperidade a esse público. O grande desafio que a política tradicional tem é evitar que ele converta esses seguidores em votos — e isso não é um problema só de São Paulo.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras.
Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

aes Brasil

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 00.194.724/0001-13 - NIRE 35.300.574.290

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 10ª (DÉCIMA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

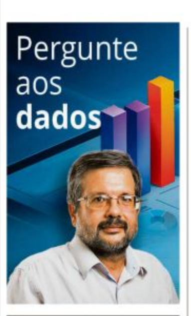
Considerando Que: (A) em 15 de maio de 2024, a AES Brasil Energia S.A. ("**AES Brasil**") divulgou fato relevante ("**Fato Relevante**") através do qual comunicou que foi celebrado, em 15 de maio de 2024, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("**Auren**") e a ARN Holding Energia S.A. ("**ARN**"), o "*Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças*" ("**Acordo**") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren ("**Combinação de Negócios**" ou "**Operação**"); **(B)** em decorrência da Operação (e condicionado à verificação de condições usuais para operações desta natureza), o Acordo prevê que a Operação será realizada por meio da incorporação, pela ARN, uma sociedade cujo capital é integralmente detido pela Auren, da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES Brasil, com a consequente conversão da AES Brasil em subsidiária integral da ARN e a emissão, pela ARN, de novas ações ordinárias e preferenciais compulsoriamente resgatáveis. Como ato subsequente, a ARN será incorporada pela Auren, de modo que a ARN será extinta e a Auren passará a ser titular da totalidade do capital social da AES Brasil, resultando a Operação na troca do controle direto e indireto (assim definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (conforme abaixo definida) ("**Controle**") da AES Brasil e indireto da **AES Brasil Operações S.A.** ("**Emissora**"); **(C)** nos termos da Cláusula 6.1.1, itens (vii) e (viii) da Escritura de Emissão (conforme abaixo definida), são hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures **(i)** *alteração do Controle, exceto se a The AES Corporation seja preservada como acionista controlador (direto ou indireto) da Emissora, ou, se a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme quórum previsto na Escritura de Emissão*; e **(ii)** *declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora ou por suas Controladas Relevantes, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado igual ou superior a US$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares), ou equivalente em outras moedas na data da referida declaração de vencimento antecipado*; **(D)** as matérias acima dependem de aprovação dos Debenturistas (conforme abaixo definidos). Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação ("**Debenturistas**") da 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação AES Brasil Operações S.A. ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 10ª (Décima) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da AES Brasil Operações S.A.*", celebrado em 31 de outubro de 2022, entre a Emissora e a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** ("**Agente Fiduciário**"), conforme aditado em 08 de dezembro de 2022 ("**Escritura de Emissão**") para se reunirem em primeira convocação, nos termos da cláusula 10.1.2 da Escritura de Emissão, no dia 23 de setembro de 2024, às 17:00 horas, em assembleia geral de debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma digital *Ten Meetings* ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Escritura de Emissão, do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para deliberar sobre as seguintes **Ordens do Dia: (I)** Aprovar o consentimento prévio (*waiver*) para a realização da Operação, conforme previsto na Cláusula 10.10 (iii) da Escritura de Emissão, de modo a **(a)** aprovar a alteração do controle direto da AES Brasil e indireto da Emissora, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da 6.1.1, inciso (viii) da Escritura de Emissão, restando certo e assegurado aos Debenturistas e à Emissora, como consequência de tal consentimento prévio (*waiver*), os dispositivos deste inciso relacionados ao controle (direto ou indireto) da Emissora, atualmente aplicáveis ou relacionados à AES Corporation, na qualidade de atual controladora indireta da Emissora continuarão válidos e integralmente aplicáveis em relação (a.1) à Votorantim S.A. isoladamente; ou (a.ii) à Votorantim S.A. e ao *Canada Pension Plan Investment Board* conjuntamente, na qualidade novo(s) controlador(es) indireto(s) da Emissora e/ou da AES Brasil, respeitados, em qualquer caso, os respectivos termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão; e **(b)** renunciar ao direito de declarar o vencimento antecipado desta dívida caso, em decorrência da Operação, haja a declaração de vencimento antecipado de quaisquer outras dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora e/ou pelas SPEs, no mercado local ou internacional, em valor agregado inferior a US$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), ou o seu equivalente em outras moedas, na data da referida declaração de vencimento antecipado, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1, inciso (vii) da Escritura de Emissão; **(II)** Aprovar a autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na AGD. Informações Gerais: **A) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Emissora no endereço (https://assembleia.ten.com.br/033063449), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, preferencialmente, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"): i) **Pessoa física:** documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) **Pessoa jurídica:** (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) **Fundo de investimento:** (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **B) Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/033063449), e apresentar os documentos indicados abaixo: i) documento de identificação com foto; ii) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital; e iii) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. Como anexo à Proposta da Administração pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **C) Instrução de Voto.** Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância ("**Instrução de Voto**"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: i) Acessando o link (https://assembleia.ten.com.br/033063449) e realizando o preenchimento da Instrução de Voto diretamente na Plataforma Digital, na seção de "Instrução de Voto", bem como anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou ii) Acessando as páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos) ou da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/), para obtenção do modelo de Instrução de Voto e preenchimento apartado para, posteriormente, acessar o endereço a Plataforma Digital (https://assembleia.ten.com.br/033063449), preencher o cadastro e anexar todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B), incluindo a Instrução de Voto preenchida e digitalizada, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. iii) O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. A administração da Emissora reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Emissora pelo endereço eletrônico estruturacao.financeira@aes.com e/ou ao Agente Fiduciário, pelo endereço eletrônico assembleias@pentagonotrustee.com.br. Este edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br/Site/Investidores) da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os demais termos e condições da Operação encontram-se descritos e detalhados no Fato Relevante, o qual encontram-se disponíveis para consulta no website da AES Brasil (https://ri.aesbrasil.com.br), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 31 de agosto de 2024.

POTENGI HOLDINGS S.A.

CNPJ/MF nº 42.165.941/0001-25 - NIRE 35.300.569.903

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DA POTENGI HOLDINGS S.A.

Considerando Que: (A) em 15 de maio de 2024, a AES Brasil Energia S.A. ("**AES Brasil**") divulgou fato relevante ("**Fato Relevante**") através do qual comunicou que foi celebrado, em 15 de maio de 2024, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("**Auren**") e a ARN Holding Energia S.A. ("**ARN**"), o "*Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças*" ("**Acordo**") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren ("**Combinação de Negócios**" ou "**Operação**"); **(B)** em decorrência da Operação (e condicionado à verificação de condições usuais para operações desta natureza), o Acordo prevê que a Operação será realizada por meio da incorporação, pela ARN, uma sociedade cujo capital é integralmente detido pela Auren, da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES Brasil, com a consequente conversão da AES Brasil em subsidiária integral da ARN e a emissão, pela ARN, de novas ações ordinárias e preferenciais compulsoriamente resgatáveis. Como ato subsequente, a ARN será incorporada pela Auren, de modo que a ARN será extinta e a Auren passará a ser titular da totalidade do capital social da AES Brasil, resultando a Operação na troca do controle direto e indireto (assim definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (conforme abaixo definida) ("**Controle**") da AES Brasil e indireto da **Potengi Holdings S.A.** ("**Potengi**" ou "**Emissora**") e/ou da Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A. ("**Santa Tereza 1**"), Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A. ("**Santa Tereza 10**"), Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A. ("**Santa Tereza 4**") e Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A. ("**São Ricardo 11**" e, em conjunto com Santa Tereza 1, Santa Tereza 10 e Santa Tereza 4, as "**SPEs**"); **(C)** nos termos da Escritura de Emissão (conforme abaixo definido), são hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures **(i)** *a alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) e/ou das SPEs, exceto no caso de uma Reorganização Societária Permitida. Para fins da Escritura de Emissão, "Reorganização Societária Permitida" significa uma reorganização societária envolvendo a Emissora (a) na qual a The AES Corporation mantém o controle direto ou indireto da Emissora e dos Projetos; ou (b) a qual tenha sido previamente aprovada pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão*; e **(ii)** *a declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora, pelas SPEs e/ou pelas Fiadoras, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado igual ou superior a (a) R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a Emissora ou para as SPEs, ou (b) US$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), ou o seu equivalente em Real, para a AES Brasil; (...) na data da referida declaração de vencimento antecipado ou valor equivalente em outras moedas, considerado de forma individual ou agregado*; e **(D)** as matérias acima dependem de aprovação dos Debenturistas (conforme abaixo definidos); Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação ("**Debenturistas**") da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático da **Potengi Holdings S.A.** ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória Adicional, Em Série Única, Para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático da Potengi Holdings S.A.*" celebrada em 19 de janeiro de 2024, entre a Emissora, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** ("**Agente Fiduciário**"), a AES Brasil e a **BRF S.A.** ("**BRF**" e, quando em conjunto com AES Brasil, as "**Fiadoras**"), conforme aditado em 24 de janeiro de 2024 ("**Escritura de Emissão**") para se reunirem em primeira convocação, nos termos da cláusula 9.2.1 da Escritura de Emissão, no dia 24 de setembro de 2024, às 14:00 horas, em assembleia geral de debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma digital *Tem Meetings* ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Escritura de Emissão, do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA: (I)** Aprovar o consentimento prévio (*waiver*) para a realização da Operação, conforme previsto na Cláusula 6.10 e 9.5 da Escritura de Emissão, conforme aplicável, de modo a **(a)** aprovar a alteração do controle direto da AES Brasil e indireto da Emissora e das SPEs, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1, inciso (vii) da Escritura de Emissão, restando certo e assegurado aos Debenturistas, à Emissora, à AES Brasil e quaisquer das SPEs que, como consequência de tal consentimento prévio (*waiver*), o dispositivo deste inciso relacionado ao controle indireto da Emissora e/ou das SPEs, atualmente aplicáveis ou relacionados à AES Corporation, na qualidade de atual controladora indireta da Emissora, das SPEs e/ou direta da AES Brasil continuarão válidos e integralmente aplicáveis em relação **(a.i)** à Votorantim S.A. isoladamente; ou **(a.ii)** à Votorantim S.A. e ao *Canada Pension Plan Investment Board* conjuntamente, na qualidade novo(s) controlador(es) indireto(s) da Emissora, das SPEs e/ou da AES Brasil, respeitados, em qualquer caso, os respectivos termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão; e **(b)** renunciar ao direito de declarar o vencimento antecipado desta dívida caso, em decorrência da Operação, haja a declaração de vencimento antecipado de quaisquer outras dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela AES Brasil, pela Emissora e/ou pelas SPEs, no mercado local ou internacional, em valor agregado inferior a US$100.000.000,00 (cem milhões de dólares), ou o seu equivalente em outras moedas, na data da referida declaração de vencimento antecipado, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1, inciso (vi), da Escritura de Emissão; e **(II)** Aprovar a autorização para que a Emissora, as Fiadoras e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na AGD. Informações Gerais: **A) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Emissora no endereço (https://assembleia.ten.com.br/003740850), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"): i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **B) Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/003740850), e apresentar os documentos indicados abaixo: i) documento de identificação com foto; ii) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital; e iii) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. Caso prefira, nas páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos) ou da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/), pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido, desde que de acordo com as orientações acima. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **C) Instrução de Voto.** Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância ("**Instrução de Voto**"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: i) Acessando o link (https://assembleia.ten.com.br/003740850) e realizando o preenchimento da Instrução de Voto diretamente na Plataforma Digital, na seção de "Instrução de Voto", bem como anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou ii) Acessando as páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos) ou da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/), para obtenção do modelo de Instrução de Voto e preenchimento apartado para, posteriormente, acessar o endereço a Plataforma Digital (https://assembleia.ten.com.br/003740850), preencher o cadastro e anexar todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B), incluindo a Instrução de Voto preenchida e digitalizada, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. A administração da Emissora reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Emissora pelo endereço eletrônico estruturacao.financeira@aes.com e/ou ao Agente Fiduciário, pelo endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Este edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos), da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os demais termos e condições da Operação encontram-se descritos e detalhados no Fato Relevante, o qual encontram-se disponíveis para consulta no website da AES Brasil (https://ri.aesbrasil.com.br), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 31 de agosto de 2024.



César Felício

Esquerda larga atrás no conjunto das pesquisas

A primeira rodada quase completa de pesquisas para a eleição municipal nas capitais e nos maiores municípios do interior, realizadas em agosto pela Quaest, Ipec, Ipespe e Atlas Intel, mostra um cenário desalentador para a esquerda e para o PT, em especial.

Nas 11 capitais em que o panorama atual é de definição em primeiro turno, apenas Recife, com João Campos (PSB), deve permanecer nas mãos da esquerda. Onde há segundo turno mais provável, em outras 13 capitais, o PT não lidera em nenhuma e está em segundo em Porto Alegre e Teresina.

Conta com chance de ir ao segundo turno em Cuiabá, Campo Grande e Belo Horizonte, mas por enquanto não está se garantindo. Seus candidatos nessas capitais estão empatados no limite da margem de erro com o segundo colocado.

O Psol está em primeiro lugar em São Paulo, com Guilherme Boulos (SP), em uma aliança de esquerda, mas em uma situação frágil, empatado com Pablo Marçal (PRTB), da ultradireita, e Ricardo Nunes (MDB), alinhado ao bolsonarismo.

O PSB é competitivo em Curitiba, e o PDT está em segundo lugar em Fortaleza, em uma conjuntura de afastamento em relação aos outros partidos deste campo ideológico. Em Belo Horizonte, a pedetista Duda Salabert está empatada em segundo com Bruno Engler (PL).

Onde partidos de esquerda participam da aliança, mas sem encabeçar a chapa, o resultado também não impressiona. Eduardo Paes (PSD) é favorito para se reeleger no primeiro turno no Rio de Janeiro e os emedebistas Igor Normando e Marcus Alexandre devem ir ao segundo turno em Belém e Rio Branco apoiados por uma ou mais siglas da esquerda.

Do lado bolsonarista, o panorama é melhor, mas longe das previsões otimistas do presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, que apostava na eleição de até oito prefeitos de capitais. Deve reeleger no primeiro turno João Henrique Caldas em Maceió. Em Rio Branco Tião Bocalom terá dificuldades em obter um novo mandato. Está empatado com Marcus Alexandre (MDB). O partido deve ir ao segundo turno em Palmas, Cuiabá, Belém e Aracaju, mas em um quadro de dificuldades para formar alianças no segundo turno.

Em Belo Horizonte, uma das grandes apostas do partido, Bruno Engler está em segundo, mas seriamente ameaçado pela divisão do campo da direita. Engler não conta com o apoio do governador Romeu Zema (Novo), que fechou uma aliança com Mauro Tramonte, do Republicanos. E ainda enfrenta a concorrência de Carlos Viana, do Podemos. Uma vitória de Tramonte em Belo Horizonte será uma vitória da direita, mas não do bolsonarismo.

O único candidato extremista da direita competitivo nas capitais nesse instante é Pablo Marçal em São Paulo. Marçal tenta se associar ao bolsonarismo e concorre sem apoio de estruturas políticas, como "outsider". Candidatos como Marçal tiveram bastante sucesso nas eleições municipais de 2016, mas esse ano, com exceção dele, estão em baixa.

No resto do país os candidatos de direita que encabeçam as pesquisas estão ligados a forças mais tradicionais da política. Capitão Wagner (União Brasil) em Fortaleza, por exemplo, foi alinhado ao bolsonarismo no passado, mas começou a se distanciar dessa corrente na eleição de 2022. Eduardo Pimentel (PSD), competitivo em Curitiba, conta com o apoio do PL, mas pertence ao grupo do governador Ratinho Júnior (PSD). Bruno Reis (União Brasil) em Salvador também é apoiado pelo bolsonarismo, mas sua reeleição deve fortalecer sobretudo o ex-prefeito ACM Neto.

O Centrão impera na maioria das capitais, sendo o caso mais emblemático o de Macapá, onde o prefeito, Doutor Furlan (MDB), conta com nada menos que 91% de intenção de voto e zero por cento de reprovação. O principal grupo político do Estado, liderado pelo senador Davi Alcolumbre, o governador Clécio Luís e o ministro do Desenvolvimento Regional Waldez Góes, optou por se ausentar da eleição. Mas não faltam adversários a Furlan, que enfrenta PSDB, Republicanos, Psol e Novo.

O conjunto das 24 pesquisas nas capitais (não há levantamentos recentes em Goiânia e São Luís) mostra o União Brasil em melhor situação que PL e PT. O partido é favorito para ganhar no primeiro turno em Salvador e Porto Velho e disputaria hoje o segundo turno na primeira colocação em Fortaleza, Cuiabá, Teresina e Campo Grande. É competitivo ainda em Curitiba, Aracaju e Manaus.

Entre as siglas mais conservadoras PP e Republicanos também largam relativamente bem, tendendo a reeleger respectivamente no primeiro turno Cícero Lucena em João Pessoa e Lorenzo Pazolini em Vitória. São duas siglas entretanto que apostaram mais em municípios do interior.

O PSD tende a reeleger no primeiro turno no Rio e conquistar Natal, com o ex-prefeito Carlos Eduardo Alves. Ainda iria para o segundo turno em primeiro lugar em Florianópolis e Curitiba.

O MDB levaria no primeiro turno as pequenas Macapá e Boa Vista e iria para o segundo turno em primeiro lugar em Porto Alegre e em segundo em Belém e Rio Branco. Conta ainda com chances em São Paulo e Aracaju.

Tanto PSD quanto MDB estabeleceram alianças tanto à direita quanto à esquerda. Tendem a sair das urnas mais ao centro do tabuleiro político.

Nos municípios do interior com pesquisas disponíveis em agosto o panorama também é amplamente favorável a partidos mais conservadores. Em São Paulo, o Ipec fez levantamentos em Guarulhos, Ribeirão Preto, Taubaté, São José dos Campos e Campinas. Com exceção de Guarulhos, onde o ex-petista Elói Pietá lidera, mas deve enfrentar um segundo turno, nas demais cidades há um duelo entre os partidos que orbitam em torno do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos). O Republicanos está em primeiro em Campinas e Taubaté e o PL lidera em São José dos Campos. Em Ribeirão Preto quem lidera as preferências é o PSD.

No Rio de Janeiro, o instituto fez um levantamento em Nova Iguaçu, onde o PP vem em primeiro e o União Brasil em segundo. No Paraná, o Atlas Intel identificou liderança do PSDB em Ponta Grossa e do PSD em Londrina. Em todos esses casos os duelos se dão entre aliados dos governadores Cláudio Castro (PL-RJ) e Ratinho Júnior (PSD-PR).

A sorte dos governadores menos conservadores é diferente. Em Pernambuco, as primeiras pesquisas indicam dificuldades para a governadora Raquel Lyra, do PSDB. Além da quase certa derrota em Recife, o grupo político da governadora também está ameaçado em seu reduto, Caruaru, onde foi prefeita. De acordo com pesquisa do Ipespe, Rodrigo Pinheiro (PSDB) e José Queiroz (PDT) estão empatados, 35% a 34%. Queiroz é um aliado do principal adversário de Raquel, o prefeito do Recife João Campos.

O cenário também é complexo no Ceará, onde o governador é Elmano de Freitas (PT), mas o líder político é o ministro da Educação, Camilo Santana, também petista. Além das dificuldades em Fortaleza, um levantamento Atlas/Intel mostrou o PT atrás também em Juazeiro do Norte, principal cidade do Cariri, a região de Santana. Lá quem lidera é Gledson Bezerra, do Podemos.

O predomínio conservador não surpreende. Era esperado mesmo por dirigentes de partidos de esquerda desde o ano passado.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

PL e PT tropeçam nas capitais

Candidatos competitivos para 2° turno, segundo Quaest e Ipespe

	Partido	Espectro da aliança	Intenção de voto mais recente - %
São Paulo			
Guilherme Boulos	Psol	Esquerda	23
Pablo Marçal	PRTB	Direita	19
Ricardo Nunes	MDB	Centro-direita	19
Belo Horizonte			
Mauro Tramonte	Republicanos	Direita	30
Duda Salabert	PDT	Esquerda	12
Bruno Engler	PL	Direita	12
Fuad Noman	PSD	Centro-Direita	9
Carlos Viana	Podemos	Direita	8
Rogerio Correa	PT	Esquerda	6
Porto Alegre			
Sebastião Melo	MDB	Centro-Direita	36
Maria do Rosario	PT	Esquerda	31
Fortaleza			
Capitão Wagner	União Brasil	Direita	31
José Sarto	PDT	Centro-Esquerda	22
Curitiba			
Eduardo Pimentel	PSD	Direita	19
Luciano Ducci	PSB	Esquerda	18
Roberto Requião	Mobiliza	Esquerda	18
Ney Leprevost	União Brasil	Direita	14
Manaus			
Davi Almeida	Avante	Direita	37
Amon Mandel	Cidadania	Centro	17
Roberto Cidade	União Brasil	Direita	15
Teresina			
Silvio Mendes	União Brasil	Direita	46
Fabio Novo	PT	Centro-Esquerda	37
Rio Branco			
Tião Bocalom	PL	Direita	44
Marcus Alexandre	MDB	Centro-Esquerda	43
Florianópolis			
Topazio Neto	PSD	Direita	40
Dario Berger	PSDB	Centro	16
Marquito	Psol	Esquerda	13
Cuiabá			
Eduardo Botelho	União Brasil	Direita	31
Abílio Brunini	PL	Direita	25
Lúdio Cabral	PT	Esquerda	21
Campo Grande			
Rose Modesto	União Brasil	Direita	33
Beto Pereira	PSDB	Centro-Direita	15
Adriane Lopes	PP	Direita	14
Camila Jara	PT	Esquerda	9
Belém			
Eder Mauro	PL	Direita	23
Igor Normando	MDB	Centro-Esquerda	21
Palmas			
Janad Valcari	PL	Direita	38
Siqueira Campos	Podemos	Direita	32
Aracaju			
Emilia Correa	PL	Direita	26
Delegada Daniele	MDB	Centro	19
Yandra Moura	União Brasil	Direita	13

Candidatos que despontam como vencedores no primeiro turno

Capital	Candidato	Partido	Espectro da aliança
Recife	João Campos	PSB	Esquerda
Macapá	Doutor Furlan	MDB	Centro
Salvador	Bruno Reis	União Brasil	Direita
Rio	Eduardo Paes	PSD	Centro-Esquerda
João Pessoa	Cícero Lucena	PP	Direita
Natal	Carlos Eduardo	PSD	Direita
Porto Velho	Mariana Carvalho	União Brasil	Direita
Vitória	Lorenzo Pazolini	Republicanos	Direita
Boa Vista	Arthur Henrique	MDB	Centro-Direita
Maceió	João Henrique Caldas	PL	Direita

Fonte: Pesquisas Quaest divulgadas entre 27 e 31 de agosto, exceto Ipespe em Palmas, divulgada em 19 de agosto

Congresso Eliziane Gama e Soraya Thronicke viajam pelo país em busca de apoio dos parlamentares

Bancada feminina articula disputa no Senado

Julia Lindner, Caetano Tonet e Marcelo Ribeiro
De Brasília

A bancada feminina do Senado faz um esforço para tentar viabilizar uma candidatura do grupo à presidência da Casa em 2025. A ofensiva envolve viagens por todo o país lideradas por Eliziane Gama (PSD-MA), que está licenciada do cargo, e Soraya Thronicke (Podemos-MS) em busca de apoio dos demais parlamentares. Na Câmara, por sua vez, não há indicativo de haver uma mulher no próximo pleito.

Eliziane e Soraya se apresentam como pré-candidatas, mas têm um acordo para que apenas uma delas dispute efetivamente a eleição. O critério será com base naquela considerada com maiores chances de vencer.

"É difícil até manter o processo de candidatura quando se trata de mulheres. As pressões são muito grandes. Tudo fica muito difícil. Por isso, acaba que às vezes há uma desistência ou nem se constitui uma candidatura", disse Eliziane ao **Valor**, durante uma das viagens da dupla.

"Temos que ter uma estratégia. Não é simples o rompimento de 200 anos de um Congresso sem ter uma mulher na Presidência. Só conseguiremos ganhar se tivermos um projeto planejado. É nisso que estamos trabalhando."

Na rodada de conversas, Eliziane e Soraya começaram com um encontro no Palácio do Planalto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. De acordo com relatos, Lula evitou se comprometer com qualquer candidatura, mas as incentivou a continuar buscando apoio. Elas também falaram com os presidentes do PSD, Gilberto Kassab, e do Podemos, Renata Abreu.

Agora, as congressistas estão indo aos Estados dos outros senadores em busca de diálogo. A dupla já passou pelo Sergipe, por Alagoas e pelo Rio Grande do Norte. Ainda assim, os integrantes da Casa costumam ser unânimes ao reconhecer o favoritismo do ex-presidente Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) na eleição. O périplo das parlamentares, por sua vez, muitas vezes é encarado nos bastidores com ceticismo ou até tom de deboche.

Ao falar da pré-candidatura, Soraya Thronicke tem ressaltado que as agendas em campanha pelo país são a prova "de que o projeto é pra valer". Ela também alega que o projeto tem aprovação não só da maioria da bancada feminina, mas também de homens "que entendem que é o momento de oxigenar o Senado".

Tanto a Câmara como o Senado nunca tiveram uma presidente mulher em toda a sua história. No Senado, até mesmo postulantes ao comando da Casa são raras. A primeira candidata a disputar foi a então senadora Simone Tebet (MDB), em 2021.

As mulheres também têm dificuldade para assumir vaga de titular na Mesa Diretora. Atualmente, não há nenhuma mulher no Senado. Na Câmara, apenas a deputada Maria do Rosário (PT-RS) integra a composição.

"Como a Câmara é uma Casa pautada pelo colégio de líderes partidários, o fato de as mulheres não estarem nas lideranças dos partidos estabelece um bloqueio para a participação na estrutura diretiva de ambas as Casas", disse Rosário ao **Valor**.

Dos quatro candidatos colocados na disputa que ocorrerá em 2025 para suceder a Arthur Lira (PP-AL), Marcos Pereira (Republicanos-SP) está à frente da vice-presidência da Câmara, enquanto Elmar Nascimento (União-BA), Antonio Brito (PSD-BA) e Isnaldo Bulhões (MDB-AL) são líderes de suas bancadas.

Um dos principais nomes da bancada feminina, a deputada Soraya Santos (PL-RJ) admite dificuldades de articulação do grupo por uma candidatura feminina. Na visão dela, isso ocorre porque as negociações tendem a priorizar questões partidárias em detrimento de outros critérios, entre eles, o gênero. Apesar disso, Soraya, que já foi primeira-secretária da Casa, destaca que a composição da direção da Câmara tem ficado mais diversa nos últimos anos e vem contando com maior participação feminina.



SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO

PEDRO FRANÇA/AGÊNCIA SENADO

Eliziane e Soraya: as duas são pré-candidatas, mas têm um acordo para que apenas uma delas dispute a eleição

Na avaliação de parlamentares mulheres, a presença feminina nos principais cargos da Casa deve aumentar conforme a participação de mulheres na política crescer. Atualmente, as mulheres ocupam 18% das cadeiras do Congresso Nacional.

Primeira mulher a disputar uma vaga à presidência da Câmara, em 2013, e a ocupar um lugar de titular na Comissão Diretora da Casa, em 2011, a ex-deputada e ex-senadora Rose de Freitas (MDB-ES) destaca que só conseguiu se candidatar porque enfrentou o seu próprio partido. "O propósito era exatamente conquistar espaço para as mulheres. Mas isso já era uma coisa difícil, principalmente em função da supremacia masculina nas duas Casas e na política como um todo. É uma cultura secular de desigualdade e machismo", avaliou Freitas.

"Eu tive a ousadia de dizer: 'ei, não pode ser sempre assim, também tem mulher no Congresso'", acrescentou a ex-senadora.

A advogada Denise Dourado Dora, especialista em direito das mulheres, diz que, independentemente das chances de vitória, a articulação de uma candidatura feminina à presidência do Senado marca uma posição importante em um ambiente pouco ocupado por mulheres em comparação à estrutura demográfica do país, em que elas são maioria.

"Em nenhum momento, em nenhuma luta, alguém disse 'ah, vamos que vocês têm chance de ganhar'. Nunca aconteceu. Quando as sufragistas foram às ruas para defender o direito a voto, elas foram taxadas de loucas, histéricas, foram presas. O rumor no Congresso Nacional de que elas não têm a menor chance é uma repetição histórica do desestímulo às mulheres na política", afirmou Dora.

Professora da Universidade de Brasília (UNB), Flávia Biroli vê uma simbologia importante na união de duas mulheres de campos políticos diferentes para concorrer ao comando do Senado. Apesar disso, ela vê dificuldades do ponto de vista político.

"Há um gesto simbólico de uma afirmação que é importante. 'Olha, está vendo? Temos que falar com mulher porque nós somos parte de um grupo que tem sido sistematicamente limitado na sua atuação na Casa'. Mas da perspectiva da competição dentro da Casa, uma candidatura se constrói a partir de um certo campo político", pontuou a professora.

Ela projeta que muitos parlamentares irão publicamente endossar o nome de uma possível candidata mulher, mas não acredita que isso vá se converter em votos de fato. "Afinal, quem é que não vai apoiar a ideia de uma mulher ter a possibilidade de se tornar presidente do Senado? É muito fácil fazer um gesto simbólico, sem apoio de fato."

aes Brasil

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 00.194.724/0001-13 - NIRE 35300574290

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) E DA 3ª (TERCEIRA) SÉRIE DA 9ª (NONA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Considerando que: **(A)** em 15 de maio de 2024, a AES Brasil Energia S.A. ("**AES Brasil**") divulgou fato relevante ("**Fato Relevante**") através do qual comunicou que foi celebrado, em 15 de maio de 2024, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("**Auren**") e a ARN Holding Energia S.A. ("**ARN**"), o "*Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças*" ("**Acordo**") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren ("**Combinação de Negócios**" ou "**Operação**"); **(B)** em decorrência da Operação (e condicionado à verificação de condições usuais para operações desta natureza), o Acordo prevê que a Operação será realizada por meio da incorporação, pela ARN, uma sociedade cujo capital é integralmente detido pela Auren, da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES Brasil, com a consequente conversão da AES Brasil em subsidiária integral da ARN e a emissão, pela ARN, de novas ações ordinárias e preferenciais compulsoriamente resgatáveis. Como ato subsequente, a ARN será incorporada pela Auren, de modo que a ARN será extinta e a Auren passará a ser titular da totalidade do capital social da AES Brasil, resultando a Operação na troca do controle direto e indireto (assim definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (conforme abaixo definida)) ("**Controle**") da AES Brasil e indireto da **AES Brasil Operações S.A.** ("**Emissora**"); **(C)** nos termos da Escritura de Emissão (conforme abaixo definida), são hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures **(i)** *alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) que não resulte na AES Corporation como controlador (direto ou indireto) da Emissora ou no BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("**BNDESPAR**"), como acionista (direto ou indireto) da Emissora, podendo, inclusive, o BNDESPAR aumentar, diminuir e/ou se desfazer de sua participação acionária na Emissora, desde que a AES Corporation seja preservada como acionista controlador (direto ou indireto) da Emissora*; e **(ii)** *declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora ou por suas Controladas Relevantes, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado igual ou superior a US$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou equivalente em Real na data da referida declaração de vencimento antecipado*; **(D)** as matérias acima dependem de aprovação dos Debenturistas (conforme abaixo definidos). Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação das três séries de Debêntures ("**Debenturistas**") da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em três séries, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**" respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 9ª (nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 3 (três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da AES Tietê Energia S.A." entre a Emissora e o Agente Fiduciário*", celebrado em 15 de março de 2019, entre a Emissora e a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** ("**Agente Fiduciário**"), conforme aditada em 15 de abril de 2019 e 15 de março de 2022 ("**Escritura de Emissão**"), para se reunirem em primeira convocação, nos termos da cláusula 10.1 (c) da Escritura de Emissão, no dia 23 de setembro de 2024, às 11:00 horas, em assembleia geral de debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma digital *Ten Meetings* ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Escritura de Emissão, do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para deliberar sobre as seguintes **Ordens do Dia: 1.** Aprovar o consentimento prévio *(waiver)* para a realização da Operação, conforme previsto na Cláusula 10.9 da Escritura de Emissão, de modo a **(a)** aprovar a alteração do controle indireto Emissora, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1 (viii), da Escritura de Emissão, restando certo e assegurado aos Debenturistas e à Emissora que, como consequência de tal consentimento prévio *(waiver)*, os dispositivos deste inciso relacionados ao controle (direto ou indireto) da Emissora, atualmente aplicáveis ou relacionados à AES Corporation, na qualidade de atual controladora indireta da Emissora, continuarão válidos e integralmente aplicáveis em relação (a.i) à Votorantim S.A. isoladamente; ou (a.ii) à Votorantim S.A. e ao Canada Pension Plan Investment Board conjuntamente, na qualidade novo(s) controlador(es) indireto(s) da Emissora, respeitados, em qualquer caso, os respectivos termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão; e **(b)** renunciar ao direito de declarar o vencimento antecipado desta dívida caso, em decorrência da Operação, haja a declaração de vencimento antecipado de quaisquer outras dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora e/ou por suas Controladas Relevantes, no mercado local ou internacional, em valor agregado inferior a US$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), ou o seu equivalente em outras moedas, na data da referida declaração de vencimento antecipado, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1 (vii), da Escritura de Emissão; e **(II)** Aprovar a autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na AGD. Informações Gerais: **A) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Emissora no endereço (https://assembleia.ten.com.br/127443168), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"): i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **B) Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/127443168), e apresentar os documentos indicados abaixo: i) documento de identificação com foto; ii) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital; e iii) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. Como anexo à Proposta da Administração pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **C) Instrução de Voto.** Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância ("**Instrução de Voto**"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: i) Acessando o link (https://assembleia.ten.com.br/127443168) e realizando o preenchimento da Instrução de Voto diretamente na Plataforma Digital, na seção de "Instrução de Voto", bem como anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou ii) Acessando as páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos) ou da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/), para obtenção do modelo de Instrução de Voto e preenchimento apartado para, posteriormente, acessar o endereço a Plataforma Digital (https://assembleia.ten.com.br/127443168), preencher o cadastro e anexar todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B), incluindo a Instrução de Voto preenchida e digitalizada, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. A administração da Emissora reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Emissora pelo endereço eletrônico estruturacao.financeira@aes.com e/ou ao Agente Fiduciário, pelo endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Este edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos), da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os demais termos e condições da Operação encontram-se descritos e detalhados no Fato Relevante, o qual encontram-se disponíveis para consulta no website da AES Brasil (https://ri.aesbrasil.com.br), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 02 de setembro de 2024.

aes Brasil

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 00.194.724/0001-13 - NIRE 35300574290

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) SÉRIE DA 9ª (NONA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Considerando que: (A) em 15 de maio de 2024, a AES Brasil Energia S.A. ("**AES Brasil**") divulgou fato relevante ("**Fato Relevante**") através do qual comunicou que foi celebrado, em 15 de maio de 2024, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("**Auren**") e a ARN Holding Energia S.A. ("**ARN**"), o "*Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças*" ("**Acordo**") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren ("**Combinação de Negócios**" ou "**Operação**"); **(B)** em decorrência da Operação (e condicionado à verificação de condições usuais para operações desta natureza), o Acordo prevê que a Operação será realizada por meio da incorporação, pela ARN, uma sociedade cujo capital é integralmente detido pela Auren, da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES Brasil, com a consequente conversão da AES Brasil em subsidiária integral da ARN e a emissão, pela ARN, de novas ações ordinárias e preferenciais compulsoriamente resgatáveis. Como ato subsequente, a ARN será incorporada pela Auren, de modo que a ARN será extinta e a Auren passará a ser titular da totalidade do capital social da AES Brasil, resultando a Operação na troca do controle direto e indireto (assim definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (conforme abaixo definida)) ("**Controle**") da AES Brasil e indireto da **AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.** ("**Emissora**"); **(C)** nos termos da Escritura de Emissão (conforme abaixo definida), são hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures **(i)** *alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) que não resulte na AES Corporation como controlador (direto ou indireto) da Emissora ou no BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("**BNDESPAR**"), como acionista (direto ou indireto) da Emissora, podendo, inclusive, o BNDESPAR aumentar, diminuir e/ou se desfazer de sua participação acionária na Emissora, desde que a AES Corporation seja preservada como acionista controlador (direto ou indireto) da Emissora*; e **(ii)** *declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora ou por suas Controladas Relevantes, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado igual ou superior a US$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou equivalente em Real na data da referida declaração de vencimento antecipado*; **(D)** as matérias acima dependem de aprovação dos Debenturistas (conforme abaixo definidos); Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação das três séries de Debêntures ("**Debenturistas**") da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em três séries, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**" respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 9ª (nona) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até 3 (três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da AES Tietê Energia S.A." entre a Emissora e o Agente Fiduciário*", celebrado em 15 de março de 2019, entre a Emissora e a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("**Agente Fiduciário**"), conforme aditada em 15 de abril de 2019 e 15 de março de 2022 ("**Escritura de Emissão**"), para se reunirem em primeira convocação, nos termos da cláusula 10.1 (c) da Escritura de Emissão, no dia 23 de setembro de 2024, às 09:00 horas, em assembleia geral de debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma digital *Ten Meetings* ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Escritura de Emissão, do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA: (I)** Aprovar o consentimento prévio (*waiver*) para a realização da Operação, conforme previsto nas Cláusulas 10.9 da Escritura de Emissão, de modo a **(a)** aprovar a alteração do controle indireto Emissora, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1 (viii), da Escritura de Emissão, restando certo e assegurado aos Debenturistas e à Emissora que, como consequência de tal consentimento prévio *(waiver)*, os dispositivos deste inciso relacionados ao controle (direto ou indireto) da Emissora, atualmente aplicáveis ou relacionados à AES Corporation, na qualidade de atual controladora indireta da Emissora, continuarão válidos e integralmente aplicáveis em relação à (a.1) à Votorantim S.A. isoladamente; ou (a.ii) à Votorantim S.A. e ao *Canada Pension Plan Investment Board* conjuntamente, na qualidade novo(s) controlador(es) indireto(s) da Emissora, respeitados, em qualquer caso, os respectivos termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão; e **(b)** renunciar ao direito de declarar o vencimento antecipado desta dívida caso, em decorrência da Operação, haja a declaração de vencimento antecipado de quaisquer outras dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora e/ou por suas Controladas Relevantes, no mercado local ou internacional, em valor agregado inferior a US$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), ou o seu equivalente em outras moedas, na data da referida declaração de vencimento antecipado, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1 (vii), da Escritura de Emissão; e **(II)** Aprovar a autorização para que a Emissora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na AGD. Informações Gerais: **A) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Emissora no endereço (https://assembleia.ten.com.br/672070440), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"): i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista, e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **B) Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/672070440), e apresentar os documentos indicados abaixo: i) documento de identificação com foto; ii) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital; e iii) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. Como anexo à Proposta da Administração pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **C) Instrução de Voto.** Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância ("**Instrução de Voto**"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: i) Acessando o link (https://assembleia.ten.com.br/672070440) e realizando o preenchimento da Instrução de Voto diretamente na Plataforma Digital, na seção de "Instrução de Voto", bem como anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou ii) Acessando as páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos) ou da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/), para obtenção do modelo de Instrução de Voto e preenchimento apartado para, posteriormente, acessar o endereço a Plataforma Digital (https://assembleia.ten.com.br/672070440), preencher o cadastro e anexar todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B), incluindo a Instrução de Voto preenchida e digitalizada, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. A administração da Emissora reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Emissora pelo endereço eletrônico estruturacao.financeira@aes.com e/ou ao Agente Fiduciário, pelo endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Este edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos), da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os demais termos e condições da Operação encontram-se descritos e detalhados no Fato Relevante, o qual encontram-se disponíveis para consulta no website da AES Brasil (https://ri.aesbrasil.com.br), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 02 de setembro de 2024.

Congresso Pré-candidatos na Câmara e no Senado sinalizam a parlamentares de direita que podem colocar perdão a manifestantes em votação

Anistia a golpistas do 8 de janeiro entra na sucessão do Congresso

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO — 3/10/2023



Nogueira: "A chance do Davi [Alcolumbre] ser reeleito é ele se aproximar da direita. E aí colocar logo a eleição de Bolsonaro"

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Em busca do voto dos bolsonaristas, parte dos pré-candidatos na eleição para as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado tem acenado aos parlamentares de direita com o compromisso de pautar projeto de lei para anistiar os participantes dos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023 e quem protestou contra o resultado das urnas.

Favorito na eleição do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) já teria se comprometido a colocar o projeto em votação, segundo o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). "Ele [Alcolumbre] vai pautar. É favorável a colocar para votar. O Brasil continua não pacificado", declarou Flávio. Procurado, Alcolumbre não comentou até a publicação desta reportagem. Mas aliados minimizam: dizem que ele apenas ouviu as demandas e não fez nenhum compromisso.

Na Câmara, o deputado Elmar Nascimento (União Brasil-BA) tem defendido a interlocutores que é necessário "baixar a temperatura" do país e que os responsáveis por vandalizar e depredar patrimônio devem ser punidos, mas que a prisão para quem protestou de forma pacífica contra a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não pode ser mais longa do que a de um assassino ou estuprador.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já condenou 227 pessoas, com penas entre 3 e 17 anos de prisão, pelos crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado, golpe de Estado, deterioração do patrimônio tombado e associação criminosa. Mais de mil são investigados ou estão no banco dos réus pela invasão e depredação do Congresso, STF e Palácio do Planalto ou pela organização dos protestos contra a posse do presidente Lula.

Segundo o **Valor** apurou, Nascimento tem dito nessas conversas que não fugirá de nenhum debate e, caso eleito, não haverá assunto vetado na Casa, mas ressalta que os interessados devem construir maioria para que os projetos sejam levados ao plenário. Também busca demarcar que não concorda com a anistia de quem depredou, mas que essas pessoas devem pagar, em dinheiro e criminalmente, pelo vandalismo, sem penas "exageradas".

O líder do União Brasil já fez um gesto mais do que simbólico em direção aos bolsonaristas e atuou para que o deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE) assumisse a relatoria do projeto da anistia na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. O colegiado é presidido por uma bolsonarista, que pretende pautar a proposta até dezembro. Procurado pela reportagem, Nascimento preferiu não comentar.

Outros candidatos à presidência da Câmara também já foram consultados pelos deputados de direita e conversaram com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e com o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto. Eles têm evitado assumir compromisso com o tema enquanto o cenário da eleição não fica mais claro. Contudo, também não descartaram colocar a anistia em votação.

Assim como Nascimento, Antonio Brito (PSD-BA) e Marcos Pereira (Republicanos-SP) se movimentam para receber o apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e, neste caso, teriam que assumir também os compromissos feitos por ele. Lira já tem a promessa de que o ex-presidente Jair Bolsonaro pedirá votos para o seu escolhido. Procurados, eles também não comentaram.

Ex-policial federal, o deputado Ubiratan Sanderson (PL-RS) afirma que todos os candidatos foram "receptivos" nas primeiras conversas sobre o projeto. "Essa questão do 8 de janeiro, para nós da oposição, é mais fundamental do que as pautas de costumes. Quem não apoiar pode até oferecer outras coisas, mas estará descartado, não terá nosso voto", diz.

Segundo aliados, há um componente político para que os candidatos evitem falar sobre o tema: enquanto não ficar claro quem terá o apoio da oposição e quem terá o apoio do PT/governo, qualquer declaração pública pode tirar votos. A bancada do PL tem 92 deputados e 14 senadores, cerca de 18% do Congresso, mas a direita é muito maior e está presente também entre os partidos do Centrão.

Além disso, os petistas admitem, em reservado, que são completamente contrários a qualquer anistia, mas que a prioridade é garantir do candidato a governabilidade para o presidente. E destacam que, como último recurso, ele pode vetar o projeto.

Para o deputado Ivan Valente (Psol-SP), há grande chance de uma anistia ser aprovada devido ao peso das forças conservadoras nas duas Casas. "Isso seria torpedear a democracia brasileira. É chamar outro golpe de Estado, porque essa direita extremista continua mobilizada, apesar das prisões", critica.

O presidente nacional do PP, senador Ciro Nogueira (PI), apoia a eleição de Alcolumbre e garante que o aliado votará o projeto de olho nos próximos quatro anos. "O Davi no dia seguinte [à vitória] já é candidato à reeleição", afirma. Com a renovação de 2/3 das vagas no Senado em 2026, Bolsonaro só precisaria eleger aliados para metade das cadeiras em disputa para fazer maioria na próxima legislatura, argumenta. "E vai fazer bem mais do que isso. A chance do Davi ser reeleito é ele se aproximar da direita. E aí o gesto é colocar logo a eleição de Bolsonaro", diz.

Esse projeto só andará no Senado, acredita Nogueira, a partir do próximo ano por ser um tema "difícil". O atual presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), na avaliação de senadores, tem mais resistência a aprovar um perdão. "Não tratei disso com o Davi como uma condição para votarmos nele, mas já disse que ele precisa da direita para ganhar", declarou.

A amplitude da anistia é alvo de divergências. Na Câmara, o discurso é de que o próprio Bolsonaro já defendeu publicamente que o projeto não deve valer para ele, apenas para os manifestantes. "Mas, na hora que colocar para votar, certamente alguém apresentará emenda para incluí-lo", afirma o deputado Reinhold Stephanes Júnior (PSD-PR). No Senado, fala-se abertamente em beneficiar o ex-presidente.

No caso dele, contudo, a reversão da inelegibilidade por declarações — sem que tenha apresentado nenhuma prova — contra o sistema de urnas eletrônicas durante reunião com embaixadores no Palácio do Alvorada não é a única condenação a impedi-lo de disputar as eleições em 2026. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) também o condenou a perda dos direitos políticos por abuso de poder político e econômico por usar as comemorações do Bicentenário da Independência, em 7 de setembro de 2022, para promover sua candidatura.

A defesa da anistia não é a única solicitação dos bolsonaristas na eleição da Câmara. O deputado doutor Frederico Escaleira (PRD-MG) diz que será cobrada também a impressão dos votos registrados na urna eletrônica, projeto em discussão na CCJ. "São esses dois temas que a oposição tem discutido", afirmou. Outra demanda é que o eleito não paute projetos de regulamentação das redes sociais, como o PL 9630, de combate as fake news.

Há, ainda, ala do PL que defende candidatura própria na Câmara. Para eles, é possível negociar o apoio no segundo turno. "Hoje as pautas conservadoras servem apenas de instrumento de barganha do Centrão com o governo. Não paga minha emenda que eu pauto isso. Não pode continuar assim", critica o deputado Luiz Philippe de Orléans e Bragança (PL-SP).

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11	0,05
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,1
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4	-0,1
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0	-0,5
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	6,8	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
set/24	-	-	-	-	0,83	0,5584	0,5088	-	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,98**	**5,06**	**4,32**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,04**	**6,78**	**5,69**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para setembro projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
* Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	ago/24	jul/24	2024	2023	12 meses	ago/24	jul/24	dez/23	ago/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	2,87	4,62	4,50	-	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-	0,26	2,95	3,71	4,06	-	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	0,19	0,30	3,02	4,72	4,35	6.846,50	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	-	0,83	1,95	-3,30	4,16	-	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	-	0,32	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,93	1,43	-5,92	4,10	-	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	-	0,72	2,17	-11,34	4,04	-	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	-	1,01	1,15	-3,77	4,12	-	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-	0,54	3,01	3,55	4,12	-	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	-	0,72	3,55	3,49	4,67	-	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	0,29	0,61	2,00	-3,18	4,26	1.146,58	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	0,29	0,68	1,45	-5,60	4,20	1.353,52	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	0,09	0,30	3,05	3,40	4,19	738,33	737,65	716,46	708,64
INCC-M	0,64	0,69	4,00	3,32	4,84	1.129,64	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	-	0,06	1,93	3,15	3,17	-	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia ago/24 0,45% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana ago/24 0,17%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jul/24		jun/24		jul/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.962,6**	**61,90**	**6.946,2**	**62,18**	**6.186,2**	**58,53**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-45,5	-0,40	-12,8	-0,11	2,3	0,02
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-964,9	-8,58	-912,6	-8,17	-661,7	-6,26
Dívida fiscal líquida	**7.973,1**	**70,89**	**7.871,6**	**70,46**	**6.845,5**	**64,77**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.795,8	69,31	7.706,3	68,98	6.838,3	64,70
Dívida externa líquida	-833,2	-7,41	-760,1	-6,80	-652,1	-6,17
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.980,4	53,17	5.954,1	53,30	5.256,5	49,74
Governos Estaduais	872,4	7,76	872,3	7,81	823,9	7,80
Governos Municipais	70,1	0,62	64,4	0,58	45,1	0,43
Empresas Estatais	39,7	0,35	55,4	0,50	60,7	0,57
Necessidades de financiamento do setor público	**jul/24**		**jun/24**		**jul/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.127,5**	**10,02**	**1.108,0**	**9,92**	**721,8**	**6,83**
Governo Federal**	867,8	7,72	875,9	7,84	590,1	5,58
Banco Central	169,3	1,51	149,3	1,34	46,6	0,44
Governo regional	77,9	0,69	72,6	0,65	79,1	0,75
Total primário	**257,7**	**2,29**	**272,2**	**2,44**	**80,5**	**0,76**
Governo Federal	-50,7	-0,45	-47,2	-0,42	-189,4	-1,79
Banco Central	0,9	0,01	0,6	0,01	0,4	0,00
Governo regional	-18,8	-0,17	-25,6	-0,23	-13,7	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa.** Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho		Var.	julho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**
	fev/24		**jan/24**		**fev/23**	
	Valor**	**Var. %***	**Valor****	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	jun/24		**mai/24**		**jun/23**	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração	2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024		3,56%	
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho		Var.	junho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadação Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Previdenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**
Discriminação	**jun/24**		**mai/24**		**jun/23**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noniminais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
* Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Reformas Nos últimos dias de mandato, López Obrador terá caminho aberto para mudar Constituição

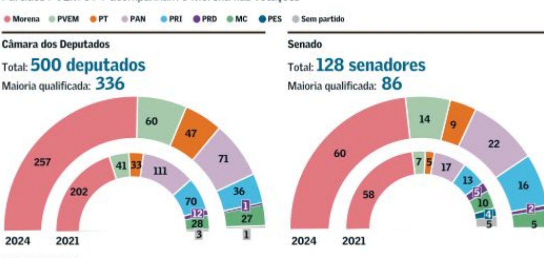
Líder do México ganha um mês de 'supermaioria'

Luiza Palermo
De São Paulo

No último mês de seu mandato de seis anos, o presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, do esquerdista Movimento de Regeneração Nacional (Morena), ganhou desde ontem uma "supermaioria" legislativa que na prática lhe dará a prerrogativa de mudar a Constituição como bem entender. Isso porque o Morena ampliou notavelmente suas bancadas de deputados e de senadores nas eleições de 2 de junho, que também elegeu a presidente Claudia Sheinbaum. A líder, porém, só tomará posse em 1º de outubro.

Com isso, López Obrador tem agora a oportunidade sem precedentes de aprovar não só uma polêmica reforma judicial - que levou os juízes do país a uma greve duas semanas atrás — como também o pacote de outras 19 reformas que vinham havia meses esbarrando no Legislativo, uma vez que exigiam a votação favorável de dois terços da Câmara e do Senado.

"O Morena nunca teve uma supermaioria no Congresso e, portanto, as reformas de López Obrador sempre era bloqueada", diz Carlos Ramírez, analista e sócio da consultoria mexicana Integralia. "Mas a eleição em junho deu ao Morena [com partidos aliados] a maioria qualificada." Votam junto com o governo o Partido Verde Ecologista do México (PVEM) e Partido Trabalhista (PT).



Fonte: Governo do México

Segundo Ramírez, pelo menos 17 dessas reformas estão prontas para começar a tramitar no Congresso imediatamente. No Senado, López Obrador e o Morena tinham ficado a apenas três cadeiras da maioria de dois terços. Mas dois senadores do centro-esquerdista Partido Revolucionário Democrata (PRD) aderiram ao governo na sexta-feira. O governo já está atrás do voto que falta.

"A oposição está destruída e basicamente não existe no México", diz Ramírez. "O Partido Revolucionário Institucional (PRI) e o Partido de Ação Nacional (PAN) estão desaparecendo, o PRD já não existe e o Movimento Cidadão (MC) é um partido marginal", afirma. "Então, o cenário está muito claro, as reformas já estão prontas para serem discutidas, é uma questão de decidir o que o governo quer fazer, se serão aprovadas todas agora, caso dê tempo, ou apenas depois da posse de Sheinbaum."

A Constituição do México proíbe a reeleição - consecutiva ou não — e é pouco provável que essa determinação mude. Mas López Obrador busca deixar o pacote de reformas como a marca de seu mandato, durante o qual manteve a economia mexicana em uma rota de austeridade fiscal e ampliou o controle sobre as instituições políticas. Num exemplo disso, ele entregou aos militares a administração de instalações estratégicas, como portos e aeroportos, atraindo a simpatia dos quartéis.

"López Obrador se consolidou como um presidente que busca deixar um legado repleto de simbolismos e populismos", diz Mundo Montes de Oca, diretor de assuntos públicos da LLYC no México. "Dessa forma, o objetivo dele é associar as reformas à sua figura política e não à de sua sucessora."

A Comissão de Pontos Constitucionais da Câmara adiantou já na legislatura anterior e aprovou para encaminhamento ao plenário pareceres sobre a reforma judicial, assim como as propostas relacionadas a Guarda Nacional, prisão preventiva informal, e a extinção de sete órgãos autônomos que servem de contrapeso ao governo — uma das mudanças que mais preocupam os especialistas por acabar com órgãos como o Instituto Nacional de Transparência, Acesso à Informação e Proteção de Dados Pessoais (Inai) e o Instituto Nacional Eleitoral (INE).

"Todas essas organizações são independentes e altamente respeitadas e necessárias para preservar o Estado de Direito no México, e têm sido alvo de ataques constantes do presidente", explica Amrit Singh, professora e diretora do laboratório de Estado de Direito na Universidade Stanford. "Com essas reformas, parece que a intenção deles é precisamente eliminar a separação dos poderes e o sistema de freios e contrapesos, que são cruciais para a sobrevivência de uma democracia constitucional."

> "Sem oposição, reformas na Constituição já estão prontas para serem aprovadas"
> *Carlos Ramírez*

Ainda que nem todas as reformas sejam aprovadas neste mês, os analistas preveem que Sheinbaum seguirá com as propostas de Obrador, a única diferença seria que ela teria "mais margem" para talvez debater por mais tempo pontos mais controvertidos.

O cenário aponta para um início de governo turbulento para a presidente eleita. O mercado está tenso com o avanço das reformas e parceiros comerciais estão se manifestando contra as propostas. Isso pode ser preocupante para o México — que pretende se tornar um polo de nearshoring [a aproximação de produtores estrangeiros de bens e serviços de seu mercado final] e atraiu cerca de US$ 31 bilhões em investimento estrangeiro direto no 1º semestre.

"Esse número pode cair radicalmente com a aprovação dessas reformas, que continuarão a causar incertezas no setor privado, câmaras empresariais, governos estrangeiros e até mesmo alguns funcionários de organismos financeiros internacionais", afirma Montes de Oca.

Morte de reféns amplia pressão sobre Netanyahu

Agências internacionais

Uma onda de revolta tomou conta ontem de Israel, depois de o governo de Benjamin Netanyahu ter anunciado a recuperação dos corpos de seis reféns sequestrados pelo grupo terrorista Hamas no ataque de 7 de outubro. Na visão de parentes das vítimas, sindicatos de trabalhadores e de boa parte da mídia israelense os seis reféns - incluindo um cidadão dos EUA — foram mortos pela falha do governo em negociar um acordo de cessar-fogo seriamente.

A Histadrut, maior central sindical de Israel, declarou uma greve nacional a partir de hoje para pressionar o governo a um acordo com o Hamas para a libertação de quase uma centena de reféns restantes. Milhares saíram às ruas em protesto contra o governo ontem à noite em Tel Aviv.

Os corpos de Almog Sarusi, Alex Lobanov, Carmel Gat, Eden Yerushalmi, Ori Danino e do israelense-americano Hersh Goldberg-Polin foram encontrados no sábado por soldados de Israel em um túnel em Rafah, no sul da Faixa de Gaza. Eles tinham sinais de execução recente, segundo fontes de Israel. O Hamas disse que eles foram mortos em um ataque israelense.


KOBI WOLF/BLOOMBERG
Milhares de israelenses protestam em Tel Aviv contra o governo de Netanyahu e exigem acordo para liberar reféns

Sob as propostas de acordo apresentadas nos últimos meses, nos últimos meses, pelo menos Goldberg-Polin, Yerushalmi e Gat estariam entre os reféns libertados, de acordo com jornais israelenses. "Eles poderiam ter voltado para casa vivos. Mas o governo de Netanyahu preferiu manter tropas no corredor Filadélfia ao longo da fronteira Gaza-Egito [incluindo Rafah] a salvar as vidas dos reféns", acusou o jornal israelense "Haaretz", em editorial.

"Foram os terroristas do Hamas que puxaram o gatilho, mas foi Netanyahu quem selou o destino dos reféns", prosseguiu o "Haaretz". "Após longos meses de negligência e atraso, após torpedear um acordo após o outro, o gabinete de segurança votou na quinta-feira à noite para acabar com qualquer esperança de os reféns retornarem vivos para casa, aprovando uma resolução declarando que Israel não deixará o corredor Filadélfia. Os reféns estão morrendo para que Netanyahu possa manter sua coalizão de extremista viva", concluiu.

"Não é mais possível ficar de braços cruzados", disse o presidente da Histadrut, Arnon Bar-David, em uma declaração pela TV. "Isso de judeus assassinados nos túneis de Gaza é inconcebível e tem de parar. Um acordo deve ser alcançado, e isso é mais importante do que qualquer outra coisa."

"Estamos recebendo sacos para cadáveres em vez de um acordo", disse Bar-David. "Peço ao povo de Israel que saia às ruas hoje à noite e amanhã e que todos participem da greve", disse ele.

O presidente de Israel, Isaac Herzog, pediu desculpas às famílias por "não conseguirem trazer" seus entes queridos para casa em segurança, enquanto o líder da oposição Yair Lapid pediu apoio à greve nacional liderada pela Histadrut.

A Casa Branca disse que Biden estava "devastado e indignado" com as mortes dos reféns. "Os líderes do Hamas pagarão por esses crimes", disse ele. "Continuaremos trabalhando dia e noite por um acordo para garantir a libertação dos reféns restantes", afirmou.

Rússia diz ter freado ataque com drones da Ucrânia

Agências internacionais

A Rússia anunciou ontem que suas defesas aéreas interceptaram e destruíram 158 drones ucranianos durante a noite, incluindo dois sobre Moscou e outras diversas regiões russas, em um dos maiores ataques com drones da Ucrânia desde o início da guerra.

Segundo a agência Associated Press (AP), 46 drones também foram direcionados sobre a região de Kursk, onde a Ucrânia mantém uma ofensiva nas últimas semanas. Outros 34 foram abatidos sobre a região de Bryansk, 28 sobre a região de Voronezh e 14 sobre a região de Belgorod — todas elas fazem fronteira com a Ucrânia.

Drones também foram abatidos mais profundamente na Rússia, incluindo nas regiões de Tver, a noroeste de Moscou, e Ivanovo, a nordeste da capital russa. No total, a Rússia afirmou que drones foram interceptados em 15 regiões.

Desemprego de jovens ameaça economia asiática

Jon Emont
Dow Jones Newswires

As economias asiáticas em crescimento mais acelerado estão escondendo um segredo sujo: seus trabalhadores mais jovens estão enfrentando taxas de desemprego que teimam em permanecer altas.

Bangladesh, há muito considerada um modelo de desenvolvimento por ter reduzido a pobreza extrema, registrou um crescimento econômico médio de 6,5% ao ano na última década. Mas nos últimos anos, o desemprego entre os jovens aumentou para 16%, o maior nível em pelo menos três décadas, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho das Nações Unidas (ILO, na sigla em inglês).

China e Índia registraram o mesmo porcentual de jovens que buscam emprego sem sucesso. Na Indonésia, a taxa é de 14%, na Malásia, de 12,5%.

Entre essas nações populosas, isso soma 30 milhões de pessoas com idades entre 15 e 24 anos que buscam emprego, mas não conseguem nenhum adequado. Elas representam pouco menos de metade do total mundial de 65 milhões de jovens desempregados nessa faixa de idade, segundo a ILO.

Para os países asiáticos que não têm a ampla base manufatureira da China, as taxas de desemprego de dois dígitos entre os jovens levantam questões urgentes sobre como subir na escada do desenvolvimento, e os custos de não fazê-lo.

O desalento com as perspectivas decrescentes foi um dos principais gatilhos dos tumultos ocorridos em Bangladesh este mês, em que grandes multidões de estudantes forçaram a primeira-ministra Sheikh Hasina a deixar o poder, depois de mais de 15 anos, e fugir do país. Na Índia, cuja economia cresceu 8% no ano encerrado em março, o partido do primeiro-ministro Narendra Modi perdeu a maioria parlamentar nas eleições deste ano.

> **16%**
> **dos jovens bengalis estão sem emprego**

Embora o desemprego entre os jovens tenha caído na Índia nos últimos anos, ele continua acima da média mundial. No ano passado, o governo da China parou de divulgar por um tempo as estatísticas de desemprego entre os jovens, depois que elas mostraram que um quinto dos jovens chineses não estavam conseguindo trabalho — um recorde. O crescimento econômico vigoroso da Indonésia, de 5% ao ano, vem decorrendo em grande parte de uma expansão sem precedentes na mineração, setor que emprega muita máquina pesada e poucas pessoas.

Em muitos países, a dificuldade em encontrar trabalho decente se estende até os candidatos a emprego na faixa dos 20 anos. No ano passado, 71% dos empregados com 25 a 29 anos de idade no sul da Ásia tinham empregos precários. Isso é uma queda pouco significativa em relação aos 77% registrados duas décadas atrás.

Globalmente, o desemprego entre os jovens tende a ser maior do que a força de trabalho como um todo. Mas em partes da Ásia em desenvolvimento que esperam seguir a mesma trajetória ascendente da China, a tendência aponta para uma questão fundamental: a escada para a prosperidade está avariada?

Bangladesh, por exemplo, saiu da pobreza ao se tornar a fábrica de roupas do mundo, produzindo jeans, camisas e suéteres para grandes marcas ocidentais. Milhões de pessoas trocaram a lavoura pelas fábricas.

Então, Bangladesh emperrou. Não subiu de nível para uma produção mais complexa e de maior valor agregado – como produtos eletrônicos, máquinas pesadas e semicondutores – que levam a empregos de maior capacitação e mais bem remunerados.

E a escalada se tornou muito mais íngreme. Os países que esperam fazer isso agora precisam competir com a hipereficiente China. Economias desenvolvidas como os EUA estão tentando trazer mais produção para casa. A automação está mudando o cenário. Até mesmo o principal motor do crescimento de Bangladesh — a produção de roupas — está recorrendo a máquinas, em vez do trabalho humano.

Extrema direita vence eleição em região alemã

Agências internacionais

A Alternativa para a Alemanha (AfD) se tornou ontem o primeiro partido de extrema direita a vencer uma votação em um Estado alemão desde a 2ª Guerra ao obter 33,1% dos votos na Turíngia — uma das duas regiões alemã que foram às urnas no domingo. A União Democrata Cristã (CDU, centro-direita) ficou em segundo, com 24,5%.

Como nenhum outro partido deve se dispor a integrar uma coalizão com a AfD, o partido não deve formar governo na Turíngia. Mas o resultado mostra a rejeição dos alemães à política tradicional. Partidos da coalizão tripartite do premiê Olaf Scholz — de sociais-democratas, verdes e liberais — não alcançaram os dois dígitos nem na Turíngia nem na Saxônia, o outro Estado que realizou eleição.

Na Saxônia, a CDU venceu a eleição com 31,9% dos votos, seguida muito de perto da AfD, com 31,3%.

O AfD, formado há 11 anos por economistas irritados com os resgates da zona do euro, se transformou em um partido nacionalista linha-dura e historicamente revisionista e oposto à imigração.

Omid Nouripour, copresidente do partido Os Verdes, descreveu a eleição regional como um "ponto de virada". "Pessoas do mundo da cultura, pessoas com raízes imigrantes, pessoas que vão às paradas do Orgulho Gay, etc. devem estar realmente assustadas", disse. "Temos de ficar juntos com estes eleitores assustados e defender a democracia."

A AfD não é a única beneficiária da raiva dos alemães. Eles também votaram em grande número em um novo partido de extrema esquerda, a Sahra Wagenknecht Alliance (BSW), que a emissora ZDF projetou que receberia 11,6% na Saxônia e 14,7% na Turíngia.

Na avaliação do jornal britânico "Financial Times", os eleitores foram atraídos tanto para o AfD quanto para o BSW por sua oposição à guerra na Ucrânia. Ambos os partidos criticaram duramente os suprimentos de armas alemães para Kiev.

Valor ECONÔMICO

Governo apresenta orçamento com excesso de otimismo

O Projeto de Lei Orçamentária de 2025 prevê déficit zero, e, para sua obtenção, apoia-se em R$ 166,5 bilhões em receitas extras (R$ 46,7 bilhões dependentes de aprovação do Congresso) e cortes de gastos de apenas R$ 25,9 bilhões. As despesas primárias crescerão 7,1%, ou R$ 159,4 bilhões em relação à melhor estimativa disponível para o comportamento dos gastos este ano, a do terceiro balanço bimestral de receitas e despesas, de R$ 2,22 trilhões. Com um avanço previsto da receita líquida de 8,3% em relação ao exercício deste ano — se realizado —, fica garantida nova expansão de 2,5% das despesas em 2026, caso o governo obtenha déficit zero ou de -0,25% do PIB em 2024.

Será novamente difícil alcançar a meta prevista. Em primeiro lugar, o governo estimou um avanço do PIB superior ao deste ano — 2,64% ante 2,59% da terceira revisão bimestral. A pesquisa Focus, com consultorias e bancos, indica expansão bem menor, de 1,86%. Ou seja, as receitas líquidas de R$ 2,35 trilhões podem não se realizar. Para um crescimento duvidoso maior, o PLOA estima inflação menor, de 3,3%, ante projeção de 3,9% do Focus e de 3,6% do cenário de referência do BC.

O governo espera que as receitas com dividendos e participações deem um salto de 36% no ano que vem, atingindo R$ 33,8 bilhões, ante os R$ 24,2 bilhões previstos para 2024. As receitas com recursos naturais (exploração de petróleo e minerais) também deverão crescer a dois dígitos, para R$ 131,6 bilhões, 11,2% mais que os R$ 118,13 bilhões atuais. Receitas com aumento de impostos ficarão restritas, por enquanto, aos aumentos da CSLL, válida apenas para 2025, onde os bancos pagarão a maior parte da conta (sobe de 20% para 22% para eles), e ao Imposto de Renda sobre Juros do Capital Próprio, aumentado de 15% para 20% de forma permanente.

Todas as esperanças de recursos adicionais estão por conta de acordos sobre pendengas judiciais. As que decorreram de desempate desfavorável ao contribuinte com a volta do voto de minerva para o governo retornou ao orçamento de 2025 mais modesto. A previsão inicial, no ano passado, era de receitas de R$ 54 bilhões. Na terceira revisão do orçamento do corrente exercício, caiu a R$ 37,7 bilhões, mas mesmo assim decepcionou — só R$ 87 milhões ingressaram nos cofres públicos até julho. Para 2025, estimam-se R$ 28,57 bilhões. A eles se acrescentam as expectativas depositadas nas transações tributárias, acertos com devedores, de R$ 26,48 bilhões, mais a recém-instituída transação integral, em que será possível fazer acertos com grandes empresas, a exemplo do realizado pela Petrobras, da qual se esperam R$ 31 bilhões.

Para fechar as contas, calcula-se o ingresso de R$ 15,4 bilhões de recebimento de créditos de dívida ativa, e de R$ 20 bilhões decorrentes da Dirb, nova declaração em que as empresas têm de indicar de quais benefícios tributários gozam, dispêndio no qual haveria supostas incorreções.

As duas principais despesas do orçamento cresceram acima da inflação e da projeção de receitas. O déficit da previdência deverá chegar a R$ 293,1 bilhões, com avanço de 9,1%. As despesas de pessoal pularam para R$ 416,2 bilhões, 11% a mais que na terceira revisão, como fruto dos acordos gerais para aumento de salários do funcionalismo público. Já os gastos para complementação do Fundeb e da educação aumentaram para R$ 56,5 bilhões, ante R$ 47,8 bilhões estimados para 2024.

O governo evitou fazer superávits robustos e por isso o endividamento voltou a crescer mais rapidamente, dada a bola de neve dos juros. Segundo dados do Banco Central, divulgados no dia em que o PLOA 25 foi enviado ao Congresso, o governo geral (inclui estatais, Estados e municípios) teve em julho o pior resultado desde outubro de 2021, com déficit de R$ 21,3 bilhões. A surpresa dos números coube aos rombo dos Estados e municípios, que cresceram bastante para R$ 11 bilhões no mês.

No ano, o governo central acumula déficit de R$ 79,3 bilhões, enquanto que a meta de déficit é de R$ 28,8 bilhões. Mas o déficit nominal, que inclui as despesas financeiras, está explodindo. Em um ano, foram 5,8 pontos percentuais do PIB de expansão da dívida bruta do governo geral (de 72,7% para 78,5%), e a dívida líquida, que desconta os ativos públicos, saltou de 58,5% do PIB para 61,9% do PIB. Como não há superávit primário, a conta dos juros só aumenta, e, como eles estão muito altos, o efeito é exorbitante. Em 12 meses, gastaram-se com eles R$ 869,7 bilhões. O déficit nominal, que os inclui, ultrapassou 10%.

A desconfiança de que o governo será incapaz de produzir até mesmo resultados positivos muito modestos empurra os gastos financeiros para cima. Os juros podem subir em breve, se a inflação continuar desancorada e não cair, em parte devido aos estímulos fiscais que o governo não deveria estar concedendo.

O peso dos gastos financeiros fica claro no orçamento total. Todas as despesas do Estado central somam R$ 2,935 trilhões, enquanto as financeiras consomem R$ 2,77 trilhões. Sem buscar superávits crescentes, a dívida, já alta em relação aos emergentes, continuará subindo. Para o ano que vem, na estimativa otimista de que a Selic média não ultrapassará 9,6%, serão mais R$ 755 bilhões de encargos financeiros, 6,1% do PIB.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)

João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luiza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333,
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel/Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel/Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel/Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel/Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel/Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Produtividade caiu porque indústria não teve condições de investir. Por **L. C. Bresser-Pereira e Tiago Porto**

Abrir mais uma porta já escancarada?

Edmar Bacha, no **Valor** (17.07.2024), procurou explicar por que a indústria brasileira encolheu tanto no período 1995 a 2023. Disse que a literatura econômica oferece duas explicações para o problema: a desindustrialização precoce e a doença holandesa.

Ele curiosamente descarta a explicação da desindustrialização precoce no mundo rico, porque verificou que na OCDE, no curto período por ele escolhido, a desindustrialização foi muito pequena. Quanto ao Brasil, ele informa ter calculado que para cada 1 ponto percentual de desindustrialização na OECD ocorre uma desindustrialização de 1,6 ponto percentual no Brasil.

Aqui, portanto, ocorreu desindustrialização prematura, ainda que ele diga que "a tese da desindustrialização precoce não parece explicar grande coisa da desindustrialização brasileira". Claro que não explica. No Brasil houve desindustrialização precoce, mas isto não é uma 'causa' do encolhimento da indústria; é a própria desindustrialização precoce que é o problema que precisa ser explicado, porque então estará explicado o encolhimento.

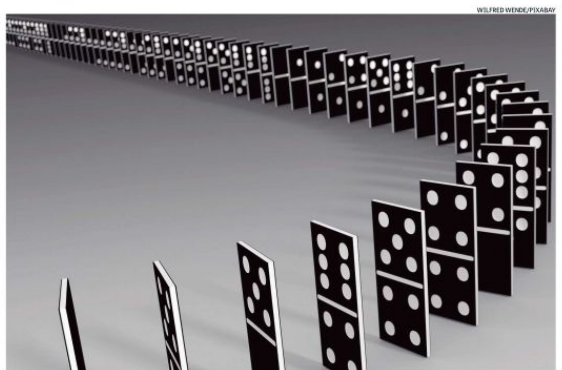
Bacha apresenta uma outra explicação e esta não é uma mera tautologia: a doença holandesa. Ele não atribui essa explicação a ninguém, mas obviamente está se referindo a um dos autores deste artigo que há tempo afirma que a doença holandesa é uma das causas da desindustrialização porque, a partir de 1990, ela deixou de ser neutralizada com o uso de tarifas aduaneiras.

Bacha tem o mérito de discutir a doença holandesa. Esse é um tema que os economistas brasileiros, tanto os de direita quanto os de esquerda, parecem querer fugir como o diabo foge da cruz. Bacha enfrenta o problema. Mas o enfrenta de maneira equivocada.

Em primeiro lugar, nosso autor reconhece que no período 2005 a 2011 a doença holandesa explica "inteiramente a desindustrialização brasileira". Ótimo. Mas afinal ele conclui que, tomando o período como um todo (1995 a 2023), "a doença holandesa também não dá conta de parcela relevante da desindustrialização brasileira". Explicaria apenas cerca de 20% da mesma.

Acreditamos que a doença holandesa explica muito mais. Em primeiro lugar, a forma de medir a doença holandesa de Bacha indica uma certa confusão. A doença holandesa é uma apreciação da taxa de câmbio por vários anos causada pelo aumento do preço das commodities exportadas pelo país, que é satisfatória para a exportação de commodities, mas torna não competitivas as empresas industriais que usam a melhor tecnologia existente.

Ela tem caráter cíclico, acompanhando o movimento cíclico das commodities. Quando os preços das commodities exportadas pelo Brasil aumenta, a taxa de câmbio se aprecia (cai) e ela surge e se agrava, e desaparece quando esse preço volta ser baixo. Tornar não competitivas empresas tecnicamente capazes as impossibilita de exportar e de enfrentar a concorrência no mercado interno de competidores externos que exportam para o país.


WILFRED WENDE/PIXABAY



Fonte: i) Desalinhamento Cambial: Indice de Câmbio de Equilíbrio Industrial (ICEI - Cálculo Baseado na metodologia do Centro de Estudos do Novo Desenvolvimentismo da FGV); ii) Taxa de Câmbio Real Efetiva: Banco Central do Brasil; iii) Indústria de Transformação (% PIB): IBGE, elaboração Paulo Morceiro (2023).

Ao invés disto, Bacha define e mede a doença holandesa "pela evolução das relações de troca do país". Esta é uma definição vaga. Sim, quando as relações de troca melhoram ou sobem os preços das commodities, a doença holandesa surge, mas a partir de que ponto? Qual é o parâmetro usado? Além disso, há outras variáveis que afetam as relações de troca.

Bacha afirma que doença holandesa explica a desindustrialização apenas no período 2005 a 2011. Mas por que apenas nesses seis anos? E por que iniciar o período de análise em 1995. O mundo não começou em 1994... Nós sempre começamos nossa análise em 1990, porque foi nesse ano que o Brasil fez a abertura comercial e, com isso, deixou de neutralizar a doença holandesa.

Ao reduzir de 45% para 12% a tarifa média de importação, o Brasil não caiu na 'armadilha da renda média' (uma invenção do Banco Mundial), e sim na armadilha da liberalização. Os países que liberalizaram suas economias em torno de 1990 deixaram de usar tarifas alfandegárias para neutralizar a doença holandesa. A partir desse ano, o Brasil entrou em uma grande onda de desindustrialização.

A partir de 1990, podemos observar pelo gráfico, houve dois ciclos de desindustrialização no Brasil correspondentes a dois ciclos de preços altos das commodities e de apreciação cambial: de 1990 a 1997 e de 2005 a 2020 ao invés de 2005 a 2011. Dois ciclos, portanto, de doença holandesa, que abrangem 22 anos ao invés dos 6 anos de Bacha. Ora, se Bacha afirma que a apreciação no seu ciclo explica praticamente toda a desindustrialização e corresponde a cerca de 20% da explicação do período completo, considerando 22 anos de apreciação, a doença holandesa explicará muito mais do que esses 20%. A doença holandesa é, portanto, definitivamente relevante.

Mas Bacha afinal descobre a 'verdadeira' causa do encolhimento da indústria brasileira. Foi a "queda da produtividade relativa da indústria". O que, realmente aconteceu. Mas por que? Bacha tem uma explicação estranha. Porque "indústria continua a mirar o próprio umbigo, ou seja, limita-se a vender com preços surreais seus produtos quase que exclusivamente para o mercado interno". A culpa é, portanto, das empresas.

E assim, por um golpe de mágica, não houve abertura comercial, a doença holandesa não deixou de ser neutralizada a partir de 1990. A indústria continuou gostosamente protegida. Ora, isto é falso. A indústria brasileira competiu desesperadamente e foi vencida. Muitas empresas fecharam. Sua produtividade caiu porque não teve condições de investir e portanto não modernizou sua produção. Mas para o neoliberalismo, isto pouco importa. Como Bacha sempre propõe, é preciso sempre abrir mais para forçar os industriais a agirem, ainda que a porta já esteja escancarada. E ai dos vencidos.

Luiz Carlos Bresser-Pereira é professor emérito da Fundação Getúlio Vargas, bresserpereira@gmail.com.
Tiago Porto é professor da FGV/EAESP, tiago.porto@fgv.br.

Indústria bancária

Jairo Saddi



Primeiro, bancos são fundamentais em uma economia. Qualquer país desenvolvido precisa ter bancos fortes e lucrativos. O fato de cinco bancos estarem no topo das dez empresas mais lucrativas listadas na B3 no 2º trimestre deste ano (Itaú (R$ 9,89 bilhões), Banco do Brasil (R$ 8,96 bilhões), Bradesco (R$ 4,72 bilhões), Santander (R$ 3,25 bilhões) e BTG (R$ 2,82 bilhões) tem relação direta com o capital investido (a soma dos cinco maiores é equivalente a R$ 694,3 bilhões), o que corresponde a menos de 4% de retorno no trimestre, comparado com pouco mais da variação do CDI no mesmo período. Isso demonstra que o retorno ponderado pelo risco que tomam não é exatamente exorbitante. Dito isso, é claro que bancos são lucrativos. A margem líquida de todas as empresas listadas na Bolsa foi, no mesmo período, de 2,4%.

Segundo, como já se disse no passado, bancos são negócios realmente únicos, a começar pelo fato de que o melhor ativo de um banco é o seu passivo: são os clientes e depositantes que justificam a franquia bancária e, sem ela, nada mais existiria. Mas bancos, como intermediários financeiros por excelência, correm riscos e, para existir, precisam ser remunerados.

Do ponto de vista da indústria bancária, nos últimos três anos, bancos, como corporações, foram investimentos apenas medianos. Apenas em 2024 é que as ações voltaram a subir de um modo mais consistente, revelando, como não poderia deixar de ser, três aspectos fundamentais: maiores e crescentes receitas com o ciclo de crédito mais virtuoso; inadimplência mais controlada e em níveis em que o custo de crédito é mais aceitável e maior controle de despesas operacionais e fixas.

No Brasil, bancos têm governança sofisticada, até pelo fato de que a regulação bancária o exige e qualquer mudança no setor tem impacto imediato. Mas se o setor bancário ainda tem panorama favorável, o preço dos bancos na Bolsa tem comportamento incerto e, para muitos analistas, ainda está baixo na sua relação preço do ativo/preço contábil, sendo que os movimentos recentes de alta podem ser explicados, talvez, pela recuperação e/ou rebalanceamento de portfolios de muitos investidores institucionais. Isso considerado, o mercado sobe no boato e cai no fato...

Outro aspecto relevante é o comportamento da concorrência dos grandes bancos, representada pelos chamados insurgentes ou pelas fintechs. Com uma base significativa de clientes e algumas vantagens assimétricas (sujeitas a um bom debate), muitos desses players ainda precisam executar uma boa estratégia na concessão de crédito e dosar o apetite a riscos compatível com o retorno que o mercado espera.

Mas a proliferação de inúmeros participantes novos, os chamados neobancos, hoje se resume a poucos players que conseguem atender a um público específico que, até pouco tempo, estava desatendido ou desgostoso com seus bancos incumbentes. Muitos analistas têm se referido ao sucesso de tais poucas instituições como a estratégia "the winner takes it all", em referência aos vencedores e vencidos.

Trata-se da hipótese de que os melhores desempenhos conseguem capturar parcela muito grande (ou quase total) das recompensas e dos ganhos, deixando os demais concorrentes com muito pouco do que resta. A expansão do vencedor amplia as disparidades do valuation de suas instituições, porque alguns poucos captam quantidades crescentes de receita que, de outra forma, seriam mais amplamente distribuídas por todo o mercado.

Parte do crescimento das fintechs resultantes não vem da tecnologia, mas da conjuntura econômica, da maior massa salarial, do menor desemprego e do endividamento das famílias sob controle, o que resulta em um ciclo virtuoso de crédito. Outro fator foi a renegociação bem-sucedida de dívidas inadimplidas iniciada com o programa estatal Desenrola. Claro que a dinâmica de preço de ativos, que reflete isso tudo, é a somatória de expectativas diversas, inclusive de investidores estrangeiros que contribuem com o fluxo de moeda estrangeira.

Os bancos, como corporações, foram investimentos apenas medianos nos últimos três anos

E, por falar em estrangeiros, alguns também têm olhado para o exterior. Quanto tais bancos conseguem se internacionalizar? Transplantar mercados é sempre um desafio e conseguir crescer carteiras em outros mercados é sempre complexo e a necessidade de capital pode ser gigantesca. Bancos de varejo, em geral, são locais e precisam da cultura doméstica, e isso só vem com a experiência. Mas o desafio está posto e é um meio de diversificar o risco alocando capital em mercados estrangeiros.

Já se disse que banqueiro bom é aquele que entende o ciclo de crédito. E somente com boa bancarização, em um país de baixa penetração de produtos bancários, é que banqueiros vão continuar a ganhar dinheiro. Mas nossa relação crédito/PIB ainda é baixa e há espaço para inovação e melhores serviços.

Finalmente, não se pode, como já se disse, desassociar bancos da conjuntura. Historicamente, bancos foram bons pagadores de dividendos e ajudaram a democratizar a participação dos pequenos investidores em Bolsa. Mas, como qualquer investimento de renda variável, é preciso prazo e tempo para geração de valor. E, aqui, as perspectivas para o futuro são mais incertas, fazendo com que muitos não se aventurem em ampliar posições de instituições financeiras em suas carteiras.

Mas acreditar em bancos é, no final das contas, acreditar no Brasil. Fora small caps e commodities (petróleo, energia e minério de ferro) no índice Ibovespa, os bancos representam quase 26% do índice e são, de longe, o maior setor do país em Bolsa.

Jairo Saddi é advogado em São Paulo. Escreve mensalmente, às segundas-feiras.

Frase do dia

"Houve mais demanda do que se imaginava no segundo trimestre e isso deve catapultar o ano inteiro".

De Alexandre de Ázara, economista-chefe do UBS BB, que estima um crescimento do PIB de 2,8% em 2024

Cartas de Leitores

Leitura interrompida

Por que você para de ler um livro? Segundo Isabel Clemente, jornalista e mestre em escrita criativa pela Royal Halloway, University of London, em artigo Valor de sexta-feira com o título "Por que você para de ler um livro?", nos presenteia com a seguinte afirmação: "A tomada de decisão passa pelo reconhecimento de padrões, algo que depende de raciocínio, memória, percepção e atenção".

Isso me faz crer que não existe indivíduo pronto para assumir determinadas tarefas ou desafios, haja vista sua base intelectual construída. A literatura nos faz viajar, mas depende até onde podemos chegar com a capacidade de interpretar fatos reais ou fictícios.

E ainda, a fim de justificar parágrafo que leva ao leitor refletir, encerra citando a bela frase de Jacques Lacan: "Cada um alcança a verdade que é capaz de suportar", revelando a meu ver que o sujeito às vezes quando se aproxima em sua análise de algo que traz desconforto ou o afasta de suas crenças, acaba por desistir da leitura.

Por fim, acredito que bons livros e textos bem escritos causam curiosidades e que associam fatos à realidade humana, tendem a chamar maiores atenção e benefícios aos leitores.

Roberto de Andrade
rde.andra@hotmail.com

Pedalada fiscal?

O fantasma de Dilma Rousseff parece circundar o Planalto. Lula lança mais um plano para incrementar o Auxilio Gás, elevando de 5,6 milhões para 20,8 milhões o número de beneficiários até 2026. Torra a verba que não tem, com gasto subindo de R$ 3,4 bilhões para R$ 13,6 bilhões. Para cobrir esta despesas, diga-se fora de hora, o presidente, como sonora maquiagem, pretende utilizar recursos do Fundo Social do Pré-Sal o que perigosamente, pode significar uma "pedalada fiscal". Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo precisa apresentar compensação como garantia para utilizar verbas do Fundo Social do Pré-Sal. O Planalto não deveria facilitar, até porque a oposição está com olhos arregalados em cima.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Educação

Belíssima análise feita pelo professor Naercio Filho no Valor de 30/08/2024. Penso que um grande vetor que ajude a aumentar produtividade será a tecnologia. Com ela conseguiremos diminuir, em boa parte, a força aposta da inflação oriunda do gasto público.

Porém, a tecnologia tem um certo limite de produtividade e do outro lado este gosto por imprimir dinheiro da parte do governo não parece querer acabar. Talvez uma maior taxa de natalidade possa nos ajudar economicamente no futuro.

Marcos Viana
marcoviana@educacaoclassica.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

'Banco dos pobres' ajuda a imbuir a economia com experiência do mundo real. Por **Antara Haldar**

O que as microfinanças podem ensinar

"A economia é um assunto sem sentido", disse Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel da Paz, pioneiro das microfinanças e economista por conta própria, à revista Time há alguns meses. Ele não imaginava que logo teria a oportunidade de demonstrar o que queria dizer. Após a destituição da primeira-ministra autoritária de Bangladesh, Sheikh Hasina, no início deste mês, Yunus foi escolhido para liderar o governo interino do país.



Fundada em 1971, após uma sangrenta guerra de independência, Bangladesh é um improvável candidato a garoto-propaganda do desenvolvimento, devido à explosão de sua população e à grande vulnerabilidade a desastres naturais. No entanto, na década de 1990, Bangladesh tinha reivindicação confiável para esse título. Enquanto muitos outros países em desenvolvimento eram sufocados pelo neoliberal Consenso de Washington, figuras de Bangladesh, como Yunus (com seu Grameen Bank) e Fazle Abed (fundador da organização sem fins lucrativos BRAC, de combate à pobreza), estavam aproveitando uma terceira ferramenta além do Estado e do mercado: a sociedade civil.

Trabalhando como um jovem pesquisador do desenvolvimento em Bangladesh no início dos anos 2000, testemunhei em primeira mão o trabalho inicial dessas ONGs pioneiras. Elas buscavam soluções não no quadro negro, mas no campo, criando uma placa de Petri global para inovações em desenvolvimento. Como disse um de meus entrevistados, era "a Wall Street do desenvolvimento".

No entanto, assim como a verdadeira Wall Street, o modelo de Bangladesh teve problemas há cerca de 15 anos, quando Hasina voltou ao poder (ela já havia sido primeira-ministra de 1996 a 2001). Líder da secular Liga Awami e filha do "pai fundador" de Bangladesh, Mujibur Rahman, Hasina foi vista no início como um símbolo da democracia. No entanto, seu mandato deu guinada alarmante em direção ao autoritarismo e à corrupção desenfreada, e as coisas finalmente chegaram ao limite neste verão, quando ela tentou ordenar uma repressão violenta contra manifestantes estudantis pacíficos.

A agitação deste ano foi uma reação não só à política repressiva de Hasina, mas também às suas políticas econômicas. Sem dúvida, o crescimento acelerado do PIB e as melhorias na infraestrutura deram a Bangladesh a reputação de "milagre" econômico. Contudo, Hasina havia reprimido as organizações da sociedade civil que puseram Bangladesh no mapa do desenvolvimento em primeiro lugar.

A grande inovação das microfinanças foi a concessão de crédito sem as garantias que a economia convencional insiste que são necessárias. Ao contrário do que a perspectiva dos livros didáticos prevê, as instituições de MF do mundo registram taxas de reembolso acima de 90%

A estratégia econômica da própria Hasina foi tirar uma página do manual convencional de economia do desenvolvimento. Para aproveitar o crescimento impulsionado pelas exportações, posicionou Bangladesh como um centro de fabricação de roupas de baixo custo. Com salários incrivelmente baixos e regulamentação mínima, o país se tornou a fábrica de roupas de fast-fashion do mundo.

Uma consequência dessa estratégia foi a existência de pouquíssimas oportunidades de emprego para graduados universitários fora dos cargos no setor público, que são alocados por meio de um sistema de cotas corrupto e nepotista. Foi esse sistema — juntamente com a alta inflação e outros efeitos persistentes da pandemia — que desencadeou os protestos de verão.

Agora que a juventude revolucionária proporcionou a Yunus um grau de influência sem precedentes no cenário nacional e internacional, as credenciais de desenvolvimento de Bangladesh enfrentam um grande teste. O "modelo de Bangladesh", centrado na sociedade civil, sempre foi só uma aberração peculiar da economia neoclássica e suas receitas de políticas, ou representa desafio genuíno?

O grande avanço inovador das microfinanças foi a concessão de empréstimos sem os tipos de garantias econômicas ou jurídicas (como garantias reais e contratos vinculantes) que a economia convencional insiste que são necessárias. Ao contrário do que a perspectiva dos livros didáticos poderia prever, as instituições de microfinanças (IMFs) do mundo todo registram taxas de reembolso muito acima de 90%.

Embora Yunus tenha sido amplamente reconhecido por seu papel na introdução de uma das mais importantes intervenções de desenvolvimento das últimas décadas, há muito tempo suspeito que o insight psicológico no centro do modelo de microfinanças pode reformular nosso pensamento de modo mais ampla.

Em vez de presumir que os tomadores de empréstimos (em sua maioria mulheres pobres dos vilarejos de Bangladesh) eram "atores racionais" que maximizavam a utilidade e para os quais o pagamento seria irracional na ausência de coerção, as IMFs se arriscaram. E em vez de visar indivíduos, as IMFs emprestaram a grupos de cinco ou mais mulheres. Como os indivíduos quase sempre estão inseridos em grupos, a lógica dessa abordagem é óbvia. No entanto, a dinâmica intragrupo permanece notoriamente sub-teorizada na economia (onde as famílias e as empresas são os principais agentes de tomada de decisão e unidades de análise).

Ao adotar essa abordagem, as IMFs criam coesão social dentro dos grupos de beneficiários, que geralmente realizam reuniões regulares e rituais públicos de pagamento, provocando assim um comportamento pró-social de todos os participantes. São esses mecanismos de reforço social, e não os incentivos econômicos, que sustentam o sucesso do modelo.

Outro insight valioso das microfinanças é que é importante acertar no tamanho do grupo, o que, nesse caso, geralmente significa manter os grupos pequenos. Embora teóricos como Leopold Kohr e E.F. Schumacher tenham feito essa observação no passado, os economistas tradicionais continuam obcecados por economias de escala (maior é sempre melhor).

Tendo sido replicado em mais de cem países, o modelo de microfinanças de Bangladesh se distingue por ter sido incubado no Sul Global, e não importado para lá. Essa origem o torna bem adaptado ao contexto cultural em que opera. Por exemplo, como os tomadores de empréstimos em economias fortemente rurais e baseadas na agricultura em geral têm dificuldade de acessar serviços bancários, os banqueiros de microfinanças reconheceram a necessidade de ir até os vilarejos.

A economia dominante tem, em grande parte, descartado os insights das microfinanças como anedotas folclóricas e bem-humoradas. Mas em um novo projeto, em colaboração com uma equipe de cientistas, eu exploro o significado potencialmente profundo das "preferências sociais" nos arranjos econômicos.

Uma instituição projetada para envolver o sistema "instintivo" dos indivíduos, em vez do sistema "deliberativo", poderia provocar um comportamento sistematicamente diferente? E se começarmos com a suposição de um agente econômico pró-social, em vez de um agente egoísta e atomístico? E se reconfigurarmos nossas redes para torná-las mais cooperativas? Talvez pudéssemos evitar a profecia econômica autorrealizável de uma tragédia dos comuns. Se pararmos de "excluir" nossa bondade intrínseca, talvez possamos construir o que Samuel Bowles chama de "economia moral".

Espera-se que Yunus possa ajudar a afastar Bangladesh da condição de fábrica de semiescravos do mundo e voltar a servir como laboratório mundial de desenvolvimento humano e progresso social. Num momento em que muitos debatem o que vem depois do neoliberalismo, o "banqueiro dos pobres" pode ajudar a imbuir a economia com a experiência do mundo real e o espírito de inovação de que tanto precisa. ***(Tradução por Fabrício Calado Moreira)***

Antara Haldar, professora associada de estudos jurídicos empíricos da Universidade de Cambridge, é membro visitante do corpo docente da Universidade de Harvard. **www.project-syndicate.org**

Especial

Clima Cidades asiáticas estão se adaptando a verões cada vez mais quentes, em um processo que expõe e agrava a desigualdade econômica que caracteriza a região

Golfo Pérsico antecipa ao mundo como é viver e trabalhar sob calor de até 50° C

Chloe Cornish
Financial Times

Sentado em sua moto perto de uma cozinha industrial em Dubai, Mohamad espera para pegar um pedido de almoço enquanto o suor escorre pelo rosto. A comida não é para ele; Mohamad dirigirá em meio ao calor sufocante do centro financeiro para levá-la a um cliente em um bloco de torres climatizadas.

Com o termômetro perto dos 44° C e alta umidade, "isso parece uma sauna", diz o entregador. De origem paquistanesa, Mohamad não veste roupas confortáveis para o clima. Precisa usar equipamentos de proteção, calças escuras e a camisa de manga comprida e gola alta, fornecidos pela plataforma de entregas para a qual trabalha.

De julho ao início de setembro, as ruas de Dubai são tão quentes e úmidas que o "índice de calor", calculado a partir da combinação da temperatura do ar e dos níveis de umidade, costuma ultrapassar os 50° C. Em julho, temperaturas na faixa dos 40° C e níveis de umidade de 80% ou mais resultaram em um índice de calor de 62° C ao meio-dia no Aeroporto Internacional de Dubai, segundo o Serviço Nacional de Meteorologia dos EUA.

O Golfo Pérsico é uma das muitas regiões que vêm aprendendo a lidar com o calor extremo. Na Arábia Saudita, este ano, 1.301 peregrinos morreram após caminharem sob temperaturas que chegaram a quase 50° C durante o haj, a peregrinação a Meca.

Na Índia, as autoridades divulgaram mais de 40 mil casos suspeitos de insolação durante uma longa onda de calor, que resultou em pelo menos 110 mortes.

No entanto, as experiências individuais com o calor escaldante variam de acordo com a riqueza. Enquanto Mohamad e milhares de outros trabalhadores, em sua maioria estrangeiros, sofrem no calor, a vasta riqueza do petróleo do Golfo Pérsico permite aos moradores de renda mais alta viverem em cidades no estilo ocidental que desafiam o deserto inóspito.

Residentes mais ricos de Dubai também viajam para lugares mais frescos durante o pico do calor e os que permanecem podem usufruir de instalações que os mantêm em ambientes fechados durante as partes mais quentes do dia.

Dubai tem pistas de patinação no gelo e uma pista de esqui em instalações cobertas, enquanto pinguins-imperadores e raposas do Ártico vivem no SeaWorld de Abu Dhabi, um enorme parque temático, também coberto. Nos shopping centers da região, o ar é tão frio que uma expatriada em Dubai carrega um suéter enquanto faz compras no verão e diz não ver a hora de o inverno chegar para "poder voltar a ficar aquecida".

Os determinados a enfrentar o inclemente sol do verão podem nadar em piscinas ao ar livre com água refrigerada ou correr na trilha climatizada de 1,14 km no parque Umm Al Seneem, no Catar.

Essas diferenças nas experiências entre os mais ricos e os trabalhadores comuns, como seguranças e atendentes de estacionamento, que mantêm as cidades funcionando, mostram como os riscos climáticos extremos podem agravar e enraizar a desigualdade.

À medida que o mundo fica mais quente, a região pode servir de lição sobre como lidar — ou não lidar — com altas temperaturas em ambientes urbanos que abrigam dezenas de milhões de pessoas.

"O que se vê agora nos países do Golfo é o que [ainda] se verá em muitas partes da Europa Meridional, ou do sul dos EUA ou em partes da Índia e Bangladesh", diz o epidemiologista Barrak Alahmad, pesquisador na TH Chan School of Public Health, da Universidade de Harvard. "Esta é a oportunidade para os países do Golfo realmente mostrarem na prática o caminho da segurança contra o calor."

A região na qual está o moderno Emirados Árabes era chamada de "a terra do balde vazio", em razão da rápida evaporação da água.

"Em termos gerais, a região carece dos três fundamentos dos assentamentos humanos; suprimento de água, terras férteis e um clima moderado", diz Karim Elgendy, pesquisador do centro de estudos londrino Chatham House, especializado em sustentabilidade urbana na região. Durante séculos, a ausência desses elementos básicos limitou o crescimento da região.

Os petrodólares mudaram tudo isso. Permitiram a muitos países do Golfo Pérsico comprarem tecnologias caras, como unidades de dessalinização e aparelhos de ar-condicionado, e importarem mais alimentos. "Esses recursos financeiros permitiram às sociedades do Golfo Pérsico viverem apesar de seu clima, não em harmonia com ele", diz Elgendy.

Depois de superar as intempéries da natureza e com a indústria petrolífera em expansão, a população dos países do Conselho de Cooperação do Golfo Pérsico (CCG) teve um crescimento explosivo, de menos de 4 milhões de pessoas em 1950 para quase 30 milhões, em 2000, de acordo com estimativas da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2019, já havia praticamente voltado a dobrar, para 58 milhões.

As cidades no Golfo Pérsico se expandiram graças às exportações de combustíveis fósseis. No entanto, as emissões provenientes da queima desses combustíveis agravaram as mudanças climáticas que tornam o calor do verão na região ainda mais intenso.

Em razão da falta de dados históricos, pouco se sabe sobre como o clima evoluiu no Golfo Pérsico em comparação a outras regiões. Alguns emiradenses mais velhos lembram-se de um ambiente muito diferente há 60 ou 70 anos.

Criado em Dubai na década de 1950, o cientista político Abdulkhaleq Abdulla lembra que os verões eram menos quentes e mais curtos. As casas eram abertas para canalizar ar fresco, algumas tinham torres de ventilação, e as famílias dormiam nas coberturas.

"Um ventilador para toda a família era suficiente naquela época", recorda Abdulla.

"Parece que, nos últimos 40 anos, as temperaturas do verão nos Emirados Árabes Unidos aumentaram cerca de 1° C", diz Francesco Paparella, professor assistente na NYU Abu Dhabi e pesquisador principal no Centro Árabe de Ciências Climáticas e Ambientais Mubadala. Isso se compara a um aumento médio mundial de temperatura de pelo menos 1,1°C desde o início da era industrial, por volta da década de 1850.

Pesquisadores como Paparella enfatizam que a falta de dados torna difícil prever como será o clima do Golfo Pérsico no futuro, embora alguns estudos científicos indiquem que haverá aumento das chuvas intensas e tempestades.

Em um cenário em que os rumos atuais não mudem e as emissões de gases causadores do efeito estufa — que impulsionam as mudanças climáticas —- não sejam drasticamente reduzidas, os pesquisadores estimam que, em 50 anos, "surgirão condições de ondas de calor superextremo e ultraextremo sem precedentes" no Oriente Médio e na região do Norte da África, com as temperaturas podendo superar os 56° C.

Até os reluzentes arranha-céus construídos por líderes ambiciosos do Golfo Pérsico não estão bem adaptados a esse clima em deterioração. Eles exigem grandes quantidades de água dessalinizada e resfriamento constante. "Quando você envidraça completamente um edifício, todo o calor fica preso no interior e, então, você precisa condicionar o ar", diz Elgendy. "É uma escolha realmente ruim."

A energia barata e abundante de combustíveis fósseis da região fez com que houvesse pouco incentivo para encontrar soluções alternativas. O condicionamento do ar representa até 70% do consumo de eletricidade das horas de pico nos países do Golfo Pérsico, o que coloca uma enorme pressão sobre as redes elétricas.

Os Emirados Árabes adotaram códigos de construção verde "por causa da percepção de que o tipo de edifícios que temos no deserto não pode ser o mesmo que você encontra em Nova York", diz Leonard Chirenje, professor assistente de ciências da sustentabilidade na Universidade de Zayed, em Abu Dhabi.

Para tornar o condicionamento do ar mais eficiente, alguns países também vêm usando o resfriamento central, no qual tubulações fazem circular dentro dos edifícios uma água fria armazenada na instalação, em vez de depender de unidades individuais.

"Petrodólares permitiram ao Golfo existir apesar de seu clima, mas não em harmonia com ele"
Karim Elgendy

A Tabreed, empresa de capital aberto especializada em resfriamento distrital com sede em Dubai, por exemplo, informa que fornece seus serviços em toda a região, para edifícios que vão desde os complexos de escritórios da Saudi Aramco, a gigante do petróleo e gás, até torres comerciais na orla marítima do Bahrein.

O uso de resfriamento central também está nos planos da cidade futurista The Line, em construção na Neom, na Arábia Saudita.

Alguns projetos têm tentado ressuscitar técnicas de construção tradicionais. Em Abu Dhabi, a Universidade Mohamed bin Zayed de Inteligência Artificial usa fachadas de argila para criar sombras, que tem claro efeito de resfriamento.

Ainda assim, a maioria das formas de lidar com os extremos climáticos no Golfo Pérsico ainda envolve o uso de grandes quantidades de energia, que produzem gases causadores do efeito estufa, segundo Paparella. Os combustíveis fósseis baratos fazem com que as fontes de energia renováveis fiquem em um beco sem saída.

A atividade de construção é incansável no Golfo Pérsico, uma vez que a região prossegue com as obras para acomodar o aumento da população que se projeta. A Arábia Saudita, a maior economia do Golfo, está construindo novas conurbações inteiras, como Neom e Nova Murabba, um novo centro comercial e residencial para Riad.

Por outro lado, as pesquisas indicam que trabalhadores da construção civil, muitas vezes operários migrantes temporários do Sul da Ásia, estão entre os mais vulneráveis às condições climáticas.

Há poucos dados disponíveis, mas no Kuwait, o epidemiologista da Harvard, Alahmad, e seus colegas constataram que homens não kuwaitianos tinham até três vezes mais chances de morrer durante condições de calor extremo em comparação às de um clima normal, apesar de os trabalhadores serem, em sua maioria, jovens e saudáveis.

Embora o clima não seja o único culpado por essa vulnerabilidade entre os trabalhadores migrantes — eles podem sofrer com quase tudo, desde acomodações apertadas e pouco habitáveis até problemas para obter assistência médica — o calor agrava essas questões, segundo Alahmad.

Pesquisadores liderados por Bandana Pradhan, do Instituto de Medicina da Universidade Tribhuvan, em Katmandu, no Nepal, concluíram que a alta incidência de fatalidades por doenças cardíacas entre trabalhadores migrantes nepaleses no Catar durante a temporada de calor "se devia muito provavelmente ao estresse térmico severo".

Dos 571 nepaleses que morreram de doenças cardiovasculares entre 2009 e 2017, cerca de 200 poderiam ter sido salvos com uma "proteção térmica eficaz", concluiu a análise.

O Catar e outros países do GCC tomaram medidas para reduzir os riscos do trabalho ao ar livre durante o verão. Agora todos proíbem o trabalho ao ar livre durante o meio do dia, embora as horas e datas variem.

Algumas autoridades municipais vão além — segundo a prefeitura de Dubai, por exemplo, as empresas precisam fornecer água fria e eletrólitos aos trabalhadores. "É uma questão de produtividade", diz o chefe de uma empresa de construção, que concorda com a restrição das 12h30 às 15h na cidade. "A 50 graus, o que ele [o trabalhador] vai fazer por você?"

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), porém, sustenta que as temperaturas ainda podem ser "extremamente altas fora dos horários proibidos" e que as "inspeções limitadas prejudicam a eficácia da medida".

A proibição do trabalho ao ar livre no meio do dia também é inflexível, não levando em conta outros fatores que podem afetar a saúde humana, segundo Alahmad, como a umidade e a tarefa que a pessoa realiza.

ISSAM RIMAWI/ANADOLU VIA GETTY IMAGES



Peregrinos se refrescam em Meca, Arábia Saudita, onde 1.301 pessoas morreram este ano, sob calor de quase 50° C

Áreas mais quentes do mundo

Regiões que registraram mais de 50 °C nos últimos anos



Localização	Data	Temperatura (°C)
1 Vale da Califórnia, EUA	7/jul/2024	53,9
2 Jahra, Kuwait	23/jun/2024	53,1
3 Sind, Paquistão	26/mai/2024	52,5
4 Sanbao, China	16/jul/2023	52,2
5 Tepache, México	20/jun/2024	52
6 Abadan, Irã	13/jul/2024	51,5
7 Churu, Índia	26/mai/2024	50, 5
8 Agadir, Marrocos	11/ago/2023	50,4
9 Hassi-Messaoud, Argélia	1/jul/2024	50,4
10 Arafat, Arábia Saudita	17/jun/2024	50

Fonte: Organização Meteorológica Mundial (OMM)

Energia
Abertura do mercado de gás no Rio atrai grandes investidores
B1

Construção civil Rapidez nas obras leva companhias a escolher sistemas pré-fabricados, diz Felipe Cassol B4



Alimentação Vendas digitais já são mais da metade da receita das redes de fast food B6

Música Empresas investem R$ 510 milhões no festival Rock in Rio B8

Commodities Soja e açúcar tiveram as maiores quedas no mês de agosto nos EUA B9

Energia Gerdau e CSN aderiram ao ambiente livre, mas riscos aos primeiros entrantes são elevados

Abertura do mercado de gás no Rio atrai grandes consumidores

Robson Rodrigues
De São Paulo

A abertura do mercado livre de gás natural no Rio de Janeiro marca um importante movimento entre as grandes empresas consumidoras do insumo. A expectativa de migração para esse modelo de contratação é elevada, mas ainda há correções a serem feitas e os riscos para quem entra nesse segmento não são poucos.

Os primeiros acordos com produtores ou comercializadoras foram firmados na busca de melhores condições de preço e suprimento, flexibilidade para definir valores de contratos em diferentes indexadores, novos canais de fornecedores e competitividade.

O Rio de Janeiro responde por mais de 70% da produção nacional de gás. O novo modelo tem gerado otimismo entre grandes consumidores, petroleiras e empresas de transporte de gás, que veem novas oportunidades no setor.

A Gerdau deu o pontapé em um contrato com a Petrobras e a Naturgy para suprimento de gás natural à Cosigua, unidade de produção de aços longos no Rio, na primeira migração de um cliente do mercado industrial regulado para o mercado livre no Estado.

Depois, a siderúrgica CSN, principal consumidora livre de gás do país, migrou a usina Presidente Vargas (UPV), em Volta Redonda (RJ), para o ambiente livre de contratação de gás. A mudança ocorreu por meio de uma assinatura de um contrato com um pool de empresas — Petrobras, Shell e Galp —, que garante o fornecimento de 1.350.000 m³ de gás por dia.

Ao **Valor**, Rogério Pizeta, diretor de energia da CSN, diz que a migração é justificável, pois a empresa, por si só, era responsável por cerca de 60% do volume comercializado pela distribuidora local, a Ceg-Rio, o que permite ao grupo tratar diretamente com os produtores condições melhores.

"Faz sentido para uma empresa do nosso porte assumir um pouco mais de risco e entrar no mercado livre (...). Contratamos não apenas a molécula, como também o transporte de saída com a NTS [operadora de gasodutos], e isso me dá a liberdade de buscar o gás natural de outros supridores", diz.

Pizeta prevê aumento no suprimento de gás no curto e médio prazo e diz que, até alguns anos atrás, o Brasil contava apenas um fornecedor, a Petrobras. Hoje, no entanto, a entrada de novos fornecedores e distribuidoras privadas estimulou a concorrência e mais investimentos no setor.

Embora consigam melhores condições financeiras, os novos entrantes também assumem o risco de eventual falta de suprimento, precisando buscar por conta própria contratos de molécula com prazos definidos, e ficam mais expostos às oscilações de preço com o contexto geopolítico, fatores que geralmente não ocorrem no mercado regulado (atendido pelas distribuidoras de gás).

A Shell Energy Brasil será responsável pelo fornecimento de 50% do volume diário contratado pela CSN. O presidente da empresa, Rodrigo Soares, diz que o ambiente de negociação do mercado livre permite que o cliente tenha liberdade de negociar a molécula de gás de acordo com seu perfil de consumo, além de poder gerenciar seu portfólio de acordo com as flutuações comprando e vendendo no mercado spot, sem multas ou penalidades.

"Fomos o primeiro distribuidor do pré-sal além da Petrobras a negociar para o mercado regulado. Também fomos o primeiro vendedor do mercado livre e viemos com uma série de novos produtos para revolucionar esse mercado", diz.

Hoje, a Petrobras detém 80% da produção e reinjeta o gás natural nos poços durante a exploração para manter a pressão do reservatório e aumentar a recuperação de petróleo. A empresa informou recentemente que a reintrodução de gás nos campos em que opera passará por "correção de rumo", mas o aumento do aproveitamento será feito só em novas plataformas, pois não é possível mudar projetos já entregues ou contratados.

O gerente-executivo de gás e energia da Petrobras, Álvaro Tupiassú, diz que a companhia vem oferecendo ao mercado desde 2023 novos produtos comerciais, mais flexíveis às necessidades dos clientes. Ele espera que a dinâmica de mercado e o crescimento de oferta previstos no planejamento, com a entrada de uma nova capacidade de escoamento na Rota 3, juntamente ao portfólio pelas demais fontes de ofertas domésticas e importação da Bolívia e nos terminais de GNL, permitam a atuação competitiva da companhia.

"Prevemos mais de US$ 7 bilhões de investimentos em novas infraestruturas de ofertas de gás natural. Estamos investindo também em um novo canal de relacionamento com os clientes, que tem como objetivo principal gerar valor e facilitar para o cliente a gestão dos contratos com a Petrobras."

A ampliação do mercado livre ocorre em um momento em que o governo formaliza o programa Gás para Empregar, mais uma tentativa de oferecer gás mais barato aos consumidores. A proposta foi criticada. Agentes enxergam traços de intervencionismo, já que a medida estabelece que a agência reguladora ANP determine a redução da reinjeção de gás natural "ao mínimo necessário", incluindo a fixação do volume máximo a ser reintroduzido nos poços, o que pode abrir uma onda de judicializações no país.

A Abrace, associação que representa os grandes consumidores livres de energia, entretanto, vê a iniciativa como positiva. Argumenta que o número de consumidores que conseguem comprar o gás diretamente dos produtores ainda é pequeno. A entidade vê avanços, como o acesso a gasodutos de escoamento e ao processamento de GNL da Petrobras, considerados infraestrutura essencial, a um custo justo.



GABRIEL REIS/VALOR

Rogério Pizeta, diretor de energia da CSN, prevê aumento no suprimento de gás no curto e médio prazo e diz que novos entrantes estimulam concorrência

Entrada de novos consumidores depende de tarifas

De São Paulo

O ano de 2024 deve significar um ponto de inflexão no mercado de gás no Rio de Janeiro, não apenas pelo avanço do ambiente regulatório, mas pela expectativa de mais oferta e entrantes em busca do combustível para uso em diversos ramos de atuação. Ainda assim, é um processo novo e com demandas que precisam ser atendidas, como a regulamentação da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD).

Além disso, as transportadoras de gás no Brasil ainda não estão totalmente preparadas para receber consumidores industriais. O mercado livre de gás é o segmento em que o consumidor pode escolher o seu fornecedor e estabelecer contratos por prazo ou preço sem estar necessariamente vinculado a uma distribuidora local.

A Lei do Gás e o movimento de regulação federal e estadual foram importantes para a Shell Energy Brasil obter os benefícios da abertura. A empresa fechou contratos de fornecimento para grandes indústrias consumidoras de gás, como Biancogres, Vale e Suzano, e prevê que esses tipos de contratos serão mais frequentes.

O presidente da Shell Energy, Rodrigo Soares, diz que empoderar o consumidor para que ele tenha o direito de escolher seu fornecedor, prazo e tipo de energia é essencial, mas pondera que ainda é preciso criar um padrão de contratação que dê ao consumidor a flexibilidade necessária.

"O setor de gás natural vem crescendo no Brasil e, em 2023, bateu recorde na produção, com 150 milhões de m³ /dia, além de ter diminuído em 20% as importações (...). A abertura do mercado em 2019 trouxe novos agentes, que hoje representam 20% do mercado brasileiro, contra 1% há cinco anos", diz.

A NTS (Nova Transportadora do Sudeste) fechou parceria com a CSN e diz estar preparada para a chegada de novos clientes, seja para a contratação de transporte de gás na entrada, saída ou até ambos. Segundo o diretor comercial da NTS, Helder Ferraz, a companhia vem auxiliando nos devidos esclarecimentos sobre as tarifas de contratação e modelos existentes para um cenário que começa a se desenvolver no país.

"Cabe destacar o potencial de geração de gás natural do Estado do Rio de Janeiro. O momento atual contribui para a segurança energética regional e há um horizonte de possibilidades para novos negócios, após a construção do Gasig [Gasoduto Itaboraí-Guapimirim] e demais projetos ligados à Rota 3 do Pré-sal", afirma Ferraz.

O acordo firmado pela CSN contou ainda com a petroleira portuguesa Galp no fornecimento de gás. O diretor de gás natural da empresa, Thiago Arakaki, diz que a parceria é um marco para as operações da companhia e está otimistas em busca de novos parceiros.

Outras regiões do Brasil, como Bahia, Sergipe, Espírito Santo e Minas Gerais, já vivem suas primeiras experiências com o mercado livre de gás. Em Sergipe, a Eneva busca novos contratos de gás para aproveitar capacidade ociosa de seu terminal de regaseificação e fornecer gás natural liquefeito (GNL) importado. Ainda este ano, o terminal de GNL do Porto de Suape, em Pernambuco, da Oncorp, será conectado ao terminal da TAG.

Recentemente a New Fortress Energy (NFE) inaugurou um terminal de GNL em Santa Catarina, com aportes de R$ 500 milhões. Este é o primeiro da região Sul do Brasil, e já tem contrato firmado com a TBG (Transportadora Gasoduto Brasil-Bolívia) para fornecimento de gás por meio da sua conexão com o Gasoduto Brasil-Bolívia (Gasbol). O mercado considera a possibilidade da indústria utilizar o gás de Vaca Muerta, na Argentina.

O gasoduto da Subida da Serra, da Comgás e que interliga a Baixada Santista ao restante do Estado de São Paulo, também deve aumentar a oferta de gás ao mercado, mas o empreendimento está no centro de um impasse federativo entre Arsesp e ANP sobre a definição se a infraestrutura é de distribuição ou de transporte. *(RR)*

Destaques

Bimbo compra Wickbold

O grupo mexicano Bimbo, dono da marca de pães Pullman, anunciou na sexta-feira (30) um acordo para comprar a rival brasileira Wickbold. Não foi divulgado o valor da operação. "Essa empresa familiar complementa nosso portfólio com marcas que os consumidores amam e nos melhor posiciona na região Sul do Brasil", disse Rafael Pamias, diretor-presidente do grupo, em comunicado. A operação inclui as marcas Wickbold, Seven Boys, entre outras, além de quatro fábricas localizadas no Sul e no Sudeste. A empresa foi fundada em 1938 pela família Wickbold em São Paulo e hoje conta com 2,5 mil funcionários. "O Grupo Bimbo compartilha do compromisso da Wickbold com o bem-estar dos brasileiros e reafirma a importância de um impacto positivo para a sociedade e para o meio ambiente", informou a Wickbold, em nota. O grupo mexicano, que também é dono das marcas Ana Maria e Rap10 no Brasil, teve faturamento de 98 bilhões de pesos mexicanos no segundo trimestre (cerca de R$ 27,7 bilhões ao câmbio de hoje). Na América Latina, incluindo o Brasil, as vendas chegaram a 9,06 bilhões de pesos mexicanos (cerca de R$ 2,55 bilhões).

Bionexo compra Tradimus

A healthtech brasileira Bionexo, plataforma de marketplace de oferta de soluções digitais para o setor de saúde, comprou a Tradimus, especializada em gestão financeira de hospitais. O valor do negócio não foi divulgado. É a oitava aquisição feita pela empresa, que tem entre seus sócios as gestoras Bain Capital, Temasek e Prisma Capital.

Hotel Emiliano cresce

O grupo hoteleiro Emiliano entrará na disputa pelo turista corporativo em segmentos de entrada na modalidade "upper scale" (categoria de luxo) por meio da sua nova marca "v3rso". A bandeira já tem 4 hotéis anunciados e 28 em negociação, disse Gustavo Filgueiras, CEO da rede, ao **Valor**. O plano é oferecer ao consumidor quartos com padrão próximo à categoria de alto luxo, mas com diárias na casa de R$ 1,2 mil, um terço do que é comercializado na marca. O grupo já tem tradição ao atender o cliente de negócios, que representa 90% da demanda dos hotéis. O primeiro "v3rso" a ser inaugurado é a unidade no Jardins, bairro nobre de São Paulo, previsto para o início do ano que vem. Há ainda outro projeto em Porto Alegre, também previsto para 2025.

CBN Professional Belmiro Gomes, CEO do Assaí, fala no podcast sobre sua gestão em uma das maiores empregadoras do país

‘Quem faz a função sabe mais do que a liderança’

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

"A gente sempre usa a nossa história de vida a fim de que ela possa servir de inspiração para os jovens, para que continuem insistindo nos seus objetivos", diz Belmiro Gomes, CEO do Assaí Atacadista. "Muitas vezes, as pessoas fazem tentativas e eu brinco que devem tentar de novo. Normalmente, é a última chave que abre a porta."

A lição de persistência do executivo é resultado de uma jornada de trabalho que deslanchou cedo. "Comecei como sorveteiro, então trabalho desde os 10 anos", diz Gomes, em depoimento a Stela Campos, editora de Carreira do **Valor**, e Juliana Prado, da CBN, no novo episódio do podcast CBN Professional, uma parceria do **Valor** com a rádio CBN. "O 'trabalho registrado' veio aos 13 anos."

O gestor nascido em Santo André (SP) acredita que a bagagem de vivências moldou sua trajetória profissional e o cuidado que sempre teve ao lidar com funcionários e clientes. "Mesmo hoje, no comando de uma grande companhia, sei que vim de uma origem humilde", afirma ele, que ainda trabalhou com contabilidade e informática no início da carreira. "Isso me permitiu conhecer a realidade da população."

Um dos gigantes do atacarejo do país, o Assaí, que completa 50 anos de atividades em 2024, soma 82 mil funcionários e 294 lojas em 25 estados. Em 2011, quando Gomes assumiu a presidência depois de uma carreira de vinte anos na rede varejista Atacadão, eram apenas 6,5 mil empregados. "No Atacadão, virei gerente aos 19 anos e assumi um cargo de direção aos 25", conta. "Tinha uma equipe gigantesca de vendedores externos."

A experiência de gerenciar equipes a distância, a 200 ou 500 quilômetros, trouxe aprendizados. "Um dos maiores é que quem está fazendo a função [in loco] sabe mais do que a liderança", ensina.

Uma das formas de acelerar esse aprendizado é saber escutar os funcionários, garante. "Nunca acredito no primeiro 'está tudo bem' [na resposta de] um colaborador", acrescenta. "Muitas vezes, os melhores insights para mudanças de processo vêm quando converso com um operador de caixa ou um repositor de mercadorias, que estão na linha de frente."

O executivo lembra que, durante a inauguração de uma unidade, conheceu uma funcionária terceirizada do serviço de limpeza. "Ela falou 'já é a terceira loja em que trabalho para vocês' e eu disse 'que legal, você tem alguma sugestão?'", relata. "Por conta dos argumentos dela, mudamos oito processos [de trabalho], muitos deles duplicados."

Gomes revela que uma das missões que abraça na empresa é criar uma cultura corporativa forte. "Acredito na liderança por inspiração", afirma ele, que tenta estar presente em todas as aberturas de lojas da companhia. "Mas isso não significa que não vamos cobrar desempenho ou resultados."

A cultura, continua ele, é sempre o ativo mais importante de qualquer organização. "É a somatória de uma série de atitudes dos líderes e equipes que estão naquele ambiente", diz. "Você pode ter outra empresa no mesmo ramo de negócio, mas nunca verá duas culturas iguais."

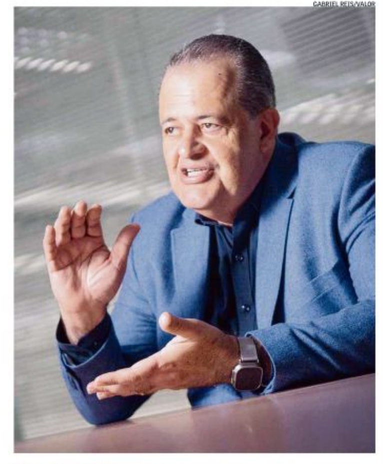
O CEO do Assaí é adepto da dobradinha qualificação-ascensão profissional. "Em um país com grandes desigualdades sociais, vejo a capacitação como um caminho para chegar a novas posições", diz. "Todos nós queremos ter os esforços reconhecidos."

Segundo ele, a formação de talentos faz parte da receita de evolução do Assaí, dono de um faturamento de R$ 72,8 bilhões em 2023, 22% a mais que o registrado em 2022. "Desde que saí do Atacadão e fui convidado a assumir a empresa, foi necessário fazer uma reformulação de estratégias e da política comercial para preparar a expansão em outros estados", diz. "Ali, já havia a visão de que o componente essencial para realizar isso, além dos recursos financeiros e da assertividade nas diretrizes de vendas e de 'proposta' para o cliente, era ter gente capacitada. O crescimento do Assaí precisa significar o crescimento das nossas pessoas."

Nessa linha, foram idealizados um programa de trainees, voltado exclusivamente para os funcionários, com seleções que incluem provas e entrevistas; e uma universidade corporativa, com cursos em áreas como negócios, gestão e habilidades comportamentais. "Temos um programa de trainees aberto ao público, mas temos mantido a ação internamente, diz. "Ajuda a formar a prata, o ouro e os diamantes da casa."

Para ouvir o episódio completo é só acessar o site da "CBN", as principais plataformas de streaming, como Spotify e Apple Podcasts, ou assistir pelo YouTube do **Valor** e da "CBN".

GABRIEL REIS/VALOR



"Você pode ter outra empresa no mesmo ramo de negócio, mas nunca verá duas culturas iguais"
Belmiro Gomes

Formação Executivos de Valor
Terceira edição da Master Class

Curso exclusivo fruto de parceria entre Valor e FGV vai preparar todos os líderes que desejam aprender a como superar os novos desafios que a alta gestão vem enfrentando na nova economia

Conteúdo dividido em 4 módulos, cada um com duas aulas ao vivo ministradas por professores da FGV e uma especial de fechamento, chamada de Master Class, com um CEO premiado no Executivo de Valor

Curso com 64 horas/aula, realizadas ao longo de 7 semanas, às quartas e quintas, das 19h às 22h30. As aulas com professores da FGV serão on-line e síncronas, com interação entre os alunos

Aula De Abertura - 12/9
O novo contexto dos negócios

Milton Maluhy
CEO do Itaú Unibanco

Ana Fontes
CEO e fundadora da Rede Mulher Empreendedora

Módulos do curso



Tendências da nova economia
Dias 18/09, 25/09 e **8/10**
Master Class com Paula Bellizia: Vice-Presid. AWS América Latina

Papel do(a) líder na agenda ESG
Dias 19/09, 26/09 e **3/10**
Master Class com Miguel Setas: CEO da CCR



Da estratégia à execução
Dias 09/10, 16/10 e **23/10**
Master Class com Gustavo Werneck: CEO da Gerdau



Gestão de pessoas e liderança
Dias 10/10, 17/10 e **24/10**
Master Class com Cristina Palmaka: presid. SAP América Latina e Caribe

Pessoas físicas podem comprar diretamente por meio do site https://executivosdevalor.valor.com.br

Empresas podem comprar cursos para seus colaboradores por meio do e-mail cursos@valor.com.br

Fontes: Valor e FGV

Formação Executivos de Valor: última semana para inscrições

Curso

Valor
De São Paulo

Esta é a última semana de inscrições para a Formação Executivos de Valor, parceria entre Fundação Getulio Vargas (FGV) e **Valor** que chega à terceira edição e é voltada a preparar líderes para desafios de gestão que preocupam executivos em todo o mundo: disrupção tecnológica, mudanças climáticas e outras megatendências globais.

Dados da 27ª Pesquisa Global com CEOs, divulgada pela PwC este ano e realizada com 4,7 mil executivos de 105 países, mostram CEOs cada vez mais preocupados com a continuidade de seus negócios na próxima década. Para garantir a resiliência de suas empresas, gestores no Brasil e no mundo afirmam dar passos importantes para reinventar seus negócios.

Para quem já ocupa um cargo de gestão ou sonha construir uma carreira em liderança, a Formação Executivos de Valor é uma oportunidade de aprender com presidentes de empresas premiadas sobre como tomar decisões diante de um cenário tão desafiador. As inscrições podem ser feitas pelo site https://executivosdevalor.valor.com.br até o dia 8 de setembro.

"Os CEOs sabem que suas abordagens precisam ser mais ousadas hoje e no futuro", afirma o relatório da PwC. Mas como ousar e adaptar a rota sem perder o que já se construiu? Como o gestor pode tomar decisões rápidas e acertadas em um cenário que muda a todo instante? "Há, mais do que nunca, a necessidade de conhecimento sólido para tomada de decisões nas empresas", afirma a professora Maria José Tonelli, coordenadora acadêmica do curso, professora titular da FGV Eaesp e coordenadora do Núcleo de Estudos em Organizações e Pessoas (Noep). O contexto atual para os líderes, diz Tonelli, é de "policrises, que incluem a polarização política, fake news, o envelhecimento da força de trabalho, questões de saúde mental e engajamento, além da crise climática".

A Formação Executivos de Valor é voltada justamente a preparar lideranças para tais dilemas, com aulas com professores da FGV e CEOs de destaque. O conteúdo do curso foi estruturado a partir de conversas com CEOs, que relataram quais são as principais competências que esperam que os aspirantes a C-level de suas equipes precisam desenvolver.

O curso inclui aulas com professores da FGV e cinco Master Classes com líderes selecionados entre os eleitos como "Executivo de Valor", premiação que o jornal realiza há 24 anos e destaca lideranças que fizeram a diferença na gestão de suas organizações.

Cada Master Class terá a participação de um jornalista do **Valor** e de um professor da FGV para a condução da conversa. Entre os docentes que participarão: Rafael Coimbra, editor-executivo da "MIT Technology Review Brasil", no módulo 1 "Tendências na economia do futuro", do qual é autor do material didático; Rogiene Batista dos Santos, professora da FGV Eaesp, no módulo 2 "Papel do líder na agenda ESG", cujo material didático foi desenvolvido por Aron Belinky, leading partner da ABC Associados; Francisco Lemos, professor da FGV Eaesp, no módulo 3 "Da estratégia à execução", do qual é autor do material didático; e Maria José Tonelli, no módulo 4 "Gestão de pessoas e liderança", que tem como autora do material didático a professora da FGV Eaesp Ianaira Neves. A coordenação acadêmica do curso é de Tonelli e de Stela Campos, editora de Carreira do **Valor**.

As aulas ao vivo, via Zoom, serão gravadas e disponibilizadas para que o aluno possa rever. O curso terá 64 horas/aula ao longo de 7 semanas, com início em 12/09 e término em 24/10. As aulas serão on-line, ao vivo, às quartas e quintas-feiras, das 19h às 22h30.

Organizações que quiserem comprar o curso podem se informar pelo e-mail cursos@valor.com.br — há condições especiais para as que quiserem fechar turmas para mais de 30 pessoas.

"Há, mais do que nunca, a necessidade de conhecimento sólido para tomada de decisões"
Maria José Tonelli

Qual o papel do CEO na gestão da inteligência coletiva?

Trabalho SA



Stela Campos

Muito se fala sobre o poder de usar a inteligência coletiva que existe na empresa para solucionar problemas complexos, gerar ideias inovadoras e ganhar competitividade. Seria uma maneira de a organização se apropriar e gerar valor a partir de um conhecimento que já existe. Pensando sob o ponto de vista teórico, essa utilização faz todo o sentido, ainda mais em tempos onde é possível usar a tecnologia para sistematizar informações e criar interações mais frequentes entre equipes.

Mas existe um ponto na gestão do conhecimento que vai além do uso de ferramentas formais para a catalogação de procedimentos para a execução de processos. É o fato de o funcionário ter ou não o desejo genuíno de compartilhar e passar o que sabe adiante. Isso envolve muito mais do que a simples obrigação de registrar métodos de execução ou agir apenas porque se tem medo de ser repreendido por não fazê-lo. O profissional precisa ter a segurança de que jogar no sistema a forma única como realiza suas tarefas não irá significar que seu emprego entrou em risco. Por mais cruel que isso possa soar para líderes de boa fé, já ouvi relatos de que isso acontece.

O segundo ponto que faz diferença, segundo especialistas, é o quanto a pessoa está engajada no projeto de futuro defendido pela liderança da companhia. Quem acredita que está no mesmo barco acaba remando mais forte e com mais vontade. Portanto, esse profissional não tem medo e sim interesse em compartilhar o que sabe para ajudar a preparar, por exemplo, quem está ingressando no negócio. Este é um procedimento natural daqueles que "vestem a camisa". Os sistemas são apenas ferramentas que facilitam o processo. Existe embutido neste ato um senso de pertencimento ao projeto coletivo que visa a prosperidade do negócio.

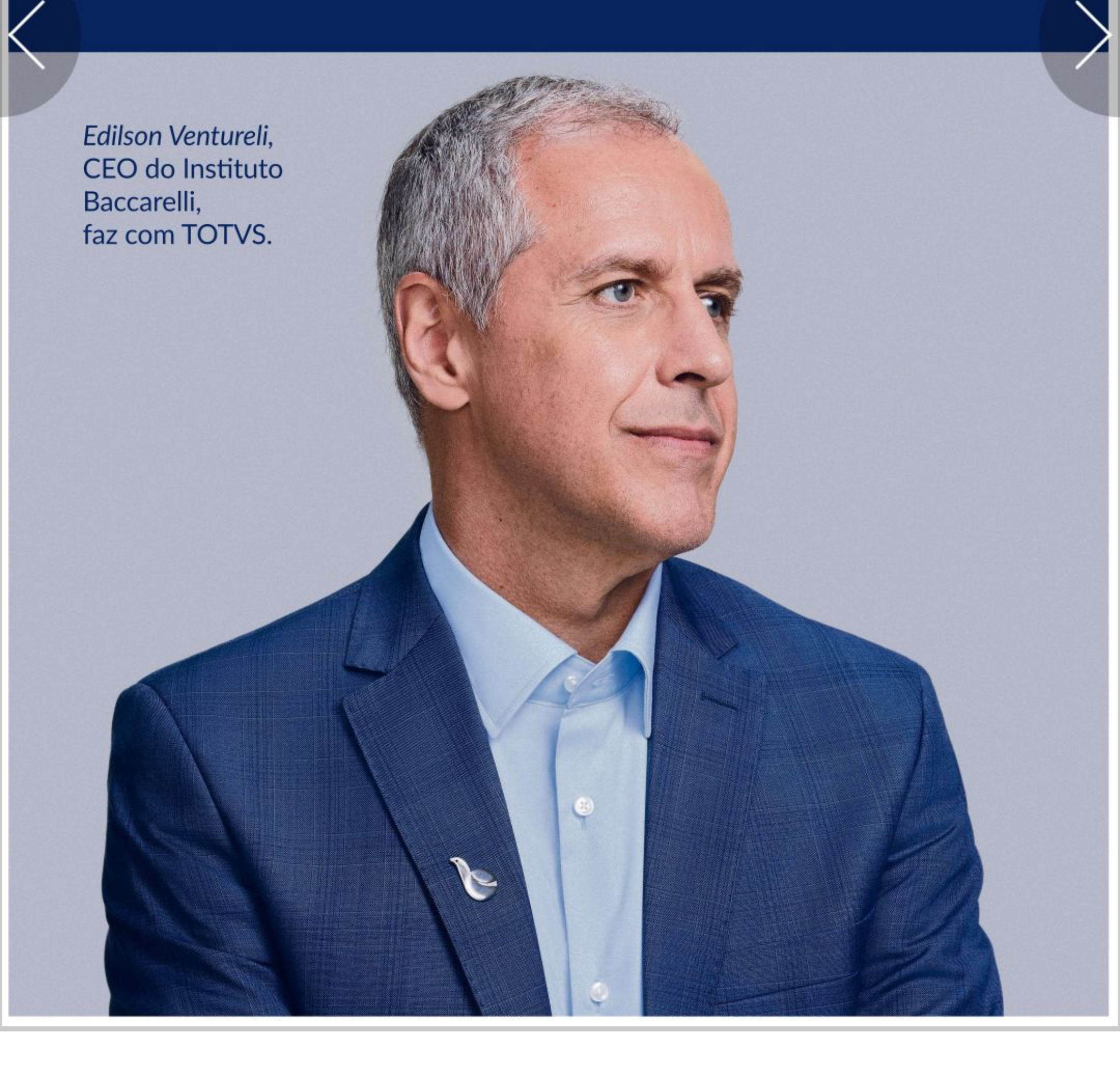
O CEO que consegue obter esse tipo de comprometimento certamente vai chegar mais longe. Seu papel é o de um agregador, um orquestrador, ou como queiram chamar quem conduz esse processo. As equipes têm autonomia para desenvolver e formar sua própria cadeia de conhecimento compartilhada. Cada um cumpre seu papel e pode passar adiante as melhores práticas. Isso faz com que o trabalho flua melhor em todos os estágios do negócio, da produção, passando pela venda, pelo administrativo até chegar ao cliente final. Isso pode acontecer em uma fábrica, um hospital, não importa. Para que esse fluxo funcione, o essencial é haver na organização o entendimento de que cada função importa e de que cada um pode saber algo sobre o que faz que o outro não sabe.

O líder tem a responsabilidade de promover esse ambiente de confiança, convencendo os times de que juntos a potência sobe. A inteligência coletiva pode abrir atalhos, porque a experiência anterior de alguém ajuda outro funcionário a não cometer os mesmos erros. O CEO de um hospital que trata de uma tema delicado como o câncer citou no podcast que conduzo, o CBN Professional, como vem sistematizando o conhecimento com a reorganização do fluxo de trabalho para gerar uma inteligência única sobre cada aspecto da doença.

Ele dividiu os diferentes tipos de câncer em trilhas de cuidado específicas, como, por exemplo, uma dedicada apenas ao câncer de pulmão. Toda trilha conta com um médico patologista especialista, um radiologista, um médico nuclear, um cirurgião, um oncologista clínico, um radioterapeuta, um fisioterapeuta, um nutricionista e um cuidador paliativo, que vão se debruçar sobre aquela modalidade da doença. Cada um cuida da sua parte, mas divide em reuniões diárias com o grupo o que fez e dá ideias de como devem continuar o tratamento. Segundo o CEO, em algum momento, essa configuração já levou a inverter a ordem das etapas do tratamento, o que no fim melhorou a jornada do paciente. Nada teria acontecido se não houvesse essa troca de conhecimentos. E cada trilha dessas produz uma base de conhecimento única que dá robustez para o todo, reforçando o posicionamento do hospital como um centro de referência em câncer.

Isso só vem funcionando porque a liderança nunca duvidou que as pessoas são inteligentes e sabem o que têm que fazer. Este CEO exerce a gestão por influência. Vários estudos comprovam o poder do comportamento de quem está no comando no engajamento dos funcionários. Então, se como líder, sua intenção é tirar o melhor proveito da inteligência coletiva que existe na sua empresa, o primeiro passo é cuidar bem das pessoas, confiar, desenvolver, respeitar, abrir espaço para que elas falem, escutá-las e reconhecer o valor do que elas fazem. O benefício será coletivo.

Stela Campos é editora de Carreira
e-mail: stela.campos@valor.com.br


Edilson Ventureli,
CEO do Instituto Baccarelli,
faz com TOTVS.

Construção civil Demanda aumenta, mas avanço de sistemas pré-fabricados ainda esbarra na carência de engenheiros e arquitetos especializados no mercado

Empresas apostam na industrialização para acelerar obras e reduzir custos

Ana Luiza Tieghi
De São Paulo

As construtoras e incorporadoras estão intensificando a contratação de empresas especializadas em obras industrializadas para acelerar o prazo de entrega dos empreendimentos e reduzir os custos. O aumento da mão de obra, causado pela escassez de profissionais da área, também tem alavancado a busca por esse método.

De acordo com a pesquisa "Sondagem da Construção em Sistemas Industrializados", realizada pela FGV/Ibre para a Modern Construction Show, feira que ocorre em outubro em São Paulo, das 510 empresas ouvidas, 64,5% afirmaram usar esses sistemas.

Dentre elas, 81,5% citaram o prazo de conclusão como uma motivação. O tipo mais utilizado de método industrializado são kits elétricos, que facilitam a instalação dessa etapa da obra, e as estruturas pré-fabricadas de concreto.

Antonio Cardoso, presidente da companhia Sky Master, dona da marca LigaFácil, diz que um operador leva, em média, 15 minutos para concluir a instalação do kit de esgoto de um apartamento, chamado de "aranha", enquanto o sistema tradicional leva cerca de uma hora. A empresa é especializada desde 2015 em kits elétricos e hidráulicos.

Segundo Cardoso, os próprios profissionais, muito demandados pelo mercado, devido à grande quantidade de obras em andamento, preferem trabalhar com os sistemas industrializados, para conseguir tocar mais empreendimentos simultaneamente.

O executivo afirma que as vendas dos kits crescem 20% ao ano. Essa área trouxe faturamento de R$ 5,9 milhões para a Sky Master em 2023. A previsão para 2024 é de R$ 7 milhões.

O uso dos kits é o estágio inicial de industrialização, principalmente quando se trata de prédios residenciais e comerciais, já que ele pode ser inserido em métodos construtivos tradicionais, sem exigir uma mudança completa do jeito de fazer a obra.

O segundo método mais citado na pesquisa feita pela FGV/Ibre, o de estruturas pré-fabricadas de concreto, altera a lógica da construção. A Cassol é especializada nesse segmento.



GABRIEL REIS/VALOR

"A construção industrializada está para a construção civil como o e-commerce estava para o varejo há 15 anos", diz Cassol

Com três fábricas em operação, onde produz as peças de concreto que transporta já prontas aos canteiros, para serem montadas, a empresa foi contratada para construir parte do Beyond The Club, clube com piscina para surfe que está em obras em São Paulo, no terreno do antigo hotel Transamérica, e que tem entre os sócios o BTG Pactual e a incorporadora KSM.

Felipe Cassol, CEO do negócio, conta que a necessidade de fazer uma obra mais rápida pesou para a escolha da sua empresa. O clube deve ser inaugurado no ano que vem.

O projeto, contudo, não foi pensado desde o início para receber métodos industrializados de construção. A parte que a Cassol está erguendo é a que pode ser adaptada ao sistema.

"Todo mundo pega obra concebida para ser feita in loco e quer industrializar, mas os arquitetos e engenheiros precisam se adaptar, é mudança cultural", afirma Cassol. O restante do projeto é feito pelo método tradicional. Os dois modelos convivem no canteiro.

Ali, a diferença de movimentação de pessoal é nítida. A obra da Cassol tem uma média de 13 funcionários, 10% do necessário na obra tradicional. A construção, com seis pavimentos e 25,6 mil m², levará 10 meses para ficar pronta. O prazo total da obra do clube é de 23 meses. Os blocos da Cassol são transportados da fábrica em Monte Mor (SP).

A empresa trabalha hoje com metade da sua capacidade instalada, de 21,8 mil m³ ao mês. Para Cassol, uma maior adoção do concreto pré-fabricado no setor residencial ajudaria a fazer o negócio crescer mais. A empresa está em conversas para projetos na área.

> "Faltam projetistas com conhecimento em métodos industrializados"
> *Ana Maria Castelo*

"A construção industrializada está para a construção civil como o e-commerce estava para o varejo há 15 anos", afirma o empresário, ressaltando que o setor ainda vai amadurecer no país.

O terceiro método de industrialização mais adotado é o drywall, usado para erguer as paredes internas das obras.

A construção em aço, chamada de steelframe, é o quarto método mais usado para industrializar as obras, segundo a pesquisa. A SteelCorp foi fundada para promover esse tipo de projeto. O presidente Daniel Gispert afirma que é possível fazer uma obra na metade do tempo necessário sobre os métodos tradicionais.

O sistema, que combina chapas de metal com revestimentos, também tem evoluído. Gispert conta que, desde 2019, a empresa reduziu de 55 para 25 os quilos de aço necessários por metro quadrado, o que barateia a obra.

A velocidade da obra aumenta a produtividade, mas nem todo projeto combina com um prazo mais curto de construção. Quando há financiamento envolvido, como em obras habitacionais, um prazo mais longo se adequa melhor à capacidade de pagamento dos compradores.

Para Gispert, isso poderia ser resolvido com o adiamento do início das obras. "Faço um início tardio, o incorporador vai recebendo e começa a obra daqui a um ano, para terminar em seis meses."

O sistema da SteelCorp vai ser usado para fazer 500 casas em Canoas (RS), para afetados pelas enchentes no Sul. A empresa prevê iniciar as obras em 40 dias, e afirma ser possível construir uma casa de 44 m² em 5 dias.

O executivo afirma que o aumento do custo da mão de obra, causado por uma escassez de profissionais, tem alavancado a busca por métodos industrializados. Mas entre os desafios para a sua adoção, de acordo com a pesquisa, está encontrar mão de obra especializada, e não apenas para trabalhadores de base.

Ana Maria Castelo, coordenadora de projetos da construção da FGV/Ibre, ressaltou, no evento de lançamento da pesquisa, que também faltam projetistas com conhecimento em métodos industrializados.

Esse é um dos motivos para a incorporadora Plaenge tentar encontrar outras maneiras de ampliar a produtividade e reduzir o uso de mão de obra. Alexandre Fabian, sócio-diretor da empresa, alerta que podem faltar pedreiros, fornecedores de material e assistência técnica para projetos que adotam métodos construtivos novos.

A Plaenge, que fez R$ 1,2 bilhão em lançamentos de janeiro a julho e atua no Brasil e no Chile, optou por coordenar melhor o fluxo das equipes nas obras, com ajuda da Porsche Consulting. Só com isso, reduziram em cerca de 15% o número de horas de trabalho por funcionário para cada metro quadrado construído.

Outra solução é prevenir erros, que exigem mão de obra e materiais para serem sanados, com o uso de BIM (modelagem da informação da construção, na sigla em inglês). É um software que analisa os projetos e aponta onde os problemas ocorrerão.

O setor da construção civil ainda tem apenas 70% da produtividade da indústria de transformação, destacou Castelo.

Brava Energia será o novo nome da 3R com a Enauta

Petróleo

Fábio Couto
Do Rio

Brava Energia é o novo nome da empresa resultante da fusão entre a 3R Petroleum e a Enauta, concluída no mês passado. A nova marca, divulgada para o mercado desde sexta-feira (30), reflete o posicionamento de uma petroleira 100% brasileira, resultado de um estudo realizado para o "rebranding" da companhia, disse o presidente da Brava, Décio Oddone.

Após a fusão, a marca da 3R Petroleum predominou inicialmente, mas a criação de um novo nome estava nos planos da nova companhia. Enquanto a Enauta tinha uma visão voltada para a diversificação, a 3R tinha como foco "revitalizar, redesenvolver e repensar" campos maduros.

"Não mudamos a marca porque não gostamos do nome antigo, e sim porque ela tem de refletir propósito, missão, valores", disse o executivo. Em breve, a Brava adotará um novo 'ticker' para identificar as ações da companhia na B3. Por ora, ela continua com o atual 'RRRP3'".

A combinação de negócios resultou em uma empresa com 1 mil funcionários diretos e 9 mil terceirizados, com atuação em quatro Estados (Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Norte e Ceará), que totaliza produção de 80 mil barris de petróleo por dia (barris/dia).

O primeiro plano estratégico da petroleira deverá ser apresentado ao conselho de administração até o fim do ano. Em paralelo, os ativos da companhia estão sob avaliação, dentro de um programa que busca identificar as sinergias proporcionadas pela junção das duas organizações e de extrair mais valor dos campos de petróleo.

Ainda este ano, ressaltou, a Brava deve colocar em operação a primeira fase do desenvolvimento do campo de Atlanta, na Bacia de Santos. O navio-plataforma (FPSO, na sigla em inglês) foi ancorado em julho no campo de mesmo nome localizado na Bacia de Santos. A previsão é que o FPSO alcance a capacidade máxima de 50 mil barris de petróleo por dia, no primeiro trimestre do ano que vem.

Também está prevista para este ano a retomada da produção do campo terrestre de Papa-Terra, que estava com a produção suspensa para manutenção dos equipamentos, e o desfecho do acordo com a QatarEnergy para aquisição da participação de 23% no bloco BC-20, no Parque das Conchas.

Alea lança casa pré-fabricada para classe média

De São Paulo

O ano de 2024 tem sido importante para a Alea, marca da incorporadora Tenda para projetos de casas pré-fabricadas. Ainda com prejuízo líquido em seus resultados trimestrais, o negócio conseguiu virar para 8,9% a sua margem bruta, que até o final de 2023 era negativa, e deve fechar o ano com 1,5 mil unidades vendidas, mais do que o dobro do ano passado.

Assim como a Tenda, que constrói edifícios, a Alea é voltada para o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), com foco nas duas faixas iniciais. Em agosto, lançou sua aposta para atingir um cliente da faixa superior, com renda entre R$ 4,4 mil e R$ 8 mil.

A casa tradicional segue um tamanho comum em projetos do MCMV, com 44 metros quadrados e dois quartos. A casa "premium" tem metragem 30% maior. São 57 metros quadrados, com uma suíte. "O casal tem um banheiro e os filhos têm outro, faz diferença para essa família", afirma Luis Martini, diretor do negócio.

O modelo está sendo testado em Jardinópolis (SP), onde a Alea já tem um condomínio do modelo tradicional. Está previsto também um condomínio "premium" da marca em Três Lagoas (MS).

Além da casa maior, o modelo mais caro terá área de lazer, piscina e quadras, novidade para a marca, o que encarece a taxa de condomínio. Mas a avaliação é que ainda se encaixa na renda do cliente. A casa "premium" deve custar mais de R$ 230 mil, ante R$ 185 mil a R$ 190 mil da tradicional.

"Esse cliente não tem solução estruturada para ele, ele parte para a autoconstrução, compra um lote e faz a própria casa", afirma Martini, que ressalta a preferência por morar em casas, principalmente no interior do país.

As residências da marca são feitas em "wood frame", método construtivo em madeira, e quase 60% de cada casa é fabricada na planta da Alea em Jaguariúna (SP). A meta do negócio é chegar a 75% de pré-fabricação, o que diminui o trabalho necessário no canteiro de obras e agiliza a implantação dos condomínios.

A fábrica tem capacidade para fazer 10 mil unidades ao ano, bem acima da meta de 1,5 mil de 2024. Cada turno conseguiria fabricar 3,5 mil unidades, algo que a empresa planeja atingir, ou ao menos se aproximar, em 2025. "Quando enchermos um turno, já temos diluição muito interessante [dos custos] da fábrica", afirma. O novo modelo de casa se encaixa na linha de produção.

A Alea registrou prejuízo líquido de R$ 70,1 milhões em 2023 e de R$ 35 milhões no primeiro semestre, com queima de caixa de R$ 97,8 milhões e de R$ 41,9 milhões, respectivamente. Segundo o diretor, uma reversão dessa queima é esperada para 2026. *(ALT)*

Curta

Têxtil vai crescer 2,5%

A indústria têxtil brasileira deve apresentar crescimento de 2,5% no faturamento em 2024, disse Fernando Pimentel, diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit). O setor de confecção também espera desempenho positivo de 1,2%, apesar da competição acirrada com os produtos importados. Em termos de investimentos, Pimentel estima que, neste ano, eles devem ficar entre R$ 7 bilhões e R$ 8 bilhões, aquém do que seria necessário para manter o setor competitivo. "Precisamos investir pelo menos R$ 10 bilhões por ano, idealmente chegando a R$ 15 bilhões."

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Kaka Alimentos Eireli** - CNPJ: 31.722.009/0001-30 - Endereço: Rua Dos Trabalhadores, 330, Galpão 03, Parque Industrial, Pirapora do Bom Jesus/sp - Requerente: Selma Gava Oliveira Transportes ME - Vara/Comarca: 1a Vara de São Roque/SP

Requerido: **Rodrigo Francisco de Amorim ME** - CNPJ: 07.997.501/0001-33 - Endereço: Av. Dr. Gastão Vidigal, 1946, Pavilhão Mlp/verduras, Módulos 100, 101 e 103, Bairro Vila Leopoldina - Requerente: Rodrigo Francisco de Amorim ME - Vara/Comarca: 45a Vara Cível de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Requerido: **Silver Top Serviços e Assessoria Ltda.** - CNPJ: 29.515.246/0001-88 - Endereço: Rua Vinte e Cinco de Março, 688, Loja 02, Centro - Requerente: Silver Top Serviços e Assessoria Ltda. - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Pedido de auto falência.

Falências Decretadas

Empresa: **J S B Distribuidora e Representações Ltda.** - CNPJ: 03.909.395/0001-38 - Endereço: Rua Josias Inojosa de Oliveira, 6000, Distrito Industrial, Juazeiro do Norte/ce - Administrador Judicial: Ivala Freitas de Queiroz Sociedade Individual de Advocacia - Vara/Comarca: 1a Vara Empresarial de Recuperação de Empresas e Falências do Estado do Ceará, Fortaleza/CE

Empresa: **M. Z. Madeiras Eireli** - CNPJ: 10.322.033/0001-01 - Endereço: Estrada Geral, S/nº, Bairro Belvedere, Urussanga/sc - Administrador Judicial: Leiria & Cascaes Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Florianópolis/SC

Empresa: **Primeira Linha Representação Comercial e Comércio de Esquadrias em Upvc Eireli** - CNPJ: 04.918.494/0001-49 - Endereço: Rua Capitão Salomão, 27, Cjto. 204, Centro - Administrador Judicial: Wfsp Administração Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Fábio Souza Pinto - Vara/Comarca: 2a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Construtora Ferri Fraiha Ltda.** - CNPJ: 06.996.849/0001-43 - Endereço: Rua Tereza Mota Valadares, 837, Sala 409, Bairro Buritis - Administrador Judicial: Costa Paiva Santiago Administração Judicial Ltda., Representada Pela Dra. Giovanna Elizabeth Pereira de Matos Costa - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Empresa: **Fasolo Artefatos de Couro Ltda.** - CNPJ: 68.826.007/0001-09 - Endereço: Rua Guilherme Fasolo, 610 E, Bairro Maria Goretti, Bento Gonçalves/rs - Administrador Judicial: Von Saltiél Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Guifasa S/A Indústria e Comércio** - CNPJ: 87.547.519/0001-72 - Endereço: Rua Guilherme Fasolo, 610, Bairro Maria Goretti, Bento Gonçalves/rs - Administrador Judicial: Von Saltiél Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Novapelli Indústria, Comércio, Importação e Exportação Ltda.** - CNPJ: 00.121.821/0001-86 - Endereço: Rua Guilherme Fasolo, 610 D, Bairro Maria Goretti, Bento Gonçalves/rs - Administrador Judicial: Von Saltiél Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Roma Importação, Comércio e Exportação de Acessórios de Moda Ltda.** - CNPJ: 15.487.653/0001-14 - Endereço: Rua Guilherme Fasolo, 610 C, Bairro Maria Goretti, Bento Gonçalves/rs - Administrador Judicial: Von Saltiél Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Caxias do Sul/RS

Empresa: **Sul'arno Criações em Acessórios Ltda.** - CNPJ: 94.397.122/0001-07 - Endereço: Rua Guilherme Fasolo, 610 G, Bairro Maria Goretti, Bento Gonçalves/rs - Administrador Judicial: Von Saltiél Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Caxias do Sul/RS

Recuperação Extrajudicial Deferida

Empresa: **Utilplast Comércio de Plásticos Ltda.** - CNPJ: 43.367.390/0001-45 - Endereço: Alameda Lorena, 1931, Bairro Cerqueira César - Administrador Judicial: Lindoso e Araújo Consultoria Empresarial Ltda., Representada Pelo Economista Sr. José Luiz Lindoso da Silva - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Drillmine Exportadora e Importadora Ltda.** - CNPJ: 03.272.733/0001-73 - Endereço: Rua Vanderlei Quele de Lima, 68, Bairro Parque Novo Mundo - Vara/Comarca: 3a Vara de São Carlos/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Prime Fundição de Alumínio S/A** - CNPJ: 31.252.898/0001-19 - Endereço: Rua Raphael Andreolli, 1260, Distrito Empresarial Prefeito Luiz Roberto Jabali, Ribeirão Preto/sp - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP - Observação: Face não preencher os requisitos legais para a ação.

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

CHRISTIANO ANTONUCCI - SECOM MT



Acidentes na via no primeiro semestre cresceram 21%, totalizando 400, de acordo com Polícia Rodoviária Federal

Infraestrutura Corredor, conhecido como 'Rodovia da Morte', é importante rota de transporte de grãos do Centro-Oeste para região Norte

Duplicação da BR-163 avança em MT, após mudanças na concessão

Mariana Grilli, para o Valor
De Miritituba (PA)

Quem circula pela BR-163 ouve falar, com frequência, sobre a duplicação da rodovia e a chegada da Ferrogrão, ferrovia que pretende ligar os Estados de Mato Grosso e do Pará. Nas rodas de conversa entre os caminhoneiros, a constatação é de que o progresso virá, seja por asfalto ou ferrovia.

A realidade está mais favorável, no curto prazo, às novas pistas da 163, principalmente no trecho sob administração da concessionária Nova Rota do Oeste, entre os municípios Itiquira (MT) e Sinop (MT). Ednilson Silva da Cruz, o Gaúcho, e Raimundo Gonçalves Borges, conhecido por Maraúcho — mistura de maranhense com gaúcho —, passaram pelo trecho, com destino a Miritituba (PA), onde descarregaram soja no terminal da Cianport.

Enquanto tomavam chimarrão, à espera de uma nova carga de fertilizantes para fazer o trajeto de volta, os dois conversaram com a reportagem da "Globo Rural". Há três anos, Gaúcho faz este trecho Sinop-Miritituba com lotação no caminhão nove eixos. Ele conta que a expansão dos grãos no Arco Norte está gerando muito trabalho para os caminhoneiros e a rota para o Pará é o que mais compensa atualmente.

"Não dá mais para trabalhar para os lados de Rondonópolis. É tudo travado, não comporta novas cargas, chegou no limite. Aqui é o futuro, a gente vê a mudança da pecuária para os grãos, os novos silos, as empresas de fertilizantes chegando", afirma.

Questionado sobre a expectativa da Ferrogrão e um possível receio de a ferrovia reduzir o volume de trabalho no futuro, Raimundo responde com tranquilidade: "Só o tempo vai dizer. Mas nos próximos dez anos, vamos ter muito trabalho para esses lados. O negócio é melhorar a rodovia, tem muito acidente."

Não por acaso, a BR-163 é conhecida como a "Rodovia da Morte". Sem duplicação, iluminação noturna, postos de parada e curvas sinuosas em muitos trechos, viver na boleia por esta estrada é risco constante. Dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF) referentes ao primeiro semestre de 2024 mostram 400 acidentes na via, aumento de 21% em relação ao mesmo período do ano passado.

Um dos motivos é a redução repentina de velocidade, segundo a avaliação dos caminhoneiros. "Você vem a 100 quilômetros, daí aparece uma placa de 60 km/hora, outra de 40 km/hora, numa diferença de 20 metros, e o radar. Levando 74 mil quilos na carreta, ou você diminui e causa um acidente, ou passa do radar e perde a carteira por estourar os pontos", relata Ednilson da Cruz, o Gaúcho.

A expectativa é de uma realidade diferente em breve. Pelo menos nos 100 quilômetros entre os municípios de Diamantino e Nova Mutum, onde os motoristas exercem a paciência com uma série de filas em "pare e siga". Desde julho de 2023, as obras para duplicação foram retomadas, depois de um longo período de espera entre população, governo estadual e concessionária.

Em 2013, o trecho sob concessão da Rota do Oeste, à época pertencente a Odebrecht TransPort, fez parte do terceiro lote de concessões federais. Devido à Operação Lava-Jato, o financiamento de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as obras previstas no contrato não se confirmou, e a duplicação ficou interrompida.

> "Não dá mais para trabalhar na região de Rondonópolis. Está tudo travado"
> *Ednilson Silva*

"Houve a tentativa com a ANTT [Agência Nacional de Transportes Terrestres] para fazer uma revisão a cada cinco anos, mas não era um instrumento correto para uma repactuação, entre outras tentativas regulatórias e legislativas", explica Roberto Madureira, gerente de relações institucionais da Nova Rota do Oeste.

Até que, entre 2021 e 2022, a concessionária apresentou proposta para que o governo de Mato Grosso assumisse como acionista majoritário e único da Nova Rota do Oeste. A partir da decisão, a retomada das obras da BR-163 entre Itiquira e Sinop foi desenhada em conjunto pela concessionária, o antigo acionista, o Estado e a ANTT.

Após o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) ser validado no Tribunal de Contas da União (TCU), o governo estadual assumiu a empresa em 2023, ao injetar R$ 1,6 bilhão na concessionária para retomar as obras.

"Foi imediato. Primeiro, com uma leva de obras de manutenção estrutural, e em julho de 2023, tivemos a retomada da duplicação entre Diamantino e Nova Mutum", diz Madureira.

Até o final de 2024, a concessionária pretende entregar os 100 quilômetros que estão em obras deste trecho. Até 2028, a meta é duplicar 450 quilômetros, até Sinop.

Madureira afirma que a Nova Rota do Oeste está submetida a uma empresa de capital misto, a MTPAR, com validação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), por 24 meses. Após esse período, a companhia fica submetida à lei das estatais

A concessionária tem em seu conselho três pessoas do governo estadual e dois integrantes com origem no mercado. "Importante dizer que o governo não escolhe obra. Ele submete isso a ANTT, do governo federal, que é quem tem total controle sobre o nosso contrato de concessão", explica o gerente.

De Sinop em direção ao Pará, a responsabilidade pela BR-163 fica a cargo da concessionária Via Brasil. São 1.009 quilômetros até Miritituba, com três praças de pedágio: Cláudia (MT), Guarantã do Norte (MT) e Trairão (PA). Neste último pedágio, o preço chama a atenção: R$ 711,90 para carretas de nove eixos — quanto menos eixos, mais barato. Carros de passeio estão isentos da cobrança. Apesar do alto custo, a falta de infraestrutura pela rodovia persiste.

Ricardo Barra, diretor-presidente da Via Brasil, diz que preço do quilômetro é regulado pelo próprio edital da concessão. Se as praças de pedágio de Claudia e Guarantã correspondem a 100 quilômetros cada uma, o raio de cobertura da cobrança no município paraense é muito maior. "Quando chega em Trairão, a praça do pedágio é condizente a 800 quilômetros. Mas esse é o modelo que foi idealizado para essa concessão."

Diferentemente da duplicação de Itiquira a Sinop, que ficou represada por anos, as obras até Miritituba ainda não foram definidas. Barra conta que o assunto está em discussão com o Ministério dos Transportes.

A expectativa é de uma definição sobre possíveis intervenções até o município de Guarantã do Norte, ainda em Mato Grosso. "Com otimismo, teremos uma sinalização do TCU em 2024. Para 2025, expectativa é de avanço do projeto e a licença ambiental para obras iniciarem em 2026", projeta.

Alimentação Faturamento com delivery, aplicativo próprio e totens somou R$ 2,5 bi no 2º tri

Venda digital já representa mais da metade da receita de redes de fast food

PABLO JACOB/AGÊNCIA O GLOBO



Na Arcos Dorados, que controla o McDonald's no Brasil, o tíquete médio em clientes fidelidade é quase 20% maior do que o daqueles que não utilizam o serviço

Helena Benfica
De São Paulo

A digitalização das vendas tem avançado no setor de alimentação fora do lar, sendo uma alavanca de crescimento importante para grandes redes como Burger King, KFC e McDonald's. Os grupos que controlam essas marcas no Brasil reportaram recentemente que as vendas por esses canais, que incluem totens de autoatendimento, aplicativo próprio e delivery, foram responsáveis por mais da metade da receita das empresas. No total, geraram cerca de R$ 2,5 bilhões para o caixa das companhias no segundo trimestre de 2024.

Há pouco mais de um ano, o número de totens de autoatendimento nos restaurantes das marcas KFC e Frango Assado, controladas pelo grupo IMC, era próximo de zero. Atualmente, todas as lojas estão equipadas com esse serviço e, de abril a junho, quase 60% das vendas do Frango Assado foram realizadas via totens. Na rede KFC, esse canal cresceu 4,3 vezes se comparado ao mesmo período do ano anterior, representando 58% das vendas digitais da marca.

Dentre as vantagens do autoatendimento, o diretor de marketing da IMC, Alex BX Pinto, destaca a possibilidade de o cliente visualizar todo o menu, o que incentiva a aquisição de mais itens. "A experiência é mais completa e, por isso, o cliente acaba gastando mais", diz. Isso faz com que o tíquete médio nessa modalidade seja de 10% a 15% superior ao modelo tradicional, segundo o executivo. Além disso, a ferramenta permite alocar o pessoal de forma mais estratégica, oferecendo mais agilidade e eficiência no atendimento.

As vendas digitais das três principais marcas do grupo (Frango Assado, KFC e Pizza Hut) atingiram R$ 212 milhões no segundo trimestre, um crescimento de 58,8% em relação ao mesmo período do ano passado, representando 50% da receita total dessas marcas.

Além do autoatendimento, o delivery também é parte importante da estratégia digital das marcas. Isso inclui tanto fortalecer a presença em plataformas como iFood e Rappi, quanto crescer a base dos aplicativos próprios, criados com o objetivo de ter mais controle sobre os custos de entrega e estreitar a relação com o consumidor.

De abril a junho, cerca de 14% das vendas de delivery da IMC foram realizadas por meio de aplicativos próprios das marcas. No período, esses canais apresentaram crescimento de 81% nas vendas e de 75% em transações na comparação anual. "O grande desafio é a rentabilidade, porque no delivery ela é muito menor", diz BX Pinto.

A margem do delivery é um desafio compartilhado por praticamente todas as empresas do segmento, uma vez que os custos da operação são bastante elevados se comparados com o balcão. Para Fernanda Toscano, diretora de tecnologia da informação da Zamp, controladora das redes Burger King e Popeyes, o caminho é ganhar em volume. Para isso, é preciso "um delivery rápido, que funcione e tenha assertividade na oferta de produtos e promoções". Na companhia, o canal foi responsável por 16% das vendas totais no segundo trimestre, movimentando R$ 179 milhões.

Os canais digitais contribuíram com R$ 559 milhões para o caixa da Zamp de abril a junho, um crescimento anual de 30%, representando mais da metade da receita total da companhia no período, uma fatia recorde. Todo esse esforço já resultou em redução de 18% nos custos operacionais, segundo a empresa. "Temos acertado bastante no canal, a expectativa é fechar o ano próximo de 52% de representatividade", diz Toscano.

Outra alavanca de crescimento para o setor, quando se fala em digitalização, são os programas de fidelidade. Neles, o usuário se cadastra e pode ganhar descontos em produtos ou acumular pontos para utilizar em compras futuras. Na Arcos Dorados, que controla as operações do McDonald's no Brasil, o tíquete médio em clientes fidelidade é cerca de 20% maior do que o daqueles que não utilizam o serviço. O programa "Meu Méqui", lançado em outubro do ano passado, acumulou mais de 10,5 milhões de membros registrados no fim de julho, em comparação com 8 milhões no fim de abril.

Os canais digitais foram responsáveis por quase 70% das vendas totais do Mc Donald's no Brasil no segundo trimestre, que somaram US$ 442 milhões. Isso daria aproximadamente US$ 309 milhões, ou R$ 1,7 bilhão, na cotação atual. "Continuaremos investindo na expansão de nossa plataforma digital, porque ela aumenta o valor e a conveniência, ao mesmo tempo que impulsiona a frequência dos usuários e otimiza o valor do cliente", disse Luis Raganato, diretor de operações da controladora do McDonald's no país, a analistas.

Rio Gastronomia 2024 encerra com recorde de público

O Globo, do Rio

O Rio Gastronomia encerrou ontem sua 14ª edição, a maior de todas, atraindo elogios e batendo recordes. Ao longo dos 12 dias de uma extensa programação, o festival reuniu mais de 125 mil pessoas no Jockey, na Gávea, consolidando-se entre os cinco maiores eventos anuais do calendário oficial do município do Rio.

"Estamos muito orgulhosos de construir o maior festival de gastronomia do país. Reunimos comida boa, música, encontros, o estilo de vida carioca, diversão, tudo em um só lugar, em um ambiente leve e descontraído. Foi o maior Rio Gastronomia da história! Entramos de vez para o calendário oficial da cidade, o que significa um compromisso ainda maior com desenvolvimento e fomento do setor de bares e restaurantes, negócios e turismo", disse Leonardo André, diretor de projetos especiais da Editora Globo, que faz ainda um convite. "Já estamos planejando nossos 15 anos em 2025! Mas, antes disso, temos um encontro marcado entre os dias 1º e 3 e 8 e 10 de novembro, em São Paulo, com o SP Gastronomia."

Ontem, o Rio Gastronomia terminou ao som do pagode retrô do grupo Fica Comigo. Mais cedo, teve a roda de samba do SIBC, que colocou o público para dançar no cair da tarde. Nos auditórios, nomes como Janaína Torres e Heaven Delhaye revelaram seus truques em aulas concorridas, que fecharam a programação do evento com chave de ouro.

Ao longo das três semanas, mais de 570 mil itens foram comercializados. Entre os pratos servidos pelos mais de 35 bares e restaurantes que marcaram presença no evento, foram vendidos cerca de 8 mil bolinhos de bacalhau do Rancho Português; 7 mil lasanhas do Heaven Cucina; e 6 mil bolos de chocolate do Irajá.

14ª
edição do festival durou 12 dias e atraiu 125 mil pessoas

"É sempre bom vir ao Rio Gastronomia, provar comidas novas, circular pelos estandes... O clima é muito gostoso", disse o analista de sistemas Fernando Silveira, de 43 anos, que foi ontem ao festival com um grupo de amigos.

Um dos destaques entre as atrações, a roda-gigante, com oferecimento Light, Président e Rio Jogos, levou cerca de 12 mil pessoas para dar voltas e apreciar lá do alto a vista do Pião do Prado, no Jockey, onde foi montado o festival. Na Tirolesa da Claro, que foi parada obrigatória entre os fãs de adrenalina, mais de 4 mil aventureiros deram seus "voos". Um sucesso!

Realizado pelo jornal O Globo, o Rio Gastronomia 2024 tem apresentação do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Sesc RJ e Senac RJ; tem o Governo do Estado do Rio de Janeiro como estado anfitrião e Cidade do Rio de Janeiro como cidade anfitriã; Patrocínio Master do Santander, Naturgy, Claro e Light, Patrocínio de Stella Pure Gold, Maturatta, Refit 70 anos, BYD, Rio Jogos, Secretaria Municipal de Cultura e Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (Sececrj) através de Lei Estadual de Incentivo à Cultura; apoio da Secretaria de Estado de Turismo, Rede D'Or, Garrafaria, Chandon, Água Pouso Alto, Andorinha, Colégio pH, Prezunic, Coca-Cola, Matte Leão, Tron, Président e Planos de Saúde SulAmérica; participação de Getnet, Arpo Gin, Granado, Musquée, Granfino, Frescatto, Três Corações, Quero Chuva, Aperol e Combrasil; Produção RKF; Shopping Oficial Rio Sul; Hotel Oficial Fairmont Rio; parceria do SindRio; Rádio Oficial CBN e Rádio Globo.

Com Vieira da Cruz, Brasil amplia quadro de medalhas

Paralimpíada

Luana Dandara e Natália Flach
De São Paulo

A brasileira Lídia Vieira da Cruz aumentou o quadro de medalhas da delegação brasileira na Paralimpíada 2024, em Paris. Na tarde deste domingo (1), conquistou a medalha de bronze com uma recuperação incrível nos 150 metros medley SM4 (transtorno de alto grau nas pernas e no tronco), reunindo três tipos de nado: costas, peito e livre (crawl).

Vieira da Cruz terminou a primeira etapa, de costas, na quinta posição, caiu para a sexta durante o nado de peito e pulou para a terceira posição nos últimos 50 metros, no nado livre. Foi sua segunda medalha em Paris, onde já tinha ganho outro bronze no revezamento 4x50m livre, informou o Globo Esporte. Mais tarde, na última prova do dia, Arthur Xavier, Gabriel Bandeira, Beatriz Carneiro e Ana Karolina Soares também foram bronze no revezamento 4x100m S14, classe para atletas com deficiência intelectual.

Gabriel Araújo, que integra a equipe de natação do Brasil, garantiu duas medalhas de ouro. Ainda na piscina, Carol Santiago conquistou o lugar mais alto do pódio e bateu recorde das Américas na prova de 100 metros costas, na classe S12 (deficiência visual pequena, mas significativa). É seu quarto ouro na carreira.

No atletismo, Ricardo Gomes de Mendonça ganhou seu primeiro ouro em Paralimpíadas nos 100 metros na classe T37 — ele já havia conquistado um bronze em Tóquio 2020 —, enquanto Petrúcio Ferreira se sagrou tricampeão nos 100 metros, na classe T47, repetindo o feito alcançado nos Jogos Rio-2016 e Tóquio-2020. O atleta é patrocinado pela Ajinomoto, uma das seis apoiadoras do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB).

Há 18,6 milhões de pessoas com deficiência no país — 7% não se sentem representadas em campanhas publicitárias

Ao todo, o Brasil soma oito medalhas de ouro, quatro de prata e 14 de bronze nas competições em Paris. A delegação canarinho aparece na terceira colocação do quadro de medalhas, atrás apenas da China e da Grã-Bretanha.

Se a delegação brasileira mantiver sua posição no pódio geral, terá sido a melhor participação do país na história. Até hoje a melhor colocação do Brasil foi o sétimo lugar, em Londres 2012 e em Tóquio 2020. A meta do CPB é ficar no top 5 e superar os recordes de medalhas e ouros, que até Paris são de 72 pódios e 22 ouros. A Paralimpíada termina no próximo domingo (8).

A marca esportiva Asics, patrocinadora do CPB, anunciou que vai passar a vender nas suas lojas físicas apenas um pé de qualquer modelo de tênis para pessoas com deficiência física na perna — seja em decorrência de amputação ou malformação. Até então, as pessoas precisavam comprar o par completo. O outro calçado será doado à ONG ADD. O preço será a metade do valor do par.

ALEXANDRE SCHNEIDER/CPB



Lídia Vieira da Cruz conquistou medalha de bronze na tarde deste domingo (1) em uma disputa emocionante

A Havaianas, marca da Alpargatas, lançou uma iniciativa similar no fim de agosto. A companhia levou ao ar uma campanha estrelada por paratletas que usam a nova sandália da marca desenvolvida em colaboração com o CPB.

O produto, que será incorporado ao portfólio permanente da Havaianas no Brasil, terá 7% das vendas revertidas para o CPB, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do esporte.

A Loterias Caixa, patrocinadora do CBP, vai lançar uma campanha com a velocista Ádria Santos como protagonista. Ela é a maior medalhista paralímpica mulher do Brasil, com 13 medalhas na carreira.

Segundo o estudo Brand Inclusion Index, da Kantar, 86% dos brasileiros consideram importante que empresas cujos produtos consomem promovam a diversidade e a inclusão, tanto nos negócios quanto na sociedade em geral.

O Brasil possui 18,6 milhões de pessoas com deficiência, de 8,9% da população, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa revela que 69% dessas pessoas se sentem representadas ocasionalmente em campanhas publicitárias, enquanto 7% afirmam nunca se sentir representadas.

Tecnologia Nos bastidores, juízes da Corte vinham defendendo que o debate sobre o assunto ocorresse no plenário, para dar um peso institucional à medida

Bloqueio da rede social X é julgado pela Primeira Turma do Supremo

Isadora Peron
De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou uma sessão virtual extraordinária para que os ministros analisem a sua decisão, anunciada na sexta-feira (30) e que tirou do ar a rede social X no Brasil. Ele levou o caso à Primeira Turma do STF. O julgamento começou à meia-noite desta segunda-feira (2) e terá duração de 24 horas.

Nos bastidores, ministros da corte vinham defendendo que o debate sobre o assunto acontecesse no plenário, para dar um peso institucional à medida. Moraes, no entanto, decidiu adotar um caminho intermediário, ao colocar a liminar para referendo na Primeira Turma, um colegiado menor, que reúne cinco dos 11 ministros. A tendência é que a decisão seja mantida.

Além de Moraes, fazem parte do colegiado os ministros Flávio Dino, Luiz Fux, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia. Com isso, os dois nomes indicados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), Nunes Marques e André Mendonça, ficarão de fora da discussão. Eles costumam ter uma postura mais crítica em relação a questões que envolvem supostas restrições à liberdade de expressão.

A opção pela Primeira Turma já foi utilizada por Moraes para analisar outros processos de sua relatoria, como uma série de recursos de plataformas digitais contra decisões que determinaram o bloqueio de contas de investigados. Esses julgamentos começaram na última sexta-feira e vão até o dia 6 de setembro.


GUSTAVO MORENO/STF
O caso Musk vai ser analisado por Flávio Dino, Luiz Fux, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia, além de Alexandre de Moraes

O regimento interno do STF prevê que, em caso de urgência, o relator deve submeter imediatamente as suas decisões a referendo do plenário ou da Turma, mas Moraes tem um histórico de decisões monocráticas que não foram apreciadas de maneira colegiada. Desta vez, porém, ele foi aconselhado a levar a decisão a referendo dos demais colegas.

A suspensão do X em todo o território nacional representa o desfecho de uma série de questões que ocorre há meses entre Moraes e o dono da plataforma, o bilionário Elon Musk. Em abril, o ministro determinou a abertura de um inquérito contra o empresário, depois de ele fazer ataques ao ministro e anunciar que iria passar a descumprir decisões judiciais e liberar o conteúdo de perfis bloqueados por determinação do Supremo. O empresário também foi incluído entre os investigados no inquérito das milícias digitais, que mira aliados de Bolsonaro.

> X tem descumprido ordens judiciais, acarretando até agora multas de R$ 18,3 milhões

No dia 17 de agosto, Musk informou que iria encerrar as operações do escritório do X no Brasil. Em um post publicado na própria rede, o comunicado da empresa dizia que a medida estava sendo tomada por conta das decisões de Moraes, mas que o serviço continuaria disponível para os usuários no país.

Na última quarta-feira (28), o ministro deu 24 horas para o empresário indicar quem seria o representante legal do X no Brasil, sob a ameaça de suspender o funcionamento da rede social. A intimação foi feita pela plataforma, através do perfil oficial do Supremo. Após vencer o prazo, o X anunciou em uma postagem que não iria cumprir a decisão. Diante da negativa, Moraes determinou a derrubada "imediata, completa e integral" da plataforma na tarde de sexta-feira.

Na decisão de 51 páginas, Moraes apontou que o X tem descumprido diversas ordens judiciais, o que acarretou, até agora, R$ 18,3 milhões em multas. Ele também justificou a decisão de bloquear as contas da empresa Starlink, que pertence a Musk e oferece serviço de banda larga por satélite. Segundo o ministro, em uma das contas do X havia cerca de R$ 2 milhões e, em outra, apenas R$ 6,66. O montante, portanto, não era o suficiente para pagar o valor devido.

Ainda na última sexta-feira, Moraes recuou e suspendeu um trecho da decisão que determinava medidas para restringir o acesso a sistemas de VPN (rede virtual privada) nas lojas virtuais de aplicativos de celulares. Ele, no entanto, manteve a multa diária de R$ 50 mil aos usuários que adotarem "condutas no sentido de utilização de subterfúgios tecnológicos" para continuar acessando o X.

Starlink diz à Anatel que não vai acatar decisão do STF

De Brasília

A empresa Starlink comunicou à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) que não vai cumprir a decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de suspender o acesso à rede social X.

A informação foi repassada informalmente pela empresa ao presidente do órgão, Carlos Baigorri. O caso foi revelado pela TV Globo.

Desde o dia 30, a Anatel deu início a um procedimento para comunicar as operadoras e operacionalizar a retirada do ar da plataforma.

A Starlink oferece serviços de internet por satélite e, assim como o X, pertence ao bilionário Elon Musk. Com o descumprimento de decisões judiciais por parte da plataforma, Moraes determinou o bloqueio das contas da empresa, para que o pagamento das multas impostas fossem realizados.

Segundo o presidente da Anatel, a empresa estaria condicionando o corte do acesso ao X à suspensão do bloqueio de suas contas. Ele afirmou ainda que sanção máxima para uma empresa de telecomunicações, em caso de descumprimento de decisões, é a cassação da outorga, o que impediria a Starlink de atuar no Brasil.

Moraes determinou a retirada do ar do X na sexta-feira. A medida foi adotada depois de a plataforma passar a descumprir decisões judiciais e se recusar a indicar um novo representante legal no Brasil.

Em maio, a Starlink alcançou 42,5% do mercado, desbancando a Hughesnet, com 38,1%, segundo a Anatel. Em junho, a Starlink tinha 215,5 mil clientes, com foco na região amazônica. *(IP)*

Marketing Partida da liga de futebol americano deve movimentar US$ 60 milhões em São Paulo

Marcas preparam ações para jogo do dia 6

Rafael Rosas e Luana Dandara
Do Rio e de São Paulo

O ápice da experiência que o futebol americano pode levar para fora das fronteiras do Estados Unidos. É assim que a National Football League (NFL), principal liga do esporte nos EUA e no mundo, encara a realização da partida entre Green Bay Packers e Philadelphia Eagles em São Paulo na próxima sexta-feira (6). O jogo mostra que hoje o Brasil é um dos principais mercados para a liga fora dos Estados Unidos, a ponto de receber um gerente-geral exclusivo para o país — o mexicano Luis Martinez, anunciado na semana passada.

"O Brasil tem a segunda maior base de fãs internacionais da NFL, somente atrás do México, além dos Estados Unidos, obviamente, e também conta com a maior base internacional de seguidores em suas redes sociais", diz Pedro Rego Monteiro, CEO da Effect Sport, agência oficial da NFL no Brasil desde 2015, que cita dados do Ibope Repucom do início do ano que apontam que no país há 38 milhões de interessados em NFL.

Ele não comenta sobre as receitas esperadas, mas a SPTuris, parceira da NFL no projeto, tem a projeção de US$ 60 milhões de impacto na economia da cidade, que vai ser a primeira da América do Sul a receber um jogo de temporada regular da NFL, a exemplo do que já aconteceu com cidades da Alemanha, Inglaterra e México.

Para Ivan Martinho, professor da ESPM e especialista em marketing esportivo, o jogo é o resultado de uma série de ações prévias no Brasil que mostraram que o mercado brasileiro tinha potencial para receber o principal produto da liga. Entre essas ações, ele cita a criação de um perfil da NFL em português e uma "fan zone" para acompanhar jogos.

"Esse não é um jogo amistoso, esse é um jogo válido pela primeira rodada. Ele é o resultado do potencial do mercado brasileiro sob a ótica da NFL. Potencial de consumo, de audiência e a Liga chega com o seu principal produto, que é um jogo de temporada regular, no principal mercado do Brasil, que é São Paulo", diz Martinho.

Para Renê Salviano, fundador e presidente da Heatmap, agência especializada em captação de patrocínios e ativações na área de entretenimento, a partida é, de fato, a "consolidação" do Brasil como um grande mercado para a NFL. "Acredito muito na importância do que vai acontecer não só para eles [a NFL], mas de quem aqui no Brasil atua [na área de patrocínios esportivos]", frisa Salviano.

Para ele, marcas que não quiserem apenas "surfar na onda" de curto prazo do evento vão levar vantagem para se consolidarem na mente dos consumidores. "A marca quer só surfar na onda ou quer plantar algo para o mercado do país onde atua? É aí que está o negócio. Aí que o marketing tem que ser verdadeiro", afirma Salviano.

Entre os patrocinadores da partida estão a cerveja Budweiser, fabricada no Brasil pela Ambev, a marca de alimentos Perdigão, da BRF, Fit Combustíveis, o cartão de crédito Visa e o banco XP, todos com ações específicas para a partida. O diretor de marketing da XP, Lisandro Lopez, não revela o valor do patrocínio, mas afirma que estão planejadas uma série de ações relacionadas à partida, incluindo a promoção "Loucos por NFL", que distribuiu cinco pares de ingressos para os fãs que apresentarem as ideias mais criativas em suas redes sociais sobre o que fariam para assistir ao jogo. A companhia terá um espaço exclusivo na Neo Química Arena, onde a partida será disputada.

Outro espaço exclusivo será o camarote Fielzone, que terá 400 pessoas, entre convidados de patrocinadores e clientes que compraram ingressos que variaram de R$ 10 mil a R$ 35 mil, a depender do assento escolhido, se cadeiras normais do estádio ou poltronas especiais. O buffet do Fielzone será conduzido pelo restaurante carioca Lasai, que possui duas estrelas do renomado Guia Michelin.

Leo Rizzo, sócio da Soccer Hospitality — dono do Fielzone e de camarotes em oito outros estádios do país —, conta que a arrecadação do espaço para o jogo ficou entre R$ 10 milhões e R$ 20 milhões. "Um jogo de futebol grande, uma final ou semifinal, representa um quarto do valor financeiro que vamos fazer com esse jogo da NFL. Uma grande final movimenta 25% do valor da NFL", afirma. "É um jogo único, é a primeira vez no país. É um efeito que a gente também enxerga quando, por exemplo, é um jogo de seleção brasileira ou um show de um grande artista."

O evento é uma oportunidade para as marcas aumentarem sua visibilidade e engajamento com um público diverso e engajado nos esportes. Parceira global da NFL e patrocinadora do jogo em São Paulo, a Budweiser lançou campanha publicitária criada pela Agência Jogo que transformou a Ponte Governador Orestes Quércia, na capital paulista, em um campo de futebol americano. A empresa ainda realizou uma promoção de ingressos para os consumidores e criou uma garrafa colecionável de alumínio com design inspirado no confronto entre o Philadelphia Eagles e o Green Bay Packers.

Já a Perdigão, da BRF, quer destacar seus produtos para churrasco e se conectar com os jovens com o patrocínio. "Nos Estados Unidos é um hábito fazer churrasco antes dos jogos no lado de fora dos estádios, por isso tivemos a ideia de promover a nossa marca de produtos na brasa no evento", afirmou o vice-presidente de marketing da BRF, Marcel Sacco. A marca terá 21 pontos na Neo Química Arena com venda de alimentos.

Parceira oficial de tecnologia de serviços de pagamento da NFL desde 1995, a Visa também entrou na onda de patrocínio ao jogo no Brasil. A multinacional é o meio oficial de pagamento do evento e tem ativações programadas para acontecer no estádio. "A exposição de ambas as marcas passa pela criação de uma experiência de pagamento melhor para os fãs, o que é um ponto essencial dessa parceria, já que o jogo é mais do que um evento esportivo, sendo uma experiência cultural emocionante, que impulsiona a economia da capital paulista", afirma a empresa.

Rede distribuidora de combustíveis para postos independentes no eixo Rio-São Paulo, a Fit Combustíveis lança campanha na quarta-feira (4) para TV e redes sociais, com criação da agência Roar Hub, sobre a promoção "Abasteça com Fit". Clientes que colocarem 30 litros de combustível em postos participantes e adicionarem R$ 59,90 ganharão um minicapacete da liga de futebol americano. "Identificamos que a NFL traduz toda a nossa inovação e, principalmente, nossa atuação em um mercado tão competitivo como o de combustíveis. Com o patrocínio, ampliamos a visibilidade do negócio e, principalmente, reforçamos o segmento de postos 'bandeira branca'", diz o diretor da Fit, Julio Paulon.



KEVIN SABITUS/GETTY IMAGES

Partida entre Green Bay Packers e Philadelphia Eagles na cidade de São Paulo na sexta-feira será a primeira da liga profissional NFL na América do Sul

38 milhões
no Brasil estão de olho nesse esporte

Empresas investem R$ 510 milhões no Rock in Rio

Música

Alessandra Saraiva e Paula Martini
Do Rio

O autor americano e consultor Al Ries disse uma vez que marketing é criar marca e fixá-la na mente de potenciais clientes. Anos após a morte do especialista em marketing, os responsáveis pelo Rock In Rio, festival de música que estreia a décima edição na capital fluminense em 13 de setembro, seguem a lição de Ries. Mas querem ir além. Após criarem a marca há quase 40 anos, e a fixarem na mente do público, agora a usam como instrumento para fortalecer outras marcas — e essas, por sua vez, ajudam a tocar o festival.

"As marcas investem, por elas mesmas, R$ 510 milhões agora no Rock in Rio, entre ativações e comunicação específica do Rock in Rio. E o Rock in Rio investe outros R$ 500 milhões na produção", diz Roberto Medina, idealizador do festival. "É um evento de mais de R$ 1 bilhão [com as marcas]."

O valor investido pelas marcas no festival engloba desde compra do patrocínio até compra de mídia, brindes, entre outras estratégias. Com isso, os patrocinadores geram impacto econômico de R$ 797 milhões, segundo estudo da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Este ano serão 85 marcas, número similar ao das mais recentes edições no Rio, com 130 "ativações" — experiências que tentam estabelecer vínculo emocional com o consumidor. "As marcas percebem que têm um momento, um lugar que é emoção, entretenimento e diversão, que a conexão plena das pessoas está ali", explicou Ana Deccache, diretora de Marketing do Rock in Rio. "Não é sobre publicidade estática", diz Rodolfo Medina, filho do criador do festival e VP de Marketing e Parcerias do Rock in Rio.

Assim como Deccache, ele enfatizou a força das marcas no evento, bem como a longevidade da parceria com patrocinadores. "O primeiro Rock in Rio nasce com grande estratégia de comunicação do lançamento de cerveja [a extinta Malt 90]. Sempre esteve conectado com experiência de marca", disse. "É um show e um show das marcas, na cidade do rock", ressaltou.

Um aspecto que atrai patrocinadores é o alcance demográfico. Isso porque, no entendimento do VP de marketing, o público que atende ao Rock In Rio, tanto no Rio como em outras cidades, sempre teve potencial de atingir todas as idades. "Desde o primeiro ano, estava no DNA de projeto além do fã da banda. O que eu acho que temos, agora é que, com a quantidade de novas experiências, você atrai todo tipo de público", disse.

A abrangência do Rock In Rio também permite às marcas mostrarem alinhamento com estratégias de ESG (governança ambiental, social e corporativa). Um exemplo citado pelo VP foi o projeto, do festival e empresas, com a Gerando Falcões.

Em abril, o Rock In Rio anunciou parceria com a ONG, comprometida com desenvolvimento econômico e cidadania em favelas, para implementar programa Favela 3D — que visa a melhorar a qualidade de vida nas comunidades —, no Morro da Providência, região central do Rio. "O projeto Favela 3D com a Gerando Falcões, começamos no The Town [festival de música em São Paulo, também coordenado por Medina], onde fizemos na favela do Haiti [na zona leste de São Paulo], junto com a Gerdau e a Fundação Volks. Essa parceria se repete para o Rock in Rio."

O renovado interesse das empresas no Rock in Rio ocorre em um ano em que mercado de eventos, no Brasil, deu sinais de desaquecimento ante anos anteriores. Esse contexto não assustou organização do evento. "O que eu acho que está acontecendo é que, pós-pandemia, tivemos 'boom' no 'live entertainment'. E é natural que, passados dois anos, se tenha acomodação", afirmou o VP.

Mas, no caso de patrocinadores, não houve acomodação: não há mais tempo para novas adesões. E já estão esgotados ingressos para quatro dos sete dias de shows, com atrações internacionais como Katy Perry e Ed Sheeran; e nacionais, como Hermeto Pascoal e Ludmilla.



LÉO PINHEIRO/VALOR

> "Com a quantidade de novas experiências, você atrai todo tipo de público"
> *Rodolfo Medina*

Ingressos para 100 anos e até uma capela para casar

Do Rio

Na reta final para a estreia da mais recente edição do Rock In Rio, patrocinadores preparam ações de marketing ligadas ao evento, que ocorre na Cidade do Rock, zona oeste do Rio, de 13 a 22 de setembro. As empresas apostam em diferentes ações, de distribuir ingressos ao longo de 100 anos a uma capela para celebrar casamentos.

O banco Itaú, patrocinador master do Rock In Rio há sete festivais, deslanchou sua estratégia para o evento meses atrás, afirmou Rodrigo Montesano, chefe de experiências de marca e patrocínios do Itaú Unibanco. "Nossa 'ativação' começa na pré-venda [de ingresso] em abril, maio. Falamos, antes de todas as marcas, de Rock in Rio", disse.

Na quinta-feira (29), o banco lançou o "Rock In Rio Forever". Na promoção, clientes Itaú, Itaú Uniclass, Itaú Personnalité e Itaú Empresas concorrem a 100 anos de ingressos. "Temos aqui 'feliz coincidência', o Itaú comemora 100 anos este ano", disse Montesano.

O pavilhão Itaú terá um espaço de mais de 1.000 metros quadrados e três andares. No último andar, uma novidade: o Terraço Uniclass, para clientes que apresentem qualquer cartão Itaú para entrar — limitado a lotação. O banco também vai distribuir um copo retornável, uma peça sustentável.

A sustentabilidade está na mira da Neoenergia, disse o diretor de marketing, Lorenzo Perales. A empresa vai instalar 43 postes de iluminação por energia solar e oferecer 30 carrinhos elétricos para uso da organização.

"A sustentabilidade é um dos propósitos mais importantes da companhia. Nós pegamos a música [o festival] porque conecta com o 'target' de pessoas, e de jovens, que tenham vontade de saber exatamente o que está acontecendo no planeta", disse.

A marca de óculos Chilli Beans prepara a Capela Chilli Beans, onde podem ser realizados casamentos; e o "Óculos Gigante" ponto de descanso no evento. Já a marca de roupas C&A lançou a coleção de roupas "Rock in Rio da C&A", vendidas pela internet e em lojas físicas. *(AS)*

Cientista criou o primeiro curso em 1901



História

Natália Flach
De São Paulo

Cientista e economista, Edward David Jones criou a primeira disciplina de marketing do mundo em 1901. O norte-americano havia sido escalado para dar aula sobre geografia comercial na Universidade de Michigan, mas a matéria 'Indústrias distributivas e reguladoras dos EUA' acabou ganhando uma descrição mais abrangente, segundo o catálogo da faculdade: "como fazer marketing de diversos bens e as marcas envolvidas".

Para Jones, esses ensinamentos eram essenciais para a formação em negócios. "As áreas prioritárias [nesse sentido] são administração, finanças / contabilidade e marketing, que juntas são a base para a 'teoria da distribuição mercantil moderna'", escreveu ele, citado pelo estudioso D. G. Brian Jones, em um paper da Universidade de Wilfred Laurier (Canadá).

O sucesso do curso foi tão grande que deu origem a três outras cadeiras entre 1903 e 1904, com olhar distinto para agricultura, atacado e varejo. Nos anos seguintes, o professor se voltou para o ensino de administração de empresas, mas sem abrir mão das aulas de marketing. Ao todo, escreveu cerca de 20 trabalhos importantes para a área entre 1911 e 1914.

Em 1919, Jones se aposentou da Universidade de Michigan — exceto por um ano em que trabalhou como supervisor na Universidade de Harvard — passou as décadas seguintes como vice-presidente da Z. L. White Company. Morreu em 1944, aos 74 anos.

Futuros Soja e açúcar tiveram as maiores quedas nas bolsas dos EUA; só café e suco de laranja subiram

Agosto foi de baixa para commodities agrícolas

Paulo Santos
De São Paulo

No mês que se encerrou, a maior parte das commodities agrícolas registrou queda nas bolsas internacionais. Dentre elas, soja e açúcar — cujas produções o Brasil lidera — destacaram-se pelas quedas mais acentuadas, mostra acompanhamento do Valor Data.

A tendência de recuo dos preços futuros da soja ganhou força diante das projeções cada vez mais otimistas para a colheita nos EUA. Com isso, caíram abaixo de US$ 10 em agosto na bolsa de Chicago, o que não ocorria há quase quatro anos. No caso do açúcar, a alta em Nova York, logo após incêndios em canaviais paulistas, não foi suficiente para mudar a tendência de queda em agosto, reflexo do clima favorável para a produção na Ásia.

Segundo o Valor Data, em agosto, os contratos de segunda posição da soja caíram 8,96%, para US$ 9,8459 o bushel, na média. O desempenho foi influenciado pelo relatório de oferta e demanda do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA), que estimou colheita de 124,9 milhões de toneladas de soja no país na safra 2024/25, um recorde. O número ficou acima das 121,63 milhões esperadas por analistas.

Para Daniele Siqueira, analista da AgRural, os dados do USDA apenas reforçaram a percepção do mercado, já que o clima beneficiou o desenvolvimento da safra no país. Ainda segundo ela, dúvidas sobre a demanda pela soja americana e fatores macro mantiveram os fundos de investimento na ponta de venda em Chicago, ou seja, apostando na queda das cotações.

Também em Chicago, os contratos de segunda posição do milho caíram 2,29%, para uma média de US$ 3,9744 o bushel. Segundo Siqueira, os estoques de passagem elevados de milho nos EUA têm feito os fundos manterem muitas posições vendidas na bolsa.

O trigo foi outra commodity a recuar em agosto, reflexo de uma temporada sem percalço em relação ao clima. Os papéis de segunda posição caíram 2,55%, para US$ 5,5123 o bushel, em média.

Na bolsa de Nova York, as preocupações com a produção de açúcar no Brasil — após os incêndios em canaviais — não sustentaram uma valorização do produto. Assim, as cotações fecharam em queda de 4,68%, para 18,73 centavos de dólar por libra-peso, em média.

Na avaliação de Marcelo Filho, analista de inteligência de mercado da StoneX, as queimadas não resultaram em alta para o açúcar, pois ainda não está claro o tamanho da perda causada pelo fogo.

Ainda segundo ele, a despeito da seca que afeta lavouras no Centro-Sul, o rendimento dos canaviais está acima do esperado. "No acumulado da safra até julho, a produtividade caiu 6%, enquanto a nossa expectativa é para uma queda de 9%. Pode ser que a partir de setembro caia drasticamente, mas até o momento o dado surpreende", afirma.

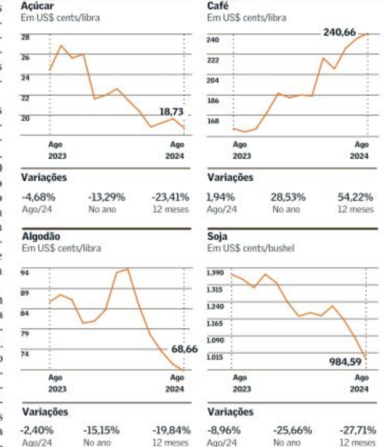
Nesse cenário, as condições climáticas favoráveis na Índia, segundo maior produtor mundial de açúcar, pesaram mais. "Os fundos ficaram acomodados com essas notícias sobre as safras no Brasil e na Índia, e preferiram especular pelo lado das quedas em Nova York", diz Marcelo Filho.

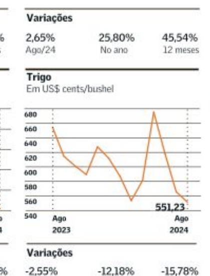
O cacau, que chegou a bater US$ 11,8 mil em abril, voltou a cair em agosto em Nova York, com a melhora no regime de chuvas no oeste da África, principal região produtora. Os contratos recuaram 3,10%, a US$ 7.261 a tonelada, na média. No algodão, os contratos de segunda posição caíram 2,40%, negociados a uma média de 68,66 centavos de dólar por libra-peso.

Também em Nova York, os contratos de suco de laranja concentrado e congelado subiram 2,65%, a US$ 4,4225 a libra-peso. Já os futuros de café tiveram alta de 1,94%, para uma média de US$ 2,4066 a libra-peso. A valorização reflete a preocupação com clima seco em cafezais do Brasil, além de episódios pontuais de geada.

Commodities agrícolas

Cotações médias* nas bolsas de Nova York e Chicago



Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data. * Mercado futuro, segunda posição



Estratégia Com investimentos para ampliar sua capacidade de produção e também em pesquisas de sementes, multinacional reforça sua operação de insumos no país

Basf vê acomodação de preços e descarta crise do agro no Brasil

Patrick Cruz
De São Paulo

Ainda que o número de pedidos de recuperação judicial no agronegócio brasileiro tenha crescido de maneira acelerada desde o ano passado, a Basf descarta que o setor enfrente uma crise no país, afirma Livio Tedeschi, presidente global da operação agro da companhia alemã. "Os preços das commodities atingiram picos históricos durante a pandemia de covid-19, quando também estourou a guerra na Ucrânia. Agora, os preços estão se normalizando", disse o executivo em entrevista exclusiva ao **Valor**, durante sua passagem pelo Brasil, na semana passada.

O país é um mercado-chave para o braço agro da Basf, primeiro, porque os volumes de comercialização estão entre os mais altos da companhia no mundo. Em seu balanço financeiro, a empresa não informa detalhes sobre seu desempenho em cada país em que ela atua, mas, segundo Tedeschi, Estados Unidos e Brasil são os dois maiores mercado da operação agro da multinacional alemã.

E, para além da importância que tem no volume de negócios, o Brasil é também estratégico por ser uma plataforma global de novos lançamentos da empresa. "O Brasil é o farol dos nossos negócios quando se trata de adoção de novas tecnologias, avanço da digitalização e desenvolvimento de negócios no ambiente digital", afirma o executivo. Um exemplo dessa abertura às novidades que a Basf vê no agro brasileiro é que foi no país que a companhia lançou o AgroStart, seu programa de apoio a startups, que só depois de estrear no Brasil chegou aos Estados Unidos.


ROGERIO VIEIRA/VALOR

Livio Tedeschi, da Basf: para o executivo, Brasil deve se estabelecer como referência em inovações na área de bioinsumos

Ao lado de Bayer, Corteva e Syngenta, a Basf é uma das quatro multinacionais que dominam o mercado brasileiro de defensivos agrícolas. A operação agro não é a maior do grupo — as vendas de "soluções agrícolas", área que também inclui sementes — foram de € 5,4 bilhões no primeiro semestre deste ano, quando o grupo faturou € 33,6 bilhões; produtos químicos respondem pela maior fatia da receita. Mas o braço agro é o mais rentável: o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) da área de soluções agrícolas foi de € 1,5 bilhão no primeiro semestre, e o de todo o grupo, de € 4,2 bilhões.

Mesmo com os percalços recentes, o mercado brasileiro de defensivos agrícolas segue em expansão. No ano passado, o volume de comercialização de pesticidas foi de 1,42 milhão de toneladas, o que representou um aumento de 9,5% em relação a 2022, segundo pesquisa recente da Kynetec Brasil, feita sob encomenda do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Defesa Vegetal (Sindiveg). O segmento movimentou US$ 20,7 bilhões em 2023, ou 1,9% a mais do que no ano anterior, informa a pesquisa.

O mercado de sementes das principais culturas, por sua vez, teve um giro de R$ 44,4 bilhões na safra 2022/23, de acordo com levantamento do agrônomo e consultor Lars Schobinger, da Blink Inteligência Aplicada. O montante foi três vezes maior do que o da temporada 2015/16.

A aposta da Basf no mercado brasileiro passa também por aumento de sua presença no segmento de bioinsumos. "O mercado de biológicos é o que cresce com mais rapidez. Eu acredito que o Brasil vai ter um papel muito importante também como fonte de inovação em biológicos. Estamos atentos a isso e usando nossas instalações de pesquisa aqui no Brasil para essa frente", diz o executivo.

Esse quadro sustenta o otimismo de Livio Tedeschi com o mercado brasileiro e as investidas que a companhia tem feito no país. A multinacional, que tem seis fábricas dedicadas a defensivos agrícolas no Brasil, nas quais pode produzir até 60 milhões de litros em formulações por ano, vai lançar seis novas moléculas de pesticidas até 2030. No ano passado, a empresa investiu € 15 milhões para ampliar a capacidade de produção de sua planta de Guaratinguetá (SP) — a capacidade de formulação de fungicidas e inseticidas da fábrica aumentou 45%. Com o desembolso, a empresa também construiu um novo laboratório de sementes de algodão, localizado em Primavera do Leste (MT).

Caraíba se profissionaliza e amplia portfólio para chegar ao R$ 1 bilhão

Sementes

Fernanda Pressinott
De São Paulo

O gosto por encarar desafios parece estar no DNA da família Buffon. Na década de 1970, o engenheiro agrônomo capixaba José Buffon saiu de Vila Velha (ES) para iniciar a agricultura em um Estado onde a pecuária dominava a economia, Goiás. No início, como representante da DuPont e depois como empresário na revenda de defensivos, foi um dos pioneiros a perceber o potencial agrícola da goiana Rio Verde.

Quarenta anos depois, é a vez de seus filhos, Felipe e Mariana, transformarem o que era apenas uma revenda em uma empresa de diversas atividades, a Caraíba, com a meta ambiciosa de multiplicar o faturamento por dez, de R$ 100 milhões no ano passado, para R$ 1 bilhão em 2028. "Garanto que é factível", afirma ao **Valor** a filha do fundador, Mariana Buffon, que ocupa a diretoria administrativa, enquanto o irmão atua como CEO.

A ideia de ter apenas uma revenda ficou para trás. Buffon queria ter controle das sementes que vendia e há 20 anos montou a Caraíba Sementes, que trabalha com cultivo, produção, beneficiamento e comercialização de sementes certificadas de soja e milho. Também investiu na Caraíba Genética, que atua na pesquisa e no melhoramento de cultivares de soja e híbridos de milho e no licenciamento de germoplasma de soja.

Agora, para multiplicar o faturamento, o plano inclui ampliar o portfólio da Caraíba Sementes — que produz atualmente 500 mil sacas de sementes por ano — , investir em marketing e relações públicas e reestruturar equipes.

As contratações começaram no fim de 2023. O alemão Thomas Britze foi chamado para ser vice-presidente comercial e de clientes. Ele trabalhou por mais de 20 anos na Bayer, liderando os times do Brasil, Portugal e Itália. E Marcelo José Batistela, com passagens por Monsanto e GDM, chegou para comandar a área de desenvolvimento de produtos.

"Temos um grande diferencial, desenvolvemos nossas próprias variedades de sementes no Cerrado, para clientes no Cerrado. A maior parte das sementeiras licencia produtos apenas e são pequenas e regionais, com exceção da Boa Safra", diz Britze. Em outra ponta, as multinacionais, como Bayer, são parceiras no licenciamento de biotecnologias.

"Principalmente nesse período de problemas climáticos, você conhecer a região onde o produto será plantado, muda tudo", observa.

Como ação mais recente para conquistar espaço e faturamento num mercado avaliado em R$ 25 bilhões ao ano, a empresa lançou três novas cultivares para a safra 2024/25, uma delas com a biotecnologia Intacta 2 Xtend. Outra frente de ação é licenciar o germoplasma da Caraíba, que tem 20 anos de desenvolvimento, para outras sementeiras. Segundo a empresa, ela é a única a ter um banco todo criado na maior região agrícola do país.

Ampliar os Estados de atuação também é mais uma meta da companhia, e o movimento nesse sentido começou este ano com a venda de sementes em São Paulo, Minas Gerais e Tocantins.


DIVULGAÇÃO

Thomas Britze: conhecer a região onde o produto será plantado, muda tudo

Neste ano de expansão, um desafio para a empresa tem sido o menor poder de compra dos produtores e revendas. Menos capitalizados devido à queda das commodities, eles têm optado por pagar em parcelas, o que não era uma prática comum.

"Tradicionalmente, os produtores as compravam e pagavam no primeiro semestre. Mas neste ano, notamos um atraso nos pedidos e um parcelamento que será quitado até a entrega dos produtos, em setembro", diz Mariana Buffon. "Algumas revendas também passaram por dificuldades e precisaram de financiamento para aquisição das sementes, mas agora a compra para 2024/25 está praticamente finalizada".

A Caraíba tem chamado a atenção de concorrentes e investidores, mas os irmãos Buffon dizem que farão a expansão do negócio, pelo menos por enquanto, sozinhos. Segundo Mariana Buffon, há dinheiro em caixa. "Estamos mais propensos em comprar alguém do que vender ou ter sócios neste momento", ela afirma.

Dívida de produtor do RS será alongada por 8 anos

Enchentes

Marcelo Beledeli
Para o Valor, de Esteio (RS)

Os produtores afetados pelas chuvas de abril e maio no Rio Grande do Sul terão o pagamento de suas dívidas prorrogado por oito anos, com um ano de carência incluído, disse o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, durante reunião com representantes do setor agropecuário gaúcho, na 47ª Expointer, na sexta-feira, em Esteio (RS).

Se o prazo de pagamento já está certo, ainda restam dúvidas sobre os juros. Fávaro informou que seriam de, no máximo, 10% ao ano. Mas o governo ainda está discutindo com instituições financeiras para chegar a algo entre 7% e 8%.

"Como esses recursos têm um fundo garantidor, o risco é menor e não é necessário um spread bancário de 4,5% ou 5%, aumentando o juro total. Já temos um acerto com as presidências dos bancos para reduzir esse spread", afirmou Fávaro.

Uma resolução com as medidas e as condições dos financiamentos deve ser publicada pelo governo nesta segunda-feira, para aprovação pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) até amanhã.

A Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) pleiteava uma prorrogação por 15 anos, dois anos de carência e 3% de juro ao ano. Mas, segundo Gedeão Pereira, presidente da Farsul, a proposta do governo agrada aos agricultores. "O ótimo é inimigo do bom. A proposta da Farsul era impossível de executar pelo governo. Mas o que o governo consegue executar já dá vida ao produtor".

Na visão de Pereira, "o agricultor gaúcho hoje precisa de prazo. Ele está sem recursos para plantar a próxima safra. Essa proposta ajuda o produtor a trabalhar".

O anúncio do governo sobre a prorrogação das dívidas foi feito na Expointer, que se encerrou ontem, com R$ 8,1 bilhões em negócios em oito dias. Segundo os organizadores, o crescimento foi de 1,41% em relação a 2023. O setor de máquinas e implementos agrícolas movimentou R$ 7,4 bilhões.

Neste ano, a reconstrução e a retomada após as enchentes no Estado foram o tema da feira no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, que ficou alagado por mais de 30 dias. "Estamos extremamente felizes e realizados de fechar uma feira de superação. O Rio Grande do Sul é muito forte e tem muita resiliência", disse o secretário estadual de Agricultura, Clair Kuhn, em coletiva online. *(Colaborou Marcos Fantin, de São Paulo)*

Mercados
Soja e açúcar encerraram agosto com forte queda nas bolsas internacionais B9

Entrevista
Investidores locais costumam ser ‘excessivamente pessimistas’, diz Mohamed El-Erian C2



Volatilidade
Atuações do Banco Central no câmbio provocam ruídos no mercado C2

Gestão
Oriz capta um novo fundo e reforça aposta no segmento imobiliário C4

Finanças

Captações Com perspectiva de corte de juros nos Estados Unidos, projeção é que companhias brasileiras retomem as emissões de bônus

Empresas voltam ao mercado externo de dívida neste mês

Fernanda Guimarães e Rita Azevedo
De São Paulo

Bancos de investimento preparam suas primeiras reuniões com investidores estrangeiros para dar a partida nas emissões de empresas brasileiras no mercado internacional de dívida. São esperadas para setembro cerca de seis transações, conforme fontes ouvidas pelo **Valor**, incluindo nomes do setor bancário e a Raízen. A Oceânica, que é novata nesse tipo de operação e tentou lançar sua oferta em agosto, é mais uma candidata.

A projeção é que a temporada, que começa após o retorno das férias no Hemisfério Norte e o feriado do Dia do Trabalho (Labor Day), nesta segunda-feira, seja aquecida. Com esse cenário, algumas emissões podem até mesmo ser antecipadas, não só para aproveitar as taxas mais atrativas que estão sendo observadas hoje, mas para evitar uma data mais próximas às eleições nos Estados Unidos, que pode elevar a volatilidade.

O ano já superou 2023 em termos de ofertas no exterior. As companhias brasileiras emitiram US$ 16,4 bilhões em bônus, ante US$ 16,1 bilhões em todo o ano passado, conforme dados da Bond Radar. A expectativa, conforme as fontes consultadas, é que o volume de operações encerre o ano em torno de US$ 20 bilhões.

A avaliação sobre o impacto do pleito nos Estados Unidos não é unânime entre os bancos que coordenam as operações. Samy Podlubny, chefe da área de dívida do UBS BB, diz que hoje os potenciais emissores estão divididos em dois grupos: quem aposta em setembro e os que passaram a olhar para janeiro de 2025, evitando assim o período mais intenso da corrida pela Casa Branca. “Mesmo sabendo que a janela deste mês pode ser mais complicada, considerando a concentração de operações em um período mais curto, várias empresas aceleraram para emitir antes das eleições [americanas]”, diz.

Já Gustavo Siqueira, responsável pela área de renda fixa do Morgan Stanley no Brasil, afirma que as empresas devem tentar a janela de setembro, mas não espera um impacto das eleições americanas nos mercados. “Vemos um mês mais ativo, mas talvez algumas operações escorreguem para outubro ou novembro”, diz. Segundo o executivo, o mercado está líquido e os investidores estão buscando retornos, abrindo bom espaço às empresas emissoras. “Estamos vendo uma retomada depois de dois anos mais fracos.”

Do início de agosto, quando uma queda abrupta da bolsa no Japão chacoalhou os mercados globais, até agora, as condições para as captações com dívida no mercado externo melhoraram, diz Caio de Luca de Simões, chefe do mercado de capitais de dívida do Bank of America (BofA) no Brasil. “Os Treasuries [títulos de dívida emitidos pelo governo americano] ficaram mais estáveis e os spreads voltaram a retroceder para um patamar mais adequado, após um período de forte volatilidade”, afirma. “Estamos com um dos melhores cenários de custo de captação para as empresas dos últimos dois anos.”

O responsável pela área de dívida externa no Itaú BBA, Pedro Frade, também destaca uma compressão relevante de taxas no último mês, tanto olhando os Treasuries quanto em relação ao risco Brasil. No entanto, segundo ele, a atenção está voltada não só para a próxima reunião do Fed (o banco central americano), mas também aos relatórios de inflação e desemprego no país, o que, eventualmente, pode mudar o humor do mercado e deixar a janela de emissões mais curta. “Emissores frequentes se beneficiam de janelas mais curtas”, lembra o executivo do BBA, visto que, nesses casos, a transação é lançada e concluída muito rapidamente, sendo possível driblar a volatilidade do mercado.

Sua estimativa é de uma maior concentração de operações na primeira quinzena do mês. Por conta dessas incertezas, o número de emissores que conseguirão se aproveitar da janela vai depender. “Muitas companhias vão continuar fazendo as contas para ver se o mercado externo é o caminho”, diz Frade.

> “É um bom momento para as empresas virem. A dúvida é se será uma janela boa ou muito boa”
> *Matheus Licarião*



ANNA CAROLINA NEGRI/VALOR

Simões, do BofA: ‘Estamos com um dos melhores cenários de custo de captação para as empresas dos últimos dois anos’

Um dos pontos que devem ser acompanhados pelas emissoras na próxima janela é a alta concorrência com outras operações de empresas da região. Segundo as projeções do UBS BB, o número de ofertas de companhias da América Latina pode chegar a 15 em setembro. Só de empresas argentinas, são esperadas três emissões.

“O investidor não seleciona apenas dentro do Brasil, mas América Latina como um todo, porque o bolso, geralmente, é o mesmo”, diz Podlubny. “Não é que os investidores estão sem dinheiro, mas talvez eles não tenham tempo para olhar todas as operações com cuidado e acabem priorizando algumas. Isso pode ter efeito, por exemplo, no tamanho dos livros.”

Miguel Diaz, especialista da área de mercado de capitais em renda fixa do Santander Brasil, afirma que o olhar é de otimismo, ainda mais quando colocadas na mesa as atuais taxas do mercado americano, que têm chamado a atenção dos emissores. Segundo ele, sua projeção é de até oito emissões entre setembro e o início de outubro.

De acordo com o responsável pela área de mercado de capitais em renda fixa do Santander Brasil, Matheus Licarião, a agenda dos investidores está muito positiva após o Labor Day. Ele prevê dois cenários possíveis para o mês. O primeiro é que as empresas, ao entenderem que o mercado já precificou o início da queda dos juros americanos, optem por aproveitar o início do mês para lançar suas operações — se distanciando, com isso, das eleições nos EUA. Outro grupo, no entanto, pode optar por esperar a decisão de política monetária do Fed, em 18 de setembro.

Se o otimismo aumentar após essa data, segundo o executivo, o espaço poderá ficar aberto tanto para emissores frequentes como para os novatos. “É um bom momento para as empresas virem. A dúvida é se será uma janela boa ou muito boa”, afirma.

Procurada, a Raízen disse que está sempre atenta a oportunidades no mercado de capitais, graças ao seu “posicionamento estratégico, qualidade da gestão, inovação financeira” e avaliação de grau de investimento em três agências. “É natural que a comunidade financeira nos mantenha no radar e aponte como candidata.” A Oceânica não respondeu ao pedido de comentário.

Fim de festa com Nvidia pode não ser ruim para as bolsas

Katie Martin
Financial Times

Se alguém se perguntava se os mercados ainda estão na temporada de notícias bobas de verão, deixe-me resolver sua dúvida: sim, eles definitivamente estão. Agosto costuma ser um mês em que os mercados fazem movimentos estranhos, devido às mesas de negociação mais enxutas no verão do Hemisfério Norte, e 2024 é um exemplo especialmente bom.

Lembra do “carry trade” (operação em que o investidor toma emprestado em moeda de um país com juro baixo para investir em outro com taxas altas) do iene? Não, ninguém mais, mas apenas três semanas atrás ele foi um dos vários fatores citados para ajudar a entender uma onda de vendas do mercado de ações bastante feia e que foi revertida rapidamente. Os mercados de bônus e câmbio continuam a exagerar a escala provável da desaceleração econômica iminente dos EUA. Mas a prova real dos delírios fantasiosos do verão tem sua origem na magnitude do foco da semana passada sobre os resultados de uma empresa, a Nvidia.

A propaganda exagerada e o entusiasmo geral excessivo são algo bastante comum nos mercados, e a Nvidia é, no fim das contas, uma das empresas mais valiosas do planeta. Mas os momentos de perder o fôlego que antecederam a divulgação, na semana passada, dos resultados da fabricante de chips do Vale do Silício foram muito intensos, até mesmo para esses padrões.

Vários analistas compararam a importância desses resultados à divulgação dos dados econômicos mais impactantes dos EUA, como os de inflação ou das folhas de pagamento não agrícolas — os únicos relatórios de dados regulares capazes de levar gestores de fundos a remarcar um almoço. Os números da Nvidia são, como o Deutsche Bank apontou, “um evento macro importante por eles mesmos”, e estão lá no topo, ao lados dessas informações chave para a política monetária americana.

Isso é algo curioso, mas perfeitamente razoável, dado o enorme papel que a Nvidia tem no impulso das ações dos EUA e do mundo. Mas o verdadeiro excesso exposto por esse “evento macro” é o peso das expectativas dos investidores.

A Nvidia conseguiu mais do que dobrar suas receitas nos três meses encerrados no fim de julho, em comparação com o trimestre anterior, chegando a espantosos US$ 30 bilhões. A empresa informou que sua expectativa para o terceiro trimestre é que o resultado se amplie a US$ 32,5 bilhões.

E o que as ações fizeram? Elas caíram nas negociações do pós-mercado, é claro. Tiveram uma queda de cerca de 6%, em grande parte porque alguns investidores esperavam uma previsão um pouco maior para o terceiro trimestre. Analistas do UBS, entre outros, sugeriram que isso era bobagem. Para Timothy Arcuri, analista do banco, essa atitude “é... deixar de ver a floresta por causa das árvores” e um reflexo de “expectativas um tanto quanto frívolas”. Ele aconselhou os clientes a comprar na baixa e deixou claro que ainda espera que as mesmas ações subam 20% daqui para a frente.

> **800%**
> **é a alta acumulada das ações da Nvidia desde o início de 2023**

Isso é algo que sempre vale a pena lembrar sobre os mercados: eles dizem muito pouco sobre o que está acontecendo hoje e muito mais sobre o que os investidores acham que acontecerá amanhã. Neste caso, as expectativas são, de fato, muito grandes. A alta explosiva das ações da Nvidia — de cerca de 800% ou mais desde o início de 2023 — já é um reflexo do potencial da inteligência artificial (IA), que até o momento ainda não foi comprovado, em grande medida. A tarefa hoje para as empresas ligadas à IA é demonstrar que podem estar à altura de toda a propaganda. Nesta fase de “mostrar as evidências”, os mercados punirão qualquer pequena rachadura ou oscilação, mesmo que apenas de maneira breve.

Razões para acentuar o lado positivo se dividem em duas áreas. A primeira é que, finalmente, salvo algum tipo de desastre inflacionário, as taxas de juros estão a ponto de cair, como o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), Jerome Powell, destacou recentemente no simpósio de política monetária de Jackson Hole.

Outra é que, deixando um pouco de lado a obsessão míope do mercado com a Nvidia, o mercado de ações dos EUA em geral está em boa forma. O banco francês Société Générale aponta que 80% das companhias americanas superaram as expectativas de ganhos por ação no trimestre e, o mais importante, a proporção de empresas que trazem surpresas positivas está em crescimento.

O analista do banco Manish Kabra disse que retirar do índice amplo S&P 500 as empresas do Nasdaq 100, que se concentra em tecnologia, traz notícias encorajadoras. O crescimento dos lucros das empresas não tecnológicas tem ultrapassado o das companhias do reluzente setor de tecnologia que ganharam tanta atenção ultimamente. “O maior tema que encontramos é o da rotação — a rotação do estreito ‘trade de bolha’ para um trade de maior amplitude deve continuar”, escreveu Kabra.

É impressionante que, apesar do golpe expressivo nas ações da Nvidia na semana passada, o S&P 500 continuou a subir. Talvez de agora em diante o foco intenso na empresa se dissipe ao menos um pouco.

Charlotte Daughtrey, especialista em investimentos na Federated Hermes, está entre os que esperam que uma fatia dos lucros conseguidos este ano com ações de tecnologia passe a ser direcionada para o resto do mercado. Ela observa que a diferença entre as avaliações das gigantes da tecnologia e as do resto do mercado, de mais de 25%, é anormalmente grande. Para Daughtrey, as “ações gigantes” de tecnologia podem ficar “vulneráveis” pelo resto do ano, enquanto as ações de pequena e média capitalização podem finalmente encontrar seu momento ao sol.

Essa dinâmica saudável não tem os fogos de artifício da recuperação espetacular das ações ligadas à IA. Sejamos honestos, ela é bem chata. Mas ganhos de mercado de base ampla e um Fed que está prestes a começar a cortar os juros são notícias inequivocamente positivas para investidores do mercado de ações. Ignore os obcecados por tecnologia de curto prazo — eles são uma turma dura demais.

Ibovespa
Em pontos



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 30/ago24 - em %

Dow Jones	0,55
S&P 500	1,01
Euronext 100	-0,22
DAX	-0,03
CAC-40	-0,13
Nikkei-225	0,74
SSE Composite	0,68

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

● Jan/2025 ● Jan/2026

11,54 · 11,45 · 11,85 · 10,74 · 10,75 · 10,99

12/ago/24 · 21/ago/24 · 30/ago/24

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Ativos Juros longos disparam após leilão extra de swap cambial; nova operação será realizada hoje

Ação do BC no câmbio provoca ruído no mercado

Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

Foi com um toque de estranheza e alguma desconfiança que participantes do mercado leram tanto as intervenções do Banco Central (BC) no câmbio quanto os sinais emitidos na condução da política monetária entre a noite de quinta-feira e o início da tarde de sexta-feira. Os reflexos foram imediatos e significativos nos preços dos ativos, com um aumento relevante de prêmios de risco. Embora o real tenha se comportado bem, os juros de longo prazo dispararam e as expectativas de inflação de mercado subiram com força.

Na sequência de fatos que estressaram os mercados nos últimos dias, o pontapé inicial veio com a venda de US$ 1,5 bilhão no mercado à vista, anunciada na noite de quinta-feira, o primeiro leilão de dólar "spot" desde abril de 2022. A intervenção foi feita para combater um possível fluxo expressivo de saída de dólares diante do processo de rebalanceamento do EWZ (MSCI Brazil), que passou a contemplar ações de empresas listadas em Nova York, o que geraria uma saída de mais de US$ 1 bilhão na sexta-feira.

Embora boa parte dos agentes de mercado tenha visto a ação como natural, houve certo incômodo entre alguns investidores de peso. Houve quem notasse que, mesmo em ocasiões anteriores, fluxos pontuais de saída não costumavam ser combatidos com intervenções, mesmo com o BC na gestão atual. Foi o que indicaram, em revisão de cenário, os economistas Cassiana Fernandez e Vinicius Moreira, do J.P. Morgan, ao passarem a projetar que a Selic terá quatro altas de 0,25 ponto percentual pela frente e chegará a 11,5% no início de 2025.

"Embora [a intervenção] seja uma ação justificada por saídas pontuais, o BC resistiu a intervir no passado e o fato de seus membros estarem mais confortáveis em fazê-lo agora em meio a uma guinada 'hawkish' [dura] no discurso é outra dica para altas futuras [na Selic]", afirmam os economistas.

No fim da manhã de sexta-feira, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, foi contundente ao passar uma mensagem, em evento da XP, de que havia exageros na parte curta da curva de juros. Nos últimos dias, diante da escalada do dólar, dados de atividade mais fortes e retorno dos riscos fiscais à pauta, o mercado havia migrado com força para a aposta de uma alta de 0,5 ponto percentual na Selic já em setembro, com um juro entre 11,75% e 12% no fim do ano. Diante da avaliação do presidente do BC, no entanto, o mercado passou a interpretar que a chance de uma alta mais agressiva da Selic no próximo mês era mínima.

E, pouco tempo depois, a ação que mais gerou estranheza entre os investidores foi a segunda intervenção do BC no câmbio, dessa vez um leilão extraordinário de 30 mil contratos de swap cambial, o equivalente a mais US$ 1,5 bilhão, pouco tempo antes da formação "final" da Ptax de fim de mês. Nesse sentido, participantes do mercado estranharam o fato de o BC não ter aproveitado outras "janelas" da Ptax formadas durante o dia e ter atuado somente com apenas mais um horário pela frente para a formação dos preços no câmbio.

12,115%
foi a taxa do DI para janeiro de 2029 na sexta-feira

Dos 30 mil contratos de swap cambial ofertados, apenas 15,3 mil foram vendidos, em uma atuação que foi considerada "atabalhoada" por importantes participantes do mercado, que conversaram com o **Valor** em condição de anonimato. O leilão, automaticamente, provocou certo mal-estar entre os investidores e fez com que a ponta longa da curva dos juros futuros disparasse, em um processo de "deslocamento" de prêmios de risco entre os mercados domésticos.

"A primeira intervenção foi completamente justificada pelo fluxo do rebalanceamento. Mas a segunda, principalmente pelo horário, já muito perto da janela de fechamento da Ptax, não deu para entender muito bem. Pareceu um sinal de que o Banco Central tentou 'peitar' o mercado, mas o prêmio acabou indo para a ponta longa da curva. Realmente não deu para entender muito", aponta o tesoureiro de uma grande instituição financeira.

O sócio de uma importante gestora na Faria Lima complementou dizendo ver uma ação "caótica" do BC. "Tinham comunicado na ata que fariam o que fosse necessário e, agora, a mensagem é a de que, se acontecer, será um ciclo gradual. Venderam dólar para um rebalanceamento semestral e nunca fizeram isso... E a segunda intervenção leva a crer que queriam tabelar o câmbio para darem só uma alta de 0,25 ponto em setembro", diz.

Esse gestor, inclusive, dá ênfase tanto ao movimento da curva de juros quanto à dinâmica da inflação "implícita", que voltou a subir com força. Enquanto a taxa do DI para janeiro de 2029 disparou, ao avançar de 11,855% para 12,115%, a inflação "implícita" extraída da NTN-B para maio de 2027 passou de 4,91% para 5,07%, em um claro sinal de aumento de prêmios de risco. "E não duvido o Focus voltar a piorar", alerta o profissional, ao se referir à dinâmica das expectativas de inflação de médio prazo.

Vale notar que, após o fechamento de sexta-feira, o BC anunciou novo leilão extraordinário, com a oferta de 14,7 mil contratos de swap cambial hoje, às 9h30.

Na avaliação de outros gestores e estrategistas, embora o BC tenha sinalizado que prefere um ciclo gradual de aperto monetário, caso ele ocorra, o mercado deve continuar a "testar" a autoridade monetária.

Nesse sentido, há quem diga que o excesso de comunicação e a leitura confusa extraída de declarações dos diretores possam fazer com que, mesmo se entregar um aumento de 0,25 ponto na Selic em um momento de flexibilização em economias desenvolvidas, o BC possa ser lido como "dovish" (suave), o que continuaria a promover uma piora do real. "E isso é tudo o que ele não deveria querer. Seria altamente contraproducente", observa um estrategista.

'Emergentes não são bons em sinalizar oportunidades'

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

Ainda que o ciclo de cortes de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano) deva ter início em um ritmo mais lento, o cenário tende a abrir mais espaço para a flexibilização monetária de outros bancos centrais ao redor do mundo. Para o presidente da Queen's College e conselheiro econômico chefe da Allianz, Mohamed El-Erian, os mercados emergentes, que receberam poucos fluxos de recursos nos últimos anos, podem se beneficiar disso. Em entrevista ao **Valor**, ele afirma que tem uma visão bem mais positiva sobre o Brasil do que normalmente encontra quando visita o país e conversa com investidores locais, que, em sua visão, costumam ser "excessivamente pessimistas".

Valor: *O Fed vai começar a cortar os juros em 0,25 ponto ou 0,5 ponto percentual? Por quê?*

Mohamed El-Erian: O Fed vai começar em 0,25 ponto. Eles vão cortar porque a inflação diminuiu de forma significativa, porque o balanço de riscos agora está inclinado para o desemprego, em oposição a uma inflação mais alta. E não devem começar a cortar os juros em 0,5 ponto porque bancos centrais não gostam de começar ciclos de cortes em um ritmo de 0,5 ponto. Isso sinaliza que estão atrás da curva e os mercados já estão exuberantes neste momento. O mercado já está precificando 1 ponto percentual de cortes neste ano e outro ponto percentual no primeiro semestre do ano que vem. O Fed apenas vai tentar acalmar o mercado um pouco e promover uma série de cortes de 0,25 ponto.

Valor: *Qual vai ser o tamanho deste ciclo de cortes?*

El-Erian: Essa é uma enorme incerteza, tanto que o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, se recusou a responder. Ele se recusou absolutamente em fazer isso. A amplitude das projeções para os juros no fim do ciclo vai desde números um pouco inferiores a 3% a números um pouco maiores que 4%... Eu estou mais inclinado para os 4%.

Valor: *Por quê?*

El-Erian: Há três razões para que as taxas de juros de equilíbrio não voltem para onde estavam antes. A primeira é a política fiscal dos Estados Unidos, que é muito expansionista. Era impensável ter 30 meses consecutivos com a taxa de desemprego a 4% ou abaixo disso com um déficit fiscal de 6% ou 7% do PIB. O segundo motivo é que as cadeias de oferta global mudaram. E o terceiro tem a ver com uma doutrina econômica. Cresci em um tempo onde havia o "consenso de Washington", que significava desregulamentação, liberalização e prudência fiscal. Estamos em um mundo de retomada da regulação, política industrial e imprudência fiscal. Se você olhar para essas condições, é muito difícil imaginar juros abaixo de 4%.

Valor: *Qual sua expectativa para a atividade nos EUA? É possível uma recessão no curto prazo?*

El-Erian: Atribuo o risco de recessão para a economia americana em 35%. Estive com esse número desde o início do ano. O que tem sido notável é o que chamamos de narrativa pingue-pongue. Dia 31 de julho foi a última reunião do Fed. Todo mundo estava feliz. Dia 2 de agosto, relatório de emprego nos EUA e, de repente, bancos importantes elevaram suas probabilidades de recessão. O Goldman foi de 10% para 25%. O Citi foi para 100% e disse que já estávamos em uma recessão. Então tivemos o mais ruidoso de todos os dados, os pedidos semanais de seguro-desemprego nos EUA, que foram tranquilos, então as probabilidades de recessão caíram de novo. O que isso diz é que há muita volatilidade no que os economistas estão vendo.

Valor: *Por que essa volatilidade?*

El-Erian: As projeções para o crescimento econômico não são tão robustas quanto costumavam ser. Mesmo um risco de recessão de 35% é bastante considerável. A segunda razão é que não há um "forward guidance" [projeção] por parte do Federal Reserve. O banco central está excessivamente dependente dos dados e vai mudando conforme as novas informações. E o mercado acaba se movendo junto com ele. E a terceira razão é que há muita alavancagem no mercado, o que gera uma volatilidade não só nos preços, mas também na narrativa, o que é muito incomum.

Valor: *As eleições americanas podem ser uma fonte de pressões inflacionárias?*

El-Erian: Dado o que sabemos hoje, a diferença entre os dois candidatos se resume a duas coisas. [Donald] Trump será muito mais pró-tarifas do que [Kamala] Harris. E Harris será muito mais pró-regulação do que Trump. Em outros assuntos, eles parecem bem semelhantes. Se você olhar para isso, tarifas são inflacionárias e regulação é inflacionária. É difícil dizer o que será menos inflacionário...

Valor: *Os mercados emergentes irão se beneficiar do cenário de cortes nos juros nos EUA?*

El-Erian: No passado recente tivemos uma pandemia e um episódio de inflação elevada nos mercados desenvolvidos. Era de se pensar que haveria uma grande crise nos mercados emergentes. Não tivemos nada parecido com isso. Sim, o Fed pode abrir a porta para os bancos centrais gradualmente reduzirem as taxas de juros ao redor do mundo. Sem dúvida.

Valor: *E em relação aos ativos dos mercados emergentes?*

El-Erian: Um dos grandes mistérios do último ano e meio é que quase todos os ativos de risco atraíram fluxos, exceto os mercados emergentes. É esperado que isso mude. Parte da explicação tem a ver com o fato de as ações de emergentes terem exibido um desempenho inferior por muitos anos. Parte disso tem a ver com o fato de que as taxas de juros ficaram tão altas que os investidores viam como suficiente o retorno que obtinham em mercados desenvolvidos. E parte tem a ver com problemas de informação. Os emergentes não são bons em sinalizar as oportunidades de investimento que possuem. Exatamente por isso, essas são regiões atraentes, porque não foram capazes de atrair recursos como faziam antigamente.

"Tendo a ser muito otimista com o Brasil, mas não encontro esse otimismo quando venho para cá"



Mohamed El-Erian: "O mercado já está precificando 1 ponto percentual de cortes de juros neste ano [nos EUA]"

Valor: *Há interesse dos investidores estrangeiros pelo Brasil?*

El-Erian: De maneira geral, sim, mas não o suficiente para atrair recursos. E parte disso tem a ver com os próprios brasileiros, honestamente. Eu sempre comparo os argentinos e os brasileiros. Se você der a eles um copo preenchido até a metade, o argentino vai ver o copo meio cheio, até totalmente cheio, e o brasileiro vai ver o copo meio vazio, até totalmente vazio. Os investidores de mercados emergentes sempre vão se apegar ao que os investidores locais estão dizendo. E os brasileiros são excessivamente pessimistas. O Brasil tem uma inflação de 4,5%; uma meta de inflação de 3%; um Banco Central que está indicando uma alta de juros; o crescimento econômico está forte... O Brasil tem um desafio de consolidação fiscal, mas eu não acho que a economia brasileira é apreciada da maneira que ela deveria ser. Acho que o Brasil tem uma situação fiscal que não é boa e, sim, é necessário fazer alguma coisa a respeito, mas que está longe de ser algo desastroso.

Valor: *Não é algo novo...*

El-Erian: Quando trabalhava com mercados emergentes na Pimco, a Argentina deu o calote em 2001 e houve eleições no Brasil em 2002. Lula venceu o primeiro turno. Os preços dos títulos brasileiros despencaram. Todo mundo dizia que o Brasil seria como a Argentina. Vim para o Brasil justo antes do segundo turno em outubro. Tínhamos investido muito dinheiro no Brasil e viemos conversar com muitas pessoas, inclusive com a equipe do Lula. Estava no aeroporto de Guarulhos, era uma quinta-feira à noite. Mandei um e-mail avisando que compareceria ao comitê de investimentos na sexta-feira. Voei na madrugada, não fiz a barba, não tomei banho, não troquei de roupa. Cheguei à reunião e disse que deveríamos dobrar nossa exposição no Brasil. A reação das pessoas foi de me perguntar se eu estava louco e invocaram a regra das 48 horas: vá para casa, tome banho e se troque para depois conversarmos. E nós dobramos nossa exposição no Brasil. Foi o melhor 'trade' que fizemos em mercados emergentes. O sentimento oscila muito.

Valor: *Acredita que esse pode ser o caso agora?*

El-Erian: O Brasil, para mim, sempre é um cavalo que deveria estar correndo muito rápido e, por algum motivo, fica preso, cai. Se você olhar para o que o Brasil oferece no mundo em que vivemos, de fragmentação, está em uma excelente posição. Externamente, é um dos únicos países que podem interagir tanto com a China quanto com os Estados Unidos sem ter que optar por um dos dois. Tendo a ser muito otimista com o Brasil, mas não encontro esse otimismo quando venho para cá.

Volatilidade Para analistas, ex-presidente traz mais incertezas, enquanto Kamala significa uma continuidade do cenário atual

Mercado vê dólar mais forte em caso de vitória de Trump

Eduardo Magossi
De São Paulo

Dois eventos recentes revelaram o humor do mercado financeiro em relação à possibilidade de vitória do republicano Donald Trump nas eleições presidenciais de novembro nos EUA: a forte queda das bolsas e a disparada do dólar nos dias que se seguiram ao atentado frustrado ao ex-presidente e à desistência de Robert Kennedy Jr. de sua candidatura à Casa Branca. Na opinião de analistas, tanto o atentado como a desistência de Kennedy, que passou a apoiar Trump, poderiam aumentar a chance de uma vitória do republicano, o que elevou a volatilidade e instabilidade nos mercados, diante de seu programa de governo ortodoxo e comportamento errático.

Embora a entrada da candidata democrata Kamala Harris na disputa, substituindo o presidente Joe Biden, tenha reduzido as chances de vitória de Trump, o mercado ainda não descartou isso. "Trump é salto no escuro", avalia Luis Otavio Leal, economista-chefe da G5 Partners. Kasper Köchli, economista do banco suíço Julius Baer, associa uma vitória republicana a um risco maior do já expressivo déficit fiscal e de incertezas na política monetária. Já Yves Bonzon, CIO do Julius Baer, diz que Trump prima pela falta de clareza e apresenta propostas contraditórias, o que torna seu governo apenas uma "conjectura".

Na opinião de Chris Turner, economista-chefe do banco ING, uma vitória de Trump faria o dólar voltar a se fortalecer e os "yields" (retornos) dos títulos de dez anos do Tesouro chegariam a 5% — essa taxa fechou a 3,9% na sexta.

Para Marcelo Fonseca, economista-chefe da Reag Investimentos, as políticas anunciadas pelo candidato republicano, que passaram a ser conhecidas como "Trump trade", englobam uma valorização do S&P no curto prazo, apreciação do dólar, especialmente em relação a moedas de mercados emergentes, com ampliação de cortes de impostos e aumento de tarifas, principalmente com a China. "A menos que você seja residente dos EUA, e beneficiário do corte de impostos, para o resto do mundo uma vitória do Trump significa dias mais difíceis", disse. Já Kamala seria continuidade do que tem até aqui, mantendo problemas fiscais que não seriam agravados nem melhorados. "Não tem introdução de tarifas, embora tenha medidas protecionistas, mas menos danosas que tarifas de Trump. Em um cenário de continuidade, a grande questão de um governo Kamala é se ela vai aumentar impostos para equilibrar déficit ou aumentar gastos."

> "A grande questão de um governo Kamala é se ela vai aumentar impostos"
> *Marcelo Fonseca*

O economista Rodrigo Azevedo, fundador da Ibiúna Investimentos, disse, durante evento no fim de semana da Expert XP, que um governo Trump com redução de impostos e aumento de tarifas e menos regulamentação, algo tradicional dos governos republicanos, é positivo para o S&P 500, mas fortalece o dólar. "Kamala teria menos crescimento, dólar mais fraco e juros mais perto da meta do Fed."

Pouco mais de um mês após a entrada de Kamala na disputa, ela já conta com 55% das intenções de voto contra 48% de Trump, segundo o site Predictit. "Uma vitória de Kamala seria a manutenção do status quo, traria mais capacidade de previsão para o mercado, seria uma continuidade de um governo democrata, sem surpresas", diz Leal, da G5 Partners. Já Trump poderia elevar um prêmio de risco nos títulos do Tesouro dos EUA, uma vez que as preocupações com a sustentabilidade da dívida dos EUA possam crescer diante de uma vitória republicana. "Desregulamentação combinada com corte nos impostos são positivos para os lucros das empresas, pelo menos inicialmente, mas tarifas comerciais mais elevadas e a redução da imigração provavelmente apagarão esses ganhos ao longo do tempo", afirma. "O mais importante é que a probabilidade de níveis de inflação estrutural maiores em um segundo governo Trump não deve cair", disse, citando projeções de empresas de pesquisa como a Oxford Economics e o Instituto Peterson para Economia Internacional.

Enquanto o caminho a ser seguido pelo Federal Reserve (Fed) está mais claro, com o início do afrouxamento monetário esperado para setembro, Bill Papadakis, estrategista sênior de macro do Lombard Odier, vê as políticas e ideias de Trump, bem como a forma e o calendário que vai escolher para as implementar e o apoio que terá no Congresso e no Senado, ainda relativamente desconhecidas. "Então, acho justo dizer que há mais espaço para surpresa aí [na vitória de Trump."

Papadakis chama a atenção para a agenda econômica de Trump concentrada em três pontos principais: ameaças de impor mais tarifas à China, de até 60%, mas também a outros parceiros comerciais; redução de impostos, não só prolongando as reduções já implementadas como outras novas; e, finalmente, as suas políticas de Imigração. "É provável que ele restrinja a imigração e até ameace deportar pessoas. Assim, numa perspectiva macroeconômica, estes pontos poderão impactar a inflação. As próprias tarifas poderiam pressionar a inflação."

O economista destaca que a possibilidade de reduções fiscais adicionais, num momento em que a economia já está bastante forte, poderia criar demanda extra à economia e, como resultado, gerar novas pressões sobre os preços. "E, claro, olhando para a imigração, parte da razão pela qual a economia dos EUA foi capaz de lidar com a escassez de mão-de-obra e reequilibrar o seu mercado de trabalho deveu-se, em parte, ao aumento da imigração. Se essa tendência parar ou mesmo inverter, podemos imaginar que o mercado de trabalho provavelmente ficará mais apertado, o crescimento dos salários aumentará e as pressões sobre os preços crescerão", disse.

CELSO DONI/VALOR

Leal, da G5 Partners: 'Vitória de Kamala traria mais capacidade de previsão'

TUCANO HOLDINGS III S.A.

CNPJ/MF nº 35.714.529/0001- 51 - NIRE 35300545699

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA TUCANO HOLDINGS III S.A.

Considerando que: (A) em 15 de maio de 2024, a AES Brasil Energia S.A. ("**AES Brasil**") divulgou fato relevante ("**Fato Relevante**") através do qual comunicou que foi celebrado, em 15 de maio de 2024, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("**Auren**") e a ARN Holding Energia S.A. ("**ARN**"), o "*Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças*" ("**Acordo**") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren ("**Combinação de Negócios**" ou "**Operação**"); **(B)** em decorrência da Operação (e condicionado à verificação de condições usuais para operações desta natureza), o Acordo prevê que a Operação será realizada por meio da incorporação, pela ARN, uma sociedade cujo capital é integralmente detido pela Auren, da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES Brasil, com a consequente conversão da AES Brasil em subsidiária integral da ARN e a emissão, pela ARN, de novas ações ordinárias e preferenciais compulsoriamente resgatáveis. Como ato subsequente, a ARN será incorporada pela Auren, de modo que a ARN será extinta e a Auren passará a ser titular da totalidade do capital social da AES Brasil, resultando a Operação na troca do controle direto e indireto (assim definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (conforme abaixo definida) ("**Controle**") da AES Brasil e indireto da **TUCANO HOLDINGS III S.A.** ("**Emissora**"); **(C)** nos termos da Escritura de Emissão (conforme abaixo definida), são hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures **(i)** *alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), exceto (a) se a The AES Corporation e/ou a Fiadora mantiverem o controle direto ou indireto dos Projetos*; e **(ii)** *declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora, pelas SPEs e/ou pela Fiadora, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado igual ou superior a (a) R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para a Emissora ou para as SPEs ou (b) R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a Fiadora na data da referida declaração de vencimento antecipado ou valor equivalente em outras moedas, considerado de forma individual ou agregado*; e **(D)** as matérias acima dependem de aprovação dos Debenturistas (conforme abaixo definidos); Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação ("**Debenturistas**") da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Tucano Holdings III S.A.*", celebrado em 16 de setembro de 2021, entre a Emissora, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Agente Fiduciário**") e a **UNIPAR CARBOCLORO S.A.** ("**Fiadora**"), conforme aditada em 30 de setembro de 2021 ("**Escritura de Emissão**") para se reunirem em primeira convocação, nos termos da cláusula 10.1.2 da Escritura de Emissão, no dia 17 de setembro de 2024, às 14:00 horas, em assembleia geral de debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma digital *Ten Meetings* ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Escritura de Emissão, do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para deliberar sobre as seguintes **ORDENS DO DIA: (I)** Aprovar o consentimento prévio (*waiver*) para a realização da Operação, conforme previsto nas Cláusulas 6.10 e 10.9 da Escritura de Emissão, de modo a **(a)** aprovar a alteração do controle indireto da Emissora, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1, inciso (viii), da Escritura de Emissão, restando certo e assegurado aos Debenturistas, à Emissora, quaisquer das SPEs e/ou à Fiadora que, como consequência de tal consentimento prévio (*waiver*), o dispositivo deste inciso relacionado ao controle indireto da Emissora e das SPEs, atualmente aplicáveis ou relacionados à AES Corporation, na qualidade de atual controladora indireta da Emissora e/ou das SPEs, continuará válido e integralmente aplicável em relação **(a.i)** à Votorantim S.A. isoladamente; ou **(a.ii)** à Votorantim S.A. e ao Canada Pension Plan Investment Board conjuntamente, na qualidade novo(s) controlador(es) indireto(s) da Emissora e/ou das SPEs, respeitados, em qualquer caso, os respectivos termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão; e **(b)** renunciar ao direito de declarar o vencimento antecipado desta dívida caso, em decorrência da Operação, haja a declaração de vencimento antecipado de quaisquer outras dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora, pelas SPEs e/ou pela Fiadora, no mercado local ou internacional, em valor agregado inferior a US$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), ou o seu equivalente em outras moedas, na data da referida declaração de vencimento antecipado, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1 (vii), da Escritura de Emissão; e **(II)** Aprovar a autorização para que a Emissora, a Fiadora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na AGD. Informações Gerais: **A) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Emissora no endereço (https://assembleia.ten.com.br/965348598), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"): i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista, e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **B) Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no link (https://assembleia.ten.com.br/965348598), e apresentar os documentos indicados abaixo: i) documento de identificação com foto; ii) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital; e iii) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. Caso prefira, nas páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos) ou da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/), pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido, desde que de acordo com as orientações acima. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **C) Instrução de Voto.** Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância ("**Instrução de Voto**"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: i) Acessando o link (https://assembleia.ten.com.br/965348598) e realizando o preenchimento da Instrução de Voto diretamente na Plataforma Digital, na seção de "Instrução de Voto", bem como anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou ii) Acessando as páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos) ou da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/), para obtenção do modelo de Instrução de Voto e preenchimento apartado para, posteriormente, acessar o endereço a Plataforma Digital (https://assembleia.ten.com.br/965348598), preencher o cadastro e anexar todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B), incluindo a Instrução de Voto preenchida e digitalizada, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. A administração da Emissora reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Emissora pelo endereço eletrônico estruturacao.financeira@aes.com e/ou ao Agente Fiduciário, pelo endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Este edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos), da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os demais termos e condições da Operação encontram-se descritos e detalhados no Fato Relevante, o qual encontram-se disponíveis para consulta no website da AES Brasil (https://ri.aesbrasil.com.br), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 02 de setembro de 2024.

aes Brasil

AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

(sucessora por incorporação da AES Tietê Energia S.A.)

CNPJ/MF nº 00.194.724/0001-13 - NIRE 35.300.574.290

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 8ª (OITAVA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DA AES BRASIL OPERAÇÕES S.A.

Considerando que: **(A)** em 15 de maio de 2024, a AES Brasil Energia S.A. ("**AES Brasil**") divulgou fato relevante ("**Fato Relevante**") através do qual comunicou que foi celebrado, em 15 de maio de 2024, após aprovação de seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("**Auren**") e a ARN Holding Energia S.A. ("**ARN**"), o "*Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças*" ("**Acordo**") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, a ser realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultará na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias da AES Brasil e da Auren ("**Combinação de Negócios**" ou "**Operação**"); **(B)** em decorrência da Operação (e condicionado à verificação de condições usuais para operações desta natureza), o Acordo prevê que a Operação será realizada por meio da incorporação, pela ARN, uma sociedade cujo capital é integralmente detido pela Auren, da totalidade das ações ordinárias de emissão da AES Brasil, com a consequente conversão da AES Brasil em subsidiária integral da ARN e a emissão, pela ARN, de novas ações ordinárias e preferenciais compulsoriamente resgatáveis. Como ato subsequente, a ARN será incorporada pela Auren, de modo que a ARN será extinta e a Auren passará a ser titular da totalidade do capital social da AES Brasil, resultando a Operação na troca do controle direto e indireto (assim definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações (conforme abaixo definida) ("**Controle**") da AES Brasil e indireto da AES Brasil Operações S.A. ("**AES Operações**" ou "**Emissora**") e das SPEs (conforme abaixo definidas); **(C)** nos termos da Escritura de Emissão (conforme abaixo definida), são hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures **(i)** a alteração do controle acionário direto ou indireto da Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) que não resulte na AES Corporation como controlador (direto ou indireto) da Emissora ou no BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("**BNDESPAR**"), como acionista (direto ou indireto) da Emissora, podendo, inclusive, o BNDESPAR aumentar, diminuir e/ou se desfazer de sua participação acionária na Emissora, desde que a AES Corporation seja preservada como acionista controlador (direto ou indireto) da Emissora, exceto se à operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas, e a **(ii)** declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora ou por qualquer Fiadora (conforme abaixo definido), no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado igual ou superior a US$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou equivalente em Real na data da referida declaração de vencimento antecipado ou valor equivalente em outras moedas, considerado de forma individual ou agregado; **(D)** as matérias acima dependem de aprovação dos Debenturistas (conforme abaixo definidos). Ficam convocados os senhores titulares das debêntures em circulação ("**Debenturistas**") da 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente), emitidas nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 8ª (Oitava) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, Com Garantia Adicional Fidejussória, Em Série Única, Para Distribuição* Pública com Esforços Restritos da AES Brasil Operações", celebrada em 10 de maio de 2018, entre a Emissora, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("**Agente Fiduciário**"), a Boa Hora 1 Geradora De Energia Solar S.A., ("**Boa Hora 1**"), Boa Hora 2 Geradora De Energia Solar S.A., ("**Boa Hora 2**") e a Boa Hora 3 Geradora De Energia Solar S.A., ("**Boa Hora 3**" e, quando em conjunto com a Boa Hora 1 e com a Boa Hora 2, as "**Fiadoras**"), conforme aditada em 23 de maio de 2018 e posteriormente, em 30 de novembro de 2021 ("**Escritura de Emissão**") para se reunirem em primeira convocação, nos termos da cláusula 10.1 da Escritura de Emissão, no dia 23 de setembro de 2024, às 10:00 horas, em assembleia geral de debenturistas ("**AGD**"), a ser realizada de modo exclusivamente digital, sem prejuízo da possibilidade de adoção de instrução de voto a distância previamente à realização da AGD, através da plataforma digital *Ten Meetings* ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Escritura de Emissão, do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do artigo 71, § 2º, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 81**"), para deliberar sobre as seguintes **Ordens do Dia. (I).** Aprovar o consentimento prévio (*waiver*) para a realização da Operação, conforme previsto na Cláusulas 10.9 e 10.10 inciso (i) da Escritura de Emissão, conforme aplicável, de modo a **(a)** aprovar a alteração do controle indireto da Emissora, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1, inciso (vii), da Escritura de Emissão, restando certo e assegurado aos Debenturistas, à Emissora e às Fiadoras que, como consequência de tal consentimento prévio (*waiver*), o dispositivo do inciso relacionado ao controle (direto ou indireto) da Emissora e/ou da Fiadoras, atualmente aplicáveis ou relacionados à AES Corporation na qualidade de atual controladora indireta da Emissora e/ou da Fiadoras e/ou direta da AES Brasil continuarão válidos e integralmente aplicáveis em relação (a.i) à Votorantim S.A. isoladamente; ou (a.ii) à Votorantim S.A. e ao Canada Pension Plan Investment Board conjuntamente, na qualidade novo(s) controlador(es) indireto(s) da Emissora, e/ou das Fiadoras e/ou da AES Brasil, respeitados, em qualquer caso, os respectivos termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão; e **(b)** renunciar ao direito de declarar o vencimento antecipado desta dívida caso, em decorrência da Operação, haja a declaração de vencimento antecipado de quaisquer outras dívida e/ou obrigações financeiras assumidas pela Emissora e/ou por qualquer Fiadora, no mercado local ou internacional, em valor agregado inferior a US$100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), ou o seu equivalente em outras moedas, na data da referida declaração de vencimento antecipado, de forma que nenhum inadimplemento, pela Emissora, seja configurado nos termos da Cláusula 6.1.1, inciso (vi), da Escritura de Emissão; e **(II).** Aprovar a autorização para que a Emissora, as Fiadoras e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos necessários à realização, formalização, implementação e aperfeiçoamento das deliberações a serem tomadas na AGD. Informações Gerais: **A) Sistema Eletrônico (Forma de Acesso e Documentos Exigidos).** O Debenturista que desejar participar da Assembleia deverá acessar *website* específico para a Assembleia da Emissora no endereço (https://assembleia.ten.com.br/088271862), preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia, com antecedência mínima de 2 (dois) dias antes da data de realização da Assembleia, na forma do disposto no artigo 72, §1º da Resolução CVM 81 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"): i) Pessoa física: documento de identidade válido e com foto do debenturista (Carteira de Identidade (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); ii) Pessoa jurídica: (a) cópia da versão vigente do estatuto social ou contrato social, devidamente registrados na Junta Comercial competente, (b) documentos que comprovem a representação do Debenturista e (c) documento de identidade válido com foto de representante legal; e iii) Fundo de investimento: (a) versão vigente e consolidada do regulamento do fundo; (b) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observadas a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) documento de identidade válido com foto do representante legal. Após a análise dos documentos o Debenturista receberá um e-mail no endereço cadastrado com a confirmação da aprovação ou da rejeição justificada do cadastro realizado, e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **B) Procuradores.** O Debenturista que não puder participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital poderá ser representado por procurador, o qual deverá realizar o cadastro com seus dados no *link* (https://assembleia.ten.com.br/088271862), e apresentar os documentos indicados abaixo: i) documento de identificação com foto; ii) instrumento de mandato (procuração) outorgado nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deve ser enviado em sua versão digital, assinado de forma eletrônica, com ou sem certificado digital, ou cópia simples assinada fisicamente, com ou sem o reconhecimento de firma. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante, ou com assinatura digital; e iii) documentos comprobatórios da regularidade da representação do Debenturista pelos signatários das procurações. O procurador receberá e-mail sobre a situação de habilitação de cada Debenturista registrado em seu cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos. Como anexo à Proposta da Administração pode ser encontrado um modelo de procuração para mera referência dos Debenturistas. Sem prejuízo, os Debenturistas também estão autorizados a utilizar outros modelos de procuração diferentes do sugerido na Proposta da Administração, desde que de acordo com as orientações acima. Está dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Debenturistas para o escritório da Emissora, bastando o envio da versão digital ou da cópia simples das vias originais de tais documentos no *link* acima indicado. **C) Instrução de Voto.** Além da participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital, também será admitido o exercício do direito de voto pelos Debenturistas mediante preenchimento de instrução de voto a distância ("**Instrução de Voto**"). O Debenturista que optar por exercer, de forma prévia, seu direito de voto a distância por meio da Instrução de Voto, poderá fazê-lo de duas maneiras: i) Acessando o *link* (https://assembleia.ten.com.br/088271862) e realizando o preenchimento da Instrução de Voto diretamente na Plataforma Digital, na seção de "Instrução de Voto", bem como anexando todos os documentos necessários para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B) acima, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia; ou ii) Acessando as páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos) ou da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/), para obtenção do modelo de Instrução de Voto e preenchimento apartado para, posteriormente, acessar o endereço a Plataforma Digital (https://assembleia.ten.com.br/088271862), preencher o cadastro e anexar todos os documentos necessários para a habilitação para participação e/ou votação na Assembleia nos termos do item (B), incluindo a Instrução de Voto preenchida e digitalizada, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. O Debenturista que fizer o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida, terá sua participação e votos computados de forma automática, tanto em sede de primeira quanto em sede de segunda convocação, assim como para eventuais adiamentos (por uma ou sucessivas vezes) ou reaberturas, conforme aplicável, e não precisará necessariamente acessar na data da Assembleia, a Plataforma Digital, sem prejuízo da possibilidade de sua simples participação na Assembleia, na forma prevista no artigo 71, §4º, da Resolução CVM 81. Contudo, caso o Debenturista que fizer o envio de Instrução de Voto válida participe da Assembleia através da Plataforma Digital e, cumulativamente, manifeste seu voto no ato de realização da Assembleia, a Instrução de Voto anteriormente enviada será desconsiderada, nos termos do artigo 71, §4º, inciso II da Resolução CVM 81. Por fim, a Emissora esclarece, caso sejam editadas normas legais ou regulamentares alterando as orientações acima até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia, que poderá adotar os procedimentos previstos para que a Assembleia se adeque às novas normas legais ou regulamentares editadas, sendo que, neste caso, a Emissora, caso necessário, poderá publicar um novo Edital de Convocação com todas as novas instruções necessárias pelos mesmos meios de comunicação adotados para a publicação deste Edital de Convocação, sem que tal fato implique a reabertura do prazo de convocação da Assembleia. A administração da Emissora reitera aos senhores Debenturistas que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGD, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo digital. Informações adicionais sobre a Assembleia e as matérias constantes da Ordem do Dia acima podem ser obtidas junto à Emissora pelo endereço eletrônico estruturacao.financeira@aes.com e/ou ao Agente Fiduciário, pelo endereço eletrônico af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Este edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário (https://www.oliveiratrust.com.br/investidor/ativos), da Emissora (https://ri.aesbrasil.com.br/informacoes-aos-investidores/endividamento/) e da CVM na rede mundial de computadores (https://www.gov.br/cvm/pt-br). Os demais termos e condições da Operação encontram-se descritos e detalhados no Fato Relevante, o qual encontram-se disponíveis para consulta no website da AES Brasil (https://ri.aesbrasil.com.br), da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 02 de setembro de 2024.

Finanças

Gestão Divisão foi a última organizada pela butique de investimentos, que trouxe veteranos do setor

Oriz capta novo fundo e dá tração à área imobiliária

Adriana Cotias
De São Paulo

Depois de estrear no segmento de fundos imobiliários em grande estilo, como uma das gestoras que vão financiar o desenvolvimento do "Rockefeller Center" dos Jardins, a Oriz Partners está na rua com uma nova oferta. A operação agora envolve uma carteira com certificados de recebíveis imobiliários (CRI), um fundo "de papel", no jargão do setor. A intenção é levantar ao menos R$ 100 milhões.

Essa é uma primeira etapa de um projeto maior em que a butique de investimentos pretende fazer desse veículo o seu carro-chefe na área de ativos imobiliários, segundo o executivo-chefe (CEO) da Oriz, José Scheliga. "No primeiro momento, para os R$ 100 milhões iniciais, vamos usar a nossa base e alguns clientes institucionais, para lá na frente fazer uma operação maior e atingir o varejo", afirma. "A questão é dosar a captação com o 'pipeline' [a carteira de projetos]. A preocupação maior é alocar bem os recursos, criar um histórico e aí sim ir para o varejo."

É um perfil que casa com a distribuição da XP Investimentos, sócia minoritária da Oriz desde o início da operação, que teve o ex-secretário do Tesouro Carlos Kawall como um dos sócios-fundadores.

A divisão de ativos imobiliários foi uma das últimas a ser organizada pela Oriz. Para essa frente, a casa trouxe como sócios dois executivos que estiveram na estruturação e desenvolvimento da mesma área na Mauá Capital (hoje integrada à Jive Investments): Bruno Albuquerque e José Manoel Alvarez Lopez. São profissionais que carregam no seu histórico a experiência em originar os próprios ativos para os fundos. Lopez ainda traz no currículo um mix de mercado financeiro e de economia real, com passagens pela Método Engenharia, Tishman Speyer-Método, Citibank, Jones Lang LaSalle, Brazilian Capital e Santander.

"A gente tem em mente que esse é o grande potencial de crescimento de modelo de fundo, é onde a gente concentra a maior experiência", diz Albuquerque, que já foi também analista do setor imobiliário no banco de investimentos do Safra. "A gente acredita muito que a originação primária traz os melhores retornos para os investidores. Os 'deals' que ficam circulando muitas vezes já foram 'amassados' de taxas [rentabilidade]."



ROGERIO VIEIRA/VALOR

José Scheliga: "A preocupação maior é alocar bem os recursos, criar um histórico"

Lopez acrescenta que ser um gestor ativo que origina as próprias transações proporciona muito mais controle sobre o risco de crédito do incorporador do empreendimento.

O objetivo da Oriz até o fim do ano é reunir R$ 1 bilhão na gestora de ativos imobiliários, a única que vai ter produtos próprios.

A casa levantou em junho cerca de R$ 380 milhões numa parceria estratégica com a Tishman Speyer (TS) para o desenvolvimento do "Projeto Jardins", num dos quarteirões mais caros da capital paulista, entre as ruas Oscar Freire, Consolação e Alameda Lorena. A XP entrou na cogestão do fundo.

O empreendimento é inspirado em outro que está no portfólio da TS, o icônico Rockefeller Center, em Nova York, em que há um complexo de escritórios integrado ao espaço público. A diferença é que o projeto brasileiro terá uma torre residencial, voltada para a Alameda Lorena. O valor geral de vendas (VGV) do conjunto é estimado em R$ 3 bilhões.

Lopez diz que atualmente a Oriz já tem contratado o equivalente a R$ 570 milhões na vertical de ativos imobiliários. Há dois projetos em andamento que envolvem uma incorporadora de capital aberto, que ele diz ainda não poder divulgar o nome. Essa conta inclui um fundo de permuta para o público institucional, em que a captação envolve tesourarias de bancos.

Assim como outros ativos de crédito isentos para a pessoa física, Scheliga afirma que os fundos imobiliários — em que a distribuição de dividendos não tem imposto — ganharam impulso com a taxação dos fundos fechados exclusivos. Como os veículos eram usados para diferimento tributário, pagando IR só nas amortizações anuais ou na liquidação, sem esse benefício as famílias passaram a buscar outras formas de alocar o capital.

Para os donos de fortunas, o que tem funcionado, diz, são ativos de alto padrão, caso de corporativos na região da Faria Lima, os residenciais "AAA", de custo elevado, ou o outro extremo, de investimentos relacionados ao programa Minha casa, Minha Vida (MCMV), do governo federal.

Os fundos de crédito que atuam "no miolo" encontram incorporadoras que têm projetos bons, bem localizados, mas que têm dificuldade de acessar o crédito bancário, diz Albuquerque, porque o funding da poupança dá sinais de esgotamento. Na carteira de crédito estruturado da Oriz, a expectativa de retorno ao término do primeiro ano é de 13%.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 30/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.163,8558220	0,05	0,77	6,30
IRF-M	1+**	20.417,3327940	-0,35	0,60	2,39
IRF-M	Total	18.579,1022260	-0,22	0,66	3,54
IMA-B	5***	9.414,8941670	0,06	0,59	4,88
IMA-B	5+****	11.464,3261830	-0,50	0,77	-1,21
IMA-B	Total	10.055,1682580	-0,27	0,52	1,49
IMA-S	Total	6.854,6668120	0,04	0,90	7,36
IMA-Geral	Total	8.318,0940770	-0,10	0,79	4,63

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	16/08	15/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	33,72	34,20	32,42	29,63	31,19	34,11
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,89	25,23	25,02	24,96	25,63	25,21
Conta garantida pré - a.a.	42,64	37,83	49,35	38,67	48,01	40,16
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,59	22,01	21,83	21,70	21,62	25,85
Vendor pré - a.a.	15,81	16,74	18,41	15,28	17,59	18,53
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	17,00	16,46	14,15	16,30	15,32	18,07
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	17,61	17,61	19,54	18,30	18,04	18,00
Conta garantida pós - a.a.	24,89	24,71	24,84	24,76	23,74	27,64
ACC pós - a.a.	8,44	8,83	8,50	8,30	8,29	8,51
Factoring - a.m.	3,23	3,20	3,23	3,25	3,23	3,52

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	30/08/24	29/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3300	5,3300	5,3800	5,3800	5,3000
1 mês	-	5,3465	5,3478	5,3512	5,3512	5,3114
3 meses	-	5,3685	5,3675	5,3612	5,3612	5,1843
6 meses	-	5,3949	5,3840	5,3905	5,3905	5,0561
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6640	3,6640	3,6530	3,6530	3,6520
1 mês	-	3,6689	3,6688	3,6681	3,6681	3,6207
3 meses	-	3,7172	3,7334	3,7943	3,7943	3,4318
6 meses	-	3,8385	3,8466	3,8781	3,8781	3,1512
1 ano	-	3,9129	3,9127	3,9106	3,9106	2,2523
Euribor ***						
1 mês	-	3,602	3,595	3,630	3,630	3,654
3 meses	-	3,505	3,525	3,647	3,647	3,803
6 meses	-	3,376	3,382	3,579	3,579	3,956
1 ano	-	3,108	3,102	3,390	3,390	4,065
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,27	5,25	5,33	5,37	5,37	5,39
T-Bill (3 meses)	5,10	5,11	5,13	5,27	5,27	5,47
T-Bill (6 meses)	4,86	4,87	4,91	5,09	5,09	5,54
T-Note (2 anos)	3,93	3,90	3,92	4,26	4,26	4,89
T-Note (5 anos)	3,71	3,67	3,65	3,91	3,91	4,27
T-Note (10 anos)	3,91	3,86	3,80	4,03	4,03	4,12
T-Bond (30 anos)	4,20	4,15	4,09	4,31	4,31	4,23

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	ago/24	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	7,09	11,20
CDI	0,87	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	7,09	11,20
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	9,99
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,09
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,09
IRF-M	0,66	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	3,54	8,26
IMA-B	0,52	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	1,49	5,32
IMA-S	0,90	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	7,36	11,40
Renda Variável								
Ibovespa	6,54	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	1,36	17,51
Índice Small Cap	4,52	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-9,69	-2,18
IBrX 50	6,51	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	3,14	19,46
ISE	5,98	2,84	1,10	-3,61	-6,00	1,21	-2,06	9,55
IMOB	5,86	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-7,72	4,77
IDIV	6,68	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	5,00	21,94
IFIX	0,85	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	2,48	5,63
Dólar Ptax (BC)	-0,10	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	16,83	14,92
Dólar Comercial (mercado)	-0,38	1,18	6,46	1,06	3,54	0,86	16,07	13,79
Euro (BC) (4)	2,08	2,82	4,73	2,69	2,37	0,07	16,91	17,26
Euro Comercial (mercado) (4)	1,77	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	15,96	16,00
Ouro (BC)	3,19	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	41,55	48,11
Inflação								
IPCA (5)	0,05	0,38	0,21	0,46	0,38	0,16	2,92	4,31
IGP-M	0,29	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	2,00	4,26

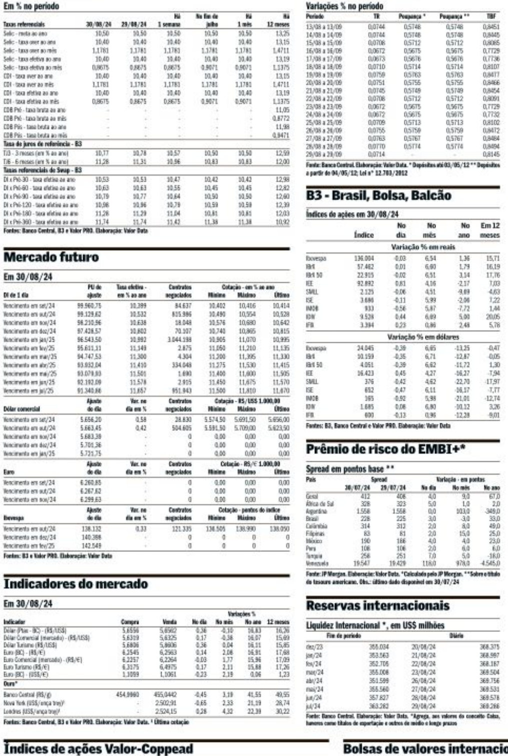
Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Rendimento até o dia 30/ago. ** Até ago/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,05% para o mês de agosto

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 27/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.893.657,80					12.985,19	66.296,55	327.189,81	295.407,52
RF Indexados (2)	145.592,96	-0,04	0,92	4,37	7,82	-383,78	-1.866,51	-11.544,37	-17.115,23
RF Duração Baixa Soberano (2)	697.231,21	0,04	0,69	6,42	10,42	9.454,95	7.721,37	47.419,16	43.253,93
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	899.270,89	0,04	0,79	7,33	11,88	2.107,23	23.264,32	69.555,69	90.823,57
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	192.255,22	0,04	0,05	7,41	11,95	294,59	5.335,46	82.695,45	87.045,19
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	169.645,65	0,01	0,77	6,04	9,34	-499,74	-1.406,62	-5.388,60	-6.220,38
RF Duração Livre Soberano (2)	215.292,59	0,02	0,77	6,09	10,03	460,93	-5.132,06	-16.524,59	-33.419,20
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	673.416,46	0,03	0,80	6,61	10,74	2.393,17	17.665,40	-14.043,47	-35.286,46
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	398.667,97	0,03	0,97	6,83	11,29	773,60	9.854,39	106.156,81	144.798,35
Ações	650.844,17					-586,18	-3.257,27	906,76	43.604,85
Ações Indexados (2)	10.966,44	-0,11	7,18	1,95	17,59	-83,55	123,61	242,75	-1.761,56
Ações Índice Ativo (2)	30.719,50	-0,15	6,62	0,39	13,72	-269,83	-1.738,69	-7.048,56	-6.453,89
Ações Livre	236.900,50	-0,04	5,82	2,68	13,97	-141,13	-1.524,39	-939,33	-5.323,38
Fechados de Ações	125.637,94	-0,12	1,66	-3,23	0,06	1,90	77,48	-1.951,71	29.613,15
Multimercados	1.609.183,66					-346,79	-42.600,81	-148.144,94	-281.261,47
Multimercados Macro	137.288,60	-0,03	0,96	3,15	7,14	-351,25	-5.906,16	-42.626,93	-63.398,83
Multimercados Livre	622.889,90	0,09	1,13	6,18	10,74	297,26	-5.067,63	-17.818,15	-81.668,96
Multimercados Juros e Moedas	49.044,72	0,04	0,75	6,41	10,82	-31,03	75,40	-9.472,32	-15.164,64
Multimercados Invest. no Exterior (2)	716.926,85	0,14	0,27	7,13	12,79	-290,56	-31.902,14	-79.651,91	-117.152,04
Cambial	6.213,67	0,28	-1,86	17,73	19,95	-30,70	-35,64	-716,69	-1.241,00
Previdência	1.471.389,81					100,10	3.776,60	26.910,60	40.283,05
ETF	44.390,51					-234,92	-545,44	-2.665,51	-3.366,84
Demais Tipos	2.103.327,85					-1.560,44	14.642,81	87.804,09	85.464,36
Total Fundos de Investimentos	**7.475.679,41**					**11.886,71**	**23.635,99**	**203.282,04**	**93.426,12**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.748.390,37**					**1.575,69**	**11.063,40**	**104.531,56**	**171.056,91**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.273.527,55**					**13.462,40**	**34.699,40**	**307.813,60**	**264.483,03**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completa. Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório



Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	30/08/24	29/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,05
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,8772
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,98
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9471
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,77	10,78	10,57	10,50	10,50	12,59
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,28	11,31	10,96	10,83	10,83	12,00
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,53	10,53	10,47	10,42	10,42	12,98
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,63	10,63	10,55	10,45	10,45	12,82
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,79	10,77	10,64	10,50	10,50	12,60
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,98	10,96	10,79	10,59	10,59	12,39
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,26	11,29	11,04	10,81	10,81	12,03
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,74	11,74	11,42	11,38	11,38	10,92

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 30/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.960,75	10,399	84.637	10,402	10,416	10,414
Vencimento em out/24	99.129,62	10,532	815.986	10,490	10,554	10,528
Vencimento em nov/24	98.210,96	10,638	18.048	10,576	10,680	10,642
Vencimento em dez/24	97.428,57	10,802	70.107	10,740	10,865	10,815
Vencimento em jan/25	96.543,50	10,992	3.044.198	10,905	11,070	10,995
Vencimento em fev/25	95.611,11	11,149	2.875	11,050	11,210	11,135
Vencimento em mar/25	94.747,53	11,300	4.304	11,200	11,395	11,330
Vencimento em abr/25	93.932,04	11,410	334.048	11,275	11,530	11,415
Vencimento em mai/25	93.079,93	11,501	1.690	11,400	11,600	11,505
Vencimento em jun/25	92.192,09	11,578	2.915	11,450	11,675	11,570
Vencimento em jul/25	91.340,86	11,657	951.943	11,500	11,810	11,670

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	5.656,20	0,58	28.830	5.574,50	5.691,50	5.656,00
Vencimento em out/24	5.663,45	0,42	504.605	5.591,50	5.709,00	5.623,50
Vencimento em nov/24	5.683,39	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.701,36	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.721,75	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	6.260,85	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.267,62	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.299,63	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	138.132	0,33	121.335	136.505	138.990	138.050
Vencimento em dez/24	140.398	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	142.549	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 30/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,6556	5,6562	0,36	-0,10	16,83	16,26
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,6319	5,6325	0,17	-0,38	16,07	15,69
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6806	5,8606	0,36	0,04	16,11	15,85
Euro (BC) - (R$/€)	6,2545	6,2563	0,14	2,08	16,91	17,68
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,2257	6,2264	-0,03	1,77	15,96	17,09
Euro Turismo (R$/€)	6,3175	6,4975	0,17	2,11	15,88	17,26
Euro (BC) - (US$/€)	1,1059	1,1061	-0,23	2,19	0,06	1,23
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	454,9960	455,0442	-0,45	3,19	41,55	49,55
Nova York (US$/onça troy)¹	-	2.502,91	-0,65	2,33	21,19	28,74
Londres (US$/onça troy)¹	-	2.524,15	0,28	4,32	22,39	30,22

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	30/08/24	29/08/24	No fim de jul/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	178.922,92	178.352,64	164.489,50	173.997,89	0,32	8,77	2,83
Valor-Coppead Mínima Variância	105.748,61	105.129,00	101.224,36	93.533,91	0,59	4,47	13,06

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data de vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
IP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 30/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainability linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 30/08/24

Índice	30/08/24	29/08/24	Em 31/07/24	Em 29/12/23	Em 30/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	188,53	187,61	185,23	165,54	157,21	0,49	1,78	13,89	19,92
S&P BNY Emergentes	354,71	351,40	350,11	312,75	298,88	0,94	1,32	13,42	18,68
S&P BNY América Latina	196,58	196,85	189,19	225,28	204,35	-0,13	3,91	-12,74	-3,80
S&P BNY Brasil	197,44	198,27	186,11	232,95	203,07	-0,42	6,09	-15,24	-2,77
S&P BNY México	286,82	287,11	295,36	331,67	334,21	-0,10	-2,89	-13,52	-14,18
S&P BNY Argentina	268,80	258,55	223,58	178,27	159,97	3,96	20,23	50,78	68,03
S&P BNY Chile	143,28	143,24	139,05	162,12	164,01	0,02	3,04	-11,62	-12,64
S&P BNY Índia	3.175,68	3.163,77	3.096,48	2.923,01	2.799,41	0,38	2,56	8,65	13,45
S&P BNY Ásia	218,99	216,97	218,49	189,60	179,22	0,93	0,23	15,50	22,19
S&P BNY China	294,08	288,98	306,01	336,11	350,23	1,77	-3,90	-12,50	-16,03
S&P BNY África do Sul	192,07	200,71	221,65	199,87	200,14	-4,30	-13,35	-3,90	-4,03
S&P BNY Turquia	33,07	33,22	36,85	22,45	24,11	-0,45	-10,25	47,28	37,17

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8445
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676	0,5676	0,7736
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714	0,5714	0,8107
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763	0,5763	0,8477
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755	0,5755	0,8466
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8091
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7732
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713	0,5713	0,8102
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759	0,5759	0,8472
27/08 a 27/09	0,0763	0,5767	0,5767	0,8484
28/08 a 28/09	0,0770	0,5774	0,5774	0,8494
29/08 a 29/09	0,0714	-	-	0,8145

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 30/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	136.004	-0,03	6,54	1,36	15,71
IBrX	57.462	0,01	6,60	1,79	16,19
IBrX 50	22.915	-0,02	6,51	3,14	17,76
IEE	92.892	0,81	4,16	-2,17	7,03
SMLL	2.125	-0,06	4,51	-9,69	-4,63
ISE	3.686	-0,11	5,99	-2,06	7,22
IMOB	933	-0,56	5,87	-7,72	1,44
IDIV	9.528	0,44	6,69	5,00	20,05
IFIX	3.394	0,23	0,86	2,48	5,78
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.045	-0,39	6,65	-13,25	-0,47
IBrX	10.159	-0,35	6,71	-12,87	-0,05
IBrX 50	4.051	-0,39	6,62	-11,72	1,30
IEE	16.423	0,45	4,27	-16,27	-7,94
SMLL	376	-0,42	4,62	-22,70	-17,97
ISE	652	-0,47	6,11	-16,17	-7,77
IMOB	165	-0,92	5,98	-21,01	-12,74
IDIV	1.685	0,08	6,80	-10,12	3,26
IFIX	600	-0,13	0,96	-12,28	-9,01

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	Spread 29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	20/08/24	368.375
jan/24	353.563	21/08/24	368.997
fev/24	352.705	22/08/24	368.187
mar/24	355.008	23/08/24	369.504
abr/24	351.599	26/08/24	369.756
mai/24	355.560	27/08/24	369.531
jun/24	357.827	28/08/24	369.578
jul/24	363.283	29/08/24	369.286

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	30/08/24	29/08/24	28/08/24	27/08/24	26/08/24	23/08/24
Índice	2.145,26	2.151,06	2.155,04	2.158,27	2.159,99	2.157,77
Var. no dia	-0,27%	-0,18%	-0,15%	-0,08%	0,10%	0,23%
Var. no mês	0,68%	0,96%	1,14%	1,29%	1,37%	1,27%
Var. no ano	3,88%	4,16%	4,35%	4,51%	4,59%	4,48%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 30/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	34,0400	34,0700	0,16600	0,16620
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,6556	5,6562
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5343	36,6259	0,1544000	[illegible]
Boliviano (Bolívia)	6,8600	7,0100	0,8068	[illegible]
Colon (Costa Rica)	515,7500	521,9000	0,010840	[illegible]
Coroa (Dinamarca)	6,7440	6,7444	0,8386	0,8387
Coroa (Islândia)	138,1000	138,3900	0,04087	0,04096
Coroa (Noruega)	10,6071	10,6117	0,5330	0,5332
Coroa (Rep. Tcheca)	22,6300	22,6410	0,2498	0,2499
Coroa (Suécia)	10,2682	10,2713	0,5506	0,5508
Dinar (Argélia)	133,1700	134,5020	0,04205	0,04247
Dinar (Kuwait)	0,3054	0,3058	18,4954	18,5206
Dinar (Líbia)	4,7483	4,7716	1,1853	1,1910
Direitos Especiais de Saque ***	1,3466	1,3466	7,6158	7,6199
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6727	3,6731	1,5397	1,5401
Dirham (Marrocos)	9,7572	9,7732	0,5787	0,5797
Dólar (Austrália)***	0,6764	0,6765	3,8254	3,8264
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,6556	5,6562
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7816	2,8306
Dólar (Canadá)	1,3493	1,3494	4,1912	4,1920
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,7732	6,8560
Dólar (Cingapura)	1,3045	1,3047	4,3348	4,3359
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,6556	5,6562
Dólar (Hong Kong)	7,7974	7,7977	0,7253	0,7254
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6239	0,6243	3,5285	3,5312
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7395	6,8260	0,8285	0,8393
Euro (Comunidade Européia)***	1,1059	1,1061	6,2545	6,2563
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,1075	3,1696
Franco (Suíça)	0,8493	0,8494	6,6583	6,6598
Guarani (Paraguai)	7672,7100	7685,4100	0,0007359	0,0007372
Hryvnia (Ucrânia)	41,0000	41,1000	0,1376	0,1380
Iene (Japão)	145,9500	145,9600	0,03875	0,03875
Lev (Bulgária)	1,7680	1,7687	3,1976	3,1992
Libra (Egito)	48,5700	48,6700	0,1162	0,1165
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000063	0,000063
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00044
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3130	1,3131	7,4256	7,4272
Naira (Nigéria)	1565,0000	1615,0000	0,00350	0,00361
Lira (Turquia)	34,0697	34,0797	0,1660	0,1660
Novo Dólar (Taiwan)	31,9830	32,0130	0,17670	0,17690
Novo Sol (Peru)	3,7485	3,7496	1,5083	1,5089
Peso (Argentina)	951,0000	951,5000	0,00594	0,00595
Peso (Chile)	914,3200	915,0600	0,006180	0,006186
Peso (Colômbia)	4175,5000	4176,3900	0,001354	0,001355
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2357	0,2357
Peso (Filipinas)	56,1920	56,2120	0,10060	0,10070
Peso (México)	19,6616	19,6721	0,2875	0,2877
Peso (Rep. Dominicana)	59,2800	59,7600	0,09464	0,09525
Peso (Uruguai)	40,3500	40,3600	0,14010	0,14020
Rande (África do Sul)	17,7932	17,7977	0,3178	0,3179
Rial (Arábia Saudita)	3,7525	3,7527	1,5071	1,5073
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001346	0,0001347
Ringgit (Malásia)	4,3180	4,3230	1,3083	1,3099
Rublo (Rússia)	90,6455	90,6545	0,06239	0,06240
Rúpia (Índia)	83,8250	83,8800	0,06742	0,06748
Rúpia (Indonésia)	15450,0000	15460,0000	0,0003658	0,0003661
Rúpia (Paquistão)	278,4000	278,6000	0,02030	0,02032
Shekel (Israel)	3,6320	3,6375	1,5548	1,5573
Won (Coréia do Sul)	1335,9300	1336,5800	0,004231	0,004234
Yuan Renminbi (China)	7,0900	7,0906	0,7976	0,7978
Zloty (Polônia)	3,8701	3,8712	1,4609	1,4615

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2501,97	0,01243	454,9960	455,0442

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	30/08/24	29/08/24	No dia	Variações % No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	41.563,08	41.335,05	0,55	1,76	10,28	19,13	32.417,59	41.563,08
EUA	Nova York	Nasdaq 100	19.574,64	19.325,45	1,29	1,10	16,34	26,59	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.713,62	17.516,43	1,13	0,65	18,00	26,35	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.648,40	5.591,96	1,01	2,28	18,42	25,11	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.346,18	23.227,49	0,51	1,02	11,39	14,83	18.737,39	23.348,97
México	Cidade do México	IPC	51.985,87	53.138,96	-2,17	-2,17	-9,41	-4,42	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.362,28	1.335,32	2,02	1,23	13,98	22,19	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	-	91.532,07	-	1,49	58,27	140,11	38.121,01	94.746,62
Chile	Santiago	IPSA	6.459,96	6.448,28	0,18	0,30	4,23	7,16	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	Fechado	28.441,73	-	-3,71	9,56	21,88	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.717.564,44	1.660.143,94	3,46	13,91	84,74	154,14	514.073,77	1.717.564,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.498,37	1.501,70	-0,22	0,61	7,37	10,03	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.906,92	18.912,57	-0,03	2,15	12,87	18,97	14.687,41	18.912,57
França	Paris	CAC-40	7.630,95	7.640,95	-0,13	1,32	1,16	3,62	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	34.372,67	34.192,06	0,53	1,80	13,25	18,87	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.184,40	4.174,66	0,23	1,31	12,85	14,16	3.290,68	4.184,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.783,74	2.753,32	1,10	1,17	21,90	28,89	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.401,90	11.358,60	0,38	3,04	12,87	19,38	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.431,19	1.426,91	0,30	-3,18	10,68	8,68	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	918,66	923,78	-0,55	-0,21	16,76	23,24	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	72.865,31	73.193,79	-0,45	-1,60	20,20	29,58	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	84.868,25	84.461,65	0,48	0,62	8,17	23,03	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.760,15	6.713,77	0,69	0,77	5,69	9,22	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	915,60	932,88	-1,85	-14,95	-15,49	-12,97	915,60	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.595,96	2.587,90	0,31	-0,51	8,25	18,80	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.436,59	12.417,72	0,15	0,97	11,66	12,14	10.323,71	12.436,59
Turquia	Istambul	BIST 100	Fechado	9.833,22	-	-7,57	31,63	24,36	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	-	2.081,68	-	4,19	10,98	11,35	1.606,42	2.081,68
África do Sul	Joanesburgo	All Share	83.749,88	84.239,44	-0,58	1,19	8,92	11,29	69.451,97	84.553,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.647,75	38.362,53	0,74	-1,16	15,49	19,53	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.316,70	8.263,60	0,64	-0,04	6,22	10,79	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.544,23	1.510,42	2,24	-4,13	-15,98	-21,17	1.433,10	1.981,63
China	Xangai	SSE Composite	2.842,21	2.823,11	0,68	-3,28	-4,46	-9,40	2.702,19	3.177,06
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.674,31	2.662,28	0,45	-3,48	0,72	4,42	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.989,07	17.786,32	1,14	3,72	5,52	-2,67	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	82.365,77	82.134,61	0,28	0,76	14,02	26,55	63.148,15	82.365,77
Indonésia	Jacarta	JCI	7.670,73	7.627,61	0,57	5,72	5,47	10,11	6.642,42	7.670,73
Tailândia	Bangcoc	SET	1.359,07	1.357,41	0,12	2,89	-4,01	-13,80	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.268,09	22.201,85	0,30	0,31	24,19	33,18	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Política monetária Dados de emprego serão fundamentais para definir tamanho da primeira redução

Até onde pode ir o ciclo de corte de juros pelo Fed?

Análise

Roberta Costa
De São Paulo

A economia americana está forte e a inflação está caindo em direção à meta de 2% do Federal Reserve (Fed) — este foi o "insight" que os dados da semana que passou nos trouxe. Mas o que vai acontecer na próxima reunião do BC americano, em 18 de setembro? É o que todos se perguntam.

Apesar de ser senso comum que os dados do "payroll" (relatório de emprego), que saem sexta-feira, são o divisor de águas entre um corte de 0,25 ponto percentual ou de 0,50 ponto na taxa de juros, o conjunto de informações recentes pode mudar as apostas para o ciclo de flexibilização — ou seja, o Fed pode "entregar" menos reduções do que o mercado especifica (precifica nos ativos) agora.

O tumulto que se viu no mercado no começo de agosto, na esteira dos números fracos do mercado de trabalho, se diluiu tão rápido que parece outro mundo. Uma sequência de indicadores que se seguiu mostrou que o risco de um pouso forçado da economia dos EUA parece improvável, com destaque para a alta anual de 5,3% dos gastos do consumidor em julho (ou 2,7% ajustados pela inflação), que foi responsável pela forte revisão do PIB do segundo trimestre para 3%, e o PCE — o índice de preços preferido do Fed — subindo 2,5% em julho em relação ao ano anterior, bem abaixo dos 7,1% registrados em julho de 2022.

Ademais, o sentimento do consumidor americano melhorou. O indicador de confiança da Universidade de Michigan subiu 2,3% em julho, impulsionado por um aumento nas expectativas das pessoas sobre como a economia se sairá nos próximos meses. Na mesma toada, o Conference Board, uma organização de pesquisa empresarial sediada em Nova York, informou que seu índice de confiança aumentou em agosto na margem, igualando seu nível mais alto desde fevereiro. No pano de fundo, a queda dos preços de gasolina, das taxas de juros das hipotecas e os sucessivos recordes das bolsas em Nova York — que têm grande relevância na percepção de bem-estar do cidadão americano.

Neste contexto, o "The Wall Street Journal" perguntou a 1.500 leitores no fim de agosto sobre seus sentimentos em relação à economia, e 34% disseram que ela está melhorando, acima dos 26% no início de julho. A parcela que achava que a economia estava piorando caiu de 54% para 48%. Longe do retrato anterior à pandemia, mas bem melhor do que se podia pensar há poucos meses. Claro que há uma eleição presidencial à frente, e que os gastos dos consumidores têm sido bancados em boa parte por queda na poupança e mais endividamento, já que a renda dos americanos tem andado pouco — questões que preocupam.

Voltando à inflação, um dado interessante sobre a sua trajetória nos EUA é que a desaceleração do núcleo (que tira preços voláteis) em base anual se deu no passo de quase 0,2% em julho, acima do 0,17% necessário mensalmente para que a meta de 2% do Fed seja atingida no início do próximo ano. Para completar, a taxa trimestral anualizada já está abaixo de 2% nas últimas três leituras. Ótimas notícias.

Mas Jerome Powell, presidente do Fed, selou a virada de foco da ação da política monetária para o lado do mercado de trabalho no simpósio em Jackson Hole, o que explica a pouca reação do mercado ao núcleo do PCE abaixo do esperado, divulgado na sexta. Juntando os dados de atividade citados acima, um corte de 0,5 ponto na taxa de juros parece hoje agressivo. Então, o que pode acontecer na próxima sexta-feira?

Se a criação de vagas de trabalho chegar a 150 mil e a taxa de desemprego permanecer em 4,3% ou cair para 4,2%, como o consenso está prevendo atualmente, observadores do BC americano dizem que a redução dos juros em 0,25 ponto percentual é uma aposta segura. Tanto é que o CME mostra probabilidade de 70% de que isso aconteça.

Por outro lado, se vier algo em torno ou abaixo de 100 mil vagas e o desemprego subir para 4,4% ou 4,5%, o pêndulo deve mudar outra vez para 0,5 ponto percentual, o que coaduna com o que Powell disse: "Não buscamos ou acolhemos mais resfriamento nas condições do mercado de trabalho". Aí pode ser de novo um momento de alta volatilidade nos mercados globais.

Contudo, uma vez que o conjunto de dados recentes de atividade é inequivocamente positivo, pode também haver, no futuro próximo, outro movimento que mexe com alocações de ativos mundo afora: uma mudança de visão sobre o quanto a taxa de juro americana vai cair até o final do ciclo — hoje até o nível de 3,25%. E, dependendo do que acontecer nesta semana, ser menos do que o mercado espera.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 07/2024 – FZEA - PROCESSO SEI Nº: 154.00004483/2024-61

A Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 07/2024 - FZEA**, do tipo menor preço, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE FRETAMENTO DE ÔNIBUS PARA TRANSPORTE EVENTUAL DE DOCENTES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS, COM A UTILIZAÇÃO DE ÔNIBUS e MICRO-ÔNIBUS**, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 03/09/2024 a partir das 08h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 17/09/2024 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Sistema de Compras do Governo Federal"** através do sítio **www.compras.gov.br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 03/09/2024**, além da página do Sistema de Compras do Governo Federal, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
PREFEITURA DO CAMPUS USP "FERNANDO COSTA" – PUSP-FC
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 15/2024 - PUSP-FC

Processo SEI nº 154.00004535/2024-08. Torna-se público que a Universidade de São Paulo, por meio da Prefeitura do Campus USP "Fernando Costa", realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob **nº 15/2024**, do tipo menor preço, cujo objeto é a aquisição de **SAL MINERAL EQUINOS, RAÇÃO PARA PEIXE E SAL FINO COMUM**, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o **dia 02/09/2024 a partir das 09h00**, estando a sessão de disputa agendada para o **dia 13/09/2024 às 09h00**, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado **"Portal de Compras do Governo Federal"** através do sítio **www.gov.br/compras**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do **dia 02/09/2024**, além da página do GOV, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.portalservicos.usp.br/contratacoes/**, **www.puspfc.usp.br** e **www.doe.sp.gov.br**.

Secretaria de Estado da Comunicação
Aviso de Licitação – RETIFICAÇÃO
Concorrência Presencial nº 06/2024

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

Protocolo: 22.438.149-2
Objeto: Contratação de serviços de Assessoria de Comunicação Institucional para atender as demandas da Secretaria de Estado da Segurança Pública
Data da Primeira Sessão: 18/10/2024
Horário: 10h
Local: Pequeno Auditório do Canal da Música – R. Júlio Perneta, 695 – Mercês, Curitiba – PR, 80810-110.
Valor global máximo: R$ 4.252.727,28 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, setecentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos).
O edital encontra-se à disposição no portal www.comprasparana.pr.gov.br ou www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Licitacoes.
UCL/SECOM 30/08/2024.

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO

Mauren Cardillo Fernandes – CPF 116.189.758-54. DECLARA, nos termos do art. 6° do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na Green Alternative Investments Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CNPJ nº 37.800.856/0001-51). ESCLARECEM que eventuais objeções à presente declaração, acompanhadas da documentação comprobatória, devem ser apresentadas diretamente ao Banco Central do Brasil, por meio do Protocolo Digital, na forma específica abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, observado que a declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. Protocolo Digital (disponível na página do Banco Central do Brasil na Internet) – Selecionar, no campo "Assunto": Autorizações e Licenciamentos para Instituições Supervisionadas e para Integrantes do SPB – Selecionar, no campo "Destino": o componente do Departamento de Organização do Sistema Financeiro – Deorf mencionado abaixo: BANCO CENTRAL DO BRASIL – Departamento de Organização do Sistema Financeiro (DEORF) – Gerência Técnica em São Paulo I (GTSP1) – Avenida Paulista, nº 1.804, Bela Vista, São Paulo/SP, CEP 01310-922.

cielo — CIEL B3 LISTED NM — ISE B3

CIELO S.A. - Instituição de Pagamento
CNPJ nº 01.027.058/0001-91 - NIRE 35.300.144.112
Edital de Convocação

Nos termos da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e do seu Estatuto Social, a Cielo S.A. - Instituição de Pagamento ("Companhia") convoca os seus acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 23 de setembro de 2024 ("AGE"), às 11h00min, de modo exclusivamente digital, com a seguinte ordem do dia: **(i)** o resgate e posterior cancelamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia remanescentes em circulação no mercado, sem modificação do valor do capital social, nos termos do artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei das S.A., incluindo a autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à efetivação de tal deliberação; **(ii)** alteração do artigo 7º, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração divulgada nesta data, para alterar o número total de ações em que se divide o seu capital social, caso seja aprovada a matéria do item (i) da ordem do dia; **(iii)** alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado na Proposta da Administração divulgada nesta data, para exclusão de referências ao Regulamento do Novo Mercado, tendo em vista a saída da Companhia de tal segmento de listagem; e **(iv)** consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações propostas nos itens (ii) e (iii) da ordem do dia, caso sejam aprovadas. O Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração ("Proposta da Administração"), bem como todas as demais informações necessárias para entendimento das matérias acima, estão à disposição dos acionistas no website de Relações com Investidores da Companhia (ri.cielo.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (b3.com.br). A AGE será realizada de **modo exclusivamente digital**, nos termos da Resolução CVM nº 81, por meio da plataforma de videoconferência "Zoom". Para participar da AGE, os acionistas deverão: **(i)** enviar cópias dos documentos exigidos para a participação na AGE; e **(ii)** receber as credenciais de acesso à plataforma eletrônica, bem como as instruções relativas à sua utilização durante a AGE. Observadas as instruções detalhadas na Proposta da Administração, com até 2 (dois) dias de antecedência à realização da AGE - isto é, até o dia 21 de setembro de 2024 -, os acionistas deverão se cadastrar para participar na AGE mediante o envio, por meio do endereço eletrônico https://qicentral.com.br/m/age-cielo-2024-09, dos seguintes documentos: **Pessoas Físicas:** • Documento de identidade com foto do acionista. **Pessoas Jurídicas:** • Versão mais recente do estatuto social ou contrato social consolidado e, se houver, alterações posteriores. • Demais documentos societários que comprovem os poderes de representação dos representantes legais do acionista, como atas de eleição e termos de posse, por exemplo. • Documento de identidade com foto dos representantes legais do acionista. **Fundos de Investimentos:** • Versão mais recente do regulamento consolidado do fundo e, se houver, alterações posteriores (caso o regulamento não contemple a política de voto do fundo, apresentar também o formulário de informações complementares ou documento equivalente). • Estatuto social ou contrato social do administrador ou gestor do fundo, conforme o caso, observada a política de voto do fundo, e documentos societários que comprovem os poderes para representação e exercício do direito de voto do fundo. • Documento de identidade com foto dos representantes legais do administrador ou do gestor do fundo, conforme o caso. • *Além dos documentos listados acima, os acionistas também deverão (i) enviar extrato de participação acionária emitido pela instituição custodiante ou pelo agente escriturador das ações de emissão da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, para fins de comprovação da titularidade de suas ações; e (ii) indicar e-mail para recebimento de convite individual para acesso à plataforma de videoconferência para participação na AGE.* Para participação por meio de procurador, o acionista que seja pessoa física poderá ser representado, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja advogado, instituição financeira, acionista ou administrador da Companhia. O acionista que seja pessoa jurídica ou fundo de investimento poderá ser representado por procurador constituído na forma prevista em seu respectivo estatuto social, contrato social ou regulamento, conforme o caso. O procurador não precisa necessariamente ser advogado, instituição financeira, acionista ou administrador da Companhia, em linha com o entendimento manifestado pelo Colegiado da CVM no Processo Administrativo RJ2014/3578. • Em qualquer caso, a procuração deverá ser outorgada por escrito e, em cumprimento ao disposto no artigo 654, §1º e §2º da Lei nº 10.406/02, deverá conter a indicação do lugar onde foi outorgada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Será dispensado o reconhecimento da firma do outorgante.

Barueri, 30 de agosto de 2024
Conselho de Administração

Neoenergia Elektro

ELEKTRO REDES S.A.
CNPJ/MF Nº 02.328.280/0001-97 - NIRE 35.300.153.570
COMPANHIA ABERTA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ELEKTRO REDES S.A., REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 08h30min, por Microsoft Teams. **PRESENÇA**: Presente os Conselheiros da Companhia, os senhores(as) Ana Teresa Lafuente González, Fulvio da Silva Marcondes Machado, Solange Maria Pinto Ribeiro, Leonardo Pimenta Gadelha, Edison Antonio Costa Britto Garcia e Claudecir da Silva (Conselheiro Representante dos Empregados). **CONVOCAÇÃO**: Convocações endereçadas aos senhores Conselheiros da Companhia por meio de correio eletrônico nos termos do Estatuto Social. **ORDEM DO DIA**: Informações e deliberações acerca dos seguintes assuntos: **(1)** Dividendos Intermediários. **DELIBERAÇÕES:** Dando-se início aos trabalhos, sendo abordado o item **(1) da Ordem do Dia**, os senhores Conselheiros aprovaram, por unanimidade, a distribuição de Dividendos Intermediários, no valor de R$ 430.000.000,00 (quatrocentos e trinta milhões de reais), correspondentes a R$ 2,1083899306 por ação ordinária, R$ 2,3192289237 por ação preferencial classe A, sem atualização monetária, para pagamento até 31/12/2024. Terão direito ao recebimento todos aqueles acionistas constantes da base acionária da Companhia em 25/07/2024, sendo que as ações serão negociadas "ex-direito" na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") a partir do dia 26/07/2024, inclusive, conforme aplicável. **ENCERRAMENTO E ASSINATURA DA ATA**: Fica registrado que o material pertinente aos itens da **Ordem do Dia** encontra-se arquivado na sede da Companhia. Foi, então, declarada como encerrada a reunião e lavrada a presente ata no livro próprio, a qual foi lida e assinada pelos senhores Conselheiros presentes. Campinas, 22 de julho de 2024. Confere com original lavrado em livro competente. **Marcela Veras** - Secretária. JUCESP. Certifico o registro sob o número 294.330/24-0 em 30/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DO CONSÓRCIO BRASIL CENTRAL
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2024-BrC

O Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central - BrC, por intermédio da Secretaria Executiva, através Comissão de Licitação e da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 68/2023-BrC, realizará procedimento licitatório para credenciamento de empresa especializada para administração e fornecimento de vale alimentação (cartão alimentação/refeição), através de cartão magnético personalizado aos empregados públicos do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, conforme o Regulamento de Licitações e Contratações Administrativas do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento do Brasil Central, Lei Federal nº 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital. Processo nº 04029-00000340/2024-86. **UASG:926873.** Prazo para Credenciamento: **3.9.2024 a 18.9.2024:** Endereço eletrônico: www.gov.br/compras.

José Eduardo Pereira Filho
Secretario-Executivo

Entrevista Maffra, CEO da companhia, diz ver captação se normalizando mesmo após piora de cenário

‘Mercado dá mais peso cíclico à XP do que tem’

Adriana Cotias
De São Paulo

Os analistas e os investidores atribuem à XP um peso muito maior ao desempenho cíclico da economia e dos mercados do que realmente o negócio tem, segundo Thiago Maffra, executivo-chefe (CEO) da companhia. Se três, quatro anos atrás, os serviços da plataforma eram concentrados em investimentos e dependiam majoritariamente do canal “B2B”, das assessorias de investimentos (os antigos agentes autônomos), hoje tanto a oferta quanto a distribuição são muito mais diversificadas.

Em conversa com o **Valor**, numa pausa na Expert XP, maratona que começou na quarta-feira e terminou no sábado, Maffra diz que a captação líquida obtida no segundo trimestre, de R$ 32 bilhões, trouxe uma certa normalização para a produção, expurgando-se o quarto trimestre de 2023 e o primeiro de 2024, que foram fracos. Mesmo com as condições financeiras piores do que se previa no início do ano, a XP entregou bons resultados.

As ações da companhia chegaram a subir na sequência dos dados trimestrais, divulgados semanas atrás, mas ainda estão longe do nível da oferta pública inicial (IPO, na sigla em inglês), na faixa de US$ 32, de dezembro de 2019, na Nasdaq. Na sexta-feira, os papéis fecharam a US$ 18,41. Leia os principais pontos da entrevista.

Captação e ciclos

O mercado, os investidores, eles atribuem um fator cíclico muito maior à XP do que é na realidade. Em dezembro do ano passado, em Nova York, a gente deu um “guidance” para 2026, um plano de três anos, em que mostrava um crescimento, um range de receita de R$ 22,5 bilhões até R$ 26,8 bilhões. Saía de R$ 15 bilhões de receita nos últimos 12 meses para, no topo, atingir R$ 26,8 bilhões em três anos.

Quando montou esse plano, a XP não colocou nada de macro, não tem crescimento de volume de bolsa, não tem taxa de juros caindo, e sim fatores que controla como diversificação de canal, criação de novas linhas de receitas, novos produtos, o mundo PJ, o atacado.

O plano está “on track” em 2024, sendo que o mercado piorou. Em janeiro, todo mundo falava que o dólar ia para R$ 4,50, estava a R$ 4,90. Os juros, na curva [do mercado futuro] iam terminar em 8%, 8,5%. O câmbio saiu da expectativa de R$ 4,50 para R$ 5,80, R$ 5,50. Os juros que eram 8%, 9%, até antes do Roberto Campos Neto [presidente do Banco Central] falar aqui, chegou a precificar 12,5% de taxa terminal, 200 pontos-básicos de alta. E a XP segue crescendo, entregando de acordo com o plano para 2026, nada mudou.

Vias de crescimento

São três: investimento, o que chama de novas verticais, o “cross-sell” [vendas cruzadas] para os clientes e investidores e o mundo de atacado. Em investimentos, a XP tem 11,5% de market share, com R$ 1,2 trilhão em ativos sob custódia (AUC). Só que vem investindo em diversificação de canal nos últimos anos. Se voltar três, quatro anos, a XP era basicamente um monocanal “B2B”, os escritórios de agentes autônomos. Hoje tem um canal de gestoras de patrimônio e consultores. E tem um canal interno, que chama de “B2C”, o de assessores internos, que já passam de 2 mil. O canal de gestão de patrimônio e consultoria já passa de 2 mil. Se lá atrás o B2B era responsável por 80%, até mais em um ou outro momento, da captação, hoje isso já é meio a meio.

Até poucos anos atrás, a XP era uma empresa que atendia muito bem e tinha uma esteira de produto, uma proposta de valor, um modelo de servir para o cliente de alta renda, de R$ 500 mil a R$ 10 milhões. A gente segmentou a empresa, investindo em tecnologia, em pessoas, refez a proposta de valor, o “pricing”, tanto para a banda de cima, no “private bank”, quanto para a ponta de baixo, o cliente de zero a R$ 300 mil, o varejo XP.

O cliente investidor é o nosso foco. A gente não quer ter 100 milhões de clientes, não quer dar crédito em mar aberto. O nosso business são 30 milhões de clientes e investidores no Brasil. A nossa licença bancária é de dezembro de 2019, tem quatro anos que a XP tem banco. Tudo que criou nessas novas verticais — câmbio, seguros, conta, cartão, crédito, conta internacional, consórcio —, tudo isso nasceu de três anos para cá. Este ano a gente deve fazer mais de R$ 3 bilhões de receita aqui, isso não existia.

No mundo do atacado, a gente tinha um grande “investment banking”, só que parava por aí o nosso banco de atacado. A XP montou, de fato, times PJ dedicados, tem um canal próprio e de terceiro, criou produtos, é bom em derivativo, em câmbio, em crédito, em energia. Foi criando uma série de produtos no mundo PJ e neste ano, tirando investimentos, investment banking vai fazer mais de R$ 2 bilhões. Não existia três anos atrás.

Quando olha esse crescimento de R$ 15 bilhões para R$ 26,8 bilhões, que parece agressivo, versus o que fez em 2022, 2023, não é. Isso aqui é 20%. O cross sell tem um GAGR [crescimento composto] previsto de 30% ao ano.

A XP ainda tem 1,5% de penetração em seguros. Os grandes bancos têm 15%, 20%. No Bradesco, 40% do resultado dele hoje é seguros. No Itaú, 15%, 20%. Na XP, é nada ainda. Se olha cartões, que é o produto mais penetrado, tem 1 milhão de cartões, com 5 milhões de clientes, 20% de penetração. Crédito, menos de 2%.

Há uma avenida grande de crescimento nesses novos produtos, que vão levar a XP até esse aumento de receita. A mesma coisa no banco de atacado. A XP depende muito menos de mercado, de cenário macro, se os juros vão cair, subir, se o câmbio vai estar “x ou y”, se a bolsa vai ter um..., depende muito mais de fatores internos. Óbvio que se tiver um “bull market” [mercado comprador] no ano que vem, em 2026, facilita a nossa vida, e aí não vai entregar o que a gente está falando, vai ser mais.


CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

Maffra, da XP: metas de crescimento até 2026 só têm fatores que controla

O pior já passou?

Uma pergunta que os analistas fizeram muito é o que explica que a captação agora vai se manter? A gente fez R$ 32 bilhões [de dinheiro novo] no segundo trimestre. Por que vai ser isso e não os R$ 12 bilhões do primeiro trimestre? A minha pergunta é por que os R$ 13 bilhões e os R$ 12 bilhões do quarto trimestre [de 2023] e do primeiro trimestre [de 2024] eram o certo?

Se olhar um histórico um pouquinho maior, terceiro trimestre do ano passado, segundo, primeiro, não estou falando voltar vários anos atrás, a XP fazia mais de R$ 20 bilhões. Para mim, a exceção foi realmente o quarto trimestre e o primeiro, quando teve vários fatores que geraram aquela captação menor. Eu acho que a gente deveria manter um nível de captação acima de R$ 20 bilhões nos próximos trimestres. Para lembrar, a gente fazia R$ 40 bilhões lá atrás, com muito menos tecnologia, menos diversificação de canal, uma força comercial menor. Então, em algum momento, deveria voltar para o nível de captação que conseguiu.

> “O que a gente quer comprar é o ativo, a carteira de clientes ou de uma asset. No preço certo, faz sentido. Pagar caro por isso, não faz”

Atalhos via consolidação

No crescimento inorgânico, como é que a gente gosta de pensar em M&A [fusões e aquisições]. Não tem nada em vista, já sendo direto, mas eu gosto de pensar em M&A em que basicamente a XP compra uma carteira. Pode ser uma carteira de clientes, de AUM [gestão de recursos]. Eu não vejo um M&A grande no radar, de comprar uma empresa que faça algo completamente diferente. O que pode acontecer, vou dar um exemplo: tinham várias assets de fundo imobiliário, pelo menos umas três, que estavam com mandatos de M&A. Teve a do Credit Suisse, que foi comprada pelo Pátria. Só que a gente tem que comprar no preço certo. O que temos visto é algumas empresas pagando para comprar uma franquia, só que a franquia a XP já tem.

O que a gente quer comprar é o ativo, a carteira de clientes ou de uma asset. No preço certo, faz sentido. Agora, pagar caro por isso não faz. Uma asset de fundos imobiliários que tem R$ 8 bilhões, e aí se você paga um preço fora de mercado, um múltiplo desconexo com o que é o múltiplo da XP hoje, esse “deal” vai destruir valor para os nossos acionistas. A gente ficou tentando achar o preço certo, viu algumas coisas caras.

Acho que eles [o Pátria] pagaram literalmente o dobro do que era o nosso limite que fazia sentido. Não é que o preço que eles pagaram esteja errado. Eles não tinham uma franquia, então pagam por uma construção de franquia, trazem um time. Tinham R$ 12 bilhões [na carteira]. A gente captou em uma oferta do XP MALLS [fundo que investe em shoppings centers] R$ 2 bilhões.

A competição com os bancos

Se pensar numa linha do tempo, tem um gráfico que eu faço que são três ondas de vantagem competitiva. A primeira delas é produto, a segunda, a distribuição e a terceira é o que eu chamo de qualidade, que vai chegar em alocação, produto.

A gente ainda tem uma vantagem grande em relação aos bancos. Os bancos, sim, abriram a plataforma, mas 80% ou 85% do que distribuem são produtos próprios. Na XP é o inverso, 15% do que distribui são produtos próprios.

Não basta abrir a plataforma, tem que fazer realmente uma alocação independente. A gente fica toda hora dando acesso a produtos mais sofisticados, democratizando a grade. E tem a experiência. Eu desafio você a achar um banco, um dos grandes, que tenha uma conta internacional que o cliente abre com dois cliques, pede um cartão e embarca em 30 segundos na sua “wallet”, transfere o câmbio 24 [horas] por 7 [dias], sábado, domingo, feriado, 100% integrado num único app. Você compra um bond [título de dívida] lá fora com dois cliques. A XP ainda tem uma vantagem em relação aos outros players em investimentos, em produtos. Isso aqui é o nosso “core”.

Na distribuição, tem os três canais. Se somar 17 mil assessores independentes, 2 mil e poucos internos, 2 mil no canal de gestores e consultores, são 21 mil assessores, com quase R$ 1, 2 trilhão. Tem outros players no mercado com o dobro do que a gente tem, tem outros com número parecido, com 1 mil assessores, 2 mil, 500. Como é que você dá um serviço próximo, de qualidade, personalizado, com 20 vezes menos força de venda do que a XP? Não tem milagre. A gente treina, tem um ferramental, a XP só faz isso da vida. É uma empresa de serviço de planejamento financeiro. Este é o nosso produto. [No sistema unificado de asset allocation], como é que encaixa e ajuda a fazer um planejamento financeiro de uma forma mais holística? Não só do lado do ativo, do lado do passivo. A gente já desceu essa régua para R$ 3 milhões e quer chegar a R$ 500 mil, 100 mil, este é o nosso plano.

O modelo de incentivos hoje no B2C, os assessores têm simplesmente que seguir a metodologia. É tão simples quanto isso: seguir o planejamento financeiro, o processo de venda, a alocação correta. A remuneração deles é em cima disso.

Desvios de conduta

A XP tem 5 milhões de clientes e 20 mil assessores. Os processos de alocação são bem restritos. Um [produto garantido pelo] FGC [Fundo Garantidor de Créditos], a gente não consegue passar de R$ 200 mil, tem trava sistêmica. Crédito privado, a mesma coisa. Dependendo do rating, tem o máximo de alocação da carteira. COE [certificados de operações estruturadas], a mesma coisa, tem um processo rigoroso de alocação.

Pode acontecer um ou outro caso, principalmente coisas mais do passado, mas são 5 milhões de clientes. E quando a XP pega isso tem multa para a assessoria, tem distrato. Não são um ou dois, a XP já fez alguns. Se pegar alguma alocação incorreta, alguma venda incorreta, a gente distrata o assessor. Obviamente, que se pegar alguma venda incorreta, vai resolver o problema do cliente. Isso acontece em qualquer banco, imagina a força de venda de um banco com 100 mil gerentes. Vai acontecer.

Tem que ter processos para que isso não aconteça e para monitorar que, quando aconteça, o que deveria ser uma exceção, consiga corrigir.

A "mística" do COE

Eu sei que tem uma mística ao redor de COE [fruto de queixas de investidores]. Hoje, 90% dos COEs que a XP faz são de renda fixa. Vou dar um exemplo. A gente pega um bond soberano de Brasil, se pegar o vértice mais longo, ele vai pagar IPCA mais 6%, arredondando. A gente faz um COE com praticamente o mesmo risco de bond, de risco Brasil. Obviamente tem um bond em dólar, a gente paga para o cliente IPCA mais 7%, mais 7,20%. Então 90% dos COEs hoje, as notas estruturadas, são em cima de renda fixa, com risco Brasil, com bons riscos de crédito de empresas.

Nos COEs que são de outros ativos, pode ser uma cota de um fundo, de algum índice, um S&P 500, Nasdaq, uma cesta de ações, são 10% das emissões. Em geral, eles têm uma rentabilidade mínima, então o COE ou ele dá, chutando aqui um número, 7% ao ano versus um CDI de 10,5%. Então tem aqui um gap, só que ou você tem uma alta de 1,5 vez o S&P 500 ou de 1,8 vez, essa é a estrutura.

Primeiro que tem mercado secundário, e segundo, que quando o cliente compra, é percentual pequeno. Ele sabe que esse negócio tem cinco anos, sete. Assim como um crédito privado da JBS de 15 anos, com uma “duration” [prazo médio] de nove anos, você vai ter que sair do mercado secundário. A mesma coisa no COE.

Como receber dividendos em dólar?

Consultório financeiro

Como investir por meio da estratégia “Dividend Aristocrats” para receber dividendos em dólar?

Sergio K. Leão, CFP, responde:

Antes de entender mais a fundo sobre o recebimento de dividendos em dólar, é importante entender sobre a estratégia de alocação conhecida como “Dividend Aristocrats”.

Esse tipo de estratégia costuma funcionar bem para quem precisa de uma geração de renda passiva estável e não tem tanta necessidade de liquidez ao longo de sua jornada. Isso porque essa estratégia se resume no investimento em empresas que são listadas no S&P 500 e possuem um histórico de, pelo menos, 25 anos consecutivos de aumento de valor dos dividendos pagos.

Pagar dividendos numa janela tão extensa e ainda de forma crescente pode significar tanto uma maior qualidade quanto uma melhor gestão. Isso porque essas empresas geralmente possuem modelos de negócios sólidos, fluxos de caixa estáveis e práticas de gestão financeira prudentes, o que lhes permite distribuir dividendos com maior regularidade. Com isso, a tendência é que essas empresas sofram menos conforme o mercado se depare com algum tipo de revés e/ou passe por um período maior de turbulência.

Os principais setores que conferem essas características estão representados por um tipo de consumo não cíclico e com grande importância no desenvolvimento das economias, como os setores industrial, de saúde e financeiro, com exemplos de marcas reconhecidas globalmente, como Coca-Cola, Johnson & Johnson e Procter & Gamble.

Para o investidor brasileiro que deseja receber dividendos em dólar, é importante saber que nem tudo é perfeito. Isso porque o recebimento de dividendos nos EUA é tributado com 30% de retenção em fonte, o que ocasiona uma redução nos recebimentos em conta, caso o investidor esteja atraído apenas por uma receita com maior previsibilidade.

Também é importante ter o suporte de profissionais competentes, desde a estruturação da sua estratégia de alocação internacional até a integração com sua alocação doméstica, para que não haja uma exposição ao risco maior do que você estaria disposto a enfrentar, de forma que o investimento esteja adequado ao seu perfil de risco, prazos e valores de seus objetivos de vida. Nesse caso, também se faz importante contar com o suporte de um contador que possua expertise em investimentos internacionais, principalmente após as atualizações que ocorreram no Brasil em âmbito tributário e fiscal no final de 2023.

Além disso, vale ressaltar que existem diferentes formas de se expor a essa estratégia e receber esses dividendos em dólar. No primeiro caminho, a primeira coisa é abrir uma conta em uma corretora internacional que ofereça acesso ao mercado de ações dos Estados Unidos. O processo de abertura de conta pode variar, mas geralmente inclui a apresentação de documentos de identificação e comprovante de residência.

Com a conta aberta, o próximo passo é dimensionar o tamanho da exposição à estratégia e começar a sua seleção de ações. Aqui, caso você não possua o conhecimento para fazer uma seleção de forma eficiente, opte pelo suporte de um profissional especializado e, se possível, independente, que traga uma maior profundidade de informações para que sua decisão seja tomada de forma consciente.

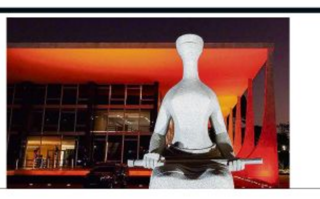
Uma segunda forma, diferente dessa estratégia de seleção direta dos ativos, conhecida como “stock picking”, é a de alocação através de gestão passiva, em que o investidor também pode optar pela exposição por meio de ETFs que replicam o índice que contém essas ações, simplificando tanto o processo de alocação quanto as demandas tributárias e fiscais que são geradas.

Por fim, vale reforçar a importância de se construir uma carteira com diversificação para que seja gerada uma maior eficiência ao longo do tempo, mas principalmente que sua escolha seja pautada em dados e informações, e não apenas em vídeos carregados de “achismos” encontrados nas redes sociais. Afinal, o que está em jogo é o seu dinheiro, proveniente de seu esforço e trabalho, além do seu futuro.

Sergio K. Leão é planejador financeiro pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar – Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail: contato@sergiokleao.com.br

Perguntas devem ser encaminhadas para: **consultoriofinanceiro@planejar.org.br**

Supremo
Ministros devem julgar ação sobre Reintegra com impacto de R$ 49,9 bi
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Fim do ICMS em transferências de mercadorias
E2

Fazenda
Portaria institui o Programa de Transação Integral
valor.globo.com/legislacao



Tributário Ministro Herman Benjamin nega recurso da União e mantém decisão do TRF-4 que derrubou cobrança de R$ 363,2 milhões

Gerdau vence no STJ discussão sobre ágio interno

DIVULGAÇÃO

"Caso Gerdau forma precedente, mas não tão bom quanto o da Cremer"
Mauricio Bueno

Marcela Villar
De São Paulo

Um dos últimos atos do ministro Herman Benjamin antes de assumir a presidência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi negar um recurso da Fazenda Nacional em um caso da Gerdau que discute ágio interno. Na prática, o antigo relator manteve acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) favorável à empresa, afastando cobrança de R$ 363,2 milhões de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL por amortização de ágio gerado por meio de reorganizações societárias realizadas entre 2004 e 2005.

Foi o primeiro caso do tema julgado na 2ª Turma. O recurso chegou a ser pautado para julgamento no colegiado, mas foi adiado e decidido de forma monocrática por Benjamim, às vésperas de assumir o comando do STJ. O ministro não conheceu o recurso da Fazenda Nacional, ou seja, não analisou o mérito da demanda.

Havia muita expectativa do mercado sobre o desfecho, pois só existe manifestação da 1ª Turma sobre o assunto, favorável à empresa Cremer, de setembro de 2023 (REsp 2026473). Com uma decisão da 2ª Turma, haveria uma uniformização do entendimento no STJ. Porém, como o recurso não foi conhecido, há advogados que entendem que a decisão não é precedente.

O tema é relevante para a Gerdau. Existem outras ações administrativas e judiciais contra a produtora de aço envolvendo o mesmo assunto e reorganização societária. Somadas, elas podem ter impacto de R$ 7,9 bilhões em caso de perda, segundo o último balanço contábil, divulgado em julho de 2024. A companhia classifica a derrota como possível e não provisiona os valores. A jurisprudência nos TRFs tem sido favorável, indicam tributaristas.

A maioria das discussões sobre ágio interno se encerrou em 2014, com a Lei nº 12.973, que tornou expressa a vedação desse procedimento entre empresas do mesmo grupo econômico com a dedução dos valores do IRPJ e CSLL. A economia tributária é relevante, de 34% — é a soma das alíquotas dos dois tributos. Para os contribuintes, antes de 2014 não havia proibição.

Já a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) entende que a dedução não é possível, mesmo para os casos anteriores a 2014, "por não haver um terceiro independente que faça a aquisição, pagando o sobrepreço que materializa o ágio". Em nota, a PGFN diz que sem essa terceira figura, "abre-se margem para que ocorram operações artificiais, que resultem em aproveitamento indevido do benefício fiscal".

Para o órgão, a lei de 2014 apenas esclareceu "uma vedação que é intrínseca à natureza da operação". Também afirma que "o ideal seria o STJ enfrentar o mérito da questão, o que ainda não foi feito". Da decisão, cabe recurso para levar a discussão à 2ª Turma. Sobre esse ponto, a PGFN diz que "as equipes da representação judicial estão avaliando a estratégia para o trato da questão".

Na decisão, o entendimento do ministro Herman Benjamin foi o de que a Fazenda não enfrentou todos os pontos do acórdão do TRF-4 e a argumentação não foi suficiente. "Não foi combatido o argumento que prevaleceu no voto vencedor na origem de que a proibição da amortização do ágio entre partes dependentes apenas foi positivado no ordenamento jurídico com os artigos 20 e 25 da Lei 21.973/2014, a qual foi posterior à ocorrência da reestruturação societária", afirma.

A PGFN, acrescenta o ministro, não indicou quais dispositivos do Código Tributário Nacional (CTN) teriam sido violados. "Dessa forma, constata-se que o recurso especial está deficientemente fundamentado", diz. Também foi analisado um recurso da Gerdau que discutia questões laterais, como ressarcimento de seguro garantia e o pagamento de honorários. Os pedidos foram negados (REsp 1988316).

Renato Silveira, sócio do Machado Associados, diz que o ágio surge quando há aquisição de um investimento pelo valor superior ao patrimônio da empresa. "Se faz a aquisição por um valor maior, acreditando que, no futuro, vai gerar resultado e compensar essa mais-valia", explica.

A Lei nº 9.532/1997, anterior a de 2014, permitia a amortização da diferença, segundo ele. "Essa despesa era dedutível da base de cálculo do IRPJ e CSLL." Com os novos critérios legais, a operação só pode ser deduzida se ocorrer entre empresas independentes.

Para Silveira, a decisão não forma precedente. "Hoje, a gente continua na situação de que só a 1ª Turma se manifestou sobre essa matéria", afirma. Ele cita que existem outros quatro casos de ágio pendentes de julgamento na 2ª Turma e mais quatro na 1ª Turma do STJ.

Mauricio Bueno, sócio do HRSA Sociedade de Advogados, porém, entende que o caso Gerdau forma sim precedente, mas não "tão bom" quanto o da Cremer. "Ele não expõe o entendimento sobre o mérito, mas mesmo apreciando as questões processuais, na minha visão, indica que se e quando tiver a análise do mérito em outros casos, o entendimento deve ser favorável ao contribuinte", diz.

A Fazenda Nacional, afirma, não atacou de forma direta o caso no recurso. "Ela quase que faz uma petição inicial de uma tese e não um recurso especial", diz Bueno. "Não adianta a Fazenda não enfrentar a tese principal defendida pelo tribunal de origem. Eles atacam o caso, mas sustentam que a legislação deve ser interpretada de outra forma."

O caso da Gerdau, para especialistas, é emblemático porque, quando a ação estava no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), a empresa, conselheiros e advogados foram alvo da Operação Zelotes, do Ministério Público Federal (MPF), por suspeita de compra de votos no tribunal administrativo — a denúncia, porém, foi arquivada na segunda instância.

Segundo o procurador do MPF Frederico Paiva, coordenador da Operação Zelotes, o ágio interno foi o principal motivo da força-tarefa. "Começou a ser muito usado pelas empresas, que começaram a fazer essas operações de fusão para criar artificialmente o ágio interno", afirma. Para ele, a "lei deu essa brecha para as empresas" e o Fisco "está errado mesmo em alguns casos".

Foram mais de 120 pessoas denunciadas e mais de 20 denúncias feitas, segundo Paiva. A maioria, contudo, não foi analisada pela primeira instância ou a denúncia foi anulada pelo TRF-1, como no caso da Gerdau — que não chegou a ser julgado. O procurador ainda recorreu para o STJ, mas não teve sucesso (HC nº 1029467-75.2019.4.01.0000).

Em nota ao **Valor**, a Gerdau diz que "recebeu, com o respeito de sempre, a decisão do STJ que reafirma as decisões que reconheceram a legitimidade da reorganização societária do grupo". A empresa reforça que "não existe nenhum processo penal contra a Gerdau ou seus executivos ou ex-executivos em curso relativa à Operação Zelotes".

Também em nota, o STJ afirma que a relatoria do caso foi assumida pela ministra Maria Thereza de Assis Moura, antiga presidente. Sobre a retirada de pauta e julgamento do recurso de forma monocrática, diz que "o ministro Herman não se manifesta sobre processos em andamento".

AGU é contra municípios entrarem com ação no exterior


WENDERSON ARAUJO/VALOR

"O Ibram mirou na Inglaterra, mas atinge muitos alvos no Brasil"
José E. Cardozo

Laura Ignacio
De São Paulo

A Advocacia-Geral da União (AGU) se manifestou contra a participação direta de municípios brasileiros em ações judiciais que tramitam em outros países. O posicionamento vai integrar a ação proposta pelo Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) — que reúne as maiores mineradoras do país — para que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare esse tipo de medida inconstitucional. Contudo, para o órgão, os ministros sequer deveriam analisar o tema.

O pano de fundo dessa manifestação são as ações coletivas movidas pelo escritório britânico Pogust Goodhead e parceiros fora do Brasil contra empresas do setor como o Grupo BHP e subsidiárias da Vale. Nelas, pedem indenização por prejuízos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana (MG), no ano de 2015 — que deixou 19 mortos, centenas de desabrigados e provocou sérios danos ambientais. Na Holanda, a causa é de R$ 18 bilhões. No Reino Unido, de R$ 230 bilhões.

Nessas ações, o Pogust Goodhead representa familiares de vítimas e municípios prejudicados pelo desastre. Para a AGU, os municípios brasileiros, contudo, não detêm legitimidade para, em nome próprio, promover ações judiciais em outras jurisdições; e atos de municípios para o ajuizamento de ações no exterior, envolvendo fatos ocorridos no Brasil e regidos pela legislação brasileira, são inconstitucionais.

Essa ação em andamento no STF é a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 1178, ajuizada pelo Ibram com pedido de medida cautelar (urgente). No entendimento das mineradoras, municípios entrarem com ação judicial lá fora contraria a Constituição Federal, em especial a soberania nacional, o pacto federativo, a organização e as competências atribuídas ao Poder Judiciário brasileiro, assim como os princípios que orientam a atuação da administração pública, em especial na esfera municipal.

Atuando na ADPF como representante do Consórcio Público para a Defesa e Revitalização do Rio Doce (Coridoce), que reúne os municípios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, o ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo diz que essa manifestação da AGU era esperada. "Nenhum ente federativo gosta de abrir mão do que lhe favorece e a tese do Ibram favorece a subordinação dos Estados e municípios à União", afirma.

Cardozo discorda parcialmente do posicionamento da AGU. "Discordo da defesa da castração da atuação de Estados e municípios dessa forma, é um viés até autoritário sob certo aspecto", diz. Para ele, Estados e municípios terem que pedir autorização para tudo ao governo federal prejudica a saúde federativa. "Do ponto de vista processual, a União é coerente ao entender que a Corte não deveria analisar o pleito porque o Ibram não tem legitimidade para propor a ADPF", acrescenta.

Um pouco antes da manifestação da AGU, a Coridoce apresentou sua manifestação na ADPF. Por meio dela, os municípios que fazem parte do consórcio apontam que uma decisão na ação do Ibram impactará todos os Estados e municípios com ação em andamento no exterior, ou que celebraram contratos e convênios com organismos internacionais e empresas de outros países.

A Coridoce pede que sejam solicitadas informações a todos os Estados e municípios brasileiros nessa situação, para que se manifestem sobre os impactos da ADPF sobre essas ações, contratos e convênios. Na manifestação, cita mais de dez casos. "Na pandemia, Estados foram ao exterior, por exemplo, fechar convênio para obter vacinas", diz Cardozo.

Essa ação, acrescenta, "afeta não só os municípios atingidos pelo desastre em Mariana, mas todos os Estados e municípios, principalmente os que já têm demanda no exterior". "Diante da amplitude do objeto da ação pedimos que sejam ouvidas as demais partes que serão afetadas", afirma. Segundo o ex-ministro, qualquer Estado ou município poderá pedir para entrar como amicus curiae (parte interessada) na ADPF. "O Ibram mirou na Inglaterra, mas atinge muitos alvos no Brasil."

Relator da ADPF, o ministro do STF Flávio Dino poderá acolher ou rejeitar os argumentos da AGU, assim como o pedido da Coridoce. Se aceitar o pedido dos municípios, deverá intimar os governos, que teriam 10 dias para se manifestar. Somente depois disso Dino elaboraria seu voto e o processo poderia ser colocado na pauta de julgamentos da Corte.

Procurado pelo **Valor**, o Ibram reafirmou os argumentos na ADPF, mas não se pronunciou sobre as manifestações da AGU ou da Coridoce. O julgamento do processo em andamento no Reino Unido está previsto para o mês de outubro.

Fim do ICMS em transferência de mercadoria

Opinião Jurídica

Luiz C. Junqueira

Em 19 de abril de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 49, afastando artigos da Lei Complementar (LC) nº 87/96 que exigiam ICMS sobre transferência de mercadorias entre estabelecimentos de uma mesma empresa e estabeleciam critérios rígidos para composição da base de cálculo desse tributo.

A lógica dessa decisão é a de não permitir que os Fiscos estaduais subtraiam recursos do contribuinte por conta da movimentação física de um bem que ainda não foi negociado. Porém, no contexto maior de uma cadeia econômica e mercantil, que vai desde a produção até o consumo da mercadoria, a retirada do ICMS sobre transferências interestaduais desorganiza o mecanismo de apuração de créditos e débitos de ICMS, bem como a divisão de sua arrecadação entre as unidades da Federação.

Dado que o contribuinte do ICMS é a pessoa jurídica e não os seus estabelecimentos individualmente considerados, na transferência interestadual há um único contribuinte respondendo a dois Estados e obrigado a dividir entre eles a apuração do imposto, o que geralmente é feito considerando as entradas e saídas de mercadorias em cada um de seus estabelecimentos. Esse contribuinte pode, por exemplo, realizar todas as suas compras em um Estado e deslocar as mercadorias para uma filial em outro Estado, onde se darão as vendas. Sem a tributação das transferências, há um descasamento entre os créditos de ICMS gerados nas compras e débitos de ICMS sobre as vendas, distorcendo a apuração do imposto entre os estabelecimentos e Estados de origem e de destino do bem.

Sob o ponto de vista jurídico, a transferência não é uma operação mercantil, mas ela traz repercussões para as finanças dos Estados. Assim, não basta simplesmente suprimir a incidência do ICMS nas transferências, mas é preciso substituí-la por um modelo que permita a integração entre as apurações ICMS de um mesmo contribuinte localizado em Estados distintos.

No julgamento da ADC 49, o STF encaminhou a discussão sobre a necessidade de um novo modelo de ICMS nas transferências interestaduais para: (i) assegurar o direito à manutenção dos créditos de ICMS sobre aquisição de mercadorias transferidas; e (ii) atribuir ao Confaz e ao Congresso Nacional a criação de normas nacionais para transferência desses créditos entre estabelecimentos de uma mesma empresa.

O Confaz disciplinou o novo modelo de transferência no Convênio nº 178/2023, mas o fez preservando muitas das regras preexistentes, com alterações meramente semânticas. O convênio fala em transferência de créditos em vez de incidência de ICMS, mas obriga o contribuinte a lançar um débito de imposto no estabelecimento remetente nos mesmos moldes previstos na LC 87/96, incorrendo, assim nos mesmos vícios de inconstitucionalidade.

Posteriormente sobreveio a LC 204, que criou um modelo de rateio de créditos e débitos distinto daquele que fora declarado inconstitucional. Alguns de seus dispositivos foram vetados, mas depois foram reinstaurados pelo Congresso Nacional, passando, assim, a contemplar dois regimes alternativos para as transferências.

O simples fato de o contribuinte ter opções denota uma mudança significativa em relação ao regime anterior, que estabelecia uma incidência de ICMS sobre o valor da aquisição mais recente da mercadoria transferida ou ao seu custo de produção.

A primeira alternativa prevista na LC 204 é a transferência de créditos de ICMS do estabelecimento de origem para o de destino, cujo montante fica limitado ao percentual correspondente à alíquota interestadual de ICMS, aplicado sobre o valor atribuído ao bem transferido.

Prever um limite para transferência de créditos é outro avanço em relação ao regime anterior, que na prática ditava o valor do imposto devido nas transferências interestaduais. Além disso, o contribuinte pode atribuir o valor da transferência, sem estar necessariamente atrelado ao custo ou o valor da aquisição mais recente da mercadoria transferida, e, também, manter no estabelecimento de origem a diferença entre o crédito transferido e o crédito registrado na entrada de mercadorias.

Alternativamente, a LC 204 permite ao contribuinte equiparar as transferências interestaduais a operações tributadas, de maneira semelhante ao modelo anterior. Como se trata de uma opção e não de uma obrigação, esse imposto não seria, a priori, inconstitucional. Outra diferença entre essa alternativa e o modelo anterior de incidência é a base de cálculo do ICMS, que não mais corresponde ao valor de aquisição ou ao custo de fabricação da mercadoria transferida, mas ao preço FOB do estabelecimento industrial ou comercial, como prevê o artigo 15, incisos II e III, da LC 87/96.

De modo geral, esse novo regime abre espaço para o planejamento tributário nas transferências interestaduais visando a maior eficiência econômica, pois confere margem para o contribuinte mensurar débitos e créditos de ICMS e, com isso, dosar a carga tributária distribuída entre seus estabelecimentos, que muitas vezes estão sujeitos a diferentes regimes de apuração em seus Estados. Resta aos empresários analisarem os impactos desse novo regime em suas cadeias interestaduais de circulação de mercadorias, mapeando eventuais contingências e oportunidades.

Por fim aguardemos que os Estados e o Distrito Federal regulamentem a LC 204 sem se afastar ou restringir as novas diretrizes gerais fixadas para as transferências, mas preservando as linhas mestras desse modelo mais justo e flexível para o contribuinte.

Luiz Carlos Junqueira é advogado no CBLM Advogados e especialista em Direito Tributário

---

AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.

CNPJ n.º 29.309.127/0001-79 - NIRE 35.3.00378148

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada no dia 23 de maio de 2024, às 10h horas, na sede social da Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, 6º ao 21º andar, Torre B, Empreendimento EZ Towers, Vila São Francisco, CEP 04711-904. **2. Convocação e Presença**: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. Mesa**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Fabian Rocha, e secretariados pelo Sr. Ricardo Santos Moraes De Burgos. **4. Ordem do Dia**: 4.1. Examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo de Incorporação e Justificação celebrado pelas administrações da Companhia e da OSB - TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE SUPORTE LTDA. ("OSB"), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 23.605.682/0001-61 ("Protocolo de Incorporação e Justificação"); 4.2.Ratificar a escolha dos peritos contábeis para proceder à avaliação do patrimônio líquido da OSB e elaborar o respectivo laudo de avaliação; 4.3. Examinar e deliberar sobre o laudo de avaliação do patrimônio líquido da OSB; 4.4. Examinar, discutir e deliberar sobre a incorporação da OSB pela Companhia ("Incorporação"); 4.5. Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à Incorporação; **5. Deliberações tomadas por unanimidade dos presentes**: 5.1. Após exame e discussão, o acionista deliberou pela aprovação, na íntegra, do Protocolo de Incorporação e Justificação da OSB pela Companhia (**Anexo I**). 5.2. O acionista ratificou a escolha, pelos Diretores da Companhia, dos peritos contábeis (i) **Marcos Tavares da Silva**, brasileiro, contador, portador da carteira de identidade nº 11.0084/o-9, expedida pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 023.480.617-67, com endereço comercial à Rua Dias da Cruz, nº 127, cobertura, Bairro Meier, CEP 20220-460, cidade e estado do Rio de Janeiro; (ii) **Raphael Malvão dos Santos Silva**, brasileiro, contador, portador da carteira de identidade nº 121.926/o-2, expedida pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 121.537.767-32,, com endereço comercial à Rua das Oficinas , nº 188, apto 107,B2, Bairro Engenho de Dentro, CEP 20770-010, cidade e estado do Rio de Janeiro; e (iii) **Nelson Tavares da Silva**, brasileiro, contador, portador da carteira de identidade nº 066.813/o-3,, expedida pelo CRC-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 934.911.157-87,, com endereço comercial à Rua da Alfandega , nº 115, sala 401, Bairro Centro, CEP 20070-003, cidade e estado do Rio de Janeiro, que procederam à elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da OSB ("Laudo de Avaliação"), para fins de sua incorporação pela Companhia. 5.3. Após exame e discussão, o acionista delibérarou pela aprovação, sem quaisquer ressalvas ou restrições, do Laudo de Avaliação elaborado para fins da Incorporação, na data-base de 30 de abril de 2024. O valor do patrimônio líquido da OSB, a valor contábil, na data-base de 30 de abril de 2024, foi avaliado em R$ 6.813.185,87 (seis milhões, oitocentos e treze mil, cento oitenta e cinco reais e oitenta sete centavos). 5.4. O acionista aprovou a incorporação, nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação. 5.4.1. O acionista tomou ciência de que, tendo em vista que a Companhia é titular das quotas representativas de 100% (cem por cento) do capital social da OSB, tal incorporação não acarretará em aumento do capital social da AMIL. 5.4.2. Em função da Incorporação, ficam incorporados ao patrimônio da Companhia todos os ativos e passivos da OSB. 5.4.3. Em virtude da Incorporação, a OSB foi declarada extinta. 5.4.4. O acionista aprova que os efeitos das deliberações ora tomadas para a Incorporação dependem de autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, nos termos do Protocolo de Incorporação e Justificação, sendo certo que aprovada a Incorporação pela ANS, o acionista decide por determinar um marco para a segregação das atividades entre as sociedades envolvidas na Incorporação, uma vez que é imprescindível para o andamento das atividades operacionais que a Incorporação seja efetivada no último dia útil do mês corrente em que a ANS autorizar a Incorporação. 5.5. Os Diretores da Companhia foram autorizados a praticar todos os atos necessários à implementação da Incorporação, incluindo todas as comunicações, registros e averbações, transferências patrimoniais, atualização de cadastros, inclusive, fiscais e regulatórios, em todos os órgãos competentes, podendo praticar tudo o que se fizer necessário. **6. Encerramento e lavratura e leitura da ata**: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no art. 130, §1° da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. **Local e data**: São Paulo, 23 de maio de 2024. **Mesa**: Presidente: **Fabian Rocha**; Secretário: **Ricardo Santos Moraes De Burgos. Presença**: Acionista José Seripieri Filho. Certifico que a presente é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Mesa: **Fabian Rocha** - Presidente. **Ricardo Santos Moraes De Burgos** - Secretário. JUCESP 264.256/24-4, em 11/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.

CNPJ n.º 29.309.127/0001-79

NIRE 35.3.00378148

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 2024

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Realizada no dia 19 de julho de 2024, às 10h horas, na sede social da Amil Assistência Médica Internacional S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, 6º ao 21º andar, Torre B, Empreendimento EZ Towers, Vila São Francisco, CEP 04711-904. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **3. MESA:** Para presidir os trabalhos, o acionista indicou o Sr. Carlos Eduardo Lourenço, que convidou o Sr. Fabian Rocha para secretariá-lo. **4. ORDEM DO DIA:** 4.1. Deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários pela Companhia. **5. DELIBERAÇÕES**: Instalada a Assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, o acionista presente deliberou e aprovou, sem ressalvas, o quanto segue: 5.1. Foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários pela Companhia, no valor total de R$ 56.500.000,00 (cinquenta e seis milhões e quinhentos mil reais), com base no balanço patrimonial da Companhia levantado em 30 de junho de 2024. 5.1.1. Fica a administração da Companhia desde já autorizada a tomar as providências necessárias para que seja efetuado o pagamento dos dividendos intermediários, observados os termos e condições ora aprovados pelo acionista e a legislação em vigor. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Local e data**: São Paulo, 19 de julho de 2024. **Mesa**: Presidente: **Carlos Eduardo Lourenço**; Secretário: **Fabian Rocha. Presença**: Acionista José Seripieri Filho. Certifico que a presente é a cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. Mesa: **Carlos Eduardo Lourenço** - Presidente. **Fabian Rocha** - Secretário. JUCESP 284.619/24-3, em 25/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90148/2024,** referente ao processo nº **024.00106151/2024-79**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO NEUROLÓGICA - MÉTODO THERASUIT, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 17/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 02/09/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA torna público a CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2024, Edital de Credenciamento Eletrônico 002/2024. Objeto: CHAMADA PÚBLICA – CREDENCIAMENTO de empresa especializada no acolhimento de pessoas idosas em instituições de longa permanência para idosos (ILPI), ficam convidados os interessados em participar do certame para encaminhar o Termo de Adesão ao credenciamento e a documentação de habilitação EXCLUSIVAMENTE por meio eletrônico para o seguinte endereço: https://novobbmnet.com.br/, a partir do dia 17 de setembro de 2024. Os interessados poderão acessar a íntegra do Edital através do site www.ituverava.sp.gov.br. Esclarecimentos através do e-mail: licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou https://novobbmnet.com.br/. Ituverava, SP, 30 de agosto de 2024. Luiz Antônio de Araujo – Prefeito Municipal.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º PÚBLICO LEILÃO: 16/SETEMBRO/2024, ÀS 11:00 H - 2º PÚBLICO LEILÃO: 17/SETEMBRO /2024, ÀS 11:00 H - Leilão online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEF: 13092-509, faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **MASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ/RFB sob nº 51.243.582/0001-78**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria em execução o Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, celebrado na cidade de Tatuí/SP no dia 18 de janeiro de 2015, o **IMÓVEL: LOTE Nº 17 DA QUADRA 21,** situado na Rua 14 atualmente denominada Rua Olegário Pires de Camargo, do lado par do loteamento **RESIDENCIAL ASTÓRIA**, no bairro Barro Preto, Tatuí/SP, medindo: 10,00m de frente do lado direito de quem da rua o olha, mede 25,00m confrontando com o lote 18; do lado esquerdo mede 25,00m, confrontando com o lote 16; e nos fundos 10,00m, confrontando com o lote 37, encerrando a área de 250,00m2. Matrícula imobiliária nº 53.415 do Cartório de Registro de Imóveis de Tatuí. CCM: 11.770.017. Consolidação da propriedade em 07/08/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 254.506,02. 2º LEILÃO: R$ 250.795,61.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem a partir da data da arrematação. O imóvel está desocupado não existindo construções. Eventual ocupação irregular de desconhecimento da Comitente, desocupação a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Fica a fiduciante, **Silvana Beserra Sousa, CPF: 088.205.424-47,** comunicadas das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível no portal Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel. À Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.

CNPJ/MF nº. 29.309.127/0001-79 - NIRE: 35.300.378.148

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2024

1. Data, Hora e Local: em 17 de junho de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.** ("**Companhia**"), na cidade e estado de São Paulo, na Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105, 6º ao 21º andar, Torre B, Empreendimento EZ Towers, Vila São Francisco, CEP 04.711-904. **2. Convocação, Quórum e Instalação**: Convocação dispensada em razão da presença do acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das S.A.**"), conforme se verifica das assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Carlos Eduardo Lourenço; e Secretário: Sr. Fabian Rocha. **4. Ordem do Dia**: apreciar e deliberar, nos termos do Artigo 11, item IX, do Estatuto Social, sobre: (i) a ratificação da celebração do Acordo de Associação e Outras Avenças a ser celebrado entre, de um lado, a Companhia e determinadas subsidiárias da Companhia e, de outro, a Diagnósticos da América S.A. ("**Dasa**") e a Ímpar Serviços Hospitalares S.A. ("**Ímpar**") que, sujeito à implementação das condições e à realização dos atos preparatórios ali previstos, disciplina a unificação, na Ímpar, de negócios hospitalares e de oncologia não verticalizados da Companhia e de negócios hospitalares e de oncologia da Ímpar ("**Acordo de Associação**"), de modo que, na data de fechamento, a Ímpar passe a ser um empreendimento controlado em conjunto entre a Companhia e a Dasa, que serão titulares de ações ordinárias representativas, em bases totalmente diluídas, de 50% (cinquenta por cento) do capital social total e votante da Ímpar ("**Associação**"); e (ii) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos que se fizerem necessários à efetivação e à formalização da deliberação acima, incluindo, mas não se limitando, a assinatura do Acordo de Associação e dos demais documentos inerentes à respectiva operação, bem como a ratificação dos atos realizados para tanto. **5. Deliberações**: Instalada a Assembleia e após o exame e a discussão das matérias constantes da ordem do dia, o acionista presente aprovou sem quaisquer reservas: (i) a ratificação da celebração, em 14 de junho de 2024, do Acordo de Associação e, sujeito à implementação das condições e realização dos atos preparatórios ali previstos, a consumação da operação nos termos do Acordo de Associação; e (ii) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos e quaisquer atos necessários à efetivação e à formalização do Acordo de Associação, incluindo, sem limitação, o cumprimento das condições precedentes previstas no Acordo de Associação e a implementação dos atos preparatórios, a assinatura de contratos acessórios e quaisquer outros documentos que se façam necessários, autorizando, inclusive, a celebração do acordo de acionistas entre a Companhia e a Dasa, sendo ratificados todos os atos praticados nesse sentido até o momento. **6. Encerramento, lavratura e leitura da ata**: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, conforme disposto no artigo 130, §1º da Lei das S.A., a qual foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes. **Local e data**: São Paulo, 17 de junho de 2024. **Mesa**: Presidente: Carlos Eduardo Lourenço; Secretário: Fabian Rocha. **Acionista presente:** José Seripieri Filho. (Certifico que a presente é a cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.) São Paulo, 17 de junho de 2024. **Mesa**: Carlos Eduardo Lourenço - **Presidente da Mesa.** Fabian Rocha - **Secretário da Mesa.** Jucesp nº 266.865/24-0 em 17/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90145/2024**, referente ao processo nº **024.00111355/2024-21**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE NUTRIÇÃO (COMPLEMENTOS E SUPLEMENTOS) EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 13/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 02/09/2024** o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 12/SETEMBRO/2024, às 11:00h | 2º Público Leilão: 13/SETEMBRO/2024, às 11:00h - Leilão online

MARCELO EMIDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, nº 187, sala 01, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: 13092-509 faz saber, através do presente Edital, que autorizado pela Credora Fiduciária: **WIN BARUERI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - CNPJ: 17.926.663/0001-34**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 da Lei Federal nº 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, datado de 02 de outubro de 2018, na cidade de Barueri/SP o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 277, DO 27º PAVIMENTO, DO EMPREENDIMENTO WIN ALPHAVILLE,** Avenida Aruanã, nº 745, Bairro Jubran, Barueri/SP, com as seguintes áreas: privativa 59,150m2, comum 36,410m2, já incluída a área correspondente a 01 vaga de garagem, total 95,560m2, correspondendo a fração ideal de 0,0041760 ou 0,41760% do terreno. Matrícula imobiliária 198.897 do Cartório de Registro de Imóveis de Barueri. Inscrição Cadastral nº 24454.51.28.0222.01.241.1. Consolidação da propriedade em 26/07/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 768.950,00. 2º LEILÃO: R$ 647.604,87.** O arrematante pagará o valor do arremate à vista e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que se vencerem a partir da data da arrematação. Imóvel ocupado, a desocupação ficará a cargo do arrematante. Venda *ad corpus*. Ficam os Fiduciantes, **Antônio Camilo de Paula, CPF nº 844.889.488-04 e Julia Aparecida de Paula, CPF nº 295.636.688-20,** expressamente comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência, na forma do artigo 27, §2º B da LF nº 9514/97. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, Regras e Condições para participação do leilão disponível no portal da Silveira Leilões, bem como dos documentos imobiliários do imóvel. À Comitente e ao Leiloeiro não caberá qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DOS DEVEDORES DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

1º Público Leilão: 12/SETEMBRO/2024, às 10:00h | 2º Público Leilão: 13/SETEMBRO/2024, às 10:00h - Leilão online

MARCELO EMÍDIO FERREIRA PIEROBOM SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 843, Avenida Rotary, n.º 187, sala 01, Campinas/SP, CEP: 13092-509, faz saber através do presente Edital, que autorizado pelas Credoras Fiduciárias: 1º) **MASA DEZOITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 12.992.017/0001-51** e 2º) **MASA DEZENOVE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.,** inscrita no **CNPJ/RFB sob nº 12.992.036/0001-88, venderá** em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da LF n.º 9.514/97, posteriores alterações e demais disposições legais aplicáveis a matéria, em execução do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Imóvel, com Pacto de Alienação Fiduciária em Garantia e Outras Avenças, celebrado na cidade de Barueri/SP em 07 de junho de 2021, o **IMÓVEL: LOTE Nº 16 DA QUADRA 07,** do loteamento **RESIDENCIAL VENEZA I**, Bairro do Rio Acima, Mogi das Cruzes/SP, assim descrito e caracterizado: Medindo 10,00m em curva com raio de 323,64m, de frente para Rua 03, 10,93m em curva com raio de 353,64m nos fundos confrontando com os lotes 19 e 20, 30,00m do lado esquerdo de quem da Rua 03 olha para o terreno confrontando com o lote 15, 30,00m do lado direito confrontando com o lote 17, encerrado uma área de 313,90m2. Matrícula imobiliária nº 62.135 do 1º Cartório de Registro de Imóveis de Mogi das Cruzes/SP. CCM: 15.211.016-5. Consolidação da propriedade 25/07/2024. **VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 344.764,70. 2º LEILÃO: R$ 332.643,97.** O arrematante pagará o valor do arremate e mais 5% de comissão do leiloeiro e arcará com as despesas cartorárias e impostos de transmissão para lavratura e registro da escritura e com todas as demais despesas que vencerem à partir da data da arrematação. O imóvel está desocupado não existindo construções. Eventual ocupação irregular de desconhecimento das Comitentes, desocupação a cargo do arrematante. Ficará à cargo do arrematante a responsabilidade pelo levantamento das indisponibilidades averbadas sob nºs 06, 07, 08, 09, 10 na matrícula imobiliária do imóvel em desfavor dos Devedores Fiduciantes. Venda *ad corpus*. Ficam os Fiduciantes, **Mauricio Pereira Bezerra, CPF: 300.803.708-96 e Marcia Souza Pereira, CPF: 341.860.098-05,** comunicados das datas dos leilões, pelo presente edital, para o exercício do direito de preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital, regras e condições do leilão disponível na plataforma eletrônica da Silveira Leilões bem como dos documentos imobiliários do imóvel, eventuais ônus e ações judiciais em andamento. Às Comitentes e ao Leiloeiro não caberão qualquer reclamação posterior.

Informações: (19) 3794-2030 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

BROTO S.A.

CNPJ nº 49.240.689/0001-10 - NIRE 35.300.608.305

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 12 de agosto de 2024, às 11h00, na sede social da **BROTO S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, 29º andar, Vila Gertrudes, CEP 04794-000. **PRESENÇA**: Presentes os acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença de acionistas titulares de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA**: Nos termos do art. 8º, §5º, do Estatuto Social da Companhia, ausente o Diretor Presidente, os acionistas, por unanimidade, escolheram o Sr. Amauri Aguiar de Vasconcelos (Presidente da Brasilseg Companhia de Seguros, controladora da Broto S.A.) para assumir a presidência da assembleia, que, por sua vez, convidou o Sr. Francisco Roder Martinez para exercer a função de secretário. **ORDEM DO DIA: (i)** renúncia de membro da Diretoria da Companhia; e **(ii)** deliberar sobre as verbas de saída e doação de equipamentos, quais sejam: notebook e celular, ao Sr. Michel Jorge Samaha. **DELIBERAÇÕES:** A BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS, detentora de 100% (cem por cento) das ações ordinárias, com direito à voto, decide, sem ressalvas: (i) Acolher a renúncia apresentada nesta data pelo Sr. Michel Jorge Samaha ao cargo de Diretor Presidente da Companhia. Em decorrência da referida renúncia e, apesar do previsto no art. 11 do Estatuto Social da Companhia, autoriza-se temporariamente e até a eleição de novo Diretor Presidente, que o Diretor Executivo Sem Designação Específica, o Sr. Francisco Roder Martinez, decida isoladamente pela Diretoria da Companhia, observados os limites e alçadas estabelecidas no Estatuto Social da Companhia para atuação da Diretoria, assumindo as responsabilidades pelas referidas decisões; e (ii) Aprovar, nos termos do art. 10 (vii), do Estatuto Social da Companhia, o pagamento das verbas de saída e a doação dos equipamentos, quais sejam: notebook Lenovo, modelo THINKPAD X1 CARBON, série: PF4C5BLK e aparelho celular IPHONE XR BLACK 64GB, série: SDV6CF3MWKXK1, ao Sr. Michel Jorge Samaha, conforme disposto no Termo de Quitação, que ficará arquivado na sede da Companhia. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** Ficam arquivados na sede da Companhia, na forma do disposto no art. 130, §1º, alínea "a", da Lei nº 6.404/76, os documentos que respaldaram as deliberações tomadas pelos Acionistas ou que estejam relacionados às informações prestadas durante a reunião. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS**: **Mesa**: Amauri Aguiar de Vasconcelos, Presidente da Mesa e Sr. Francisco Roder Martinez, Secretário da Mesa; **Acionistas**: BRASILSEG Companhia de Seguros, por Amauri Aguiar de Vasconcelos, Diretor Presidente e Juan Carlos Lanau Arilla, Diretor Vice-Presidente e Técnico e BANCO DO BRASIL S.A., por Mateus Augusto Dotti Attilio, advogado. **CERTIDÃO**: A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 12 de agosto de 2024. **Amauri Aguiar de Vasconcelos** - Presidente da Mesa; **Francisco Roder Martinez** - Secretário da Mesa. **JUCESP nº 309.632/24-9 em 23/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**





COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90146/2024**, referente ao processo nº **024.00131015/2024-17**, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO NEUROLÓGICA, EM ATENDIMENTO À DEMANDA JUDICIAL** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 16/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 02/09/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 20ª EMISSÃO (IF CRA021000RZ E CRA02100050) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2024

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Opea Securitizadora S.A., Lastreados em Créditos do Agronegócio Devidos pela Tecsoil Automação e Sistemas S.A., celebrado em 19 de abril de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em primeira convocação, no dia **24 de setembro de 2024**, às **11:00 horas**, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** A liberação parcial de direitos creditórios cedidos fiduciariamente, conforme previsto no "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças*", celebrado em 19 de abril de 2021, conforme aditado ("Cessão Fiduciária" e "Contrato de Cessão Fiduciária", respectivamente), referentes ao Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) provenientes dos contratos descritos no Anexo II dos Documentos e Informações Necessários ao Exercício do Direito de Voto, mediante a celebração de aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária ("Liberação da Cessão Fiduciária" e "Aditamento"), bem como a ratificação das demais disposições do Contrato de Cessão Fiduciária e seus anexos, conforme atualmente vigente, que não forem alteradas pelo Aditamento. Sendo certo que com a Liberação da Cessão Fiduciária, a Razão de Garantia da Cessão (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e o Fluxo Mínimo da Cessão Fiduciária (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) não serão desenquadrados. As matérias acima indicadas deverão ser consideradas pelos Titulares dos CRA de forma independente no âmbito da Assembleia, de modo que a não deliberação ou a não aprovação a respeito de qualquer uma delas, não implicará automaticamente a não deliberação ou não aprovação de qualquer das demais matérias constantes da ordem do dia. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e fsp@vortx.com.br, com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 20ª Emissão - IF CRA021000RZ E CRA02100050), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos) até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, observadas as instruções descritas detalhadamente na Proposta da Administração, para participar da Assembleia ora convocada.. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade (carteira de identidade, carteira de registro nacional migratório, expedida pela Polícia Federal, carteira nacional de habilitação, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade (carteira de identidade, carteira de registro nacional migratório, expedida pela Polícia Federal, carteira nacional de habilitação, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **c) manifestação de voto:** conforme abaixo. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. O Agente Fiduciário não interpretará o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e fsp@vortx.com.br, com cópia para agentefiduciario@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM, sendo certo que a Manifestação de Voto à Distância deverá ser encaminhada pelos Titulares dos CRA, preferencialmente até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da Assembleia, conforme orientações contidas na Proposta da Administração. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação; (ii) ser enviada com a antecedência de até 02 (dois) dias da data da Assembleia, para os endereços de e-mail acima mencionados; (iii) no caso de o Titular ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes, e (iv) conter declaração a respeito da existência, ou não, de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com a(s) matérias objeto da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. As instruções gerais para participação na Assembleia, bem como os documentos atinentes à Ordem do Dia, inclusive os Documentos e Informações Necessários ao Exercício do Direito de Voto e o modelo da Instrução de Voto à Distância, encontram-se, a partir desta data, à disposição dos Titulares dos CRA, na sede da Emissora, bem como nos seguintes websites: (i) da CVM (https://www.gov.br/cvm/); (ii) da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br); (iii) de relações com investidores da Companhia (https://www.opeacapital.com); e (iv) do Agente Fiduciário (https://www.pentagonotrustee.com.br/). Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação.

São Paulo, 02 de setembro de 2024.

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores





AVISO DE LICITAÇÃO Nº 00382897932024

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Modalidade: Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 90060/2024.
Nº Processo: 024.00005030/2024-19.
Objeto: Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição futura de medicamentos.
Total de Itens Licitados: 07 itens (sete).
Valor total da licitação: sigiloso.
Disponibilidade do edital: 02/09/2024.
Horário: das 08h00 às 18h00.
Endereço: Av. Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188 - Cerqueira César - São Paulo.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br.
Entrega das Propostas: a partir de 03/09/2024 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 13/09/2024 às 09h30min no site: www.gov.br/compras.



COMUNICADO

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO - DIA 30/08/2024
Nº do Processo: 024.00128450/2024-64
Interessado: COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA - CAF
Assunto: Aquisição de Acessórios para Prótese Fonatória em atendimento às demandas judiciais.

Trata-se de solicitação, formulada pela Coordenadoria de Assistência Farmacêutica, versando sobre aquisição de acessórios para Próteses Fonatórias, em atendimento às demandas judiciais, conforme doc.0035382139, 0035388979, 0035390275 e 0035392627. À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0037919802, bem como, o Despacho do Coordenador da CGA sob nº SEI 0037920717, AUTORIZO, observadas as normas legais incidentes, a razoabilidade dos preços e a disponibilidade orçamentária, a aquisição de Próteses Fonatórias, em atendimento às demandas judiciais, conforme docs. 0035382139, 0035388979, 0035390275 e 0035392627, mediante INEXIGIBILIDADE de licitação, com fundamento no disposto no artigo 74, caput e inciso I, da Lei federal nº 14.133/2021, da empresa COLOPLAST DO BRASIL LTDA., no valor total de R$ 1.163.759,36 (um milhão, cento e sessenta e três mil setecentos e cinquenta e nove reais e trinta e seis centavos).

SYN PROP E TECH S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 08.801.621/0001-86 - NIRE 35.300.341.881

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

São convidados os acionistas da SYN Prop e Tech S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 02 de outubro de 2024, às 10h30, na sede social da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600, 14º andar, conjunto 141, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04538-132, para discutir e deliberar acerca da seguinte ordem do dia: (i) Redução do capital social da Companhia no valor de R$ 560.000.000,00 (quinhentos e sessenta milhões), por considerá-lo excessivo, sem o cancelamento de ações; (ii) Alteração do Artigo 6º, caput, do estatuto social, com a sua consequente consolidação, para refletir a redução de capital a ser deliberada como item (i) da ordem do dia, com eficácia condicionada à efetivação da referida redução de capital; (iii) Alteração do Artigo 43, Parágrafo Segundo, do estatuto social, com a sua consequente consolidação, para esclarecer o disposto na legislação aplicável; e (iv) Aprovação da distribuição de dividendos intercalares, ratificando a deliberação tomada pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 14 de agosto de 2024. **Informações Gerais**: (a) encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e nos sites de relações com investidores da Companhia (https://ri.syn.com.br), da CVM e da B3, os documentos relacionados às deliberações previstas neste edital, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81/22; (b) o acionista deverá apresentar à Companhia, com no mínimo 48 horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo 5 dias antes da data da realização da Assembleia Geral Extraordinária; ou (ii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível das ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pela instituição custodiante; e (c) o acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar o respectivo instrumento de mandato, com poderes especiais e reconhecimento de firma, até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral Extraordinária.

São Paulo/SP, 02 de setembro de 2024.
Elie Horn - Presidente do Conselho de Administração

Vero S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 31.748.174/0001-60 - NIRE 35.300.522.958

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 13 de Agosto de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 13 de agosto de 2024, às 15:00 horas, na sede da **Vero S.A. ("Companhia")**, localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, conjuntos 31 e 34, Vila Olímpia, CEP: 04551-000, na Cidade e Estado de São Paulo. **2. Presença:** Presentes a totalidade dos acionistas da Companhia, conforme se verificou da Lista de Acionistas Presentes constante do **Anexo I** à presente ata. **3. Convocação:** A convocação foi dispensada nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme se verificou da Lista de Acionistas Presentes constante do **Anexo I**. **4. Mesa:** Presidente: Sr. Fabiano Oliveira Ferreira; Secretário: Sr. Flavio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a atribuição de competência ao Conselho de Administração da Companhia para fixar o endereço exato da sede da Companhia, desde que dentro da mesma localidade, com a consequente alteração dos Artigos 2º e 22 do Estatuto Social da Companhia; (ii) a inclusão de novas atividades econômicas ao objeto social da Companhia (conforme definido abaixo), com a consequente a alteração do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a consolidação do Estatuto Social. **6. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes decidiram: **6.1 Atribuição de competência ao Conselho de Administração para fixação da localização da sede**. Aprovar, pela unanimidade de votos dos acionistas presentes, sem ressalvas, registros de abstenções ou votos contrários, a atribuição de competência ao Conselho de Administração da Companhia para fixação do endereço da sede da Companhia, desde que dentro da mesma localidade. **6.2 Alteração dos Artigos 2º e 22 do Estatuto Social da Companhia**. Como consequência da deliberação acima do item 6.1, aprovar, pela unanimidade de votos dos acionistas presentes, sem ressalvas, registros de abstenções ou votos contrários, a alteração dos Artigos 2º e 22 do Estatuto Social da Companhia, que passarão a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 2º**. *A Companhia tem sede e foro na cidade e estado de São Paulo, competindo ao Conselho de Administração fixar a sua exata localização. Parágrafo Único: A Companhia poderá por deliberação da Diretoria criar, extinguir e alterar endereços de filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior.*". "**Artigo 22**. *Além das matérias previstas nas leis aplicáveis, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre: (a) aprovar a convocação das Assembleias Gerais, observados este Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações; (b) determinação do rateio da remuneração global fixada em Assembleia Geral entre os Conselheiros, diretores e dos membros de qualquer comitê, fixando-lhes os valores individuais; (c) escolha e destituição dos auditores independentes, considerada a opinião do Comitê de Auditoria, se estiver em funcionamento; (d) deliberar sobre a emissão pela Companhia de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, dentro do limite do capital autorizado, fixando a quantidade, as condições de integralização e os respectivos preços de subscrição, bem como se será concedido o direito de preferência aos acionistas ou reduzido o prazo para o seu exercício, conforme autorizado pela legislação em vigor; (e) ressalvadas as hipóteses de competência da Assembleia Geral, nos termos da regulamentação editada pela CVM, deliberar sobre (i) a aquisição de ações de emissão da Companhia para manutenção em tesouraria ou utilização em planos aprovados pela Assembleia Geral; e (ii) a eventual alienação ou cancelamento de tais ações; (f) deliberar sobre o levantamento de balanços semestrais ou relativos a períodos menores da Companhia, bem como declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados nesses balanços, ou à Conta de Lucros Acumulados ou de Reserva de Lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em lei e/ou a distribuição de juros de capital, conforme previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, conforme alterada; (g) aprovar transações com partes relacionadas que envolvam, individualmente ou no agregado de 12 (doze) meses, valor acima de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), com a exclusão de eventuais membros com interesses potencialmente conflitantes; (h) aprovação de quaisquer investimentos ou despesas não previstas no orçamento anual e envolvendo um valor individual ou total superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, conforme última demonstração financeira anual auditada; (i) aprovação da celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos ou a contratação de qualquer obrigação que envolva um valor individual ou total superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, conforme última demonstração financeira anual auditada; (j) aprovação da aquisição, venda, locação, cessão, transferência ou criação de ônus sobre qualquer ativo ou direito da Companhia envolvendo um valor individual ou total superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, conforme última demonstração financeira anual auditada; (k) aprovação da celebração de contratos financeiros e outros instrumentos de dívida, incluindo a emissão de títulos comerciais e outros títulos de dívida, para distribuição pública ou privada no Brasil ou no exterior, bem como a celebração, alteração ou rescisão de quaisquer linhas de crédito, empréstimos, financiamentos, leasings, arrendamentos mercantis (com ou sem alienação fiduciária de ativos), venda ou cessão de recebíveis ou créditos, adiantamentos de créditos ou outras formas de concessão de crédito ou qualquer outra espécie de operação financeira ou série de operações financeiras correlatas (incluindo hedge, swap, FINIMP etc.) envolvendo um valor individual ou total superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Companhia, conforme última demonstração financeira anual auditada; (l) deliberar sobre a emissão pela Companhia ou por suas sociedades controladas, direta e indiretamente, de debêntures não conversíveis em ações; (m) aprovação da concessão de qualquer garantia real ou fidejussória; (n) assunção de obrigações ou quitação de obrigações de terceiros, prática de quaisquer atos gratuitos ou renúncia a quaisquer direitos fora do curso normal dos negócios; (o) aprovação de qualquer operação e a celebração de qualquer contrato ou acordo não incluído no curso normal dos negócios; (p) aprovação de quaisquer mudanças nas práticas e políticas contábeis, salvo se exigidas pela lei aplicável; (q) aprovar os regimentos internos, políticas corporativas, atos regimentais da companhia e sua estrutura administrativa, incluindo, mas não se limitando ao: (a) código de ética; (b) política de remuneração; (c) política de indicação de membros do conselho de administração, diretoria estatutária e de comitês; (d) política de gerenciamento de riscos; (e) política de transações com partes relacionadas; (e) política de divulgação de atos e fatos relevantes; e (g) política de negociação de valores mobiliários; (r) aprovação da aquisição, subscrição, criação ou instituição de ônus ou alienação de qualquer participação ou interesse em outra sociedade ou joint venture, inclusive por meio da incorporação de qualquer sociedade controlada, bem como a celebração, alteração ou rescisão de acordos de acionistas ou acordos similares em qualquer entidade na qual a Companhia detiver participação; (s) aprovação do plano de negócios e do orçamento anual da Companhia (e de qualquer alteração a tais documentos); (t) contratação de qualquer linha de crédito ou emissão de qualquer título, valor mobiliário ou instrumento de dívida pela Companhia ou por qualquer subsidiária que faça com que a dívida líquida da Companhia ultrapasse 3,0x (três vezes) o EBITDA LTM da Companhia nos 12 (doze) meses anteriores à data de disponibilização do crédito ou de liquidação da emissão, exceto nas hipóteses em que tal contratação ou emissão já esteja prevista no plano de negócios da Companhia; (u) aprovação (e suas consequentes alterações) de quaisquer planos de remuneração e de incentivo, incluindo planos de remuneração baseado, referenciado e/ou lastreado em ações, plano de outorga de opções de compra de ações e plano de ações restritas; (v) aprovação de distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio; (w) aprovar a política de pagamento de dividendos da Companhia, observados os limites da lei e deste Estatuto Social; (x) propositura de ações, arbitragens ou processos, ou ainda a celebração de acordos no âmbito de tais ações, arbitragens ou processos (i) envolvendo valores (causa de pedir, valor do acordo) superior a R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) ou por meio de que a Companhia assuma obrigações de fazer ou não fazer; ou (ii) envolvendo como contrapartes autoridades governamentais brasileiras ou estrangeiras; (y) definição da estratégia jurídica para condução de defesa de demanda de terceiros e/ou realização de acordos judiciais ou extrajudiciais no âmbito de tais demandas de terceiros cujo valor individual supere R$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (z) criação, extinção ou alteração das competências de qualquer comitê de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia; (aa) conversão do registro da Companhia perante a CVM como emissor de valores mobiliários categoria "A" para categoria "B", e cancelamento do registro da Companhia perante a CVM como emissor de valores mobiliários categoria "A" ou categoria "B"; e (bb) pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia ou de subsidiárias, ou ainda a aprovação para sua liquidação e dissolução; (cc) definição do voto da Companhia, com relação às matérias listadas neste parágrafo, nas assembleias gerais, reuniões de sócios e reuniões da administração das subsidiárias da Companhia e pessoas nas quais a Companhia ou as subsidiárias da Companhia venham a deter participação; (dd) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações ("OPA") que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (a) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (b) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (c) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado; e (ee) fixar a exata localização da sede da Companhia.*". **6.3. Inclusão de novas atividades econômicas ao objeto social da Companhia**. Aprovar, pela unanimidade de votos dos acionistas presentes, sem ressalvas, registros de abstenções ou votos contrários, a inclusão de novas atividades ao objeto social da Companhia, a saber: (i) 61.20-5-01 - Telefonia móvel celular; (ii) 62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda; (iii) 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação; (iv) 66.19-3-02 - Correspondentes de instituições financeiras; e (v) 77.33.1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritório. **6.4. Alteração do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia**. Como consequência da deliberação acima do item 6.1, aprovar, pela unanimidade de votos dos acionistas presentes, sem ressalvas, registros de abstenções ou votos contrários, a alteração do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia em razão da deliberação item 6.3 acima, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "*Artigo 3º. A Companhia tem por objeto social: (i) a prestação de serviços de telecomunicações e internet em geral envolvendo, entre outras atividades correlatas e não expressamente especificadas, o serviço de comunicação multimídia - SCM (CNAE 61.10-8-03); (ii) o serviço telefônico fixo comutado - STFC (CNAE 61.10-8-01); (iii) o serviço de operadora de televisão por assinatura por cabo (CNAE 61.41-8-00); (iv) a prestação de serviços como provedor de acesso às redes de comunicações (CNAE 61.90-6-01); (v) a prestação de serviços como provedor de voz sobre protocolo internet - VOIP (CNAE 61.90-6-02); (vi) portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet (CNAE 63.19-4-00); (vii) a exploração de serviços de valor adicionado, incluindo, disponibilização sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto, aplicativos e congêneres (CÓDIGO ITEM 01.09); (viii) comércio varejista de equipamentos de comunicação (CNAE 47.52-1-00); (ix) comércio varejista de equipamentos de telefonia, internet, informática e suas peças e acessórios (CNAE 47.51-2-01); (x) comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicações (CNAE 46.52-4-00); (xi) aluguel de equipamentos de comunicação, sem operador (CNAE 77.39-0-99); (xii) reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos (CNAE 95.11-8-00); (xiii) suporte técnico, manutenção e outros serviços de tecnologia da informação (CNAE 62.09-1-00); (xiv) instalação e manutenção elétrica (CNAE 43.21-5-00); (xv) outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente (CNAE 61.90-6-99); (xvi) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis (CNAE 62.02-3-00); (xvii) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet (CNAE 63.11-9-00); (xviii) desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis (CNAE 62.03-1-00); (xix) instalação de outros equipamentos não especificados anteriormente (CNAE 33.29-5-99); (xx) outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente (CNAE 43.29-1-99); (xxi) a participação, direta ou indireta, em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, quotista ou acionista, bem como por meio de associação ou cooperação cujo objeto tenha relação com o objeto social da Companhia (CNAE 64.62-0-00); (xxii) a prestação de serviços de telefonia móvel e celular (CNAE 61.20-5-01); (xxiii) o desenvolvimento de programas de computador sob encomenda (CNAE 62.01-5-01); (xxiv) consultoria em tecnologia da informação (CNAE 62.04-0-00); (xxv) correspondentes de instituições financeiras (CNAE 66.19-3-02); (xxvi) aluguel de máquinas e equipamentos para escritório (CNAE 77.33.1-00).*". **6.5 Consolidação do Estatuto Social da Companhia**: Aprovar, sem ressalvas, pela unanimidade de votos dos acionistas presentes, sem registro de abstenções e votos contrários, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar nos termos do **Anexo II** à presente ata. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos da Assembleia para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, que será publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Fabiano Oliveira Ferreira - Presidente; e Flavio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini - Secretário. São Paulo/SP, 13 de agosto de 2024. *Atestamos que o acima exposto foi extraído da ata lavrada em livro próprio.* **Flavio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini** - Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 307.411/24-2 em 20/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

LWSA S/A - CNPJ/MF nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2024

Data, hora, local: 12.08.2024, 09hs, na sede social, Rua Itapaiúna, 2.434, São Paulo/SP. **Presença**: Totalidade dos Membros de seu Conselho de Administração. **Mesa**: Presidente: Ricardo Gora, Secretário: Rafael Chamas Alves. **Deliberações**: (i) com base na documentação examinada, nas declarações e esclarecimentos prestados pela Diretoria desta Companhia e pelos auditores independentes da KPMG Auditores Independentes, CNPJ/MF 57.755.217/0001-29, cujo respectivo relatório será emitido sem ressalvas, bem como na recomendação favorável do Comitê de Auditoria da Companhia, ora relacionadas com o auditado período dos subsequentes 03 meses deste corrente ano e findos em 30.06.2024 (2º ITR/24) nos termos do Estatuto Social e em observância à legislação superveniente (que, inclusive, poderá ser passível de eventuais ratificações no âmbito da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas a ser oportunamente realizada no ano de 2025); (ii) autorização para os membros da Diretoria e demais representantes legais desta Companhia, na forma de seu Estatuto Social, promoverem divulgações e arquivamentos do 2º ITR/24, contemplado na forma do "Anexo I"; e, ainda, (iii) autorização para os membros do Conselho de Administração e representantes legais devidamente constituídos assinarem todos os documentos e praticarem todos os atos necessários às consecuções das deliberações aprovadas, bem como, nos termos da legislação superveniente, dispensa de publicações da íntegra do Anexo I da presente Ata quando do arquivamento perante a JUCESP. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo/SP, 12.08.2024. Conselho de Administração: Ricardo Gora; Gilberto Mautner; Andrea Gora Cohen; Claudio Gora; Flavio Benício Jansen Ferreira; Carlos Elder Maciel de Aquino; Luiz Otavio Ribeiro; e, ainda, Manuela Vaz Artigas. JUCESP nº 307.043/24-1 em 20.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL
9ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: **1045255-23.2021.8.26.0100**
Classe: Assunto: **Monitória - Duplicata**
Requerente: **Petrobrás Distribuidora S/A**
Requerido: **Lions Posto de Serviços Ltda na pessoa de seu sócio Norival Alves Café Junior, e outros**

EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1045255-23.2021.8.26.0100

O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Rodrigo Galvão Medina, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER ao réu **LIONS POSTO DE SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 16.799.012/0001-68, que tramita nesta secretaria a Ação Monitória de nº 1045255-23.2021.8.26.0100, proposta pela VIBRA ENERGIA S/A, sendo determinada a **CITAÇÃO e INTIMAÇÃO por EDITAL**, para que tome conhecimento de todo o conteúdo da petição inicial e da decisão e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da quantia especificada na inicial no valor de R$ 239.024,21 devidamente atualizada e efetue o pagamento de honorários advocatícios correspondentes à 5% do valor da causa, ou apresente embargos ao mandado monitório, nos termos do artigo 701 do CPC. Não sendo apresentado embargos, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de agosto de 2024.

GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

CNPJ 49.937.055/0001-11 - NIRE 35218891309

Ata de Reunião de Quotistas realizada em 30 de abril de 2024

1. Data, Hora e Local. No dia 30 de abril de 2024, às 14:00 horas, na sede da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Sociedade"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Indianópolis, nº 3.096, Bloco B, CEP 04.062-003. **2. Convocação.** A convocação para a presente Reunião de Quotistas foi dispensada, nos termos do art. 1.072, §2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), em razão do comparecimento dos quotistas representando a totalidade do Capital Social da Sociedade, conforme as assinaturas da presente ata. **3. Composição da Mesa.** Presidente: Paulo Henrique Lage Noman; Secretária: Adriana Lavacca. Presença: presente os quotistas da Sociedade representando a totalidade do seu Capital Social: (a) **Banco GM S.A.**, instituição financeira, com sede na na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Indianópolis, nº 3.096, CEP 04.062-003, inscrito no CNPJ sob o n.º 59.274.605/0001-13, neste ato representado por seu Diretor Presidente, Sr. Paulo Henrique Lage Noman, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 25.865.888-5 (SSP/SP), inscrito no CPF sob o n.º 166.565.118-05, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Indianópolis, nº 3.096, CEP 04062-003; e (b) **GM Financial Holdings LLC**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede na 1209 Orange Street, Cidade de Wilmington, Condado de New Castle, 19801, Estado de Delaware, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ sob o n.º 27.659.955/0001-01, neste ato representada por sua procuradora, Sra. Adriana Lavacca, brasileira, viúva, advogada, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º 22.161.638-X (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob o n.º 140.059.078-73, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Indianópolis, nº 3.096, CEP 04062-003. **4. Ordem do dia.** Discutir e deliberar sobre (i) as contas da administração e as Demonstrações Financeiras da Sociedade, refletidas no balanço patrimonial e de resultado econômico relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, na forma da legislação aplicável; (ii) destinação dos lucros apurados no exercício social do ano de 2023; e (iii) reeleição de membros da Administração. **5. Deliberações.** A Reunião deliberou, por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** procedida à leitura e análise das contas da administração e das Demonstrações Financeiras, colocadas à disposição de todos os sócios a partir 31 de março de 2024, nos termos da lei, aprovar as contas da administração da Sociedade, refletidas no balanço patrimonial e de resultado econômico referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** o total de lucros apurado no exercício social do ano de 2023, no montante de R$ 109.423.197,39 (cento e nove milhões, quatrocentos e vinte e três mil, cento e noventa e sete reais e trinta e nove centavos) foram destinados à conta reserva de lucro especial. Fica consignado expressamente que os quotistas aprovaram tal destinação. **(iii)** reeleição dos membros: - **Diretor Presidente**, Sr. **Paulo Henrique Lage Noman**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 25.865.888-5 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n. º 166.565.118-05; - **Diretores**, Srs. **Adriana Lavacca**, brasileira, viúva, advogada, portadora da Cédula de Identidade R.G. n.º 22.161.638-X (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob o n.º 140.059.078-73; **Augustin Celeiro**, argentino, casado, administrador de empresas, portador do Registro Nacional de Estrangeiros RNE n.º V497802-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 232.751.528-90; **Márcio Santos Frazão**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 34.727.581 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º 274.354.888-60; **Carlos Gustavo Abelha Sulzer**, brasileiro, casado, publicitário, portador da Cédula de Identidade R.G. n.º 22.464.550 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o n.º 247.360.068-62; e **Fernando Ricardo Rodriguez Trevino**, mexicano, casado, contador, portador do Registro Nacional de Estrangeiros RNE n.º V330774Q, inscrito no CPF/MF sob o n.º 227.856.588-50. Todos cujos mandatos, nos termos da Cláusula 10ª, do Contrato Social, terão prazo de um ano, prorrogáveis até Decisão de Quotista que irá apreciar as contas da gestão seguinte e com escritório na Avenida Indianópolis, 3096, São Paulo, SP. Os administradores ora reeleitos declaram sob as penas da lei, não estarem impedidos, por lei especial, de exercer a administração da sociedade, nem estarem condenados ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, suspeita, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **6. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente determinou que fosse lavrada esta Ata, a qual foi lida e aprovada pelos presentes. São Paulo, 30 de abril de 2024. Mesa: Paulo Henrique Lage Noman - Presidente; Adriana Lavacca - Secretária. **Acionistas: Banco GM S.A.** - Paulo Henrique Lage Noman; **GM Financial Holdings LLC** - Adriana Lavacca - CPF 140.059.078-73 - Procuradora. **Administradores Eleitos: Paulo Henrique Lage Noman; Marcio Santos Frazão; Adriana Lavacca; Agustin Celeiro; Carlos Gustavo Abelha Sulzer; Fernando Ricardo Rodriguez Trevino.** Jucesp nº 252.604/24-6 em 24/06/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO

IMÓVEIS COM DESÁGIOS DE ATÉ 50% SOBRE O VALOR DE AVALIAÇÃO. APROVEITE!





Terreno Urbano
Bairro Vila Nova Galvão/SP

Terreno com área total de 20.988 m², localizado a 4 min. da Rod. Fernão Dias e a 16 min. do centro de Guarulhos.

Leilão 04/09 - 09:00hs

Avaliação R$ 18.223.402,06 | Lances a partir de R$ 9.111.701,03

Juíza: Exma. Dra. Fernanda de Carvalho Queiroz
4ª Vara Cível do Foro Regional I - Santana/SP



Terreno Urbano
Caçapava/SP

Área de terras com 1.960 m², situada na Av. da Saudade, à 4 min. do centro da cidade.

Leilão 04/09 - 09:30hs

Avaliação R$ 3.120.403,16 | Lances a partir de R$ 2.184.282,21

Juiz: Exmo. Dr. Luis Mauricio Sodré de Oliveira
3ª Vara Cível de São José dos Campos/SP



Terreno Urbano
Eusébio/CE

Área com 20.000 m², composta por formação em vegetação nativa, localizada em frente a Rodovia BR-116. Não há edificações e o imóvel encontra-se cercado.

1º Leilão 18/09 - 14:00hs
2º Leilão 25/09 - 14:00hs

Avaliação R$ 3.232.566,34 | Lances a partir de R$ 2.262.796,44

Juíza: Exma. Dra. Cyntia Andraus Carretta
3ª Vara Cível de Rio Claro/SP



Galpão Industrial
Neves Paulista/SP

Imóvel industrial com 1.350 m² e área maior de 181.500 m². Localizado na Rod. Florindo Rodrigues Martinez e a 7 min. do centro da cidade.

1º Leilão 04/09 - 10:30hs
2º Leilão 25/09 - 10:30hs

Avaliação R$ 2.065.193,56 | Lances a partir de R$ 1.239.116,14

Juiz: Exmo. Dr. Antônio José Magdalena
2ª Vara Cível de Santa Cruz do Rio Pardo/SP



Imóvel de uso comercial
São Paulo/SP

Imóvel com 249 m² de construção e terreno com área de 494 m². Localizado a 4 min. da Av. das Nações Unidas e a 11 min. do Shopping Parque da Cidade.

1º Leilão 04/09 - 14:00hs
2º Leilão 04/09 - 15:00hs

Avaliação R$ 2.985.000,00 | Lances a partir de R$ 2.611.875,00

Juiz: Exmo. Dr. Leonardo Fernandes dos Santos
3ª Vara de Falências e Rec. Judiciais de São Paulo/SP

ID 6876

Terreno Urbano
Santa Gertrudes/SP

Terreno com área de 6.894 m², todo murado e fechado com portão. Localizado a 2 min. da Rod. Constante Peruchi e a 3 min. do centro da cidade.

1º Leilão 04/09 - 14:00hs
2º Leilão 25/09 - 14:00hs

Avaliação R$ 3.838.884,64 | Lances a partir de R$ 1.919.442,32

Juiz: Exmo. Dr. Alexandre Dalberto Barbosa
1ª Vara Cível de Rio Claro/SP



Terreno Urbano
São Paulo/SP

Terreno com área de 1.170 m², composto por uma guarita de estacionamento de 20 m². Localizado na Praça da Sé, região central de São Paulo.

1º Leilão 09/09 - 09:00hs
2º Leilão 30/09 - 09:00hs

Avaliação R$ 12.936.895,01 | Lances a partir de R$ 9.055.826,51

Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP



Imóveis Residenciais
Embu das Artes/SP

6 imóveis e demais benfeitorias com 1.083 m² de construção e terreno com área de 67.000 m². Composto por piscina, campo de futebol, capela, quadra poliesportiva, playground, diversos quiosques com churrasqueira e lago.

1º Leilão 16/09 - 09:30hs
2º Leilão 07/10 - 09:30hs

Avaliação R$ 8.448.814,58 | Lances a partir de R$ 5.914.170,20

Juíza: Exma. Dra. Clarissa Somesom Tauk
3ª Vara de Falências e Rec. Judiciais de São Paulo/SP



Imóvel Residencial
Alphaville/SP

Imóvel de 4 pavimentos no Residencial Alphaville II com 3.229 m² de construção e terreno com área de 2.581 m².

1º Leilão 16/09 - 14:00hs
2º Leilão 16/09 - 15:00hs

Avaliação R$ 40.000.000,00 | Lances a partir de R$ 20.000.000,00

Juiz: Exmo. Dr. Bruno Paes Straforini
1ª Vara Cível de Barueri/SP



Galpão Comercial
Franca/SP

Imóvel comercial com 766 m² de construção e terreno com área de 3,63 hectares. Localizado a 3 min. do Aeroporto Estadual de Franca.

1º Leilão 16/09 - 14:00hs
2º Leilão 16/09 - 15:00hs

Avaliação R$ 19.913.620,18 | Lances a partir de R$ 15.851.241,66

Juiz: Exmo. Dr. Humberto Rocha
3ª Vara Cível de Franca/SP



Planta industrial em pleno funcionamento
Assis/SP

Parque fabril, marcas, bens móveis/veículo, carteira de clientes e fórmulas secretas de composição dos produtos. Propriedades da Massa Falida Cervejaria Malta.

Leilão 18/09 - 14:00hs

Avaliação R$ 31.600.000,00 | Envie sua Proposta!

Juiz: Exmo. Dr. Luciano Antonio de Andrade
1ª Vara Cível de Assis/SP



3 Edifícios Residenciais
Bairro Flamengo/RJ

Imóveis denominados Edifício Barth, Edifício Anchieta e Edifício Nóbrega. Localizados na Praia do Flamengo, à 10 minutos do Aeroporto Santos Dumont.

Leilão 19/09 - 10:00hs

Lances a partir de R$ 75.000.000,00

Juiz: Exmo. Dr. Igor Fonseca Rodrigues
Tribunal Reg. do Trabalho da 1ª Reg.do Rio de Janeiro/RJ



Terreno Urbano
Rio de Janeiro/RJ

Prédios e instalações sobre terreno com área de 14.494 m² em Bangu no Rio de Janeiro/RJ. Localizado a 11 min. do Bangu Shopping.

Leilão 20/09 - 10:00hs

Avaliação R$ 9.800.000,00 | Envie sua Proposta!

Juiz: Exmo. Dr. Igor Fonseca Rodrigues
TRT da 1ª Região do Rio de Janeiro/RJ



Parque Fabril
Itapetinga/BA

Parque fabril com 113.103 m² e respectiva área de terras desmembrada da fazenda denominada Volta Grande. Localizado a 7 min. da Av. Sálvio Luz.

1º Leilão 25/09 - 14:00hs
2º Leilão 25/09 - 15:00hs

Avaliação R$ 15.536.787,90 | Lances a partir de R$ 7.768.393,95

Juiz: Exmo. Dr. Ewerton Luiz Chaves Carminati
1ª Vara Cível de Palmeira dos Índios/AL



Imóvel Industrial
Jandira/SP

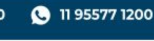
Prédio industrial com 16.000 m² de construção sobre terreno de 44.800 m². Localizado a 4 min. do Jandira Plaza Shopping e a 5 min. da Rod. Pres. Castello Branco.

1º Leilão 30/09 - 14:00hs
2º Leilão 15/10 - 14:00hs

Avaliação R$ 62.870.260,50 | Lances a partir de R$ 31.435.130,25

Juíza: Exma. Dra. Juliana Moraes Corregiari Bei
2ª Vara Cível de Jandira/SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.



11 3969 1200 | 0800 789 1200 | 11 95577 1200 | LEJE.COM.BR | @lejeoficial | Leilão Judicial Eletrônico

---

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 245 LOTES - DIA: 03.09.2024 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 03.09.2024, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 93HRU1860MK201038 - LC0CE4CC6R0009350 - 8BCND5GVUKG500122 - 9BGJB7520KB167285 - 9BRK29BT2J0124831 - 9BHBH41DBGP606740 - 9BGKS48U0KG355151 - 9BD358A4HJYH44100 - 9BHBG51CAJP814370 - 9BWDG45UXJT119342 - 9BD341A5XLY685149 - 9BHBG51DBDP078470 - 9BFZD55P6EB691745 - 93Y5SRD04GJ214163 - 9BD171222H7613502 - 3N1BC1CD3CK205560 - 935SLYFYYDB518607 - 9BGSU19F0C8188543 - 935SDNFNWDB546370 - 94DVCGD409J251648 - 9C2KC2500RR027042 - 9C2KC2210RR045153 - 9C2KF2700JR003966 - 93YRBB001JJ010898 - 935CHN6A87B522043 - 93YRBB003JJ313777 - 9BD13531682083664 - 9BGXH68X0CC167080 - 9BFZF10B768406452 - 9BGPB69M0CB268182 - 93W245G34D2112990 - LJ12FKS24D4501663 - 9BGKB48B0EG356888 - 93YLSR7RHBJ585949 - 9BFZD55J3EB743232 - 9BRK29BT0D0009066 - 9362EN6A98B077877 - 9BGRZ08F0BG125641 - 935FCKFVYAB512579 - 8A1BB8B059L183771 - 9BD17104LA5367313 - 95V0B2507EZ441905 - 99Z0G3003NZ903188 - 9C2PC4820PR002282REM - 9C6RG5010M0074849 - 9C2JB0100MR076205 - 9C2KC2200RR200099 - 9C2MD4110PR009117 - 9C2NC6100PR012353 - 9C6DG2580R0024609 - 9C2KC2200NR172008 - 9C6SG5910N0024549 - 9C6RG3850R0058295 - 935CHN6A87B532355 - 3GNALHEV4AS664088 - 935SUN6AWCB572024 - 93Y4SRD04GJ277493 - 9BD195A4ZM0911026 - 9BGRX48907G226672 - 93YBSR8VACJ963466 - 9BFZE16P978887392 - 9BWDA05UXAT083422 - 9BR72ZEC488710303 - 3D4PG6FDXAT175208 - 93YJA00253J411316 - 9BWAG5BZ7PP008175 - 93YBB0Y054J518055 - 9BD195A63F0662922 - 93YBSR7RHAJ493724 - 9BGRZ08109G289505 - 93YBSR6RHDJ435425 - 9362VKFWXBB010725 - 9BFZE16P988913359 - 9BFZH54J8J8144999 - 9BRK29BT9H0111634 - 9BHBG51CAHP659222 - 93YRBB001KJ796428 - 9BWAA05U09T148387 - 9BWAA05U2ET133108 - 93Y5SRD04HJ415328 - 9BWAA05W8CP061886 - 9BGJB7520HB176247 - 93Y5SRD04GJ155210 - 8A1BB8215DL373274 - 93Y5SRFHGKJ414684 - KMHSH81DDAU520978 - 9BGKT48L0DG286816 - 8A1LZBW2TEL882238 - 9BD341A5XLY626898 - 9BWCA05X03T214379 - 8AFDR12A7AJ262590 - 9BGRZ0810AG190839 - 8AFFZZFHA8J090058 - 9BGTT69C0XB336461REM - 9BFZE12P488920354 - 9BWDB45U9KT061062 - 9BFZF10BX48211748 - 9BFZK53A3AB212423 - 9BFZF10A098317351 - 9BGXL75G08C188447 - 9BD17206LA3524475 - 3C4PFABBXCT259412 - 9BD195102E0619655 - 9BWAA05U5ET034380 - 9BD197132F3203012 - 93HGE6730DZ214025 - 9BD19515ZG0717115 - 8AFCZZFFC1J223129 - 93Y5SRF84KJ760825 - 8AD3CN6BTAG015754 - 93YIA1D325J603508 - 9BGRJ69809G108068 - VF7UARFJWAJ502986 - 93XFNH77W9C939825 - 3FAHP08Z48R126669 - 9BD25504578786070REM - 9BSR6X4A013524963 - 9BGCA8030FB221489 - 8AD4DRFJWCG003153 - 9BWCA05X43T201229 - 935FCN6A89B501868 - 9882261CBLKC79837 - 9BFZF10A288280219 - 9C2ND1110DR020958 - 8AGSU19F0DR129516 - 3FAHP0JA7BR141937 - 9BD11819481036827 - 94DBFAN17GB102408 - 9BFZE16F488968034 - 9BWAA05Z4A4098426 - 935FCKFV87B526848 - 8AGCN48X0BR133345 - 935FCKFVYAB503004 - 9BD195152D0440481 - 9BGRZ08908G102773 - 93YRBB004KJ655367 - 8AD3DRFJ27G040860 - 9BFZF54P6E8071616 - 8AFPZZFHA9J220756 - 9BD195152E0541092 - 9BGXH68P0BC171538 - 93YRBB008IJ157610 - 9BGXM68P09C157820 - 9BWMF07X4EP006083 - 94DBCAN17JB204299 - 9BHBG51CAFP346638 - 95PDCM61DPB015189 - 8ADUTFC55RG565879 - 9BFZH55L3J8013818 - 9BWPB45Z5D4100798 - 9C2KC2210NR002412 - 9BGKD48U0MB254897 - 935SLNFNWFB508147 - 9BD11818MF1318051 - 8AGBN6950PR102939 - 9BGRX48J05G172972 - 3C2RE2870BG507332 - 8AFSZZFHCGJ374119 - 9BWAA05U5DT294227 - 93HFB9640FZ217940 - 9BFZH54J5H8368256 - 9BD27804D87079950 - 988675116HKH24533 - WV1DA22H8MA037087 - 9C2KC2200PR075198 - 9C6KG0210F0072438 - 9C2KC2220PR007168 - 9BGRZ0810AG115633 - 8AP17201MA2084368 - 8AGSN19109R150701 - 9BWAB05U8CP152023 - 9BFZF10A598332671 - 9BWAA05Z6B4018920 - 9BFZF55P2C8222799 - 8A1CB8205DL571707 - 9BD19510ZG0702945 - 9BGRP48F0DG156210 - 9C2NC6110PR004554 - 9BFZF55P0D8380124 - 9BWAB45Z6B4145252 - 8AFPZZFHA9J230680 - 9BD196283D2143873 - 93HGD3880BZ204794 - 9BWAA05Z8A4048743 - 9BGAJ48C0AB179346 - 9BD196272D2064235 - 935FCKFVYCB534099 - 93Y4SRF84KJ546121 - 9BWAA05W6DP068434 - 93HGM2610BZ207460 - 9BGRP48F0FG307029 - 9BWAB45U1HP009042 - 9BWAA05UXDP060240 - 9BD119609E1119140 - 94DFCUK13HB103367 - 9BGKL69U0JG123856 - WDDFH32W19J440036 - 9BGJR7520JB228570 - 93YHSRAF5GJ321507 - 9BR72ZEC258572386 - 98RDB11B4KA003587 - 9BD196263D2170354 - 93YHSRAF5HJ537105REM - 93HFA65308Z253175 - 9BD57837SGB058529 - KPTC0B1KS9P059927 - 9BWAG5BZ1LP034183 - 93YRBB000NJ917812 - 93HGM6690FZ121006 - 988611122GK055402 - WMEEJBAW9AK367412 - 9BWAH5BZ6KP613939 - WAUAYJ8V6F1108500 - 3GNCJ8CW4GL132742 - 9BGJP7520LB160548 - 8C3RV2850G1104833 - 93HRV2850JZ219072 - KMHSU81EDFU436435 - 98867515WMKK67123 - 93HFC1690JZ222322 - 9BRB33BE8N2092845 - JMYXTGF7WMZA00208 - 8AFAR23LXLJ163435 - 8AJBA3CD4L1633071 - 9BG148FK0NC409462 - 8AJFA8CB8K2006539 - WV1DB22H5KA018815 - 9BD5781FFJY266423 - LKHPC2CG7CAL51741 - KNCSHY71CB7495540.

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuido no leilão.

Vero S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 31.748.174/0001-60 - NIRE 35.300.522.958

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 13 de Agosto de 2024
(Rerratificação da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30 de Abril de 2024)

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 13 de agosto de 2024, às 14:00 horas, na sede social da **Vero S.A.** ("**Companhia**"), localizada na Rua Olimpíadas, nº 205, conjuntos 31 e 34, Vila Olímpia, CEP 04551-000, na Cidade e Estado de São Paulo. **2. Presença:** Presente a totalidade dos acionistas da Companhia, conforme se verificou da Lista de Acionistas Presentes constante do Anexo I à presente ata. **3. Convocação:** A convocação foi dispensada nos termos do artigo 124, §4°, da Lei das Sociedades por Ações, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme se verificou da Lista de Acionistas Presentes constante do Anexo I. **4. Mesa:** Presidente: Sr. Fabiano Oliveira Ferreira; Secretário: Sr. Flavio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a rerratificação de deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2024. **6. Deliberações:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes decidiram: **6.1** Considerando que, por erro formal, os acionistas legalmente impedidos (por força do artigo 115, §1°, e do artigo 134, §1°, da Lei das Sociedades por Ações) deixaram de registrar expressamente a sua abstenção na deliberação objeto do item 8.1 da ata da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2024, os acionistas da Companhia, pela unanimidade de votos dos presentes, sem votos contrários, mas com a abstenção dos legalmente impedidos (por força do artigo 115, §1°, e do artigo 134, §1°, da Lei das Sociedades por Ações), aprovaram a ratificação da aprovação da deliberação objeto do item 8.1 da ata da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2024. **6.2** Tendo em vista a deliberação objeto do item 6.1 acima, os acionistas da Companhia, pela unanimidade de votos dos presentes, sem votos contrários, mas com a abstenção dos legalmente impedidos (por força do artigo 115, §1°, e do artigo 134, §1°, da Lei das Sociedades por Ações), decidem retificar o item 8 da Ata da Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 30 de abril de 2024, passando, portanto, o referido item 8 a ter a seguinte redação: *"8. Deliberações: Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, mas com a abstenção dos legalmente impedidos (por força do artigo 115, §1°, e do artigo 134, §1°, da Lei das Sociedades por Ações)".* **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos da Assembleia para lavratura da presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos, que será publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do artigo 130, parágrafos 1° e 2°, da Lei das Sociedades por Ações. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Mesa: Fabiano Oliveira Ferreira - Presidente; e Flavio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini - Secretário. São Paulo/SP, 13 de agosto de 2024. *Atestamos que o acima exposto foi extraído da ata lavrada em livro próprio.* **Flavio Augusto Carvalho da Fonseca Rossini** - Secretário da Mesa. **JUCESP** nº 307.412/24-6 em 20/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



